

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A Romanização no Espírito Santo: D. João Nery

(1896-1901)

Eliane Maria Brito

Orientadora: Prof. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A Romanização no Espírito Santo: D. João Nery
(1896-1901)

Eliane Maria Brito

São Paulo

2007

Dedico àquele que me acompanhou ao longo dessa jornada: Fabiano.

AGRADECIMENTOS

A todos que me apoiaram nesse projeto:

Ao meu primeiro orientador Augutin Wernet, falecido antes que eu pudesse concluir minha dissertação, por ter sido o primeiro a acreditar no meu projeto, fica o orgulho de ter sido sua orientanda.

À minha atual orientadora, Maria de Lourdes Mônico Janotti, que se dispôs a assumir minha orientação, tendo feito o possível para que eu conseguisse concluí-la. Dela recebi apoio desde a discussão e análise da dissertação, até à revisão de todo o trabalho. Superou todas as expectativas que eu tinha de um grande intelectual, pois também se mostrou uma grande amiga. A ela devo todos os créditos, que por acaso mereça.

A toda minha família sempre compreensiva com as minhas ausências. Emília pelas constantes colaborações, e a Luís Fabiano pelas correções.

A todos os funcionários da Biblioteca Pública do Espírito Santo; do Arquivo Público Estadual; da Faculdade de Filosofia e Teologia de Vitória; da Biblioteca da UFES, em especial do setor de coleções especiais; a todos do Departamento de Mestrado da UFES; da Biblioteca da FFLCH; do Departamento de Pós-Graduação da FFLCH e do Departamento Pós-Graduação de História pelos incontáveis auxílios recebidos.

Ao padre Arnóbio, Paulina, Geovana e todos do arquivo da Cúria Metropolitana do Espírito Santo, que nunca fizeram restrições à consulta a qualquer tipo de documento.

Às Professoras Ana Paula Magalhães, Íris Kantor e Sara Albieri, que compuseram a banca do exame de qualificação, pelas valiosas recomendações, que na medida do possível adaptei à minha dissertação.

Ao antigo Professor, mas que continua me ajudando com importantes questionamentos: Estilague Ferreira dos Santos.

Meus sinceros agradecimentos ainda a grandes amigos, companheiros e colaboradores: Guillaume Azevedo Marques de Saes, que me ajudou desde a organização do projeto, até a elaboração da dissertação, e Antônio Euler Lopes

Camargo com suas importantes argumentações e questionamentos, além do apoio ao acesso de documentos que se encontravam em Campinas.

RESUMO

Esta dissertação aborda o projeto de Romanização da Igreja Católica no Espírito Santo, na gestão de seu primeiro bispo, dom João Batista Corrêa Nery (1896-1901), e suas decorrências nas esferas política e social.

Embora curto, esse período é fundamental para se compreender como a Igreja conseguiu se fortalecer em um ambiente laicizado.

Procurou-se esclarecer as relações entre Igreja e Estado no início da República e, conseqüentemente, o papel desta Instituição na consolidação do regime republicano. A análise dos discursos comuns entre elite republicana e hierarquia católica possibilitaram a conciliação entre os poderes nesse período.

Palavras-chave: Romanização, Espírito Santo, Igreja, República, europeização, nacionalismo, modernização, moralização, civilização, progresso.

ABSTRACT

The present dissertation tackles the subject of Catholic Church's project of Romanization in Espírito Santo during the administration of dom João Batista Corrêa Nery, Espírito Santo's first bishop, and political and social interference of the Romanization politics.

Although short this period is basic to understand how the Church obtained to fortify itself in a laicized environment. The political approach will consist of the analysis of the relation between Church and State at the beginning of Republic and the role of this Institution in republican regime's consolidation.

That's why we tried to find which common speeches between republican elite and catholic hierarchy made possible the conciliation between them in this period.

Key Words: Romanization, Espírito Santo, Church, Republic, europeização, nationalism, modernization, moralização, civilization, progress.

SUMÁRIO

Introdução: -----05 a 14

Capítulo 1 A Intervenção Ultramontana na Diocese-----15 a 82

1.1 Visitas Pastorais19 a 22

1.2 Sacramentos: Domínio do Sagrado.....23 a 33

1.3 Antigas Irmandades.....33 a 47

1.4 Legitimidade da Autoridade Hierarquizada.....47 a 66

1.5 Novas Congregações.....67 a 82

Capítulo 2 A Intervenção Ultramontana na Sociedade.....83 a 118

2.1. Festas: Forma de controle social.....83 a 93

2.2. Cabula: Romanização como imposição cultural..... 93 a 98

2.3. Canudos: Igreja e Estado contra movimentos populares.....98 a 101

2.4 Índios: Idéia de civilização 101 a 107

2.5 Trabalhadores: Questão de caridade 107 a 118

Capítulo 3 Aproximação Ultramontana com o Estado..... 119 a 171

3.1. Política e Economia no Espírito Santo.....119 a 128

3.2. Discurso nacionalista128 a 143

3.3. Discurso do progresso143 a 154

3.4 Compromisso com a República.....154 a 171

Consideração Finais.....172 a 176

Bibliografia..... ..177 a 193

Introdução

Compreender o processo de Romanização no Estado do Espírito Santo no período da administração do bispo dom João Batista Corrêa Nery (1896-1901), primeiro bispo do Estado, é o objetivo central desta dissertação.

Em 1676 a prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro foi elevada à condição de bispado, incluindo a comarca do Espírito Santo. Em 1819 o bispo dom José Caetano da Silva Coutinho elevou a freguesia de Vitória à arcebispo, tendo sido sua sede inicial a região de Campos, que nesse período fazia parte da comarca de Vitória.¹

A administração do oitavo bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho (1768-1823) correspondeu ao período em que era comum a quase todos os bispos a participação direta na política. O bispo organizou duas visitas pastorais ao Espírito Santo, uma em 1812 e outra em 1819, deixando um relato importante para a compreensão desse catolicismo.² Com uma formação teológica marcada pela mentalidade regalista e jansenista vigente na universidade de Coimbra, onde muitos estudavam, era comum à aceitação da autoridade absoluta do rei em assuntos religiosos e a necessidade da aprovação prévia do mesmo para a validade de documentos emanados de Roma.³ Por isso, dom José se esforçava em deixar claro em diversos momentos, durante sua visita ao Estado, que estava submetido à autoridade do Imperador.⁴

O Catolicismo tradicional se adequava à estrutura colonialista. E, no contexto escravista, embora pudesse haver discrepâncias pessoais, a instituição era, como outras, um braço político do Estado, servindo de anteparo para as medidas do

¹SCHIAVO, José. História Eclesiástica do Espírito Santo. Revista IHGES, n 34, Vitória, 1983. Ver também: CARNIELLI, pe. Adwalter. História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo.

² COUTINHO, D.José Caetano da Silva. O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos ano de 1812 e 1819. Introdução de Luiz Guilherme Santo Neves. Espírito Santo: Estação Capixaba Cultural, 2002.

³ BEOZZO, José Oscar (org). História da Igreja no Brasil. In: A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. 2. ed. Paulinas. p.82. Ou seja, havia aceitação do padroado.

⁴ COUTINHO, Op. Cit. p. 122 à 126. Também faz referências ao Imperador nas pp. 85 e 52. Santanna cita o compromisso do bispo com o trono com citação do mesmo livro pp. 22 e 23.

governo. Dessa forma, em visita a Araçatiba, dom José relata como trabalhou para “serena” as desordens de uma revolta de escravos, utilizando pregações sobre a “humildade, sujeição, e obediência”⁵ a seu senhor: “declamei contra a soberba, a revolta dos demônios, de Adão e Eva”. Da mesma forma, ameaçou punir os padres que incentivassem revoltas escravas.

No tempo do padroado, a Coroa cobrava dízimos eclesiásticos, impostos que deveriam atender às necessidades religiosas, fato que dificilmente acontecia. Além disso remunerava mal os sacerdotes, estes acabavam cobrando dos fiéis taxas “impopulares” ou se dedicando a outras ocupações mais rentáveis.⁶ Como as cômputas eram insignificantes, muitos padres atuavam em outras atividades econômicas e profissionais. A maioria dos letrados do Espírito Santo eram sacerdotes que atuavam principalmente como educadores.⁷

O próprio bispo dom José Coutinho foi deputado, senador, escritor e conselheiro de dom Pedro I⁸ sendo que no Espírito Santo, na época de sua gestão, existiam diversos padres na mesma condição. Muitos viviam sem respeitar o sacramento do celibato,⁹ formando famílias, sem serem questionados pela população.¹⁰

Não era incomum essa prática entre os padres da época, que viam a carreira eclesiástica mais como uma profissão do que como “vocação”, vivendo como homens comuns, revezando-se entre funções religiosas e outras atividades nas

⁵ COUTINHO, Op. Cit. pp. 118 e 119. Esse relato se refere à visita pastoral feita pelo bispo no período em que o Estado do E. S. fazia parte da diocese do Rio.

⁶ BEOZZO, José Oscar (org). História da Igreja no Brasil. In: A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. 2. ed. Paulinas. p. 53.

⁷ SANTANNA, Op. cit. pp. 84 e 26.

⁸ CARNIELLI, Padre Adwalter Antônio. História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo (1535-2000). 2. ed. Vila Velha: Comunicação Imprensa, 2006. p. 219.

⁹ COUTINHO, Op. Cit. p. 51. Apesar de admoestar os padres pelo comportamento, o bispo não parece chocado, nem compreende o fato como um mal a ser curado: “O vigário José Nunes da Silva Pires, depois de várias inquisições que fiz, combinadas com as catilinárias do padre Domingos, não me pareceu réu senão da antiga e escandalosa amizade de 20 anos com Ana de Oliveira, sua comadre, casada com Adão de tal, que anda ausente, da qual se diz que resultaram um filho e uma filha de 17 ou 18 anos, que vivem com a mãe comadre: o filho é João de Oliveira, sacristão da igreja, que por isso lhe não quis dar ordens menores nesta freguesia”.

¹⁰ *Ibidem*. p. 98. Também na povoação de Linhares, na então freguesia do Rio Doce ficou feliz ao constatar que o vigário dessa região tinha se “emendado” da “amizadezinha” que tinha na primeira visita. Sobre outros padres, escuta sobre a “relaxação e desonestidade”, possuindo “fábrica de mulatinhos que tem em casa com as suas competentes mulatas e mulatonas” e por esse motivo via-se “obrigado a calar-se e tolerar as mancebias públicas” de fiéis que, por isso, os defendiam. O mesmo problema encontrado p. 129.

quais obtinham ganhos materiais. Essa situação contribuiu para prejudicar a ação missionária sacerdotal.¹¹ Segundo Leonor Santanna, a situação dos padres no Espírito Santo não fugia ao padrão geral do clero brasileiro que tinha um comportamento *“incompatível com as obrigações sacerdotais”*.¹² A normalidade com que se encarava o modo de vida do clero se devia ao fato da sociedade vê-lo como integrado por pessoas dessemelhantes que podiam atuar diferentemente em espaços públicos e privados do seu cotidiano.¹³

Penso que a crítica à conduta do clero não corresponda à mentalidade da época, já que no período em questão há uma indefinição entre o “sagrado e o profano” o que talvez seja responsável pela aceitação desse comportamento dos padres, fato definido por Wernet como traço predominante da *“cristandade”*. Por isso, o padre tendo uma vida similar a de outro fiel, embora fosse admoestado, não levantava contra si o rigor moralizador encabeçado pelos ultramontanos.

Contudo, essa situação de penúria e abandono vivido pela Igreja fez com que surgissem projetos de mudanças e reformulação da mesma. Um dos projetos era baseado nas idéias liberais, o denominado *“Catolicismo iluminista”*,¹⁴ que teve maior influência no Brasil ao longo do século XIX, resultado do contexto pós-revolução Francesa.¹⁵ Apesar de ser um grupo heterogêneo e com algumas posições antagônicas, os iluministas tinham como denominador comum, além das idéias liberais, a mentalidade regalista, que defendia a superioridade do poder temporal em relação à Igreja. Outra proposta comum era o fim do celibato e até a criação de uma Igreja Nacional. Esse grupo estava mais envolvido com os problemas de sua época e era mais tolerante quanto à religiosidade popular,¹⁶ adotando posturas mais próximas de mentores do que de interlocutores de Deus,

¹¹ **BEOZZO**, José Oscar (org). História da Igreja No Brasil. In: A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. 2ª ed. Paulinas. p. 88. Era o caso do padre Antunes Siqueira.

¹² **SANTANNA**, Leonor. p. 73.

¹³ **Ibidem**. op. cit. p 75.

¹⁴ Conceito criado por Wernet.

¹⁵ **WERNET**, Op. Cit. p. 39. Não há ainda um trabalho acadêmico sobre padres “iluministas” no Espírito Santo. A Pesquisa de Leonor A. Santanna mostra que no período analisado por ela os padres estavam mais preocupados com outras questões mundanas do que com preocupações religiosas.

¹⁶ **LUSTOSA**, Oscar de Figueiredo. Reformistas na Igreja do Brasil Império. p. 37.

sendo Diogo Antônio Feijó um de seus mais proeminentes representantes, tendo tentado, através da ação política, introduzir o modelo liberal.¹⁷

Entretanto, esse projeto foi suplantado por outro, que reafirmou os dogmas e a ortodoxia católica, seguindo o modelo europeu de total adesão à centralização proposta pela Santa Sé Romana, em um processo que se denominou: ultramontanismo.¹⁸

O Espírito Santo entrou em contato com a política de romanização em pleno século XIX, quando ainda fazia parte do bispado do Rio de Janeiro, durante a gestão episcopal de dom Pedro Maria de Lacerda, entre 1868/1890, que era um dos denominados “bispos reformadores”.¹⁹

O Movimento da Reforma Católica do século XIX teve três “pólos propulsores” principais: a diocese de Mariana, cujo bispo dom Antônio Ferreira Viçoso preparou sucessores para expandir o projeto reformador; a diocese de São Paulo sob a administração de dom Joaquim de Melo e as dioceses do eixo Belém-Bahia.²⁰

Estudou dom Lacerda²¹ no Colégio do Caraça, em Minas Gerais, sob a direção dos Padres da Missão (Lazaristas). Aos 18 anos entrou para o curso de filosofia e teologia no Seminário de Mariana e, posteriormente foi enviado para Roma, onde se doutorou em teologia no Colégio Romano em 1849. Ao voltar para o Brasil foi professor em seminários e depois foi nomeado cônego da diocese de Mariana.²² Foi nomeado bispo do Rio de Janeiro em 1868, substituindo dom

¹⁷ WERNET, Op. Cit. pp. 66-68. O padre não se desvincularia do trabalho terrestre, podendo ele atuar em outras atividades que fossem benéficas para o progresso do país. Muitos desses padres entraram na política para defender seus interesses econômicos.

¹⁸ Ultramontano se referia àqueles que, na França e na Alemanha do início do século XIX, centravam sua fidelidade em uma região que ficava depois das montanhas dos Alpes, em Roma onde se encontrava o sucessor de Pedro: o Papa. WERNET, Op. Cit. p 178.

¹⁹ BEOZZO, José Oscar (org). História da Igreja no Brasil. In A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. 2ª ed. Paulinas. p. 77. Foram os bispos reformadores que em meados do século XIX defenderam a implantação do ultramontanismo no Brasil

²⁰ AZZI, Riolando. D.Pedro Maria de Lacerda e a Vinda dos Salesianos para o Brasil. In Convergência. Petrópolis: Vozes, 1983.

²¹ Após dom Manuel do Monte, nono bispo do Rio de Janeiro, ter visitado a província em 1840, apenas em 1880, ou seja, quarenta anos depois a então província do Espírito Santo recebeu outra visita a do então bispo dom Pedro M. de Lacerda.

²² AZZI, Op. Cit. O bispo que foi enviado a Roma por dom Viçoso, para “*beber na fonte*” as idéias ultramontanas; foi um dinamizador do processo encabeçado pelo Vaticano tendo papel decisivo no contexto internacional tendo participado do Vaticano I (1869) quando ficou definida a infalibilidade Papal.

Manoel do Monte, homem de tendências galicanas e jansenistas. Em sua gestão preferiu a vinda de novas congregações européias, em detrimento das antigas ordens religiosas; reformou seminários (de acordo com as normas tridentinas); e segundo Gaeta, foi um dos primeiros a iniciar uma ampla campanha de críticas à maçonaria,²³ declarando suspenso de ordens, em 1872, o padre Almeida Martins, por ter sido orador numa reunião maçônica. Esse fato não teve maiores conseqüências, como as decorrentes das atitudes tomadas pelo bispo de Olinda, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e do bispo de Belém dom Macedo Costa, que, ao aplicarem a encíclica de Pio IX condenando à aproximação entre clero e maçons, acabaram desencadeando a “Questão Religiosa”. Entretanto maçons de várias partes do país se inflamaram contra essa atitude, entre eles a da “Loja Maçônica União e Progresso” da província do Espírito Santo, fundada no ano de 1872, que em sessão extraordinária de 30 de junho de 1880 convocada para deliberar sobre as posições do bispo que, na visita pastoral de 1880, condenara a associação em seus sermões e que segundo o orador da reunião “*não tem falado de um modo franco e positivo*”. Também foi criticado por proibir maçons de serem padrinhos de crisma e por recomendar aos pais católicos que retirassem seus filhos de escolas maçônicas.²⁴

O combate à Maçonaria foi uma das recomendações constantes entre os ultramontanos, mas nem sempre de forma contundente, às vezes as críticas eram mais sutis. Também dentro da proposta ultramontana, dom Pedro M. Lacerda organizou outra visita pastoral em 1886.²⁵ No Espírito Santo, o projeto

²³ GAETA, Maria A.J. Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873/94). São Paulo. Monografia FFLCH/USP, 1991.

²⁴ FRAGA, Christiano Woelffel Fraga. Maçonaria no Espírito Santo. Loja União e Progresso. Vitória: Gráfica ITA, 1995. pp. 101 à 109. Sobre os conflitos com dom P. M. Lacerda. Dessa insatisfação dos maçons foi organizado uma representação a Câmara Brasileira, na qual reclamavam dos “*ataques mais virulentos á nossa Associação, atrever-se a injuriar e a recusar os seus serviços e os do seu clero*”. Além disso, criticaram a proibição dos maçons participarem de qualquer ato religioso e terminam afirmando que o bispo como “*funcionário público*” não poderia se recusar a atendê-los, já que a constituição lhes garantia o direito à associação. Para os Maçons o bispo “*exorbita de suas atribuições, como funcionário público*”, pela reclamação há o objetivo de realçar a submissão da Igreja ao Estado e a Constituição brasileira. O documento é datado de 11 de julho de 1880.

²⁵ NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo: “*Ainda em 1886, Vitória recebeu a visita pastoral de Dom Pedro Maria de Lacerda, que permaneceu, um ano, em trabalho missionário*”. p. 300. Sobre a visita pastoral de dom Pedro Maria de Lacerda existem dois cadernos de anotações pessoais em estado razoável de conservação, com letra quase ilegível do próprio bispo no Arquivo da Cúria Metropolitana do Espírito Santo.

romanizador enfrentou diversos obstáculos, dentre eles um dos mais importantes foi à indisciplina dentro da própria hierarquia, encabeçada por padres que não aceitavam a nova orientação da Igreja.

Um exemplo dessa resistência no Estado do Espírito Santo foi o padre Antunes Siqueira, filho de Cônego de mesmo nome; ²⁶ nasceu a 03/02/1832, na cidade de Vitória e seguiu os passos do pai, tendo freqüentado o seminário de São José no Rio de Janeiro, onde foi ordenado presbítero secular. ²⁷ Como outros padres do período, o padre Antunes atuou como poeta, educador e em diversas outras ocupações. ²⁸ Além disso, foi integrante da associação Libertadora Domingos Martins, participando ativamente do movimento abolicionista. ²⁹ Outra característica do padre combatida pelos ultramontanos foi o seu envolvimento na política, tendo sido deputado de 1862 a 1863; ³⁰ mantendo contato constante com influentes personalidades da política liberal, entre eles Afonso Cláudio de Freitas Rosa, o primeiro governador do Estado. Foi pároco de Santa Cruz, de Conceição da Barra e por último de Vila Velha, tendo falecido dois dias depois de ter pedido exoneração. ³¹

As idéias de Antunes Siqueira e os autores por ele citados em seus escritos são indicativos dos motivos de seus atritos com a hierarquia ultramontana, haja vista serem criticados pelos reformadores. Padre Antunes cita Victor Cousin, que segundo Wernet era um dos pensadores “inconciliáveis” com o ultramontanismo.

²⁶ Com um foco diferente, pois analisa a atuação dos párocos na assembléia legislativa, **SANTANNA** fez um levantamento sobre a vida familiar dos Antunes Siqueira onde relata que o pai do padre Francisco Antunes foi Cônego e arcepreste. p 80.

²⁷ **CLÁUDIO**, Afonso. História da Literatura Espírito Santense. Porto: Comércio do Porto. 1912. Também segundo Pereira ele foi nomeado secretário interino do bispado do Maranhão, por d. Manoel Joaquim da Silveira em 11 de maio de 1851, tendo recusado devido a saúde de sua mãe. In **PEREIRA**, Amâncio Pinto. Antunes Siqueira. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 02 de dezembro de 1897.

²⁸ **NOVAES**, Op. Cit. p. 295. Sobre a atuação docente do padre ver: **PEREIRA**, Amâncio Pinto. Antunes Siqueira. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 02 de dezembro de 1897.

²⁹ **Ibidem**. p. 293.

³⁰ **SIQUEIRA**, Op. Cit. xxx. **SANTANNA**, Op. Cit. p 81. Legislou principalmente a favor da educação, incentivando a educação feminina, sendo pioneiro no assunto em terras capixabas.

³¹ “Padre Antunes de Siqueira”. *O Comércio do Espírito Santo*. 30 de Novembro de 1897. Notícia sobre o falecimento do padre que morreu as oito horas da noite de congestão. Na mesma data In *O Comércio do Espírito Santo* de 30 de novembro de 1897, a notícia de que foi concedida a exoneração que solicitou de pároco da freguesia de N.Sra. do Rosário da cidade do Espírito Santo o padre Antunes. E o Convite para a missa de sétimo dia do pe. Francisco Antunes Siqueira. Assinado por Virgílio Vidigal, Dalmácia Antunes de Siqueira, João Antunes Barbosa Brandão, suas famílias e mais parentes. 03 de dez. de 1897. In *O Comércio do Espírito Santo*. 30 de novembro de 1897.

Também faz referência, em diversos momentos, a Emilio Castelar, “escritor e político, republicano”; além do romancista Francês Eugène de Sue, e do historiador italiano Cesare Cantu, autor do livro História Universal, obra “inspirada pelos ideais de um catolicismo liberal”.³²

Textos de Rousseau, Adam Smith, Victor Cousin, Emanuel Kant eram condenados por Roma e tidos como heréticos.³³ Esses autores eram lidos no seminário de São José, no Rio de Janeiro, onde estudou. Lá teve contato com idéias liberais e regalistas, antes disseminadas nos seminários e posteriormente combatidas pelos reformadores.³⁴ A filiação de Antunes Siqueira à Loja maçônica União e Progresso, fundada em plena efervescência da Questão Religiosa,³⁵ deve ter sido um dos maiores conflitos entre o sacerdote e o bispo dom Lacerda que o suspendeu diversas vezes das ordens sacras.

Antunes Siqueira, envolvido em questões de sua época, participando ativamente dos acontecimentos do período e, posicionando-se em jornais positivistas, representava uma autocompreensão contrária daquela em que acreditavam os reformadores, vivendo como um homem comum, com mulheres e filhos, e não fazendo segredo de sua vida mundana, sendo tudo o que os reformadores combatiam, ou seja, um típico “padre tradicional”.³⁶

Com a Proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, o Catolicismo deixa de ser religião de Estado. Embora não fosse o tipo de separação almejada pela Igreja, devido implantação do casamento civil, a

³² Apontamentos feitos por Fernando Achiamé, na introdução do poemeto do padre Antunes “Memória do Passado”. **SIQUEIRA**, Op. Cit. p xxxii.

³³ **BEOZZO**, Op. Cit. p. 85.

³⁴ Sobre as obras condenadas pelos ultramontanos ver: **WERNET**, Op. Cit. Riolando Azzi, afirma que dom Manoel do Monte, antecessor do bispo ultramontano dom Pedro Maria de Lacerda, era “*homem de vasta cultura, era acusado de tendências galicanas e jansenistas, tendo a Santa Sé colocado no índice dos livros proibidos um tratado de moral por ele elaborado para servir de textos nos seminários eclesiásticos*”. Foi o bispo dom Pedro Lacerda que iniciou a reforma do seminário. In **AZZI**, Riolando. Dom Pedro Maria de Lacerda e a vinda dos Salesianos para o Brasil. Convergência, Petrópolis, v. 16, n 8, 1983. p 177.

³⁵ **SIQUEIRA**, Op. Cit. p. xxv. Segundo Achiamé “*mesmo sem aprofundar muito a pesquisa sabe-se hoje que essas discórdias estão relacionadas, entre outros aspectos, com o fato de o padre capixaba ter ligações com a maçonaria, instituição que estava sendo combatida por aquele bispo*”. **FRAGA**, Op. Cit. p. 129.

³⁶ **AZZI**, Riolando. O Movimento Brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. In: Evangelização Libertadora. REB. Petrópolis: Vozes, n 34. Fasc. 135. Setembro 1974. Azzi, afirma que no século XIX havia o padre tradicional que vivia imerso na própria vida do povo, geralmente amasiado, e com frequência participando das atividades políticas da nação, sendo herdeiro da formação religiosa do Brasil colonial sob o regime de padroado na vida política.

secularização dos cemitérios, da educação, dentre outras - mas permitiu uma ampla ação da Sé Romana no aprofundamento do projeto ultramontano. A criação da diocese de Niterói em 1892 e a do Espírito Santo em 1895 se inserem num contexto de ampliação e expansão da Igreja Católica que, ao perder poder no espaço temporal, tentava aumentar sua atuação no campo religioso.

Após a Proclamação da República, dom Pedro Maria de Lacerda organizou o processo canônico para a criação da diocese de Niterói. O Papa Leão XIII criou em 1892 ao mesmo tempo a província eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro e a diocese de Niterói, a qual o Espírito Santo passou a pertencer. Nomeou bispo dessa diocese dom Francisco do Rego Maia, que tomou posse em 1894.³⁷

Posteriormente a visita de dom Pedro Maria de Lacerda, ferrenho contestador da Maçonaria, veio, em visita pastoral ao Espírito Santo, a 23 de agosto de 1894, dom Francisco do Rego Maia. (1849-1928).³⁸ Sendo também um seguidor das diretrizes tridentinas deixou relatos importantes da situação da Igreja no Estado.³⁹ Três meses após sua visita montou o processo de criação da nova diocese.

O Papa Leão XIII, pelo decreto Consistorial Sanctissimo Domino nostro,⁴⁰ de 15 de dezembro de 1895, criou a diocese do Espírito Santo, desmembrando-a de Niterói, ficando encarregado de sua instalação dom João Fernando Esberard, arcebispo da arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Tendo sido o primeiro bispo do Espírito Santo, dom João Batista Corrêa Nery e sua obra já se mostram fundamentais para a compreensão histórica desse

³⁷ CARNIELLI, Op. Cit. p. 273.

³⁸ CARNIELLI, Op. Cit. p. 288. Ele era Pernambucano, tendo estudado no Seminário Maior de Olinda, e no Colégio Pio Latino Americano em Roma. De volta ao Brasil foi professor e depois reitor do Seminário Maior de Olinda. Tomou posse da diocese de Niterói em 1894 e ali ficou até 1901, quando foi transferido para Belém, onde permaneceu até 1906. O autor indica que as obras escritas por dom Francisco foram publicadas em volume único com o título de Escritos Pastorais de Dom Francisco do Rego Maia, pela editora Desclée, Lefebvre e Cia. Tournai, Bélgica.

³⁹ NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*, Op. Cit. p. 35; também In NOVAES, M. S. de. Um Bispo Missionário, p. 77, onde descreve as exigências feitas para melhorias: conservação e sacramentos.

⁴⁰ CARNIELLI, Op. Cit. p. 16. A tradução do documento se encontra na pp. 279 até a 283, mas o autor enfatiza que ela não foi feita 'ao pé da letra'. p 16. Nesse documento fica claro o direcionamento ultramontano na organização da nova diocese, como o pedido para fundação, o mais rápido possível, de um seminário, de acordo com o "espírito do Concílio de Trento" e quando diz que surgida alguma dificuldade grave após a instalação do Bispado, a situação deveria ser submetida ao juízo da Santa Sé; deixa claro, a defesa da burocratização.

Estado. Porém o contexto histórico do início da República, com a separação entre Igreja e Estado, afetou toda a organização eclesial vivenciada até então.

O período pesquisado compreende o ano de 1896, data da indicação do bispo e se encerra em 1901, data da transferência de dom Nery para Pouso Alegre. Esse período se insere no que Riolando Azzi denomina de “Reorganização Eclesial”, contexto em que a Igreja estava voltada para sua reorganização interna ⁴¹.

A organização da dissertação representa a seqüência de indagações, sobre o projeto romanizador, tais como: Sendo um projeto que iniciou sua implantação no século XIX, quais as suas peculiaridades no período republicano? Quais seus reflexos sociais e culturais? E por fim, como a Igreja se fortaleceu em um ambiente povoado por ideologias contrárias à sua atuação?

A dissertação compreende três capítulos, à saber:

No Primeiro Capítulo - *A Intervenção Ultramontana na Diocese* - contemplamos as ações de dom Nery para a organização da diocese e implantação do projeto romanizador. Dentre essas ações priorizamos as visitas pastorais como um “instrumento de romanização”; a valorização dos sacramentos, o incentivo à atuação de congregações imbuídas do ideal tridentino, em contraposição às antigas ordens religiosas; o incentivo às novas devoções sob controle clerical e o combate ao catolicismo popular. A romanização pressupunha também a reorganização das antigas irmandades e a suplantação das antigas práticas religiosas. Em todas essas ações procuramos perceber as singularidades desse processo no período republicano.

No Segundo Capítulo - *A Intervenção Ultramontana na Sociedade* - procuramos refletir sobre a interferência ultramontana na sociedade, a partir das ingerências do bispo no controle das festas, no combate aos cultos de origem africana, no apoio ao Estado contra o movimento de Canudos, na defesa do processo civilizador dos Jesuítas em relação aos índios, além da peculiar defesa do trabalhador como sujeito passível de ações caritativas.

⁴¹ AZZI, Riolando. *O movimento da Reforma Católica durante o século XIX*. RJ, 1974.

No Terceiro Capítulo procuramos entender como ocorreu *A Aproximação Ultramontana com o Estado*. Para tanto tentamos perceber como os ideais modernizadores e nacionalistas do projeto romanizador facilitaram a aproximação da Igreja com a elite republicana. Por fim estudamos a política de “Conciliação” da Igreja e as concessões feitas aos maçons e positivistas na defesa da ordem. Esperamos que as lacunas nas questões levantadas não atrapalhem a compreensão do estudo, pois como outros já afirmaram: o historiador é limitado pela necessidade de documentos.

Capítulo 1 A Intervenção Ultramontana na Diocese

O intento principal de todas estas visitas como diz o Concílio de Trento, será estabelecer a doutrina sã e ortodoxa, excluídas as heresias, manter os bons costumes, emendar os maus, com exortações e admoestações, acender o povo à Religião, paz e inocência; e estabelecer o mais que o lugar, o tempo e ocasião permitir para o produto dos fieis. ⁴²

Em carta de dom Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo, oferecendo o bispado de Vitória ao cônego Nery, vigário da paróquia Nossa Senhora da Conceição, lê-se: “[...] Já vê V. Rvma. Que não lhe ofereço um leito de rosas, mas uma cruz, e cruz pesada; mas saiba que si for nomeado V. Revma., Deus lhe dará também a graça para levar essa cruz, e levá-la com garbo... [...]” ⁴³

O Cônego João Batista Corrêa Nery foi indicado a 29 de agosto de 1896 para o novo bispado e recebeu a sagração episcopal na capela do Colégio Pio Latino Americano, em Roma, no primeiro dia de novembro de 1896. ⁴⁴

Sobre o seu nascimento, Benedito Otávio assinala: ⁴⁵ “Numa terça-feira, 6 de outubro de 1863 (dia de S. Bruno), em casa pobre da rua da Conceição (formosa ao tempo), desta

⁴² **NERY**, J. B. C. Segunda Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana. In: Livro Portaria Circulare s Pastoraes Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 23

⁴³ Bahia, 14 de outubro de 1895. In: **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 33. Também In: **OTÁVIO**, Benedito (org). Saudosa homenagem a D. João Nery, 1º bispo de Campinas. São Paulo: Oficinas Gráficas Cardoso Filho & Cia, 1920. pp. 310/314.

⁴⁴ **BENCOSTTA**, p. 34.

⁴⁵ Sobre a vida de dom Nery, recorreremos às seguintes indicações bibliográfica: **OTÁVIO**, Benedito (org). Saudosa Homenagem a D. João Nery, 1º bispo de Campinas. São Paulo: Oficinas Gráficas Cardoso Filho & Cia, 1920; **NOGUEIRA**, Ataliba. Elogio Histórico de D. João Néri. Primeiro bispo de Campinas. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1945; Poliantéia do Cinquentenário da Diocese de Campinas-Estado de São Paulo. 1908-1958. Campinas: 1959; **MICELI**, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira (1890-1930) op. Cit.; **BENCOSTTA**, Marcos Levy. Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo brasileiro (1908-1920). Op. Cit; **RIGOLO**, Pedro. op. Cit.

cidade(Campinas), nascia uma criança a quem, como ao grande predestinado, devia ser aposto o nome de João".⁴⁶

Filho primogênito do sapateiro Benedito Corrêa de Moraes e de sua esposa, Maria do Carmo Neves, João Batista Corrêa nasceu em 06 de outubro de 1863.⁴⁷ Seus pais eram descendentes de famílias tradicionais, porém empobrecidas de São Paulo.⁴⁸ Foi criado pelos avos paternos até os sete anos de idade em um sítio de Itatiba, retornado à Campinas somente para iniciar seus estudos.⁴⁹ Adotou, em homenagem a S. Filipe de Nery, exemplo para a igreja de piedade e caridade, o sobrenome Nery.⁵⁰

Seus estudos iniciais, gratuitos, ocorreram em diversas escolas primárias, sendo uma delas subsidiada pela loja maçônica Fidelidade. Nesse período, foi coroinha do padre Joaquim José Vieira, futuro bispo do Ceará.⁵¹ Prosseguiu seus estudos, também gratuitamente, graças a Campos Sales que era amigo de seu pai e diretor do colégio Culto à Ciência. A escola, mantida por positivistas e republicanos, defendia valores do liberalismo⁵² e republicanismo, marcando a formação do então estudante João Batista.⁵³ Ali, no "centro irradiador do racionalismo" e formador de futuros maçons de Campinas,⁵⁴ fez amizades que futuramente atuariam como "seus interlocutores".⁵⁵

Entre os contemporâneos de estudo de João Batista no Culto à Ciência, constavam Cincinato César da Silva Braga, Antônio Pádua Salles, Antônio Candido de Camargo, Júlio Cezar Ferreira de Mesquita, Oscar A. da Motta, Euclides Egydio, Antônio Álvares Lobo, José de Campos Novaes, J. Gomes

⁴⁶ **OTÁVIO**, Benedito (org). Saudosa homenagem a D. João Nery, 1º bispo de Campinas. São Paulo: Oficinas Gráficas Cardoso Filho & Cia, 1920. p 279. **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 22.

⁴⁷ **NOGUEIRA**, J. C. Ataliba. Elogio Histórico de D. João Néri. Primeiro Bispo de Campinas. p. 19.

⁴⁸ **OTÁVIO**, Benedito (org). Saudosa Homenagem a D. João Nery, 1º bispo de Campinas. São Paulo: Oficinas Gráficas Cardoso Filho & Cia, 1920. p 280.

⁴⁹ **BENCOSTTA**, op. Cit. p. 26.

⁵⁰ **OTÁVIO**, Op, Cit. p. 283.

⁵¹ **MICELI**, Op. Cit. As informações sobre a vida de dom Nery descritas por Miceli se encontram nas pp. 104/106.

⁵² Talvez dom Nery tenha sido influenciado menos pelo liberalismo e mais por valores autoritários do positivismo.

⁵³ **BENCOSTTA**. p. 27. Em 1874 por intermédio de amigos de seu pai, o médico Ricardo Gumbleton Daunt e o bacharel Campos Sales foi concedido um lugar gratuito.

⁵⁴ **RIGOLO**, Op. Cit. p. 14.

⁵⁵ **MICELLI**, pp 104/106.

Pinto, José Manoel Lobo, Abelardo Pompêo, Joaquim Álvaro de Souza Camargo, Manoel Saturnino⁵⁶.

O estudante João Batista fundou um grupo teatral chamado Ravenna Dramática⁵⁷ e com a apresentação da peça Pai e Filho conseguiu um lucro de aproximadamente 800\$000 mil réis, que foi utilizado para seus primeiros gastos no Seminário Episcopal de SP, onde fez matrícula gratuita, em 1880.⁵⁸ Sua entrada gratuita neste seminário deveu-se à intercessão do então professor Cônego Joaquim José Vieira ⁵⁹.

A formação teológica do futuro bispo do Espírito Santo, deve ser creditada à orientação recebida no Seminário Episcopal de São Paulo e ao ambiente ultramontano presente em Campinas. ⁶⁰ Além da orientação ultramontana, uma orientação patriótica deve ser creditada ao Seminário, visto as indicações de que d. Nery fazia parte de um clube que era formado por seminaristas e tinha o título de Ressurreição da Pátria⁶¹ Além de escrever artigos no jornal do seminário em homenagem à Independência do Brasil. ⁶²

Recebeu as ordens sacras em 11 de abril de 1886 das mãos do bispo de São Paulo, dom Lino Deodato Rodrigues Carvalho. Lecionou no seminário até 1887, quando tornou-se vigário de Santa Cruz.

Dentre suas obras como sacerdote destacam-se a fundação do Apostolado da Oração do Coração de Jesus, a Associação das Filhas de Maria e a Sociedade de São Vicente de Paulo; além da organização do semanário religioso A Verdade e do círculo Católico São José. Também Estabeleceu em sua freguesia uma

⁵⁶ OTÁVIO, Op. Cit. Leopoldo Amaral. pp. 165 à 170.

⁵⁷ BENCOSTTA, p 27.

⁵⁸ BENCOSTTA, Op. Cit. p. 29. De 1880 a 1886. Também em Nogueira. p. 21.

⁵⁹ MICELI, op. Cit.

⁶⁰ BENCOSTTA, credita ao Seminário e à ser ele afilhado religioso de importantes bispos ultramontanos como d. Lino Deodato e d. Joaquim Vieira. Rigolo em sua dissertação questiona essa influência tão radical já que o ambiente social de Campinas já era influenciado pela romanização.

⁶¹ OTÁVIO, Op. Cit. p. 290.

⁶² *Ibidem* Na página 289 temos a foto do Jornal em Homenagem à independência Nacional. Prestada pelo seminário de S. Paulo. Em 07 de setembro de 1884. Artigo (artiguete) que defende a liberdade. D. Nery também escreve em artigo denominado 'Emancipação política': "[...] Saudarei o sete de setembro.[...] Salve, pois, dia glorioso que nos veio trazer a emancipação política, meio indispensável à garantia da futura civilização! E convosco, mocidade esperançosa, congratulo-me hoje, pedindo a Deus que o vosso engrandecimento pela virtude e pela ilustração, seja no futuro o fruto da independência passada". J. B. C. Nery. (publicação periódica patriótica do Seminário de S. Paulo).

escola paroquial e, em 1889, ajudou no combate a uma epidemia de febre amarela organizando uma sociedade protetora dos pobres.⁶³

Demonstrou ser um clérigo ilustrado e combativo através de sua ação pastoral, o que o recomendou à Nunciatura e ao prelado de São Paulo, para indicá-lo como bispo do Espírito Santo.⁶⁴ Antes, já havia recusado tanto o convite feito por dom Lino para ser Vigário Geral de São Paulo, quanto o convite do Arcebispo do Rio de Janeiro dom José Pereira da Silva Barros para fazer parte do Cabido da arquidiocese.⁶⁵

A “ótica social”⁶⁶ de dom Nery já estava presente quando pároco em Campinas, tendo fundado uma escola destinada à educação de jovens operários, obra da qual, posteriormente, se encarregou a Congregação Salesiana dando origem ao Liceu de Artes e Ofícios de Campinas.⁶⁷

Dentre seus acólitos e futuros colaboradores estiveram Francisco de Campos Barreto, Joaquim Mamede da Silva Leite, Otávio Chagas de Miranda, Samuel Fragoso, Oscar Sampaio, João Martins Ladeira e seu irmão José Ladeira.⁶⁸ Era conhecido o seu modo de amparar os padres e de perdoar os arrependidos.⁶⁹

Dom Nery ficou conhecido não apenas pela sua ação sacerdotal, mas também pela sua obra de “*historiador*”, sendo convidado como sócio do IHGB, devido a sua carta pastoral de despedida do Espírito Santo e a de Pouso Alegre, bem como pela Societé académique d’histoire internationale e do IHGSP.⁷⁰ O relato quase antropológico feito sobre a Cabula foi transcrito integralmente por

⁶³ **BENCOSTTA**, Op. Cit. pp. 29-30.

⁶⁴ **MICELI**, Op. Cit.

⁶⁵ **OTÁVIO**, Op. Cit. pp.. 301/304.

⁶⁶ **AZZI**, Op. Cit. p.87.

⁶⁷ **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 31. Nesse período já como Cônego.

⁶⁸ **NOGUEIRA**, p. 26.

⁶⁹ Segundo Nogueira acompanhava-os nas suas alegrias e nas suas dores e “*o renitente, um belo dia, com grande surpresa, ou no palácio ou na própria casa paroquial, tinha o santo bispo de joelhos aos seus pés, aos pés do padre faltoso, pedindo-lhe em nome de N.S. Jesus Cristo, que se emendasse*”.

⁷⁰ **Ibdem**. p. 33. Segundo Nogueira, dom Nery era bispo historiador.

Nina Rodrigues.⁷¹ Como orador recebeu elogios de José do Patrocínio, que o considerou “*um dos maiores oradores que jamais tivera ouvido*”.⁷²

O bispo, um “filho da Igreja”,⁷³ em sua trajetória episcopal, foi um fiel seguidor das diretrizes da Sé romana, sendo precursor, de acordo com Nogueira, da preocupação da Igreja com a questão social, com a questão eleitoral católica e com a questão da estima das instituições militares pelo povo.⁷⁴

1.1 Visitas Pastorais

O Primeiro prelado do Espírito Santo, seguiu à risca as táticas do projeto ultramontano, creditando à visita pastoral um papel fundamental em sua missão, designada por ele de “*nosso mais importante dever*”, ou um dos “*mais sagrados deveres*”.⁷⁵

As visitas pastorais eram uma obrigação antiga dos bispos para conhecer melhor seus diocesanos, sendo uma “*necessidade moral*” destes.

Apesar de ser uma obrigação antiga dos bispos, dentro do projeto ultramontano as visitas eram um “Instrumento de Romanização”,⁷⁶ sedimentando a pedagogia reformadora. Não obstante elas já serem realizadas no Brasil, desde o período colonial, elas tinham geralmente um cunho mais administrativo, enquanto no movimento reformador, segundo Azzi, constituíam uma forma “*específica de exercício pastoral*”.⁷⁷ Mesmo que alguns bispos tentassem colocar

⁷¹ **Ibdem.**, p. 34. O trabalho era anexo, juntamente com o relato sobre os índios botocudos, à Carta Pastoral de Despedida do Espírito Santo.

⁷² **Ibdem.** Op. Cit. p. 42. Apesar das indicações da publicação nos jornais do Rio de Janeiro de diversos sermões de dom Nery, infelizmente não conseguimos ampliar a pesquisa para que pudéssemos pesquisá-los.

⁷³ **MICELLI**, Op. Cit. p. 96- Os Filhos da Igreja. Enfim, uma cota restrita de posições na hierarquia foi atribuída a presbíteros de origem humilde, que deviam toda sua sobrevivência material e social à proteção e aos subsídios permanentes da organização eclesial.

⁷⁴ **NOGUEIRA**, Op. Cit. p. 49.

⁷⁵ **Ibdem** p. 22.

⁷⁶ **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 45.

⁷⁷ **AZZI**, Riolando. O Movimento Brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. In: Evangelização Libertadora. REB. Petrópolis: Vozes. n 34. Fasc. 135. Setembro 1974. p. 658. Para Azzi, um dos aspectos positivos do movimento reformador foi a criação de um clero com novo espírito, orientado pela figura de

em prática, nas visitas pastorais, características além das administrativas, tinham suas pretensões inibidas pelas dimensões extensas das Dioceses, além dos empecilhos decorrentes da subordinação da Igreja ao Estado.

D. Macedo Costa, arcebispo da Bahia, redigiu em 1890, um documento assinalando as medidas mais urgentes a serem tomadas pelos prelados frente à nova situação da Igreja na República, reforçando a importância das visitas pastorais como uma forma eficaz de conhecer a situação das paróquias.⁷⁸

Dessa forma, dom João Nery, seguindo as orientações do episcopado, fez da visita pastoral o principal meio de veiculação ultramontana.⁷⁹ Com esse recurso pôde, a um só tempo, conhecer os seus diocesanos e suas necessidades espirituais, instruir sobre a legítima ortodoxia católica; combater o catolicismo tradicional que privilegiava as “pompas exteriores”; fiscalizar as Irmandades e Confrarias, fundar novas associações; divulgar a doutrina tridentina entre o corpo institucional, condicionando todas essas mudanças ao reforço da legitimidade da autoridade hierarquizada.

Em sua segunda Carta Pastoral, dom Nery assinala que precisa conhecer “suas ovelhas”, para que “*conhecidos seus males, lhes seja oferecido pronto remédio*”,⁸⁰ o mal não era necessariamente a falta de religiosidade ou fé, mas principalmente a “ignorância religiosa”, pois essa fé não seguia as doutrinas tridentinas, muitas vezes uma religiosidade de fé e devoção aos santos, sem a preocupação com sacramentos e com a autoridade do padre. A ligação entre fiel e santo era direta sem a interferência sacerdotal. Assim, invariavelmente era através dos sacramentos e da penitência que essas correções se davam, pois o grande problema era a ignorância do que era a “verdadeira fé católica”.

pastor “*apostolo e santo*” substituindo a antiga imagem do bispo administrador e político, do período colonial. p. 661.

⁷⁸ OLIVEIRA, Op. Cit. p 281.

⁷⁹ BENCOSTTA, Op. Cit. p 57. Bencostta, afirma que o recurso às Visitas Pastorais foi eficaz em suas sucessivas administrações, sempre seguindo um ritual preocupado em reformar o catolicismo. E segundo o mesmo historiador era a já conhecida imagem do pastor e seu rebanho, só que agora esse rebanho seria conduzido por um episcopado fortemente influenciado pelas doutrinas tridentinas.

⁸⁰ NERY, J.B.C. Segunda Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana. In: Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 23.

Dessa forma dom João Nery apenas quatro meses depois da chegada ao Estado, de “*acordo com as sabias determinações do Sagrado Concilio Tridentino*”⁸¹ iniciou a visita pastoral na Vila do Itapemirim no dia 16 de setembro de 1897.

Sabendo das condições econômicas vividas pelo Estado, dom João Nery afirmava em sua Carta Pastoral que se contentaria com pouco, “*dois ou três pratos em cada refeição, simples cama de ferro para o nosso cômodo e até mesmo, si tanto não for possível, esteiras ou colchões sobre o pavimento*”.⁸² O objetivo não deveria ser dar ao bispo “*uma passagem principesca pelas freguesias*”, e sim facilitar sua visita para conhecer os seus diocesanos.⁸³

As visitas eram uma forma de legitimar a autoridade do prelado frente à comunidade católica, além de submeter os padres à hierarquia eclesiástica, do mesmo modo que sua posição de bispo decorria da obediência sempre “*no signo assinalado pelo Sumo Pontífice e sempre debaixo de sua dependência representa o Bispo a autoridade e a mesma pessoa de Jesus Cristo. Em virtude da dignidade da jurisdição liga e desliga, prega e abençoa, decreta e dispensa, ainda em nome de Jesus Cristo*”.⁸⁴

Ao fim de sua primeira e única visita pastoral,⁸⁵ dom João Nery afirma ter levado os “*benefícios*” da visita não somente às sedes paroquiais, mais a muitas

⁸¹ NERY, J.B.C. Carta Pastoral de Despedida. p 13.

⁸² NERY, J.B.C. Segunda Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana. In: Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 23.

⁸³ **Idem.** In: Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico o 1894-1918. p 22. Mesmo assim deixa recomendações de como deveria ser a cerimônia de recepção do Bispo, sendo respeitadas todas as disposições eclesiásticas.

⁸⁴ **Idem.** In: Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p 22.

⁸⁵ Essa visita foi iniciada pelo sul do Estado tendo iniciado “*no dia 14 de junho, partimos em Visita Pastoral pelo sul do Bispado. Percorremos cento e trinta léguas a cavalo, visitando as seguintes localidades: Cachoeiro do Itapemirim, S. Gabriel, São João do Muqui, Mimoso, Ponte de Itabapoana, S.Pedro de Itabapoana, Veado, Café, Alegre, Valla do Sousa, Santo André, Limoeiro, Aldeamento, Espírito Santo, Rio Pardo, Mirandas, S.Domingos, Sta. Cruz do Rio Pardo, S.Sebastião do Ocidente, Bom Jardim, Alto Guandu, Santa Joanna, Boa Família e Perdidos. Demoramos nesta visita quatro meses, tendo conseguido crismar 18 mil pessoas, mais ou menos, dar a comunhão a seis mil e fazer quatrocentos e tantos casamentos de amasiados*”. In: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894. p 35. Após um intervalo o bispo continua sua excursão “*No dia 1º de Junho partimos em visita pastoral ao norte da Diocese. Percorremos as seguintes localidades: Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Riacho, Córrego Fundo, Pau Gigante, Pendagua, Demetrio Ribeiro, Acioli de Vasconcelos, Baunilha, Mutum, Vila Colatina, porto Esperança, Porto Macarenhas, Baixo Guandu, S.João, Catita, Linhares, Povoação, Regência, S.Matheus, S. Leocádia, Terra Roxa, Barra de S.Mateus, e Itaúnas completamos desta forma a visita de toda Diocese. Extraordinário foram os frutos colhidos em toda nossa excursão pastoral, pelo que damos infinitas graças a Deus, fonte de todo bem. Durante esta visita que durou três meses se crismaram cinco mil pessoas e*

capelas, arraiais e povoações.⁸⁶ As visitas pastorais duraram quase que todo o período da administração de dom João no Estado, findando somente em 16 de agosto de 1900.⁸⁷

Após a visita pastoral, deixava recomendações⁸⁸ que abrangiam desde o estado material, até mudanças para ele necessárias para a melhoria do estado religioso da localidade.⁸⁹

receberam a Sagrada Comunhão mil e quatrocentas pessoas”. In: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894. p 43.

⁸⁶ E continuou dizendo que nos lugares mais longínquos e que por sua pobreza não podiam comportar uma visita episcopal, enviou um visitador. In: 1ª Visita Diocesana Dom João Batista Corrêa Nery (1897-1901). Vitória. Transcrição feita por Pe. Arnóbio Passos Cruz, responsável pelo Arquivo da Arquidiocese de Vitória/ES. 1995. p. 92. Foi escolhido como Visitador Diocesano o Monsenhor Jeronymo Marty. Jornal Comércio do Espírito Santo de 02 de julho de 1900. O Bispo afirma em sua Carta Pastoral de Despedida que as freguesias “ [...] *todas elas visitadas e missionadas pelo próprio Bispo, não havendo, mercê de Deus, um só povoado ou arraial aonde deixássemos de levar o pábulo evangélico, inclusive os pobres índios botocudos, cuja catequização tanto se faz mister*”. In: NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 08.

⁸⁷ A visita Pastoral exaustiva empreendida por dom Nery é um dos exemplos da influência da formação sacerdotal no Seminário de São Paulo, pois seguiu o exemplo de seu fundador dom Joaquim de Mello. WERNET, Op. Cit. p 170.

⁸⁸ Um dos exemplos dessas recomendações são as Disposições Gerais feitas na paróquia de Itapemirim:

1º *O Revdo Pároco ou quem legitimamente o substituir, fará a reforma do sacrário ou substituição das sagradas partículas ao menos de quinze em quinze dias.*

2º *Nos dias festivos (domingos e dias santificados), por ocasião da missa paroquial ou a tarde, por ocasião da bênção do santíssimo, fará uma instrução doutrinaria ao povo e nesses mesmos dias ou em outro da semana catecismo às crianças, adotando nas aulas o atual catecismo da Diocese.*

3º *Terá cuidado que se mantenha o maior asseio possível na Igreja, fazendo lavá-la de vez em quando e determinando que seja varrida sempre que for necessário, espanando-se também os altares.*

4º *Se escorçará para que haja o maior respeito possível no templo, de modo que se evitem conversações, risadas e (quod Deus avertat) que fumem em qualquer dependência da igreja, mesmo na sacristia ou corredores. Como base da ordem, uma grade deve ser atravessada no corpo da Igreja, logo acima do coro, a fim de serem separados os homens das senhoras.*

5º *É nosso desejo que nas procissões seja estabelecida maior ordem, não se permitindo de hoje por diante, não só que senhoras carreguem andores como promiscuidade de sexo atrás do palio.*

6º *Recomendamos a solicitude do Revdo vigário também outros povoados anexos a esta freguesia, como Rio Novo, Venesuela e Barra. É conveniente a ida à esses lugares, ao menos, uma vez por mês e lá estando não deve limitar-se a fazer batizadas, casamentos, e celebrar missa; mas deve doutrinar o povo, recitar o terço a tarde, etc.*

7º *Em relação a casamentos empregará todos os meios a seu alcance, a fim de que os contraentes se mostrem previamente habilitados em proclamas e mais diligencias do estilo e se confessem antes de receber esse grande sacramento, como diz S.Paulo.*

8º *Finalmente cumprirá e fará cumprir tudo quanto determinarmos neste provimento, além do mais que exigem as leis da Igreja.* In: Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. p. 05, 06,07. In: Livro de 1ª visita de Pastoral de D.João B. Corrêa Nery.

⁸⁹ Sobre o número de sacramentos ministrados encontramos In: “Visitas Pastorais”. O Comércio do Espírito Santo. 11 de janeiro de 1901. Traz o “resumo dos principais trabalhos” das visitas pastorais, desde o começo do episcopado do “Exmo. Sr. D. João Batista Corrêa Nery” até a presente data: crismaram-se 55.141 pessoas, sendo 27.770 do sexo masculino e 27. 371 do sexo feminino distribuíram-se 17.522 comunhões e legitimaram suas uniões perante a Igreja 1.078 casais. “*Com se vê mais ou menos a terça parte da população do Estado recebeu o sacramento do crisma*”. O único número que está com pequena margem de diferença entre esses dois documentos é o do número de comunhões. Não esquecer que o Espírito Santo possuía, segundo registro

1.2 Sacramentos: Domínio do Sagrado

É possível que algumas vezes nossa insistência pela prática religiosa, especialmente pela recepção do sacramento da Penitência e da Eucaristia, vos parecesse exageração. Não só cumpríamos, entretanto, a determinação apostólica obsecra, increpta in omni patientia et doctrina, como lançávamos os fundamentos da verdadeira religião, que se não contenta com atos espetaculosos do culto externo, mas exige a forma interior e espiritual.⁹⁰

Os Sacramentos eram fundamentais para o reforço da hierarquia, visto que o ministério da sacração é de exclusividade do clero, garantindo a legitimidade do sagrado.⁹¹ Entretanto, a irregularidade do sacramento, seja pelo trabalho “displicente” ou pela ausência do padre, fez esse elo entre hierarquia e fiel ínfimo, tornando os leigos à base do catolicismo tradicional com ampla autonomia, sendo eles os grandes divulgadores da fé e devoção aos santos e não necessariamente de sacramentos. A visita pastoral deveria servir para revigorar os laços entre fiéis e eclesiásticos, e a importância dos sacramentos como fundamentos do catolicismo.

Tanto a regularidade quanto a organização dos atos religiosos, preocupação geral dos “bispos reformadores” foram pontos primordiais da administração de dom João Nery, que se deparou com a situação religiosa difícil e desanimadora descrita pelo padre Pedrinha,⁹² que em termos como “*mísero*

do próprio bispo, aproximadamente 150 mil almas, e possuindo uma extensão territorial de 44.839 Km. q.s. , de 75 a 80 léguas de norte a sul e 25 a 30 de leste a oeste. In: Carta Pastoral de Despedida. p 7.

⁹⁰ NERY, J.B.C. Carta Pastoral de Despedida. p 08.

⁹¹ BENCOSTTA, Apud Romualdo Dias. Op. Cit. p. 63.

⁹² Livro: Portarias Circulares Pastorais Documentos do governo Eclesiástico. 1894-1918: “*O Pe. Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha natural do Estado do Espírito Santo, ex-vigário do Paty do Alferes, no estado do Rio de Janeiro, teve provisões datadas de 24 de dezembro de 1894, de arcepreste neste estado do Espírito Santo*”.

estado”, designa a situação da matriz, onde segundo ele estava tudo “*desconcertado, tudo lixoso e imundo*”.⁹³

A situação descrita pelo arcepreste, em plena capital, era de total abandono com atos paroquiais, com casamentos, sendo celebrados à noite, em meio a conversas; enquanto as missas solenes não tinham hora marcada, começando muitas vezes ao meio dia. Descreve a dificuldade que era pregar devido à “*algazarra*” dentro da igreja, o que demonstra que a população não estava acostumada à pregações.

As missas ocorriam entre festejos e depois cantavam um Te Deum, sempre pela metade; além disso, não havia preocupação com horários sendo costume o batizado depois de dois ou três dias da criança ter nascido, quando a criança já estava “*durinha*”.

A importância da criação do Bispado para uma maior aproximação entre o bispo e seus subordinados era patente, pelo estado material em que se encontrava a paróquia de São João de Carapina “*abandonada aos morcegos*” e, “*não se parecendo com um templo católico*”.⁹⁴

Os sacramentos católicos, tão caros aos ultramontanos,⁹⁵ eram relegados à segundo plano, entre as festas e pompas; tanto que as confissões da quaresma haviam sido abolidas há mais de dez anos.

Era comum a “*falta de respeito no templo*” e o pouco caso com o sacramento da confissão,⁹⁶ essas situações procediam da permanência de uma

⁹³ Livro: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico: 1894-1918. Maria Stella de Novaes, em seu livro História do Espírito Santo, cita vários trechos desse documento, mas sem registrar a fonte, o que é compreensível já que a autora, embora pesquisadora assídua dos documentos referentes à história do Estado não fosse, entretanto historiadora.

⁹⁴ Livro Portaria Circulares Pastorais e Documentos do Governo Eclesiástico: 1894-1918. O arcepreste afirma ter feito “*reformas dentro do possível*”, pois a “*pobreza material da população*” era grande. Pela situação descrita pelo arcepreste das paróquias em que assumiu como vigário, paróquia de Carapina e N.Sra. da Vitória, temos uma noção da situação material calamitosa da Igreja nesse Estado. Carapina atualmente faz parte do município da Serra, região da grande Vitória.

⁹⁵ AZZI, Riolando. Evangelização e Presença junto ao povo. Aspectos da História do Brasil. Revista Convergência, Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983. n 164. julho/agosto. Segundo Azzi, em oposição ao caráter tipicamente devocional do catolicismo colonial, o reformado colocava ênfase na vivência sacramental, ou seja, na frequência de recepção da confissão e da comunhão. Essa vivência sacramental por sua vez, supunha uma vinculação muito maior dos católicos ao clero e a hierarquia eclesiástica, conforme o espírito tridentino.

⁹⁶ Livro Portaria Circulares Pastorais e Documentos do Governo Eclesiástico: 1894-1918. Sendo um “típico” padre ultramontano, o arcepreste procurou preparar o povo na semana santa, pedindo respeito e explicando

“autocompreensão” distinta da ultramontana e do reduzido número de padres o que tornava as visitas pastorais fundamentais para avigorar os sacramentos e ao mesmo tempo fortalecer a hierarquia.⁹⁷

A visita pastoral foi o instrumento utilizado para reforçar a autoridade sacerdotal, segundo a tese romanizadora da autoridade hierarquizada.⁹⁸ O interesse do bispo não era apenas conhecer as necessidades do seu “rebanho”, mas também aos padres, pois “[...] *não basta produzir filhos para Jesus Cristo, convém ainda nutri-los afim de que se tornem adultos na fé e na virtude[...]*”.⁹⁹

Dentre os traços essenciais do projeto romanizador, segundo Oliveira, destacam-se a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e o senso da hierarquia eclesiástica. Dessa forma, segundo esse modelo, o “bom católico” era aquele que freqüentava regularmente os sacramentos e obedecia incondicionalmente à autoridade eclesiástica.¹⁰⁰ Sendo assim, embora houvesse uma prática religiosa anteriormente, ela não era aceita, sendo condenada e considerada como falta de conhecimento da “verdadeira religião”. Muitos padres, além de não discordarem desse catolicismo, participavam ativamente de suas práticas anteriores. Serão os padres com mentalidade tridentina que irão condenar essas práticas do catolicismo tradicional, muitas vezes entrando em choque com a população para impor um catolicismo ortodoxo.

Essa compreensão da hierarquia e seus seguidores ultramontanos do que seria a fiel religião católica é que desfaz o que parece ser uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que afirmava ser o povo “religioso”, dom João Nery defendia mudanças “urgentes” para fortalecer a religiosidade dos seus diocesanos.¹⁰¹ O

sobre a importância da confissão, mas mesmo assim o resultado não foi o esperado, pois houve “*falta de respeito no templo*” poucas confissões em Vitória e nenhuma em Carapina.

⁹⁷ “[...] *Si como acabais de ver, caríssimos filhos e irmãos, muito amados, é imprescindível o dever da visita em todas as circunstancias, muito mais o é para aqueles que se acham, como nós, a frente de um rebanho tão esparso, e, por falta de sacerdotes, tão cheio de necessidades espirituais.*” Segunda Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana. In: Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 23.

⁹⁸ **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 60.

⁹⁹ **NERY**, J. B. C. Segunda Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana. In: Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 23.

¹⁰⁰ **OLIVEIRA**, Op. Cit. p 284.

¹⁰¹ Visita Pastoral à paróquia de S.João Batista de Cariacica. 1º /12/1897. p. 34. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

bispo reconhecia a fé de seu “rebanho”, mas não sendo a encaminhada por Roma e não sendo tridentina e sacramental precisava então ser “purificada”.¹⁰²

Compreendia a hierarquia ultramontana que faltava à população o conhecimento da “verdadeira religião”. Por acreditar que faltava “educação religiosa” ao povo é que o episcopado brasileiro dará prioridade à pregação.¹⁰³

Por essas razões, a visita pastoral, principal instrumento de romanização empreendido por dom João Nery, priorizou a educação religiosa seguindo invariavelmente a seguinte rotina: de manhã missa com comunhão e uma prática doutrinária; ao meio dia administração da crisma,¹⁰⁴ fundamental para confirmar a religião e a fé no catolicismo, principalmente em um ambiente de liberdade religiosa;¹⁰⁵ à tarde, aula de catecismo para as crianças, que se preparavam para a primeira comunhão; às seis da tarde recitação do terço. As visitas começavam cedo e eram, então, organizadas para que os fiéis estivessem preparados para o recebimento dos sacramentos, sempre ocorrendo uma parte educativa o “*doutrinação*” incentivando a prática aos sacramentos.¹⁰⁶

¹⁰² Oliveira, apud Beozzo. p. 289.

¹⁰³ Documento de 1890, redigido por dom Macedo Costa, arcebispo da Bahia, e que servirá de orientação para todos os bispos do Brasil. Esse documento foi transcrito no livro de: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e Dominação de classes*. p 276. Oliveira afirma que também Julio Maria foi um dos grandes propagadores da necessidade de doutrinação do povo.

¹⁰⁴ O bispo recomenda que os párocos deveriam instruir os fiéis sobre o sacramento do crisma para habilitá-los para receberem o mesmo sacramento. Deveria haver então uma preparação para que o fiel pudesse crismar. No apêndice da Carta anunciando sua visita pastoral o bispo afirma que o crismando deveria “*purificar o seu coração de todos os pecados mortais*” para isso deveria se confessar com antecedência, (de novo a intercessão do padre detentor do sagrado). Só em caso de motivo de “*impossibilidade absoluta*” o fiel poderia prepara-se com atos de “*verdadeira contrição*” e “*perfeito arrependimento*”, mas deveria se confessar assim que pudesse; o crismando deveria saber o Credo em Deus Pai, os Mandamentos, o Padre Nosso e os Sacramentos, pois deveria crer e confessar todas as verdades da Igreja; deveria ir vestido com limpeza e modéstia e as mulheres com a cabeça coberta. O padrinho deveria ser pessoas batizadas, crismada e no uso da razão. Exigia-se que o padrinho não fosse nem pai, nem mãe da criança, nem padrasto nem madrasta (muitos padres tinham os filhos como afilhados), não poderia ser religioso ou religiosa de qualquer ordem, a menos com licença do padre; não poderia ser “*notoriamente escandalosa nem manifestamente excomungada*” e por fim deveria saber os “*rudimentos da fé*”.

¹⁰⁵ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora d’Assunção de Anchieta. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery. Segundo o bispo “*todos os dias, ao meio dia, administramos o sacramento do crisma*”.

¹⁰⁶ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora d’Assunção de Anchieta. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery. Cúria. Também na visita à paróquia de Viana dom Nery recomenda “[...] o *doutrinação do povo, por praticas aos domingos e dias santos, por aulas de catecismo as crianças, etc*”. Visita Pastoral a N.Sra da Conceição de Viana. p.22.

Além da reforma da hierarquia eclesiástica, também se procurava conter a religiosidade popular, moldando o catolicismo ao estilo romanizado, por isso era fundamental que o clero assumisse o trabalho de instruir e educar o povo, segundo as orientações tridentinas. Desse modo nas visitas pastorais era constante o pedido aos padres para que se dedicassem à “*instrução do povo*”, e indicando as “*Explicações dos Evangelhos de Guillois e doutrina às crianças*”.¹⁰⁷

Através da catequese das crianças pretendia-se, cortar o “mal pela raiz”. A educação religiosa era justificada como “importante” e “útil”, devido suas vantagens,¹⁰⁸ desenvolvendo a inteligência da criança, formando seu coração e caráter. A criança aprenderia com facilidade a raciocinar e ao mesmo tempo aprenderiam a obediência à lei, o respeito aos pais e superiores, o amor à virtude. A preocupação seria com o “futuro cidadão”, tendo uma instrução que seus pais não poderiam dar, seja por falta de tempo, ou porque os pais não conheciam “suficientemente a doutrina cristã”.

Percebe-se na defesa da catequese como auxiliar no desenvolvimento da criança a tentativa da hierarquia em mostrar que não havia discrepância entre conhecimento e religião. Sendo alvo de ataques de grupos liberais que a tinham como conservadora e arcaica, tentava a Igreja mostrar o quanto era necessária para a sociedade não só pela atuação intelectual, mas também como formadora de cidadãos obedientes à lei e aos seus superiores. Com esse discurso procurava

¹⁰⁷ Visita Pastoral a Paróquia de N. Sra. d'Assunção de Anchieta. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery. p. 12. A mesma indicação ocorre na visita em N.Sra do Rosário.p 27.

¹⁰⁸ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 27. “*Esta aberta uma aula de 4h. as 5h. da tarde. Aos sábados pra meninas , as quartas para meninos. Não é necessário mostrar aqui a importância e utilidade desse ensino religioso, pois todo mundo compreende suas grandes vantagens. Os próprios homens adversos a religião tem-no recomendado; para quanto o catecismo desenvolve a inteligência da criança, forma-lhe o coração, o caráter. O fato, é ele um compêndio admirável que encerra em si, de um modo perfeitamente adaptável a inteligência tenra ainda das crianças , todas as verdades filosóficas e cristas, de tal jeito que o aluno aprende sem nenhum esforço a raciocinar. Ora, todos os professores, mesmo de adultos, verificam que a dificuldade do ensino nasce principalmente de não saberem os seus discípulos refletir sobre os livros, raciocinar sobre a matéria que estudam, ou como se diz na gíria escolar, digerir o que lêem. Além disso, pelo catecismo aprendem os meninos a obediência a lei, o respeito para com seus pais e superiores, o amor enfim a virtude. Estas primeiras impressões durarão toda a vida, conservarão firmes a anos, trarão a outros, depois dos desvarios da mocidade, a vereda da virtude, e ainda na velhice servirão de consolação a muitos. O exm. Sr. Bispo Diocesano, que tanto se interessa pela criança, pelo nosso futuro cidadão, espera que todos os pais de família desta capital mandem seus filhinhos a aula de catecismo, para receberem ali a instrução que seus pais não lhe poderão administrar- uns porque não dispõem de tempo, outros por não conhecerem suficientemente a doutrina crista para ensinar*”.

mostrar aos dirigentes como sua doutrina era importante para qualquer tipo de governo, entretanto, deveria ser a “verdadeira doutrina cristã”.

Deixava nas paróquias visitadas “mandamentos” sobre a regularidade dos sacramentos e sua importância, medidas que considerava necessárias para melhorar a situação material e religiosa da população; além de indicações aos padres.¹⁰⁹

A uniformidade da administração dependia da adoção dos direcionamentos do bispo, por isso ele foi insistente no uso do catecismo da diocese e não outros que ainda existiam, e que poderiam conter pensamentos “iluministas” ou provavelmente inspiração regalista e jansenista, visto que os antigos documentos da Igreja do período colonial e imperial foram influenciados por esta mentalidade que defendia a preponderância do poder temporal sobre o religioso.¹¹⁰

O domínio do Sagrado conferia à Igreja um poder sobre os fiéis e só na falta de um padre é que os leigos poderiam assumir a liderança.¹¹¹ Essa postura justifica a importância em conseguir suprir as paróquias de padres, mas somente

¹⁰⁹ A recomendação para a regularidade que deveria ocorrer os sacramentos era um dos mais constantes: “*Determinamos que em todos os domingos haja sempre na matriz a missa paroquial e a tarde a benção do S.Sacramento, fazendo n’uma ou n’outra ocasião o Revdo. Vigário uma instrução catequista. Que haja, em um dia da semana, aula de catecismo para as crianças de ambos os sexos, ensinando-se o catecismo da Diocese e não outro*”. Visita Pastoral a Paróquia de S.Pedro do Cachoeiro de Itapemirim. Com poucas diferenças a mesma recomendação é feita na Paróquia de S.Pedro de Alcântara de Itabapoana, na freguesia de S.José do Calçado; na Paróquia de S.Miguel do Veado; na Capela do E.S. do Rio Pardo; na Freguesia de S.Sebastião do Alto Guandu.. Em algumas paróquias o bispo chegou a definir o horário das cerimônias, sempre frisando a importância da explicação do evangelho, da benção do Santíssimo Sacramento, e da instrução religiosa sobre a doutrina e os preceitos religiosos; além do catecismo para as crianças. In: visita pastoral à paróquia de N.Sra. Vitória. In: Livro de 1ª visita pastoral D.João B. Corrêa Nery.

¹¹⁰ Nas visitas feitas em São Paulo pelo bispo dom Joaquim Melo, foi exigida a substituição dos muitos catecismos utilizados na diocese, sendo que esses em sua maioria de inspiração regalista e jansenista, tendo o bispo elaborado um novo catecismo diocesano único a ser permitido. **WERNET**, Augustin. Op. Cit. 97. Para que fosse renovada a Igreja a partir do direcionamento romano os antigos livros utilizados com características anteriores ao ultramontanismo, foram tirados de circulação, como o que ocorreu na visita a Cariacica onde d. Nery retirou dois livros chamados ‘baptisterio’ que eram utilizados pelos antigos vigários na administração dos sacramentos. In: Visita Pastoral à paróquia de S.João Batista de Cariacica. p. 31. Op. Cit. De acordo com Wernet “*Concomitantemente a essa reorientação tridentina, percebe-se a penetração do catolicismo ultramontano. Um dos elementos básicos a garantirem o êxito nesse sentido foi a doutrinação levada a cabo com base em livros ultramontanos [...] Livros de tendência racionalista- iluminista foram substituídos por obras ultramontanas.* **WERNET**, Augustin. Op. Cit. p 172. e na página 173 existe uma relação de livros condenados.

¹¹¹ Visita Pastoral a Colônia de Todos os Santos. p. 74. In: Livro 1ª Visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery. No caso da colônia de Todos os Santos, dom Nery permitiu que nos domingos e dias santos, na falta de sacerdote todos os colonos deveriam se reunir nas capelas para cantar o veru creatur spiritus, assistirem a leitura do livro dos evangelhos, cantar ladainha, vésperas de Nossa Senhora e o rosário

serviria os que aceitassem a autoridade hierárquica e compactuassem com sua mentalidade.¹¹²

O projeto ultramontano não perdeu o rigor da “*moralização*”,¹¹³ exigindo o máximo de “*respeito e acatamento*” aos sacramentos.¹¹⁴ Os vigários deveriam evitar a “*promiscuidade entre homens e senhoras*” e sugere em muitas regiões que fosse colocado uma grade para que isso ocorresse.¹¹⁵

Esforçar-se há para que haja muito respeito na Igreja, de modo que se evitem conversação, risadas, fumaças nos corredores ou mesmo na sacristia. Com base da ordem, a grade que existe acima dos altares de S.Benedito e Passos devem ser transferidos mais para baixo e uma segunda grade deve ser colocada no arco

¹¹² Ainda constava no roteiro da visita uma Estação pelos defuntos, preces pelos finados, visita ao Sacrário do SS. Sacramento, do Batistério, Santos Óleos, paramentos, sacristia. Na Estação pelos Defuntos: Reuniriam-se as irmandades com tochas acesas, e ficariam postadas no corpo da igreja de um e outro lado, o clero com vigário colocariam de uma e outra banda da capela mor, tendo nas mãos o Ritual, ou Breviário para salmos e preces. No meio da capela-mor, entre quatro castiçais com velas acesas estendia-se um pano preto. Limpava-se o cemitério ou catacumbas e o caminho por onde havia de passar a procissão, com o repicar dos sinos de todas as igrejas do lugar. NERY, J. B. C. Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira Visita Diocesana. Vitória. Papelaria e tipografia A. Moreira Dantas. 1897. p. 25.

¹¹³ D.Joaquim de Melo se engajou em uma luta pela reforma da moral pública e do clero, em um plano puramente religioso. WERNET, Op. Cit. p 47.

¹¹⁴ É recorrente nas visitas pastorais recomendações expressas para se observar o “*respeito ao silêncio devido aos templos e conveniência nos atos religiosos*” na visita pastoral a capela de S. Gabriel (paróquia de Cachoeiro de Itapemirim); na visita pastoral a capela de S.João do Muqui “[...] *ao senhor vigário, a quem pedimos muito vista pelo silêncio na igreja e conveniência nos demais atos religiosos, especialmente nas procissões*”; na visita à Capela de S.Sebastião da Vila da Ponte de Itabapoana “*procure-se manter o maior silêncio na capela e ordem em todos os atos religiosos*”; na visita pastoral a paróquia de S.Pedro de Alcântara de Itabapoana: “*Manterá o maior silêncio possível na Igreja, quer antes, quer durante e depois dos atos religiosos*”; visita pastoral à Capela de N.Senhora da Conceição do Castelo (Aldeamento) “*haja na capela sempre o maior respeito possível e muito silêncio*[...]”; visita pastoral à Freguesia de N.Senhora Mãe dos Homens de S.Pedro do Rio Pardo “*Tanto na Igreja como na sacristia reine sempre perfeito silêncio*”. In : Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

¹¹⁵ Visita Pastoral a Paróquia de N. Sra. do Rosário. p 27. A mesma recomendação foi feita na visita a Paróquia de Cariacica: “[...] *façam se duas grades: uma no arco cruzeiro, outra pouco acima das portas laterais. Feito isto, mantenha-se separação entre os homens e mulheres, ficando os homens abaixo e acima das duas grades e as senhoras entre elas*”. Visita Pastoral a Paróquia de S.João Batista de Cariacica. In: Livro de 1ª Visita Pastoral D.João B. Corrêa Nery. p. 33. No mesmo documento na visita pastoral na paróquia de S.Pedro de Alcântara de Itabapoana encontramos a seguinte recomendação: “[...] *logo acima das portas laterais, que se acham no corpo da igreja, uma grade de separação de homens e mulheres*”. Na paróquia de Nossa Senhora da Penha do Alegre de novo a mesma recomendação: “[...] *Coloquem algumas grades na igreja, de modo que haja absoluta separação entre homens e mulheres, nos atos religiosos...*”; na paróquia de N.Senhora da Conceição do Castelo (Aldeamento) “[...] *Haja na capela sempre o maior respeito possível e muito silêncio, fazendo bem o dual encarregado ou quem suas vezes fizer, se possível a separação dos homens e senhoras*”.

*cruzeiro, de vendo a ficarem as senhoras entre as duas grades e os homens abaixo da primeira e acima da segunda.*¹¹⁶

Segundo Maria Stella de Novaes,¹¹⁷ com a Criação do Bispado “*aproximava-se a era da renovação espiritual no Espírito Santo*”, pela criação de sua própria Diocese. Embora os registros deixem a impressão de uma renovação da religiosidade, o que de fato ocorria era a implantação da concepção ultramontana e com ela o que era considerada a “verdadeira religião”. O bispo e padres imbuídos do pensamento tridentino só conseguiram perceber essa outra religiosidade como “ignorância” que deveria ser combatida e “moldada”, segundo os ditames de Roma.

O bispo ‘*visitador*’, em algumas localidades, relata com otimismo o resultado da visita pastoral, que para ele foi “*consolador*”, enumerando a quantidade de comunhões e casamentos religiosos. Fica feliz quando há “*crecido número de pessoas*” aos sacramentos. Do mesmo modo, na visita à Colônia de Todos os Santos registra “*Ficamos contentíssimos do fruto real e consolador que obtivemos desse apostólico trabalho*”.¹¹⁸ Na paróquia de S. Pedro de Alcântara de Itabapoana “*crecido foi o numero de fieis*”.¹¹⁹

Em Cariacica a visita foi boa por ter sido “*enorme o número de pessoas que se confessaram e se aproximaram da comunhão*”. Além do grande numero de pessoas amasiadas ou só casadas no civil que legitimaram perante a igreja suas uniões.¹²⁰

Também os jornais reforçam a visão de “renovação” pela qual passava a Igreja, afirmando terem sido muito concorridos os atos religiosos da catedral.¹²¹

¹¹⁶ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora d’Assumpção de Anchieta. 10 de outubro de 1897. p.02. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery. O bispo parece ter enfrentado o mesmo problema na paróquia de N. Sra do Rosário, pois pede ao vigário que tente manter “*o maior respeito possível*” dentro da igreja. p. 27.

¹¹⁷ NOVAES, Maria Stella de. O Relicário de um povo. p 105.

¹¹⁸ Visita Pastoral à colônia de Todos os Santos. p. 74. In: Livro de 1ª Visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

¹¹⁹ Visita Pastoral à Paróquia de S.Pedro de Alcântara de Itabapoana. In: Livro de 1ª Visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

¹²⁰ Visita Pastoral à paróquia de S.João Batista de Cariacica. 1º /12/1897. p. 30. Livro de 1ª Visita de Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

¹²¹ O comércio do Espírito Santo. Vitória, 11 de abril de 1900.

Sobre as cerimônias é relatado a “*enorme concorrência dos fiéis*” e que a exigência feita para que houvesse ordem estavam sendo respeitadas, apesar do grande número de participantes.¹²²

As festas, segundo os jornais, ocorriam com “*grande brilhantismo*”, “*sendo para notar a ordem e respeito observados em todas estas cerimônias, o que deve ter enchido de satisfação*” o bispo, visto os “*magníficos resultados de sua benéfica influência*”.¹²³

Ao contrário da “algazarra” registrada pelo monsenhor Pedrinha, nas missas a partir da intervenção do prelado o silêncio era observado, sendo o canto “*sempre ouvido com profundo e admirável silencio pela enorme massa do povo*”.¹²⁴ Na Semana da Paixão, dom João fez uma pequena missão, tendo o Episcopal Santuário ficado “*repleto de fiéis*” o que faz o bispo “*confessar*” que foi nessa semana que começaram a aparecer os “*primeiros sinais de melhora no espírito religioso pratico dos habitantes de Vitória*” e com “*imensa consolação para minha alma, até então amargada*”.¹²⁵ No mês mariano de 1899, também teve “grande concurso de fiéis”.¹²⁶

A importância dada ao número de fiéis que recebiam os sacramentos se devia ao fato de serem estes os “medidores” da religiosidade da população, e da mudança da prática de um catolicismo autônomo para um catolicismo no qual o clero era o elo entre o céu e o fiel.

¹²² “Semana Santa”. *O Comércio do Espírito Santo*. 17 de abril de 1900. “*No meio de enorme concorrência dos fiéis e da mais evangélica ordem, tiveram lugar na catedral os atos que sintetizam o fato que, na história santa, se desenrola nesses sete dias consagrados a Páscoa. Desde o domingo de Ramos até o Domingo da Ressurreição não houve um só crente que não fosse à Catedral assistir, ainda uma vez, as cenas do drama doloroso, que traduz o martírio do Calvário ou o que rememora a igreja nesses dias. [...]. O luto da igreja casava-se muito bem com o sentimento religioso de todos que iam à Catedral. Não houve um só ato que não se manifestasse o sentimento religioso da população e disso deve estar convencido o nosso preclaro bispo D. João Nery, que tem sabido manter-se neste alto cargo da igreja com a maior dignidade possível e acerbado de aplausos desse povo que o venera, porque d. João Nery, faz-se credor dessa estima, dessa veneração*”. Diz que na procissão do Enterro estiveram mais de 3000 pessoas. Também havia “significativa concorrência de fiéis” nos terços de N.Senhora na igreja do Rosário. In: *O Comércio* de 19 de outubro. 1900.

¹²³ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 29 de maio 1900. O que constata o respeito da autoridade do bispo.

¹²⁴ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 18 de agosto de 1900. p 02.

¹²⁵ Semana da Paixão. In: *Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918*. p 33. Ocorrida em 20 de março de 1898. Nesse registro ele demonstra como até então estava insatisfeito com a religiosidade da população.

¹²⁶ *Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918*. p 35.

Essa satisfação era, entretanto, intercalada com períodos de desânimo com a “renitência” ¹²⁷ do catolicismo popular. Na visita pastoral à paróquia de N. Senhora do Amparo de Itapemirim, dom Nery ficou abatido quando só quatro pessoas se crismaram, ficando contudo feliz quando em outro dia na celebração do santo sacrifício da missa um “*bom número de fieis*” comungaram. ¹²⁸

Entretanto, dom Nery faz uma avaliação negativa da religiosidade desse povo, pois

(...) com pesar, notamos que o povo deste município não se apresentava, como era de esperar, aos atos religiosos, sendo por esse motivo quase insignificante, nos últimos dias o numero de pessoas, que iam a Igreja. Esperamos que esse mal seja, aos poucos, corrigido. ¹²⁹

A situação religiosa era muitas vezes descrita como crítica, chegando o bispo a afirmar ser “*doloroso o triste abandono em que se acham tais povoados*”. ¹³⁰ Em algumas igrejas faltava até o básico para a realização das cerimônias religiosas. ¹³¹

Contudo, apesar do abatimento, as mudanças ocorridas na religiosidade da população podiam ser percebidas nas grandes datas religiosas:

Nunca as festas de natal atingiram maior esplendor nem maior concorrência, sem, contudo dar-se a confusão entre o Sagrado e

¹²⁷ Sobre a permanência do catolicismo popular, ver: **FAUSTINO**, Evandro. O Renitente Catolicismo Popular. Tese de Doutorado. USP. Concorde com a sobrevivência do catolicismo popular, contudo ele permanece como resistência, pois aspectos fundamentais de suas características foram suplantados por ultramontanos.

¹²⁸ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. 16 de setembro de 1897. Livro 1ª Visita Pastoral D. João B. Corrêa Nery. 1º Bispo 1897/1900.

¹²⁹ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. p. 05. In: Livro de 1ª visita Pastoral D. João B. Corrêa Nery

¹³⁰ Visita Pastoral a Paróquia de N. Sra. d'Assumpção de Anchieta. In: Livro de 1ª Visita Pastoral de D. João B. Corrêa Nery. p. 12.

¹³¹ Segundo relato do Pe. Pedrinha “*A matriz, que se achava muito suja e estragada, foi asseada, a esforços do atual encarregado Monsenhor Pedrinha. Os paramentos não são decentes, faltando até o necessário ao culto. Há missa paroquial de mês em mês e as vezes de dois em dois meses, sendo o povo avisado de muita antecedência*”. Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p. 21
A situação material da matriz corresponde ao que foi encontrado em quase todas as paróquias visitadas.

*o Profano. [...] Repleta a mesa da comunhão de crescido número de jovens, a catedral repleta de fieis, parecia estar revivendo o espírito religioso de nossos antepassados com o fervor que dedicaram-se ao culto sagrado [...]. A criação do Bispado começa a frutificar nesse respeitoso concurso aos templos, sem mais aquele alarido que confrangia as almas, vendo s igreja a tocar ares de teatro na inconveniência de palestras, e no descuido das reverências. [...].*¹³²

Em um discurso que compactua com a “reforma” encabeçada pelo bispo, o jornal valoriza a “concorrência” às festas de natal, principalmente, porque não houve a confusão entre o “sagrado e o profano” como antes ocorria. Sendo essa uma das principais características do catolicismo popular, era sinal de que, mesmo que ainda houvesse festas religiosas com cunho “profano”, aos poucos, ocorria uma postura de aceitação das medidas do bispo. Na missa o bispo era ouvido com “maior acatamento e respeito”, exigência constante em suas visitas pastorais, quando condenava os atos de “exterioridades” e defendia a fé interior. O culto deixa de ocorrer com o “alarido que confrangia as almas” e ao invés do panegírico dos santos e as “inconvenientes palestras”, agora a pregação era doutrinária, voltada para a educação do povo sobre os dogmas católicos.

A constatação da “decadência” religiosa encontrada por dom João Nery é seguida da afirmação de melhorias devido à administração do bispo, que “dotado de todos os dotes oratórios, natural simpatia e a privilegiada propriedade de ensinar”. A fase ficaria conhecida como a época de “verdadeira restauração do amor e respeito devidos às casas de oração”. O artigo demonstra que muitos compartilhavam da idéia de “restauração” religiosa implantada na administração de dom João Nery, contudo, percebe-se que existia oposição.

1.3 Antigas Irmandades

¹³² “As Festas”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 28 de dezembro de 1897.

*Além do Apostolado da Oração e da Associação de N. Senhora Auxiliadora que, nas visitas pastorais, estabelecemos em quase todas as paróquias da Diocese, há ainda na capital como em outras paróquias, irmandades, ordens terceiras (só na capital) e confrarias. Acham-se todas, porém, tão decadentes, que nem mais cumprem seus próprios compromissos, limitando-se a celebrar, com regular pompa, a festividade de seus oragos.*¹³³

As irmandades e ordens terceiras, “núcleo”¹³⁴ da prática religiosa organizada do catolicismo tradicional, eram administradas pela mesa provedora, nomeada por confrades leigos, sendo o seu capelão contratado para função estritamente religiosa não interferindo na parte administrativa. As confrarias serviam tanto para atenuar os conflitos e violências da sociedade quanto como instrumento de resistência e de ação social.¹³⁵

A intolerância a essas “expressões típicas”¹³⁶ do catolicismo tradicional ocorreu quando mudou a autocompreensão da Igreja e sua prática pautou-se nos princípios do Concílio Tridentino. Assim, a romanização foi implantada no Brasil no contexto da expansão imperialista¹³⁷ com todas as modificações econômicas e sociais advindas desse processo. É a partir desse momento que as práticas religiosas do catolicismo antes aceitas, tornaram-se inadequadas passando a ser combatidas pela Igreja.

No final do século XIX, as irmandades continuavam, no Espírito Santo, como “foco” do catolicismo tradicional, organizando festas e com ampla autonomia religiosa. Apesar de dom João Nery e párocos de diversas regiões considerarem

¹³³ NERY, dom J.B.C. Carta Pastoral de despedida. Op. Cit. p 11.

¹³⁴ BEOZZO, José Oscar (org). História da Igreja No Brasil. In: A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. 2ª ed. Paulinas. p. 13.

¹³⁵ WERNET, Op. Cit. p 19. Essas podiam se distinguir, segundo Wernet, em dois tipos: as irmandades de misericórdia com funções de caritativas; e as confrarias de fins culturais e devocionais cuja finalidade principal, era o culto ao seu santo patrono. As Ordens Terceiras também eram corporações de leigos, só que subordinados às ordens religiosas tradicionais. Ainda existiam os agrupamentos de fins culturais sem organização formal, como por exemplo, as “companhias”, as “folias” e os “reisados”, que se responsabilizavam pela realização de determinadas festas.

¹³⁶ *Ibidem*, op. Cit. p 19 à 25. Até o ordenado do capelão era fixado pela Mesa diretora da Irmandade

¹³⁷ *Ibidem* O autor analisa a implantação do projeto ultramontano como parte da expansão imperialista do século XIX.

as irmandades decadentes, mal administradas¹³⁸ e pouco freqüentadas por seus confrades,¹³⁹ eram elas, na verdade, as principais representantes do catolicismo da época.¹⁴⁰

As reclamações dos vigários eram constantes, já que muitas “nenhum serviço” prestavam aos mesmos, “exceto nas festividades”¹⁴¹ e, apesar de serem legais e canonicamente constituídas, tinham o fim único de festejar anualmente o santo.¹⁴² Havia irmandades apenas com permissão paroquial, sendo sua administração muitas vezes desconhecida do vigário.¹⁴³ Alguns padres foram mais enfáticos na crítica às irmandades, afirmando que as mesmas eram “todas desorganizadas” e não cumpriam seus compromissos.¹⁴⁴

A autonomia administrativa de que dispunham as irmandades era cada vez mais questionada pelos padres, que também criticavam o costume de alguns confrades conseguirem títulos através de “subterfúgios”, o que reforçava o caráter profano e autônomo dessas associações, tornando-as mais políticas e sociais do que religiosas.¹⁴⁵ Por esses motivos muitos padres são enfáticos na necessidade

¹³⁸ Como as irmandades de São Benedito e N.Sra. do Rosário de Itapemirim. Ou a irmandade do S.Benedito da freguesia da serra, que segundo seu vigário era “*mau administrada*”. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897.

¹³⁹ Ao longo do ano de 1897 encontramos notícias de ausência de sócios nas reuniões das irmandades.

¹⁴⁰ Nos jornais de 1895, por exemplo, são constantes os anúncios de festas organizadas pelas irmandades.

¹⁴¹ E continua o Pe. José Duarte Carneiro: “[...] ou quando sai o sagrado viático que a do S.Sacramento se presta por ser obrigada”. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897.

¹⁴² Relato do Pe. Francisco Antunes Sequeira referindo-se às irmandades de S.Benedito da cidade do Espírito Santo. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897.

¹⁴³ O Vigário de Cariacica João Marques Rebello, diz haver a de S.Benedito de S.Filadelfo em Cariacica, mas que a mesa administradora nunca prestou conta a sua pessoa, apesar das constantes advertências. Diz que o espírito que a anima é apenas promover a festa e o culto com o maior esplendor possível do santo devoto. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897.

¹⁴⁴ Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico: 1894-1918. Registrado feito pelo então Arciepreste Pedrinha.

¹⁴⁵ “[...] a questão do novo titulo de patrimônio de Nossa Senhora da Penha e fazendo crer que brevemente em setembro vai para essa cidade como deputado a pessoa que por subterfúgios obteve o titulo em nome da Irmandade e que ai chegando antes de ser anulado aquele titulo poderá dar ocasião de maior dificuldade para si conseguir um titulo legal e mais conveniente, (...) intervenção da Irmandade que geralmente afastando-se do espírito sob que é constituída costuma ser um obice para os vigários no governo espiritual das Freguesias, pois já levou até ilustres, prelados à honra (...) dos tribunais!”. Carta do Pe. Joaquim Martins Teixeira. Nossa Senhora da Penha do Alegre 09 de agosto de 1897. Rioldo Azzi afirma que invariavelmente nas irmandades e ordens terceiras, o interesse político se imiscuia aos interesses religiosos. AZZI, Rioldo O Movimento Brasileiro da Reforma Católica no Século XIX. In: Evangelização Libertadora. REB. Petrópolis: Vozes, n 34. Fasc. 135. setembro de 1974. p. 660.

da reforma das irmandades,¹⁴⁶ já que as mesmas não cumpriam seus compromissos estatutários.¹⁴⁷

No Espírito Santo, como em todo país, os bispos tinham o objetivo de conter o que consideravam “abusos das irmandades”¹⁴⁸, não exclusivamente pelos excessos que poderiam apresentar, mas por elas representarem o foco de resistência do catolicismo tradicional, sendo um obstáculo à implantação ultramontana.

A ata transcrita abaixo, demonstra como a irmandade de São Benedito do Rosário se submeteu a autoridade do bispo: ¹⁴⁹

ata da demonstração de estima e apreço a S. Exa. o Snr. Bispo Diocesano. No 1º dia do mês de janeiro de 1901, celebrou a Irmandade de São Benedito, ereta na capela de NS. do Rosário na capital do Estado do Espírito Santo, em presença de crescido número de fiéis, entre os quais as mais distintas classes de nossa sociedade Espírito Santense, em solene Te Deum Laudamus em ação de graças ao senhor todo poderoso pela conservação da vida, felicidade e prosperidade do estimado Bispo Dom João Batista Corrêa Nery cujo zelo, dedicação e amor pela Igreja, tem sido revelados no levantamento do espírito público e no respeito de que se acercam presentemente os atos religiosos. A Irmandade, em retribuição às provas de amor de que S.Exa. recebeu, deliberou dar assim um testemunho de sua gratidão à S. Exa. tornando-se dessa forma solidária com a população que venera e respeita em S. Exa., um verdadeiro ministro de Cristo, no zelo pelas cousas sagradas, no ardor pela salvação das almas e no escrúpulo com que procura

¹⁴⁶ O vigário de Sta Isabel diz que a irmandade em honra a Sta. Rainha do Rosário precisava ser reformada. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897.

¹⁴⁷ “Existem nesta paróquia: a ordem 3ª do Carmo, a ordem 3ª da Penitencia, a Confraria de N.Senhora da Boa Morte e Assumpção, e as seguintes Irmandades: a de S.Benedito de S.Francisco. Todas elas tem aprovação episcopal. Seus compromissos não são observados, parecem mais sociedades civis e políticas, do que corporações religiosas”. Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p. 20.

¹⁴⁸ “Fortalecida assim com esses elementos de vida, podia a paróquia enfrentar posteriormente, mas com energia os abusos das Irmandades [...]”. Relato do monsenhor Pedrinha In: Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p.21.

¹⁴⁹ “Homenagem”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 05 de Março de 1901.

encaminhar seu rebanho. Para em todo tempo constar esse testemunho da Irmandade ao sr. Bispo manda lavrar a presente ata que será franqueada à assinatura por todos aqueles que reconheçam os privilegiados dotes de S.Exa. , a cujos sábios conselhos, critério e prudência foi confiada a Diocese Espírito-santense[...]

Para melhor conhecer as irmandades, dom João Nery iniciou “inspeções” através das visitas pastorais,¹⁵⁰ fazendo o levantamento do patrimônio, dos livros de atas, além de observar a situação religiosa. A primeira irmandade da capital visitada foi a do Santíssimo Sacramento, que não lhe apresentou o livro de atas, e nem o seu compromisso estatutário.

Na igreja do Rosário vistoriou as irmandades de S.Benedito e Rosário, e no convento de São Francisco a ordem terceira de S.Francisco e a irmandade de S. Benedito. Registrou a decadência da ordem 3ª de S. Francisco, verificando a ausência de estatuto e a presença de poucos participantes.¹⁵¹ Constatou a extinção de outras irmandades que funcionavam na igreja de São Gonçalo.¹⁵² Visitou ainda: a irmandade de N.Sra. dos Remédios, situada na igreja de sta. Luzia (igreja de N.Sra. dos Remédios); a irmandade da Misericórdia, situada na igreja de mesmo nome e também da igreja da ordem 3ª do Carmo.

Em todas as capelas e igrejas das diversas irmandades o bispo instruiu sobre o cumprimento dos compromissos e a necessidade não só do culto externo, mas principalmente do “culto interno”.¹⁵³ Após as visitas, dom João Nery deixou

¹⁵⁰ “D.João B. Corrêa Nery”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 28 de dezembro de 1897. Avisando as vv. ordens terceiras, confrarias e irmandades da capital (Vitória) sobre sua visita pastoral e que, portanto todas as mesas administrativas deveriam se preparar para o exame de vistoria. Também avisa através de edital que faria uma “inspeção” a essas instituições em dezembro de 1897, para tratar segundo o mesmo, dos “fins de direitos” e que para tanto as respectivas mesas administrativas “providenciarão no sentido de terem tudo preparado para o exame de vistoria da autoridade Diocesana”. A subordinação à autoridade do bispo após anos de plena autonomia administrativa, ao certo, não agradou à princípio as irmandades. Edital de 25/12/1897. In: Livro de Portaria e Ordens Episcopais. 1897/1913. p. 10.

¹⁵¹ Visita as Confrarias e Irmandades da Capital. In: Livro 1ª visita Pastoral de D. João B. Corrêa Nery. p 47.

¹⁵² Idem. p. 50. Existiram, na igreja de São Gonçalo, anteriormente duas irmandades: a de N.Sra. do Rosário dos Homens pardos e a de N.Sra. do Amparo, estando ambas extintas, e que ainda funcionava a confraria de N. Senhora da Boa Morte

¹⁵³ Idem. p. 54. Essa recomendação de um culto mais interno, mais de introspecção é compreensível, haja vista a religiosidade tradicional ser permeada pela tradição barroca de “exterioridades”.

recomendações para a “*reforma dos compromissos*”,¹⁵⁴ sendo condição “*essencial*” para sua aprovação a inclusão de itens que iam desde a exigência de seus confrades professassem a religião “*católica, apostólica, Romana*”; à impossibilidade de pertencerem a “*sociedades secretas de qualquer espécie*”. Com essas recomendações, o bispo pretendia retirar das associações pessoas envolvidas com a maçonaria, que “*enfraqueciam o caráter religioso dessas entidades*”. O Catolicismo popular, com seu amalgama religioso-profano, fazia com que instituições religiosas tivessem características diversas, não sendo seus participantes necessariamente católicos. Um dos grandes embates liderados por dom João foi exigir que as irmandades fossem representadas apenas por fiéis “*ideais*”.

Para fiscalizar a atividade das irmandades e limitar sua autonomia, o bispo passou a exigir que seus tesoueiros, além de prestarem contas às respectivas mesas, igualmente as apresentassem a ele ou à seu representante.¹⁵⁵ Proibiu seus integrantes de esmolarem sem prévia autorização do vigário e, quando tivessem a permissão, deveriam prestar contas do emprego da esmola. Embora o controle da arrecadação tivesse o objetivo visível de aumentar os recursos do recém criado bispado, pretendia-se também controlar as festas organizadas pelas irmandades, pois controlando a arrecadação de seus recursos, elas também estariam sujeitas à interferência diocesana.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Idem. p 54. A fiscalização continuava, pois após a apresentação dos estatutos das irmandades, o bispo recomendava diversas modificações, como ocorreu após ler o documento de compromisso da “venerável confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção”, quando deixou recomendações para reforma de seus compromissos. Compromisso da venerável confraria de N. S. B. M. e Assunção. Vitória 07 de Janeiro de 1898. In: Livro Irmandade de Nossa Senhora da Penha 1897. Também a irmandade do Senhor Bom Jesus do Bom Jardim enviou ao bispo a tônica da criação da irmandade datado de 04 de Junho de 1869, documento interessante, pois descreve as obrigações e funções da irmandade. Carta da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bom Jardim. 10 de Maio de 1901.

¹⁵⁵ Visita as Confrarias e Irmandades da Capital. In: Livro de 1ª visita Pastoral de D. João B. Corrêa Nery.

¹⁵⁶ Visita Pastoral a capela de N. Senhora D. Ajuda de Araçatiba. p. 73. In: Livro de 1ª visita de Pastoral D. João B. Corrêa Nery. A mesma recomendação encontramos na visita pastoral à colônia de Todos os Santos: “*De hoje em diante, a administração tanto da capela como do cemitério será feita por um zelador fabricante, nomeado pelo Bispo, precedendo apresentação do Revdo vigário de Guarapary [...] Ninguém poderá esmolar para fim religioso, sem licença estrita do Revdo pároco, a quem prestará contas as esmolantes[...] Por ocasião das festas que aqui se fizerem, além da fiel observância do que determinamos na nossa ultima carta de mandamento de 1º do corrente, solicitar-se a licença do respectivo vigário para tal fim, não podendo funcionar ainda outro sacerdote [...]*”. Na visita pastoral à Paróquia de Cariacica, volta a fazer a mesma recomendação. In: **NERY, J. B. C.** Carta Pastoral de despedida. p 24.

A proibição de arrecadar donativos sem permissão paroquial se estendeu a todo o bispado, tornando mais difícil à sobrevivência das irmandades devido a dificuldade que teriam em conseguir recursos para empreenderem seu papel primordial: as festas aos santos devotos.¹⁵⁷

Todas as medidas convergiam no sentido de reforçar a hierarquização da instituição; devendo as entidades professar obediência e respeito ao bispo, só assumindo personalidade jurídica com autorização do próprio.¹⁵⁸

Certas irregularidades como a compra de lugares em confrarias, que parecia ser comum, foram proibidas por ser “*imoral, o costume de pagar benefícios recebidos com nomeação espontânea*”. Para dom Nery, os membros de quaisquer irmandades deveriam ter “*certos predicados*” e, por isso, o costume de nomeações não solicitadas deveria terminar.¹⁵⁹ O controle não se atinha apenas ao corpo eclesial, mas também aos fiéis, que passavam por um processo de “avaliação” e julgamento de suas ações.

A regulamentação das irmandades compreendia desde seus compromissos até o repicar dos sinos, que só poderia acontecer sob “*ordem expressa do Reverendo vigário*”. O mesmo tratamento era dado aos cemitérios das Irmandades, onde só poderia ocorrer o sepultamento após a concordância do vigário.¹⁶⁰

O bispo foi enfático na determinação de que após as cerimônias religiosas deveriam ser fechadas as portas dos templos, informando que “*ficando de hoje por diante proibido o censurável abuso de ficarem as igrejas abertas durante os leilões de prendas*”.¹⁶¹ Essa recomendação foi feita para todas as paróquias, com um significado especial para às irmandades, haja vista que as festas realizadas nas igrejas sob o controle dos padres sofriam mais interferência diocesana e eram mais facilmente “moldadas” ou “moralizadas”; enquanto as festas organizadas por

¹⁵⁷ Visita Pastoral a Freguesia de N.Senhora Mãe dos Homens de S.Pedro do Rio Pardo. In : Livro de 1ª visita de Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery. Por esse motivo dom Nery indica “*Fica proibido a existência de uma caixinha de esmola*” de N.Senhora das Mercês com administração diferente da fábrica da matriz, que foi organizada, e o mesmo em relação a capela de S.Miguel, cruzeiras, capelas filiais que não tivessem fabriqueiro de nomeação Diocesana

¹⁵⁸ Visita as Confrarias e Irmandades da Capital. In: Livro 1ª visitas pastoral D. João B. Corrêa Nery. p.54.

¹⁵⁹ Idem. p.55.

¹⁶⁰ Idem. p.55.

¹⁶¹ Idem.

leigos fugiam dos padrões defendidos pelo bispo. Se a maioria das irmandades, como afirmava o bispo, tinha como única função a festa ao santo devoto, o controle dessas festas era de fundamental importância para o controle da própria irmandade, visto que nulificava sua função religiosa.

Em todo ritual religioso, percebia-se as decisões do bispo no sentido de padronizar o culto. As irmandades eram convidadas a participar, sendo a elas indicadas as regras canônicas que regularizavam as precedências, para evitar “*todas e quaisquer futuras contrariedades*”.¹⁶² Deveriam seguir a organização definida, e não mais organizar o ritual a seu bel prazer.

A reação das irmandades não se fez esperar e podemos surpreender sua resistência, quando se ausentaram na festa de encerramento da visita pastoral, atitude considerada pelo redator de *O Comércio do Espírito Santo* como uma falta “*aos preceitos da delicadeza para com seu chefe em exercício*”.¹⁶³

Na defesa da autoridade diocesana, o bispo procurou adotar medidas para coibir manifestações que questionassem suas decisões, assim, na preparação dos atos da Semana Santa do ano de 1900, foram feitos todos os atos internos, mas só ocorrendo a procissão de enterro do Senhor.¹⁶⁴ A ausência de outras procissões tornava desnecessária a participação das diversas irmandades da capital, sendo uma forma de indiretamente diminuir seu prestígio.

A transferência de determinadas atividades devocionais de uma para outra paróquia parece ter sido mais uma forma de retirar das irmandades o controle de iniciativas ligadas aos leigos. Quando dom Nery transferiu a devoção de N. Senhora da Conceição da Prainha para o Santuário Episcopal, ele tomou sob sua direção a devoção, combatendo as irmandades de forma a evitar confrontos diretos,¹⁶⁵ pois muitas tinham entre seus membros pessoas de importância social e, conseqüentemente, econômica e política.

O bispo ainda transferiu a matriz da freguesia da igreja catedral, onde ficava a capela da irmandade do SS.Sacramento, para a igreja de S.Tiago, concedendo

¹⁶² Edital de 30/03/1898. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais de 1897/1913. p. 16. Em edital para procissão do Triunfo, de Passos, do Enterro e da Ressurreição.

¹⁶³ “As Festas”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 28 de dezembro de 1897.

¹⁶⁴ Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p 42.

¹⁶⁵ Idem. p 32.

o direito da irmandade de optar entre a permanência ou a mudança para a nova matriz. Não interessava ao bispo um enfrentamento com a irmandade do Santíssimo Sacramento, formada por importantes representantes da sociedade. Mesmo concedendo o direito de escolha, a transferência já representava uma perda de prestígio da irmandade, visto que os padres Agostinianos assumiram a administração da catedral, enquanto a matriz ficou sob a administração do bispado.¹⁶⁶

Indicando padres de sua confiança para as irmandades, o bispo incentivou as mudanças pretendidas,¹⁶⁷ chegando a assumir cargos nessas instituições, como o de protetor da devoção de N.Sra. da Conceição da Prainha; protetor da devoção de N.Sra. da Vitória;¹⁶⁸ protetor da irmandade de N. Sra. dos Remédios,¹⁶⁹ e protetor da devoção do Senhor do Bomfim, junto com o presidente do Estado.¹⁷⁰ Com isso a devoção continuava a existir, mas sob proteção diocesana.¹⁷¹

¹⁶⁶ Carta da Irmandade do SS.Sacramento cidade de Vitória 9 de Janeiro de 1898. Ao Exmo. e Revmo. Sr. D. João Batista Corrêa Nery. Bispo do Espírito Santo.

¹⁶⁷ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 19 de setembro de 1897. p 02. Eleição dos novos funcionários que tem de festejar N.Sra.da Vitória, no ano de 1898. Protetor da devoção monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha. In: O Comércio do Espírito Santo. Vitória 01 de outubro de 1897. p 02. Também indicou o monsenhor Jerônimo Marty comissário da ordem Franciscana de São Francisco, em 19 de março de 1899. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909. p. 42. Tendo nomeado um padre de confiança para auxiliá-lo na reforma da ordem Franciscana, concede licença para celebrar no convento de São Francisco da capital a festa do Divino Espírito Santo, para o padre José Arthur Pereira, outro padre de sua confiança. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909. p 64. Essa interferência vai aos pouco se percebendo com outras portarias com a que autorizava ao padre José Arthur Pereira a representar o comissário da ordem terceira “*que se acha ausente, desta Diocese*” na recepção de diversas profissões de irmãos. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909. p 71. Da mesma forma indicou para capelão do hospital da Santa Casa de Misericórdia o padre Egidio José de Martini. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909. p 76. E para comissário da confraria de N. Sra. do Rosário da capital indica o padre José Blanco e Gonzalez. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909. p 82.

¹⁶⁸ “Devoção de NS. da Vitória”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 13 de setembro de 1900. Eleição dos novos funcionários para o ano de 1901, sendo eleito protetores da devoção dom Nery, monsenhor João André Casella, monsenhor Jerônimo Marty e o cônego Manoel Rodrigues Bermudes de Oliveira.

¹⁶⁹ Foi indicado como protetor em 27/05/1899. In: Livro de Atas da Ir. N. sra. dos Remédios da Capela de Sta. Luzia. Vitória 1896/1906. p. 09. Na eleição posterior foi reeleito. Op. Cit. p. 15.

¹⁷⁰ “Devoção do Senhor do Bomfim”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 17 de janeiro de 1901. Nome dos funcionários para o ano de 1902. Sendo juizes protetores o bispo diocesano e o Presidente do Estado.

¹⁷¹ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 29 de julho de 1897: Escreve-nos o revdm. Monsenhor Pedrinha. “*ilustre sr. Redator_ como era de esperar, s.ex. o sr. Bispo Diocesano chamou a si a direção da Devoção de N.S. da Conceição da Prainha, e como conseqüência natural, os bens patrimoniais da mesma Devoção. Sua excelência tomou benignamente o encargo e celebrar todos os anos com a maior pompa possível a tradicional festa no dia 08 de dezembro e as missas e ladainhas de costume. S. ex. não pretende retirar a imagem da igreja onde se acha e se esforçara para que a Devoção se desenvolva e prospere.*”

As irmandades que aceitaram sua interferência passaram a ter prestígio, com participação e incentivo eclesiástico, enquanto as outras eram aos poucos esquecidas. Após assumir o controle da devoção do Senhor do Bomfim, o bispo organizou missas regulares ao santo, todas sob organização clerical.¹⁷²

O prelado espírito-santense passou a controlar o culto aos santos e suas festividades, porém, estimulou a prática caritativa das instituições, fortalecendo suas características de associações de ajuda mútua, exigindo que os estatutos das irmandades fossem cumpridos, principalmente no que diz respeito ao socorro aos seus associados, fazendo com que a S. Beneficente Franciscana procurasse um modo de aumentar seu patrimônio.¹⁷³

A prática dos sacramentos demandava a presença do clero, pois o domínio do sagrado, segundo os ultramontanos, deveria se restringir ao controle dos padres, o que explica o pedido de dom Nery feito à irmandade Franciscana para que não expusesse o Santíssimo Sacramento. A resposta do provincial dos franciscanos, padre João do Amor Divino da Costa, foi que seu antecessor de “*piadosa*” memória fundou o ato de exporem em suas igrejas o Santíssimo Sacramento, e que o bispo dom Manoel do Monte havia respeitado esse costume, sendo que até aquela data não haviam tido oposição.¹⁷⁴

Acostumados com prerrogativas que lhes concediam um domínio importante do sagrado, grupos leigos e antigas corporações religiosas questionaram a postura centralizadora da administração de dom Nery, o que não representou uma mudança de atitude do mesmo em relação ao cerceamento do do catolicismo popular. A permissão do bispo dom Manoel do Monte ao costume reivindicado pelo provincial dos Franciscanos não era estranho, já que ele era um

¹⁷² “Com fervor religioso”: continuou, em todas as sextas feiras, as missas mandadas celebrar pela devoção do Senhor do Bomfim, na igreja da Misericórdia dessa Capital.

¹⁷³ “Agave Franciscana”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 31 de março de 1901. Avisando que faria sua estréia no Éden Parque em favor da Sociedade Beneficente Franciscana a “*Agave Franciscana*” em obediência ao contrato estabelecido pela benemérita associação para o aumento do seu patrimônio e cumprimento restrito das disposições de seus estatutos que manda socorrer aos associados quando enfermos e pensionar as viúvas, filhos, mães e irmãos dos sócios falecidos, diz que foi a Franciscana a primeira a iniciar essa ajuda aos seus associados”. Nesse período diversas associações procuraram e conseguiram obter loterias para aumentar o seu patrimônio, justificando serem associações de ajuda mútua. Uma que conseguiu foi a sociedade beneficente Auxiliadora.

¹⁷⁴ Carta do Pe. Sr. João do Amor Divino Costa ao Bispo D. Nery. 21 de Dezembro de 1897.

dos considerados “*bispos iluministas*” e não compartilhava da mentalidade centralizadora do bispo dom João Nery e demais bispos ultramontanos.

D. Nery chegou a suspender a irmandade de N. Sra. do Rosário por esta não se adequar ao seu direcionamento, mas esta ao se mostrar arrependida e jurar obediência conseguiu que seu título fosse restabelecido com todos seus privilégios e regalias “*pelo que [ilegível] houvesse, até agora, nenhuma irmandade do Rosário nesta capital ou como si a existente houvesse sido por nós totalmente suprimida*”¹⁷⁵. Esse restabelecimento foi condicionado à revisão dos estatutos da irmandade, que também aceitou a proposta de conceder ao bispo o diploma de Confrade Benfeitor.¹⁷⁶

As irmandades perceberam que ao não aceitarem as reformas dos estatutos conforme o pedido do bispo, perdiam seu “*brilho*”, como o que ocorreu com a irmandade do SS.Sacramento que para “*restabelecer sua antiga vida e esplendor*” resolveu, “*de acordo com o bispo*”, reunir-se para “*reorganizar*” a irmandade”.¹⁷⁷

A interferência diocesana foi sentida até no arrefecimento de antigas rivalidades existentes, como entre os peroás ou liberais que pertenciam à irmandade de São Benedito do Rosário e os Caramurus¹⁷⁸ ou conservadores da irmandade de São Benedito do convento de São Francisco.

[...] é o testemunho do prazer com que eles assumem o poder sem a rivalidade de outros tempos, em que os dois partidos se degladiavam como inimigos, na mesma razão das agremiações políticas, fantasiando-se a subida de qualquer deles como tendo

¹⁷⁵ Provisão Restabelecendo o título de confraria a Irmandade de N. Sra. do Rosário de 15/11/1900. p. 61. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais 1897/1913.

¹⁷⁶ “Confraria de N. Sra. do Rosário”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 20 de novembro de 1900. E por provisão de 26 de dezembro de 1900, foi aprovado o compromisso da confraria de N.Sra. do Rosário da capital. In: Livro de provisões n 1. 1897-1909.

¹⁷⁷ “Irmandade do SS. Sacramento”. *O Comércio do Espírito Santo*. 11 de janeiro de 1901. p. 02.

¹⁷⁸ Diversos autores capixabas relatam o motivo desse conflito: o roubo da imagem de São Benedito do convento de São Francisco pelos devotos do mesmo santo da igreja do Rosário. Vários autores referem-se aos peroás como componentes do partido liberal, enquanto os caramurus seriam conservadores. Santanna questiona essa vinculação tão “certa e evidente”. SANTANNA, Leonor de Araújo. Poder Político e Religioso na Vitória Imperial: A atuação dos Párocos na Assembléia Legislativa Provincial. 1835 a 1864. Mimeo. UFES/Vitória 2005. Op. Cit. p 94.

*havido crise ministerial no adverso. Estão em festa os Peroás recebendo gentilmente a vara das mãos dos srs. Alexandre Muniz e Herculano, representantes do partido Caramuru. Em conferência prometeram os srs. Joaquim Azevedo e Joaquim Pescadinha, representantes dos Peroas o maior interesse pelo culto divino.*¹⁷⁹

Sobre o resultado no combate as irmandades e confrarias, o próprio bispo afirma: “queríamos organizar melhor as Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Capital, reformar seus compromissos e dando-lhes nova força e vida”.¹⁸⁰ Não obstante essa afirmação, mesmo que fosse a contragosto, ao aceitar o bispo entre seus confrades e iniciar a reforma de seus estatutos, as diversas irmandades parecem ter percebido o quanto perdiam de seu prestígio social ao discordar daquele que era hierarquicamente seu superior. Essa constatação não significa que o bispo tenha conseguido “controlá-las”, já que na administração de seu sucessor, continuavam os padres a tentar convencer as irmandades a executarem seus compromissos, afirmando que todas “brilham pelo desleixo e indiferença”.¹⁸¹ Errado seria inferir um processo linear e progressivo de um movimento que pretendia mudar não só aspectos fundamentais da religiosidade, como a própria cultura popular, e que pode ser indicado como um processo de longa duração e que por tanto, demandaria muito mais do que o período de administração do primeiro bispo do Estado.

Outra tática de combate às antigas devoções tradicionais e suas irmandades era a inserção de novos santos de devoção europeia, cujo culto favorecia, segundo Oliveira, a prática dos sacramentos e a subordinação à hierarquia eclesiástica.¹⁸²

¹⁷⁹ “Os Peroás”. *Comércio do Espírito Santo*. Vitória 06 de junho de 1901. p. 02. *Estão em festa os Peroás pela ascensão do seu partido, com o recebimento da vara pelo partido caramuru. A foguetaria, a iluminação, a música se fará brilhante dando a Igreja do Rosário magnífico aspecto.* Sobre o fim das rivalidades entre Peroas e caramurus, também o artigo “festas religiosas” no jornal : *O Estado do Espírito Santo*. 25 de maio de 1899. O artigo diz que “a nota mais predominante a registrar-se foi a confraternização com os Peroás que renderam suas homenagens ao padroeiro do Convento Franciscano, pondo termo às rivalidades dos antigos partidos”. As duas irmandades só foram extintas na administração do bispo lazarista dom Fernando de Souza Monteiro.

¹⁸⁰ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 10.

¹⁸¹ Livro Tombo da Serra 1898/1940. p 16. Afirmação que se refere ao período do bispado de dom Fernando.

¹⁸² OLIVEIRA, Op. Cit. pp. 286-288.

No Estado, foram incentivadas principalmente a devoção do Sagrado Coração de Jesus e as devoções Marianas; essas novas devoções, embora não descartassem as antigas, colocavam em evidência novas associações.¹⁸³ Nas paróquias em que estas já existiam, dom Nery preocupou-se em reorganizá-las, indicando novos diretores.¹⁸⁴

Foi dada atenção especial à devoção Mariana de N.Sra. Auxiliadora,¹⁸⁵ santa preferida pela Congregação Salesiana. Em data de 05 de setembro de 1900¹⁸⁶ as diversas associações de N. Sra. Auxiliadora recém criadas foram agregadas à Arquiconfraria de Nossa Senhora Auxiliadora de Turim pelo diretor geral da Congregação Salesiana.

Essas novas associações religiosas, como a de N.Sra. Auxiliadora e a do Sagrado Coração de Jesus¹⁸⁷ diferem das antigas irmandades, confrarias e ordens terceiras, visto que enquanto essas tinham organização autônoma; àquelas foram fundadas e dirigidas por padres.¹⁸⁸ Estando sob tutela clerical, as reuniões da Congregação de N. Sra. Auxiliadora ocorriam no Palácio Episcopal, sob supervisão eclesiástica.¹⁸⁹

As mesas administrativas das novas associações eram nomeadas diretamente pelo bispo, perdendo os leigos a autonomia administrativa que desfrutavam anteriormente. Tendo sob seu poder a escolha dos participantes, conclui-se que os escolhidos deveriam se submeter à autoridade diocesana.¹⁹⁰ O bispo, sempre que possível, demonstrava seu apoio às novas associações,

¹⁸³ No mês de Maria participaram as associações do Coração de Jesus e Maria Auxiliadora. “*Foi esta a época em que, com mais vigor, se acrescentou a boa vontade dos habitantes da Vitória. O Bispo fez práticas todas as tardes, ocupando-se em cada uma delas de uma passagem da vida de nossa Senhora*”. In: Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 34.

¹⁸⁴ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. p. 05. In: Livro de 1ª visita de Pastoral de D.João B. Corrêa Nery.

¹⁸⁵ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 07 de setembro de 1897. “*Sabemos que se está organizando uma devoção de N.S. Auxiliadora que se venera no Convento do Carmo, e que será protetora da população espírito-santense.*”.

¹⁸⁶ “Associação de N. Senhora Auxiliadora”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 04 de outubro de 1900. p 02.

¹⁸⁷ O Sagrado Coração de Jesus tem devotos congregados no Apostolado da Oração

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Op. Cit. pp. 286-287.

¹⁸⁹ “Congregação de NS. Maria Auxiliadora” *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 31 de outubro de 1900. p 03. Reunião que ocorreria no Palácio Episcopal dessa associação que se localizava na capital.

¹⁹⁰ “Eco das Localidades”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 26 de agosto de 1900. p 02. Em visita pastoral à Barra de S.Mateus criou a Congregação de Maria Auxiliadora tendo também nomeado sua mesa.

participando das cerimônias de fundação, como ocorreu na cerimônia do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, na paróquia de N.Sra. do Rosário, entregando ele mesmo as medalhas bentas às zeladoras.¹⁹¹

A interferência no funcionamento dessas novas associações incluía até a parte musical, a ponto de, a um pedido do bispo, serem integradas as orquestras do Sagrado Coração de Jesus e a de N.Sra. Auxiliadora,¹⁹² com a recomendação que priorizassem músicas sacras e se dedicassem estritamente à funções religiosas.

A devoção ao Sagrado Coração de Jesus¹⁹³ foi uma das mais incentivadas pela Igreja, tendo o próprio Papa Leão XIII consagrado o mundo inteiro ao Sagrado Coração de Jesus, o mesmo fazendo dom João Nery com sua Diocese. O bispo recomendou que *“Em todas as Igrejas e matrizes da Diocese e nas igrejas ou capelas de religiosos, far-se-á a Consagração ao Coração de Jesus”*.¹⁹⁴

Em acontecimentos de relevo como na comemoração do fim do século, no ano de 1900, o programa previa que *“na igreja Catedral exponha-se o SS. Sacramento no dia 31 de dezembro d’este ano das 6 horas da tarde até meia noite, sendo feita a guarda especial pelas associações do S.Coração de Jesus e de Nossa Senhora Auxiliadora”*.¹⁹⁵

Os atos religiosos do mês mariano foram avigorados,¹⁹⁶ assim como as congregações do Sagrado Coração de Jesus e de Maria Auxiliadora. Grandes peregrinações foram organizadas pelo Apostolado da Oração do Rio de Janeiro, mobilizando os fiéis em uma cruzada de legitimação das novas associações e da autoridade eclesiástica.¹⁹⁷

¹⁹¹ Visita Pastoral a Paróquia de N.Sra do Rosário da cidade do Espírito Santo. 21 de novembro de 1897. p. 25 In: Livro de 1ª visita de Pastoral de D.João B. Corrêa Nery.

¹⁹² “Tribuna Livre: Agradecimento”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 29 de setembro de 1900. p 02.

¹⁹³ “Tribuna Livre: Indulto Quaresmal”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 10 de Março de 1900. p. 02. Para que os padres dessem todos os dias a oração do SS. Coração de Jesus de acordo com a pastoral coletiva do Episcopado Brasileiro de 06 de janeiro.

¹⁹⁴ Circular N. 6. In: Livro de Portaria e Ordens Episcopais 1897 -1913. pp. 39-40.

¹⁹⁵ Circular N.7. de 07 de novembro de 1900. pp. 62-63. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais 1897/1913.

¹⁹⁶ “Durante todo o mês de maio se fizeram na catedral os atos próprios do mês mariano”. In: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p 42.

¹⁹⁷ “Congresso Católico”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 01 de julho de 1900. Organização da peregrinação à Roma organizado pelo Apostolado da Oração (RJ).

As associações criadas pelo bispo foram importantes colaboradores na divulgação ultramontana, visto que eram seguidoras do direcionamento episcopal e através de cerimônias, ratificavam suas atitudes fornecendo a legitimidade necessária para a reforma ultramontana.¹⁹⁸ Dessa forma, nos atos religiosos, festas e procissões que antes eram momentos de prestígio para as antigas irmandades e suas devoções, foram se tornando momentos de consagração das novas devoções e suas associações como do Sagrado Coração de Jesus e da Congregação de Maria Auxiliadora, grandes propulsoras do processo ultramontano no Estado.¹⁹⁹

1.4 Legitimidade da autoridade hierarquizada

[...] na organização desta sociedade divina (Igreja), nós vemos um Chefe Supremo na pessoa do Soberano Pontífice, sucessor de S. Pedro, diversos outros auxiliares nos Bispos, sucessores dos Apóstolos e membros essenciais da mesma sociedade. Aos Bispos, nas diversas Dioceses, acham-se ligados, por laços suaves e íntimos, os sacerdotes, representantes nobilíssimos dos Discípulos de Jesus Cristo; e, assim como devem concorrer, no círculo da ação, para o restabelecimento nas almas do reino de Cristo, sempre sob a ordem do respectivo Ordinário, que a seu turno só do Pontífice Romano recebe toda a seiva e vitalidade; assim também, como é natural, são eles que mais de perto devem

¹⁹⁸ “Pelos Templos”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 02 de setembro de 1900. No Convento da Penha na “vizinha cidade do Espírito Santo” haveria missa e Te Deum em ação de graças pelo retorno do bispo, mandadas celebrar pela associação de N.Sra. Auxiliadora que ia em romaria e funcionando a orquestra dos amadores da religiosa associação. Também In: *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 02 de setembro de 1900. O secretário da devoção de N.Sra. Auxiliadora pedindo a diversas professoras que convidando as alunas de seus colégios para acompanharem a procissão da padroeira. E In: *O Comércio do Espírito Santo*. 05 de outubro de 1900. As associações de N.Sra. Auxiliadora e Sagrado Coração de Jesus, solenizam o aniversário do bispo com missa Cantada e Te Deum.

¹⁹⁹ *O Comércio do Espírito Santo*. 07 de agosto de 1900. Na procissão do Sagrado Coração de Jesus, comparecendo além da respectiva irmandade a congregação de Maria Auxiliadora.

conviver com o seu Chefe imediato, conhecer suas amarguras, visto serem seus principais amigos e confidentes".²⁰⁰

O primeiro bispado que dom João Nery assumiu possuía vinte três freguesias, com apenas três sacerdotes regulares e dezesseis seculares,²⁰¹ número ínfimo de colaboradores para ajudá-lo em sua administração. Essa realidade era agravada pelos caminhos ruins, que segundo o próprio bispo não passavam de *"trilhos escabrosos"*;²⁰² além da dificuldade de comunicação,²⁰³ da falta de recursos financeiros e principalmente a carência de sacerdotes *"idôneos e trabalhadores"*.²⁰⁴

Em sua avaliação, dom João Nery afirmava serem os padres *"excelentes católicos"*, mas vivendo inteiramente abandonados.²⁰⁵ Sendo que os *"elementos que o compõem (o Clero) são tão heterogêneos, de tantos e tão diversas procedências que tornam difícil a coesão"*, *"se ainda tem infelizmente discolos em seu seio"*, também há sacerdotes *"respeitáveis"* sendo *"fiéis a sua vocação e cheios de fé e abnegação"*.²⁰⁶

Não era só aos fiéis que faltava o conhecimento da *"verdadeira religião"*, também os padres deveriam ser instruídos sobre o catolicismo reformado e para tanto, o bispo, seja através da organização de retiros espirituais,²⁰⁷ ou aplicando *"doutrinas moralizadoras"*²⁰⁸ procurou *"reformular"* aqueles que como representantes da doutrina ultramontana deveriam exigir um comportamento *"típico ideal"* dos fiéis, necessitando para isso ter um comportamento exemplar.

²⁰⁰ NERY, João Batista Corrêa. Carta Mandamento ao seu clero Estabelecendo na Diocese a Obra permanente da Caixa Diocesana. Vitória: A.MoreiraDantas. 1897.

²⁰¹ NERY, J.B.C. Carta Pastoral de Despedida. p 08.

²⁰² Idem. p. 09. Em seu caderno manuscrito dom Nery também registrou que as estradas eram péssimas ou antes, segundo ele *"não existem e nem existiram"*. p 97.

²⁰³ Idem. Op. Cit. p. 10.

²⁰⁴ Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 21

²⁰⁵ NERY, J.B.C. Carta Circular comunicando ao clero e fieis o resultado de sua ultima excursão. Vitória: A.Moreira Dantas. 1899.p. 07.

²⁰⁶ Estabelecendo a tabela de emolumentos. Livro Tombo n. 1. p 17.

²⁰⁷ Poliantéia Seminário. Publicação comemorativa do 1º quinquagenário da fundação do Seminário Episcopal de São Paulo. 09 de novembro de 1906. Organizou retiros tendo chamado dois lazaristas para a pregação, mas o longo exercício de mais de 15 dias foi quase infrutífero.

²⁰⁸ BENCOSTTA. Op. Cit. p. 60.

O episcopado de dom João Nery foi pautado pelas diretrizes tridentinas, sempre recomendando ao clero o maior cuidado em seu cumprimento.²⁰⁹ Se antes, no Império o padre poderia não respeitar o seu superior hierárquico, haja vista o recurso à justiça, na República ele é submetido à própria hierarquia da Igreja, que exige de seus membros submissão, devendo “*prestar obediência*” ao seu superior,²¹⁰ o que corroborava com a defesa da hierarquização ultramontana.

D.Nery não chegou a formar o cabido, apenas indicando seus consultores diocesanos.²¹¹ Sendo o primeiro prelado, pôde escolher seus auxiliares e indicar aqueles que compartilhassem de sua autocompreensão ultramontana. Com essa preocupação, indicou como conselheiros os padres Claro Monteiro,²¹² monsenhor Jerônimo Marty²¹³ e João André Casella,²¹⁴ e conferiu honras de cônego ao padre Manoel Rodrigues Bermudes de Oliveira, devido aos “*bons serviços prestados durante longos anos à Igreja e ao Estado*”.²¹⁵

Ratificando o prestígio dos dois governadores da diocese em sua ausência, monsenhor Jerônimo Marty e André Casella, afirmou que apesar de não serem brasileiros amaram tanto essa pátria que fizeram dela o “*teatro*” de seus trabalhos.²¹⁶

²⁰⁹ Portaria de 25 de maio de 1897. In: Livro e Portaria e Ordens Episcopais 1897/1913. p 02.

²¹⁰ Circular N 1. I: Livro e Portaria e Ordens Episcopais 1897/1913. pp. 5-6. Determinações.

²¹¹ “*Para suprir o cabido nas dioceses em que este não existe, estabelece o Direito Canônico os consultores diocesanos, isto é certos eclesiásticos eminentes pelo seu saber e virtudes, que auxiliem o bispo com conselhos oportunos, para o bom governo da diocese nos negócios de maior importância*”. Em Campinas dom Nery contou com uma postura “conciliatória” por parte dos consultores e futuros membros do Cabido diante da autoridade episcopal, somente ratificando a ação restauradora do prelado. Mas teve que enfrentar o cônego e apóstata Amorim. Para auxiliá-lo condição imprescindível foi estar apto a entender e aceitar as direções tridentinas do projeto restaurador: possuindo posturas moralizadoras e ilustradas diante da sociedade civil e eclesiástica e de uma vida voltada à vocação sacerdotal. **BENCOSTTA**. pp 71 à 73.

²¹² Portaria Conferindo honras de cônego ao padre Manoel Rodrigues Bermudes d’Oliveira; Portaria nomeando monsenhor Jerônimo Marty conselheiro do bispado; Portaria nomeando o padre Claro Monteiro conselheiro do bispado. In: Livro de provisões n 1. 1897/1909.

²¹³ Chegou a Vitória junto com o bispo para ser seu secretário e escrivão; era natural da ilha da Córsega na França. In: **CARNIELLI**, Pe. Adwalter Antonio. História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo. 1535/2000. Op.Cit. p.284.

²¹⁴ Portaria de 01/01/1898. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais. 1897/1913. p. 16. O monsenhor Casella, que era presbítero francês, foi escolhido como segundo governador na ausência do bispo, tendo assumido algumas vezes a administração do bispado.

²¹⁵ Livro de Portarias e ordens episcopais 1897-1913. Portaria nomeando cônego Manoel Rodrigues Bermudes de Oliveira. 12/01/1898. p 17.

²¹⁶ **NERY**, J. B. C. Carta Circular comunicando ao clero e fieis o resultado de sua ultima excursão. Vitória: A.Moreira Dantas. 1899.p 04.

Além da preocupação com o clero, outras preocupações de dom João Nery eram comuns de todo o episcopado brasileiro, como o envolvimento em questões patrimoniais para a sobrevivência financeira de suas dioceses; a melhoria das condições religiosas; a situação das irmandades e o progresso do protestantismo.

A convivência de autocompreensões díspares no espaço religioso do Estado é perceptível ao analisar-se um questionário que a Diocese distribuiu para que os padres respondessem sobre a situação material e espiritual das paróquias. As respostas dos padres servem como indícios para entender como percebiam a religiosidade popular e qual a sua autocompreensão católica.²¹⁷

O padre Antunes Siqueira,²¹⁸ que não se encaixava no “tipo ideal” de padre²¹⁹ preconizado pelos bispos reformadores e que, segundo o arcepreste Pedrinha, fez de tudo para “impedir” as reformas tridentinas²²⁰ foi um dos escolhidos para recepcionar o novo bispo. Apesar do pouco tempo de convivência, parece ter se rendido à autoridade de dom Nery, procurando demonstrar seu reconhecimento à legitimidade do mesmo, colocando em prática algumas de suas

²¹⁷ 1º Qual a data da criação e ereção canônica da sua paróquia e respectivos limites?

2º Possui patrimônio legal e Canônico? Como tem ele sido administrado e por quem?

3º Qual a população provável na Paróquia e sua extensão territorial?

4º A matriz está decente, limpa, provida ao menos dos cinco paramentos (branco, vermelho, roxo, preto e verde), alvos, amieto, sanguíneos, (ilegível)?, calix e patina sagrados, ambula, vasos de santos óleos, pia batismal decente, etc? Conserva-se dia e noite a santíssima eucaristia em sacrário decente, conforme ao ritual romano? Com que azeite é alimentada a lâmpada do S.S?

5º Quantas capelas filiais possui? São todas provisionadas? Quais as datas das provisões? Tem elas patrimônio canônico legitimamente administrado? Estão providas das alfaias e vasos necessários?

6º Quantos sacerdotes existem na Paróquia? Suas naturalidades? Cargos? Estão no uso de ordens?

7º Qual o termo médio anual de batizados, casamentos e óbitos da paróquia?

8º Quantos cemitérios há na Paróquia? São todos eclesiásticos ou municipais? Quem os administra?

9º Há irmandades, confrarias ou congregações na paróquia? Tem elas aprovação episcopal, ou simplesmente paroquial? São bem administradas. Qual o espírito que as anima?

10º A Matriz tem fabriqueiro nomeado pelo bispo e as capelas e cemitérios eclesiásticos tem zeladores ou encarregados de sua administração? São provisionados?

11º Qual a índole e espírito religioso do povo? Existem hereges agrupados com templos, escolas, propaganda ou dispersos?

12º Quais as medidas mais úteis para o bem espiritual da paróquia que devem ser tomada? Questionário da Circular No 1. In: Livro de Portaria e Ordens Episcopais.1897/1913

²¹⁸ 30 de maio de 1897. Vigário Pe. Francisco Antunes Sequeira. (Cidade do Espírito Santo), p 21. As respostas dos padres à circular n.1 se encontram em: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo. Eclesiástico 1894-1897.

²¹⁹ A pesquisa sobre sua vida, no capítulo anterior, mostra claramente que ele em determinado momento foi um “entrave” às pretensões reformadoras.

²²⁰ Livro Portarias Circulares Pastorais. Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918.p.5.

decisões, como as aulas de catecismo,²²¹ tendo inclusive se confessado três dias antes de falecer.²²²

Considerava padre Antunes o povo “dócil”, mas entendia que ele se desviava pelo mau exemplo de “libertinos” e “espíritos livres”, que zombavam da prática religiosa, passando os domingos em distrações, jogatinas e orgias; pouco concorrendo aos atos religiosos e influenciando os bons católicos.²²³ Na primeira República, a Igreja enfrenta a oposição de intelectuais, de “espírito livre”, que defendem uma maior laicização da sociedade, questionando constantemente a presença da Igreja, e que por isso sofreram constantes ataques dos grupos católicos, que os viam como exemplos perniciosos.

Ao concordar com a afirmação dos missionários pp. Bernardino e Gravoit de que naquele lugar tudo era “volúvel”, o padre não parecia ter uma postura diferente à dos reformadores em relação ao catolicismo popular, o que pela sua vida clerical não parece ser de todo verdadeira. Interessante como um padre que viveu constantemente em atrito com outros bispos romanizadores e até com o arcebispo Pedrinha, tenha aparentemente se rendido à autoridade Diocesana, a ponto deste agradecer *“de modo especial ao Revdo.pe. mestre Francisco Antunes de Siqueira a bondade com que nos receberam, os generosos e francos acolhimento que achamos em todos...[...].”*²²⁴

A conciliação do padre Siqueira com o bispo foi recebida por alguns com ironia, como percebemos no artigo Tribuna Livre que afirma ser a pastoral do

²²¹ Comércio do Espírito Santo. Vitória 31 de Agosto de 1897: *O rev. Padre Antunes de Siqueira, vigário da cidade do Espírito Santo, tem dirigido aos seus paroquianos a seguinte circular: cumprindo as ordens do exmo e reverendíssimo sr. Bispo Diocesano nosso preclaro e amado prelado, resolvi abrir na matriz uma aula de doutrina cristã, para os meninos e as meninas, preparando-lhes o coração no santo temor de Deus, origem de paz na família, na sociedade e na pátria, e ensinando-lhes os destinos de nossa vida crista. Peco-lhes os envie aos domingos pelo meio dia.* Com o título: “Cidade do Espírito Santo”. *O Comércio do Espírito Santo*. 07 de setembro de 1897. Diz que no domingo (5) após a missa o Pe. Antunes reuniu 41 meninos de ambos os sexos e alguns adultos começou as aulas previstas, fez uma preleção sobre a educação doméstica, intelectual e moral, ocupando-se detidamente desta, sob o ponto de vista religioso como base de todas as outras.

²²² Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p. 27.

²²³ Resposta do Pe. Francisco Antunes Siqueira, vigário da Cidade do Espírito Santo, à Circular N. 01. 30 de maio de 1897. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo 1894/1897. Cúria do Espírito Santo.

²²⁴ Visita à Paróquia de N.Sra do Rosário. p. 27. Embora pudesse ser uma formalidade e essa saudação não excluir “doutrinas moralizadoras” em outros momentos, não encontramos indícios desses atritos, embora ele tenha falecido pouco tempo depois.

revdo. de Vila Velha uma “*peça destinada a posteridade*”. O articulista achava que não era só para o “Bispo ver”, pois era uma “*profissão de fé*”, uma “*retratação religiosa*”, ou ainda “*uma espécie de dito por não dito*”, pois:

Quantas vezes as bananas de nosso mercado não se irritaram, as calleiras do vaporzinho de Vila Velha se geraram e as próprias meninas da Escola Normal tremeram apavoradas, com os discursos fogosos de revdm. Contra bibos, contra os jesuítas que hoje elogia, contra os próprios sacramentos da igreja! Quantas vezes! Se Redm. Provavelmente para beliscar o vigário da freguesia ou para orientar o padre Guiza nos seus interessantes artigos, diz que o culto religioso, tão empanado de exterioridades supérfluas, tomara a gravidade etc e tal... Essa doutrina, conforme lemos em um livro antigo, cheira a luteranismo. Olhe, o revdm. de teologia não entendemos, mas falar v.redm. em gravidade_ é um escândalo! Ovelhinha.²²⁵

O autor,²²⁶ faz questão de levantar dúvidas quanto ao cumprimento pelo padre Antunes de seus votos celibatários; estranha os elogios endereçados aos jesuítas, já que anteriormente, o mesmo, os criticava; e ainda questiona a dedicação do padre aos sacramentos! A crítica do pároco de Vila-Velha, ao culto religioso “*empanado de exterioridades supérfluas*”, segundo o autor, não condizia com a antiga prática religiosa do padre que sequer conhecia a Bíblia. Pelo artigo percebe-se que ao adotar um discurso oposto à sua prática, aproximando-se do discurso ultramontano, o padre Antunes não convenceu a todos.

²²⁵ “Tribuna Livre”. *O Comércio* 01/04/1897. p 02. O Jornal “Comércio do Espírito Santo”, capital, começou a ser publicado em 1º de janeiro de 1891, por iniciativa do Sr. José Pinto Guimarães. Foi convertido em órgão da União Republicana Espírito-Santense, partido de oposição do governo, eram seus redatores Joaquim Antonio Guimarães, Horácio Costa, Antero de Almeida, Ovídio dos Santos e José Francisco da Silva. In: **PEREIRA**, Heráclito Amâncio Filho. *A Imprensa no Espírito Santo*. RIHGES. Vitória. Es. n. v. 1926. Fazia oposição ao jornal oficial do governo do partido construtor liderado por Moniz Freire: *O Estado do Espírito Santo*.

²²⁶ Embora não saibamos quem era realmente a “ovelhinha”, esse artigo serve para referendar as contradições da postura do padre antes do bispo e após a vinda do mesmo.

Em Cariacica, o vigário *João Marques Rebello*²²⁷ manifesta desânimo com relação a seus fiéis quando afirma que para acabar as obras da igreja do lugar seria indispensável que *“chegasse aos ouvidos do povo o mesmo [ilegível] que acordou o irmão de Magdalena”*. Seu relatório constatava que há mais de quarenta anos não havia catequese, nem o pão eucarístico na região, sendo o número de comunhões e confissões insignificantes e a *“grande massa do povo ignorava o que era o SS.Sacramento, quase todo o catecismo, e muita gente até nem o Padre Nosso e a Ave Maria sabem”*.

De acordo com o padre Rebello *“o povo não gostava da explicação do evangelho, porém fui tenaz neste ponto, e hoje, se alguns saem à hora da explicação do Evangelho, muitos se conservam com respeito”*. Por não conhecerem a doutrina, os fiéis queixavam-se de não a entender; porém após um ano de explicação do Evangelho aos domingos e das práticas nas sextas-feiras da Quaresma, ele avaliava ter conseguido tornar menos *“fastidiosa”* a palavra de Deus.

Preocupado com as crianças, ensinava a doutrina cristã, a qual poucas concorriam e assim a sua avaliação era que *“de tudo se vê o quanto é precário o estado religioso do povo”*. Essa precariedade que resultava na pouca frequência aos sacramentos, segundo ele, se devia as longas distâncias e a *“indolência mortal que enerva este povo”*.

A resposta eivada de críticas à religiosidade da população é indicativa de como esse padre era um defensor dos sacramentos, da doutrinação e do recolhimento, demonstrando como a religiosidade na região era muito mais dirigida a outras práticas do que à sacramental tridentina. Os fiéis se reconheciam como católicos, mas para o padre, faltava-lhes educação religiosa para que conhecessem o verdadeiro catolicismo. Isso se devia também à falta de sacerdotes, não só em número, mas daqueles que os reformadores consideravam com comportamento *“típico ideal”*.

²²⁷ Resposta a circular N. 01 de 27 de maio de 1897 do vigário de Cariacica. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894-1897. O padre voltou para Portugal em abril de 1898. Carta demissionária a favor do padre João Marques Rebello, ex-vigário de Linhares para Portugal. 26 de abril de 1898. In: Livro de Provisões n 1. 1897/1909.

Sugere o padre Rebello, como principal medida para melhorar a situação religiosa da população, a prática da catequese. Para tanto a freguesia deveria ser dividida em circunscrições cada qual com um catequista ambulante e remunerado, de modo a percorrer a cada dia da semana pelo menos um lugar da sua circunscrição. Cada catequista possuiria um livro de matrículas em que seriam inscritos todos os componentes das famílias, sendo cada filho obrigado à catequese. Após a inscrição, não seria permitido o casamento sem certidão de aprovação no exame de catequese ou dispensa dele assinada pelo bispo diocesano. Em todas as paróquias, nos cemitérios eclesiásticos, não havendo cemitérios municipais, haveria um espaço reservado aos não batizados, aos acatólicos, aos “*escandalosos impenitentes*” e aos que negligenciassem a confissão e comunhão pelo menos à hora da morte.

Deveria ser fundada na freguesia a confraria do SS.Sacramento, aprovada pelo bispo, e todos os párocos deveriam instruir seus paroquianos dos deveres e ônus do confessor, sobretudo do sigilo sacramental e também do dever do penitente. Indica que deveria haver um catecismo da própria Diocese, para que houvesse uniformidade, bem como uma tabela de emolumentos paroquiais e do sacristão, feita e aprovada pelo bispo diocesano.²²⁸

As idéias do padre seguem invariavelmente o que defendiam os reformadores, principalmente na questão da centralização das decisões na pessoa do bispo, e podemos inferir que ele tinha um bom conhecimento da proposta ultramontana na defesa da “construção” da religiosidade interior em oposição à religiosidade “exterior”.

Propostas, como o catecismo próprio da Diocese, o incentivo à catequese, e a defesa do sacramento da confissão, defendidas pelo padre foram colocadas em prática pelo bispo, já que faziam parte do direcionamento ultramontano, sendo descartadas outras de caráter mais punitivo, que mostravam uma intolerância ainda maior com a religiosidade da população.

²²⁸ Paróquia de S.João Batista de Cariacica 08 de junho de 1897. João Marques Rebello. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894/1897.

Para o padre José Pereira Duarte Carneiro, vigário “colado” da paróquia de São Mateus, ²²⁹ o espírito religioso do povo não era “*mau*”, pois sempre o ajudavam quando pedia. Essa tolerância quanto à religiosidade da população, mostrava que nem todo o clero defendia uma reforma da religiosidade popular e nem a considerava “irreligiosidade”. Esse tipo de clérigo causava receio à hierarquia eclesiástica, pois possuindo uma autocompreensão divergente, poderia questionar a hierarquia eclesiástica ou mesmo não ter controle sobre as formas de cultos populares, ou ao que o episcopado considerava seus “exageros”.²³⁰

Sendo um padre “colado”, ou seja, que havia passado por concurso e que, portanto não poderia ser transferido, a solução encontrada pelo bispo foi a indicação de um propároco para controlá-lo. Esse método era um recurso encontrado para melhorar o trabalho de padres velhos ou que não tivessem o modo de vida exemplar exigido pelos parâmetros tridentinos.

Dessa forma, mesmo agradecendo a “*caridosa hospitalidade*” que teve durante a visita pastoral, dom Nery usa subterfúgios e diz ter percebido “*quão grande e fatigante é o serviço de sua freguesia*”, e mesmo que o vigário fosse bem mais novo, não seria capaz de sozinho satisfazer as necessidades religiosas das zonas “[...] *que dizer-se, atendendo aos cansaços que já deve sentir?*”.

Afirma que o trabalho feito pelo padre na freguesia desde 1860 foi valioso, mas que, por isso mesmo o padre não gostaria de ver seu povo privado de doutrinação e manifesta o desejo de indicar para S. Mateus um padre brasileiro e moço, e “*algum tanto mais preparado*” para o serviço. Como propároco, o novo padre teria absolutamente a direção da freguesia e metade dos emolumentos. O padre continuaria como vigário e metade do que rendesse a freguesia, além da cômputa, devendo apenas passar a direção “*in totum*” ao propároco. A mudança é colocada como um pedido ditado pela consciência do bispo, que só queria o bem do povo e esperava então um requerimento no qual o padre pediria a nomeação.²³¹

²²⁹ O Documento é riquíssimo, pois o padre é bem detalhista. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894/1897.

²³⁰ BENCOSTTA, Op. Cit. p. 62.

²³¹ Carta do Bispado do Espírito Santo. Vitória 25 de Setembro de 1900.

A resposta do Vigário foi indignada e agradecendo o cuidado do bispo com sua idade, “*a qual não é tão avançada que me prive de percorrer essa tão grande zona que V.Exa. julga que eu não posso fazer [...] , mas no caso presente não, porque estou forte e nada sofro [...]*” e demonstra sua mágoa dizendo:

V. Excelência aqui estive, conviveu comigo, sempre alegre e prazenteiro, e guardou tanta reserva me propor um curador para reger a ma pessoa e dar me esmolas; não podia pessoalmente declarar me e talvez pudéssemos concordar a vista das vozes e condições em que (ilegível) o pro pároco e não por cartas que nada na decisão incurou [...].

Terminou dizendo que havia sido avisado desta atitude do bispo, mas que não acreditou e que se admirava de um padre brasileiro se prestar a servir de “coveiro” de um colega, desgastando-o e até desmoralizando-o: “*só visando interesse; pois esta freguesia, muita crise que atravessamos aqui onde tem custos [ilegível] mal chega para charutos, porém eu estou rico, cheio de ouro devo sujeitar me a pedir esmolas, esperando a generosidade do propároco*”. E finaliza pedindo licença para nada requerer.

*V.exa. que retirou se de S.Mateus declarando se meu amigo dedicado, e que ao embarcar (ilegível.) Barra, disse me Snr. Vigário, V.Revma. não tem em mim um Bispo e sim um amigo e tão depressa revolta se contra o amigo! É duro é muito duro! Somente talvez para sustentar caprichos de quem quer que seja, dói o coração.*²³²

O tom irônico sobre sua situação financeira deixa claro que o que recebia era irrisório, e questiona os motivos apresentados pelo bispo para a indicação do propároco, já que ainda não era tão velho a ponto de não conseguir visitar toda a

²³² Carta do Pe. Duarte Carneiro. São Mateus 14 de outubro de 1900. Documento escrito à mão. Algumas correções foram necessárias para entendimento do texto.

paróquia. Demonstra ter esperado que o bispo conversasse com ele sobre o assunto de forma a se chegar a um consenso; e ao se negar a pedir o requerimento demonstra não aceitar a autoridade diocesana.

O bispo, que no primeiro momento tentou diplomaticamente colocar um propároco para auxiliar o padre Carneiro, na segunda carta se mostra mais enfático, lembrando-o do caráter sagrado que possui e de sua autoridade. De forma dura, dom Nery afirma que ao dizer que o padre não poderia mais dirigir sozinho a paróquia de São Mateus não se referia ao aspecto material e sim ao espiritual. Naquela freguesia era necessário que houvesse aulas de catecismo bem organizadas, práticas todos os domingos e dias santos e organização de associações religiosas, serviços para os quais o padre não tinha mais preparo “espiritual” para o cumprimento de suas funções. Embora o padre tivesse boa vontade, não tinha a paciência que o serviço exigiria. Afirma ter agido com sinceridade, e por último legaliza seu ato através da autoridade hierárquica:

Antes de mais nada devo dizer a V.Revma. que, apesar de tudo, sou seu superior legítimo e nessa qualidade exijo que haja mais reverência nas cartas que V.Revma. me dirigir; em segundo lugar, devo também dizer-lhe que, acima de qualquer amizade, está o cumprimento de meus deveres episcopais, e isso eu o farei, custe o que custar.

Após explicar as funções do propároco, afirma que os bispos podem nomeá-los quer os vigários concordem ou não, ou seja, foi uma delicadeza de sua parte pedir ao vigário que o fizesse. dom Nery indaga o motivo de a resposta ter sido tão áspera e quase inconveniente, terminando a carta questionando: *“Pretenderá V.Revma. que um Bispo deixe correrem as coisas de administração, só se levando pelo coração e nunca pela inteligência? Peço, por isso, encarecidamente a V.Revma. que me poupe dissabores e amarguras. Não queira*

umentar os males e agravar a sua delicada situação”. E concluiu refazendo o pedido feito na primeira carta.²³³

Após a carta do bispo repreendendo-o e lembrando-o de sua subordinação hierárquica, afirmando que o vigário se encontrava em situação “*delicada*”, e que o bispo tudo fazia de acordo com os cânones, o padre respondeu enviando um requerimento no qual solicita o auxiliar para ajudá-lo na freguesia pedindo para que dom Nery “*retire qualquer suspeita de desrespeito*” para com o bispo e também passar uma esponja caso.²³⁴

Com a aquiescência do pároco, dom Nery responde que nunca teve a intenção de magoá-lo. O propároco indicado foi o padre José Arthur Pereira, que deveria ser mais um amigo do que um corregedor. O bispo o escolheu por ser “*dócil, manso, trabalhador, etc*”. Não seria, entretanto, um auxiliar, visto que assumiria in totum a direção da freguesia.²³⁵

Assim como dom Nery, os bispos ultramontanos procuravam diplomaticamente resolver questões com os padres que, formados nos antigos seminários tinham uma autocompreensão distinta das suas. Em geral bastava esperar que o tempo se encarregasse de resolver o problema, já que pela idade não teriam como ser empecilho ao projeto romanizador por muito tempo.

Embora tenha sido “induzido” a aceitar o propároco, o padre em alguns momentos deixou transparecer sua insatisfação. Foi o caso dos festejos do fim do século em São Mateus,²³⁶ incentivados pelo bispo e seguidos à risca pelo propároco padre José Arthur Pereira que “*não poupou sacrifícios*” para organizá-los, não contando com o apoio do padre Carneiro que “*devido a incômodos de saúde que sobrevieram no dia 30 deixou de prestar seu concurso a essa grande festa e auxílio ao seu digno colega [...]*”.

²³³ Carta da Residência Episcopal de Vitória de 29 de Outubro de 1900. Cúria. Esse documento estava escrito todo à mão, com letra legível pelo próprio bispo.

²³⁴ Carta do Pe. José (...) Duarte Carneiro. São Mateus 09 de Novembro de 1900.

²³⁵ Carta do Bispo D. Nery 12 Novembro de 1900. Neste documento ele afirma que este expediente é tomado pela Igreja quando o pároco tem muitos anos de serviço e já não pode pregar aos domingos ao fiéis, fazer catecismo as crianças, etc. Ou seja, não era um padre ultramontano. A indicação foi confirmada pelo jornal *O Comércio do Espírito Santo*. 18 de novembro de 1900. p 02 . No dia 12: Nomeando o Pe. José Arthur Pereira como Coadjutor propároco da freguesia de S.Matheus.

²³⁶ “Eco das localidades: Festejos”. *Comércio do Espírito Santo*. Vitória 27 de janeiro de 1901. p. 02. Fim do século em S.Mateus.

O padre formalmente aceitou as orientações do bispo, mas ao que parece não foi muito solidário com o seu novo companheiro, e ao que alguns documentos indicam o propároco José Arthur Pereira teve que enfrentar também a insatisfação de parte da população por motivos não conhecidos.²³⁷

Elemento chave do “ultramontanismo” no Espírito Santo, o monsenhor Pedrinha,²³⁸ à princípio sob as orientações de dom Rego Maia, bispo de Niterói, preparou a diocese para receber seu primeiro bispo,²³⁹ sendo posteriormente um fiel seguidor das orientações de dom Nery. Foi eleito deputado estadual em quatro legislaturas consecutivas, de 1898 a 1910,²⁴⁰ tendo iniciado sua carreira política no período de dom Nery e continuado sob o bispado de dom Fernando a usar seu cargo para conseguir benesses para as obras da Igreja.²⁴¹

Como arcepreste enfrentou diversas dificuldades para preparar a vinda do bispo, e nesse período o núncio monsenhor Guido, advertiu-o que “*nada fizesse*

²³⁷ Embora não saibamos a que se relacionam esses fatos, podemos supor que ao ser um dos fiéis seguidores de dom Nery, esses conflitos se relacionam com atitudes do padre contra a religiosidade popular. Não esquecer que nessa região houve um discurso do bispo contra a prática da Cabula, um culto africano que foi descrito por dom Nery em sua Carta Pastoral de Despedida: Telegrama de São Mateus datado de 30 dezembro de 1900. “*Exmo. dr. Chefe de polícia. Fato grave incompatibilizado governador municipal, pedimos nomeação substituto pedimos mais duas ou três praças. [...] Pela população Celso Faria, João Alfredo, José dos Santos*”. Documento Fundo Polícia- Telegramas Recebidos. Série Ofícios expedidos pelos chefes de polícia. Caixa 438 (Telegramas) maço 674.APE. Outros telegramas indicam os ataques recebidos pelo padre: Telegrama 1901. São Mateus, Dr. Silveira Faria: “*Vitória peço retirada urgente alferes tentativa desacato vigário procurando utilizar-se esse fim soldados*”. Outro telegrama de São Mateus do Dr. Estevão: “*vigário desacatado infamemente alferes Rocha haja que vingar afronta, convêm retirá-lo incontinentemente. Cazuza Neves*”. Em outro “*Visto manifestação popular perante mim reclamando retirada incontinentemente Alferes Rocha como garantia ordem social peço satisfazer*”. E o último telegrama encontrado de 16 de fevereiro de 1901: “*Dr. Chefe de polícia [...] Alferes Rocha querer desfeitar padre Arthur, questões familiares*”. In: Fundo Polícia- Telegramas Recebidos. Série Ofícios Expedidos pelos chefes de polícia. Caixa 438, maço 675. APE.

²³⁸ Resposta à Circular N 1. Vitória 06 de julho de 1897. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894/1897. Como era professor da Escola Normal, o padre Pedrinha solicitou licença sem vencimentos para percorrer o Estado angariando recursos para a fundação do bispado. Reuniu os artigos dos jornais referentes a organização do bispado no livro “Tímidos Ensaio”. In: **AMORIM, J.P.** Bispado do Espírito Santo. RIHGES. Vitória/ES, n 34. 1983. p. 42.

²³⁹ **NERY, J. B. C.** Carta Pastoral Saudando aos seus Diocesanos no dia de sua sagração. Roma: Poliglota. 1896. p. 12. Diz que foi com imensa satisfação que “*mesmo de longe*” e ainda bispo eleito, testemunhou a solicitude com que responderam ao apelo do arcepreste na organização do patrimônio necessário para a fundação da diocese. Apesar de ter tomado posse apenas em 1897, antes o bispo já acompanhava as decisões referentes à sua diocese sob direção do bispo de Niterói e administração do arcepreste Pedrinha.

²⁴⁰ **AMORIM, J.P.** Bispado do Espírito Santo. RIHGES. Vitória/ES, n 34. 1983. p. 42. Creio que essa indicação foi do bispo dom João Nery.

²⁴¹ Segundo relato de Maria Stela de Novaes o padre Pedrinha na sessão de 27 de setembro de 1905, na Assembléia Legislativa, defendeu e conseguiu a subvenção de 250\$000 mensais, para o Colégio N. S. Auxiliadora e igual quantia para o Colégio Diocesano, fundado por D.Fernando em Cachoeiro do Itapemirim. In: **NOVAES, Maria Stela de.** O Carmo. Op. Cit. p. 11.

sem consultar” dom Nery.²⁴² O arcepreste foi elevado a monsenhor e camareiro secreto de sua santidade.²⁴³

Posteriormente o padre Pedrinha foi indicado por dom Nery como pároco das paróquias de Queimado e de N.Sra. da Vitória;²⁴⁴ e pediu afastamento da paróquia por cinco anos,²⁴⁵ tendo nesse período resolvido questões patrimoniais para o bispado, isto é, usou sua influência como deputado para regularizar propriedades e conseguir outros benefícios do poder público para a Diocese.

Ao ser questionado sobre o que seria fundamental para melhorar a situação religiosa da população, monsenhor Pedrinha, um padre típico ultramontano, responde achar necessária a instrução no púlpito e pela imprensa; a criação de um jornal católico que servisse como órgão oficial da Diocese.

Defendeu igualmente a fundação de dois bons colégios para meninos e meninas, e mais um estabelecimento católico agrícola ou de arte e ofícios que *“salvasse essa meninada pobre que vagueia pelas nossas ruas a toa, sem educação, nem doméstica!”*.²⁴⁶ As teses sobre o problema da infância, impregnadas de uma visão negativa da permanência da criança na rua, surgem em bom número a partir da década de 70, pois com a proximidade do fim da escravidão a elite passa a temer a *“cidade negra rebelde e doentia”*.²⁴⁷ Os especialistas do social transformam a prática da criança na rua como um costume

²⁴² Carta do Vgo. S. B. Guido, encarregado de negócios da Santa Sé. Petrópolis 19/01/1897. Comunicando que recebeu um telegrama do Sr. Pedrinha anunciando que lhe foi entregue o Convento do Carmo. Tendo respondido que *“nada fizesse sem consultar a V.E. e pedir a suas instruções em propósito[...] Não me parece bom que V.E. tome posse por [...] muito antes do seu ingresso: pois em tal caso deveria V.E. entregar o governo logo no princípio às mãos ineptas. Melhor é que a administração diocesana fique nas mãos do Bispo de Niterói. Como eu tinha previsto o [...] della Volpe, por ordem do S. padre, escreveu-me de ofício: pedindo-me informações a respeito do S. Pedrinha e perguntando-me se eu o estimo digno de uma distinção pontifícia. Ontem mesmo respondi favoravelmente e roguei ao meu amigo [...] della Volpe que enviasse a nomeação o mais depressa possível. Sem mais beijo as mãos de V.E. e com mais profundo respeito prezo-me em subscrever-me de V.E. [...] vgo. S. B. Guido. Encarregado de negócios da S.Sé”*.

²⁴³ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 19 de maio de 1897.

²⁴⁴ Portaria nomeando o Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha vigário da paróquia de N. Sra. da Vitória, de reger a Localidade de São José do Queimado e demais povoados. 25 de abril de 1898.

²⁴⁵ Licença autorizando o Rmo. Sr. Monsenhor Pedrinha a ausentar-se da diocese por cinco anos. p.28. In: Livro de Provisões n 1 de 1897/1909.

²⁴⁶ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p 21. O padre Francisco Antunes diz que: Quanto às crianças dividia em dois grupos: o primeiro muito *“reduzido que freqüentava as escolas da vila e os da cidade; o segundo vive atarefado com [haveres] da família e nem tem o que vestir! Seriam viciados, fumam e até bebem!”*. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894/1897.

²⁴⁷ As crianças no mundo da rua: construções do cotidiano. p. 37.

“anormal”, servindo como técnica de controle urbano.²⁴⁸ O monsenhor Pedrinha parecia compartilhar dessa visão que se fortaleceu com o fim da escravidão e a implantação da República, quando a criança fica relegada aos espaços privados da família e da escola.

A índole do povo da paróquia de N. Sra. da Vitória foi considerada boa e o espírito religioso bem acentuado. Porém, afirmava Pedrinha, essa religião limitava-se quase que exclusivamente ao culto externo: eram religiosos em geral mais por hábito do que por convicção, porquanto *“ninguém se dedica a conhecer a religião e sem o conhecimento não pode haver convicção”*.

A análise feita pelo padre sobre a religiosidade da população coincide com a visão dos que consideravam o catolicismo ultramontano como verdadeiro, enquanto as práticas diárias de fé devocional sem o conhecimento dos dogmas eram depreciadas e seus praticantes considerados católicos por hábito.

Expôs que, em algumas regiões, costumavam os pescadores rezar suas ladainhas e que não raro o *“desrespeito suplantava o espírito de devoção”*. O povo era *“religioso, porém ignorante em matéria de religião. Todos são católicos, como todos os nossos católicos [ilegível] e sem instrução”*. Novamente verifica-se a avaliação do catolicismo popular como ignorância religiosa, havendo a necessidade da intervenção daqueles que possuíam os dons do sagrado.

A medida mais eficaz para o bem espiritual da freguesia, segundo o padre, seria a nomeação de um bom pároco que ali residisse, mas como não havia recursos para manter o vigário, recomendou a extinção da freguesia, já que ela havia sido criada por mera exigência do governo civil, e *“cessando a causa, cessa também seus efeitos”*.

O padre Pedrinha, fiel seguidor das decisões do episcopado brasileiro em seu projeto romanizador, no período em que esteve no Rio como capelão no Andaraí, afirmou que a capelania era humilde e roceira, mas que se pudesse *“gostaria de viver hoje assim escondido”*, pois se considerava um perseguido e afirmou:

²⁴⁸ As crianças no mundo da rua. Op. Cit. p. 32.

*A vitória é injusta e ingrata, e os meus adversários não são bem orientados: porém é faqueza perseguir-se um padre pobre e desanimado. V.Exc. tem sido providencialmente elevado até à cumiada das honras, deixando após si um rastro de luz sem sombras, nem intermitências, esta por isso habilitado a fazer o grande milagre de purificar e enobrecer a consciência desses juizes, para que um dia não peçam a cruz também para o enviado do Senhor que já tem feito muito e fará tudo a favor do meu infeliz Estado.*²⁴⁹

Esse desabafo mostra o quanto foi árduo o trabalho de auxiliar no projeto romanizador, mas suas ações foram reconhecidas por dom Nery, já que o padre continuou a representar os interesses da Igreja como deputado estadual.

O padre José Ferreira Lopez Wanzeller,²⁵⁰ vigário da paróquia de São José do Queimado, recomenda como medida para o bem espiritual da paróquia, a organização de irmandades e missões entre os fiéis.²⁵¹ Aparentemente, não parecia perceber problemas na religiosidade da população, pois afirmava ser o povo seguidor do ensino da Igreja. Padres que compartilhavam ou eram tolerantes com a prática religiosa popular eram os alvos principais das “doutrinas moralizadoras”.

Outro depoimento interessante é o do pároco de Sta Isabel, padre verbista Pedro Benzeratt que considerava melhores os brasileiros que moravam fora da vila, pois estes visitavam suas capelas com zelo, recebendo mais o S.Sacramento do que os habitantes da vila, onde se mostravam frios e indiferentes. Com os alemães estava bastante satisfeito.

²⁴⁹ Carta do Pe. Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha ao Exmo. Revmo. Snr. Bispo do Espírito Santo. Rio 05/05/98. Também afirma que a inveja não olhava o sacrifício e intenção de quem trabalha, mas irrita-se com os que brilham e se atiram na luta devido a consciência e a vocação.

²⁵⁰ Termo de juramento do padre José Ferreira Lopes Wanzeller, natural do município de Cabo Frio, foi ordenado por dom Domingos Guirino de Souza, Bispo de Goiás. 14 de julho de 1897. In: Livro Termos de Juramento 1897- 1927.

²⁵¹ As respostas sucintas e diretas dificultam a análise da compreensão do catolicismo do padre. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894/1897.

Para aprimorar a situação moral, indicou uma missão entre os brasileiros, pois aos alemães os reverendos padres Francisco Doll²⁵² e Francisco Tollinger, já a haviam feito em 1895. Estando os alemães sob a direção de padres da Congregação do Verbo Divino, fiéis seguidoras das doutrinas tridentinas, compreende-se a tranqüilidade com que se referem a religiosidade dos imigrantes; e a preocupação com os brasileiros, onde as práticas populares haviam tornado o catolicismo um amálgama de crenças e rituais diversos.

Segundo o padre Benzeratt, a índole e o espírito religioso dos fiéis da freguesia da Serra eram bons, mas *“menis quidem multa, operário antem possuid”*. Defendeu missões, por acreditar que renovariam o espírito religioso; e depois deveriam ser colocados dois missionários em regiões em que havia um grande número de italianos, e em seguida colocar outros dois em Linhares, onde havia muitos colonos, fazendo assim não só um grande bem espiritual, mas também temporal, já que as freguesias eram pobres para sustentar em cada uma um vigário.

Para melhorar a situação religiosa, estabeleceu a devoção do SS. Coração de Jesus; organizou vias sacras e a primeira comunhão que os moradores não conheciam, pontos considerados fundamentais para a difusão do catolicismo tridentino.

Ao responder ao questionário,²⁵³ o *vigário Salvador de Vitta*, não parece perceber falhas na religiosidade de seus fiéis, afirmando que *“a índole e espírito religioso do povo era incontestavelmente digno de elogios devido suas práticas religiosas”*. Enquanto os ultramontanos criticavam a prática religiosa da população e tinham-nas como *“superstições”* ou *“ignorância religiosa”*, o padre reconhecia essa prática como válida.

Embora não tenhamos maiores informações sobre o vigário Vitta, sabemos que foi um dos colaboradores do sucessor de dom Nery, o bispo lazarista dom

²⁵² O Padre Francisco Doll e o Padre Francisco Tollinger, da Congregação do Verbo Divino (Verbistas), foram enviados para dar assistência aos colonos alemães de Santa Isabel e Santa Leopoldina, tendo chegado ao Estado em 1895. O então bispo do Rio de Janeiro dom Pedro M. de Lacerda só condicionou que eles fossem “bons”. In: CARNIELLI, Op. Cit. p 241.

²⁵³ Documento: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do ES. 1894-1897. (Itapemirim, 06 agosto de 1897. *Vigário Salvador de Vitta*.). Todas as outras respostas dos padres ao questionário constam neste documento.

Fernando Monteiro, sendo ele e o padre Carlos Regattieri redatores do jornal Observador Católico da Vila de Itapemirim.²⁵⁴ Embora a princípio não observasse “*falhas*” na religiosidade da população e portanto não pudesse ser um padre considerado “típico ideal” pelo bispo, posteriormente foi um dos alicerces da implantação romanizadora.

Alguns padres, como o padre José Marcellino do Valle da Vila de Afonso Cláudio, eram admoestados, pois apesar das recomendações do bispo, até 1899 este ainda não havia se apresentado e mesmo assim continuava a exercer ordens, utilizando como justificativa a falta de padres. Por esse motivo e devido a informações desfavoráveis, o bispo se encontrava “*indisposto*” a seu respeito. Contudo o padre afirmava não ser “*independente*” como disseram, tendo apenas uma “*modesta situação*” onde trabalhava.

Eram constantes as recomendações para que os padres deixassem de exercer outras funções, visto que essa prática tornava-os independentes financeiramente, relegando suas funções eclesiais e se preocupando primeiramente com suas atividades seculares. É exatamente à independência financeira do padre Marcellino do Valle que explica a afirmação tranqüila de que poderia deixar de exercer ordens na diocese se fosse da vontade do bispo.²⁵⁵

O controle sobre os párocos deu-se o tempo todo do episcopado de dom Nery,²⁵⁶ já que exigia-se para uma “*instituição perfeita*”, acompanhada de um comportamento “*típico ideal*” dos seus membros. Quando algum membro destoava do comportamento exigido, caso do padre Luiz Villa, esse era admoestado e em alguns casos punido com suspensão de ordens.

Revmo Pe. Marcellino. Levo ao conhecimento de V.R. que o Rev. Pe. Villa só poderá exercer suas ordens em Santa Thereza, até segunda ordem. Quando houver qualquer

²⁵⁴ PEREIRA, Heráclito Amâncio Filho. A Imprensa no Espírito Santo. RIHGES. n V, 1926. p 78. Seu primeiro número foi no ano de 1904.

²⁵⁵ Carta do Pe. Marcellino do Valle ao Bispo D. Nery. Vila Afonso Cláudio 10 de dezembro de 1899.

²⁵⁶ REIS, Fábio José Garcia dos. Os Redentoristas, o Cônego Antonio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista - 1888/1917. Dissertação de Mestrado: SBD-FFLCH, SP: 1993. Nessa tese Reis analisa a relação entre os Redentoristas e o Cônego Antonio Marques Henriques, relação conflituosa, pois o cônego não tinha o comportamento “típico ideal” exigido pela Congregação.

*serviço em outras localidades irá V.R. e não ele ou, quando muito, ele em sua companhia. Isto ficará assim até que V.R. me possa Corum Domino atestar que o Pe. Villa já tem manifestado franca emenda e é capaz de sozinho, percorrer as colônias. Reze sempre a Deus pelo seu humilde Bispo que de coração o abençoa.*²⁵⁷

As denúncias e reclamações sobre padres, que pelos documentos eram regulares, tornavam o bispo um mediador e juiz, pois deveria escutar ambas as partes. Para cada denúncia, existiam fiéis que defendiam seus párocos. Foi o que ocorreu no município de Afonso Cláudio, onde alguns moradores do distrito de Boa Família, na defesa do padre Villa, disseram que apesar deste residir pouco tempo entre eles, se mostrava “*correto no seu proceder*”, tendo conquistado a estima e consideração de todos, devido seu modo afável. Os fiéis garantiam ter reconhecido nele, os predicados que nobilitavam os membros do clero espírito-santense, pois era cumpridor de seus deveres, tendo interesse pela religião e pela felicidade do povo, além de ser solícito no desenvolver do culto religioso. Doutrinava com ardor, submisso à honra, ao mérito, à abnegação e a virtude na pessoa do pároco. Por tudo que alegavam, pediam para que o bispo não desse crédito à denúncia movida com o fim único de desprestigiar o padre Luiz Villa.²⁵⁸

Segundo Wernet,²⁵⁹ muitas vezes, o povo imbuído da prática do catolicismo tradicional, apoiava seus párocos, mesmo quando estes viviam em desacordo com os mandamentos da Igreja. E por esse motivo, apesar dos pedidos dos moradores o padre Luiz Villa foi transferido da paróquia de Santa Tereza e

²⁵⁷ Carta de D. Nery ao Pe. Marcellino. Vitória 11 de Julho de 1897. p. 8. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais. 1897/1913.

²⁵⁸ Carta dos Moradores de Boa Família de 24 de agosto de 1897. Contem 46 assinaturas, sendo 31 fazendeiros, 06 negociantes, 01 professor particular, 01 alfaiate e outros sem definição. Abaixo assinado dos moradores de Figueira e Snta. Joana de Boa Família 05 de Agosto de 1897. Esse documento possui 138 assinaturas. Nesse documento o Delegado do Governo Municipal e Negociante Augusto (ilegível), protesta contra as acusações à respeito do Padre Villa, pois diz ser o padre digno de todo respeito e considerações. Diz que essas acusações foram feitos por homens ajudados pelo pecado, contanto talvez o Pe. com meia dúzia de desafetos e que foram levados por inveja a criticá-lo, diz que espera conceder uma paróquia nessa região existia “*elementos bastante*” para sustentá-la e a ele. Diz finalmente reconhecer no Pe. Villa um “*apóstolo da Religião*”.

²⁵⁹ WERNET, Op. Cit. p 139.

indicado como vigário da freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo à qual deveria reger como *“convêm ao serviço de Deus e bem espiritual de seus paroquianos, administrando-lhes os sacramentos, e governado-a como sua própria desde logo. 16 de novembro de 1897”*, demonstrando que pouco valia a opinião dos fiéis.²⁶⁰

Ao mesmo tempo em que admoestava e procurava moralizar a conduta de alguns padres, dom João Nery era firme na defesa dos aliados imprescindíveis de sua administração, como o vigário padre Júlio Augusto Maria Freóur. Os padres seguidores do direcionamento do bispo entraram em atritos com a população acostumada ao catolicismo popular, por isso, ao receber reclamações do padre Freóur o bispo diz aos *“caríssimos filhos”* da região a *“profunda mágoa”* que sentia por chegar ao seu conhecimento que alguns paroquianos da freguesia não estavam tendo com o vigário da localidade a *“correção”* a que ele teria por direito como um *“legítimo”* representante do bispo e, apesar de ser insignificante o número dos que assim procediam, deveriam lembrar-se de que quem *“despreza os enviados do senhor despreza o próprio senhor, cuidado pois!”*.

Com essa afirmação, dom Nery reforçava o domínio do sagrado pelo clero e a legitimidade do padre representante do bispo. Por último, argumentava sobre a dificuldade para conseguir um pastor para a freguesia e avisa que se não encontrasse *“correspondência franca”* dos fiéis ficaria desanimado e seria forçado, com *“muita mágoa”* a remover o vigário para outro lugar onde ele fosse aceito.²⁶¹

Era comum a todos os padres seculares e regulares a descrição da penúria material em que viviam as paróquias, muitos tendo de suprir com seus poucos recursos às necessidades mínimas de manutenção do culto. Havia divergências sobre a precariedade da condição religiosa, mas não em relação à conjuntura de crise financeira pela qual passava não só o bispado como todo Estado.

²⁶⁰ Portaria nomeando o Pe. Luiz Villa vigário encomendado da Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo. In: Livro de Portarias e ordens episcopais 1897-1913. p 18.

²⁶¹ Carta de D.João Bispo do Espírito Santo aos fiéis católicos da Serra. 1º abril de 1899. In: Livro Tombo da Serra 1898-1940.

1.5 Novas Congregações

As ordens religiosas tradicionais estiveram presentes na história do Brasil desde sua colonização.

Sob o Império já se constatava a decadência das antigas ordens.²⁶² Enquanto os bispos incentivavam a vinda de novas congregações européias, o governo, devido a lei de mão morta, que lhe assegurava o patrimônio das antigas ordens religiosas em caso de morte do último membro, dificultava a entrada de novos religiosos nessas instituições.²⁶³

Dentre as ordens regulares tinham importante presença no Brasil os carmelitas, os beneditinos e os franciscanos, que eram a espinha dorsal da Igreja no período colonial. Essas, devido a interferência dos reformadores, foram substituídas por novas ordens e congregações trazidas da Europa. Essa substituição ocorreu não só devido a decadência das ordens tradicionais, mas sobretudo pelo fato de que as novas congregações, sendo européias, compartilharem da mentalidade ultramontana.

No Espírito Santo, atuou a ordem tradicional Carmelita. Seu último prior, Frei Antônio de Nossa Senhora das Neves, havia falecido em 1871²⁶⁴ e o convento do Carmo era, desde 1860, utilizado como quartel de soldados pelo governo. O padre Pedrinha através de conversas com deputados, com pessoas importantes e contando com o apoio do presidente do Estado, Muniz Freire, conseguiu que o Convento, “*ilegalmente cedido*” ao governo, fosse restituído à Igreja para servir de residência ao Bispo.²⁶⁵ O presidente, segundo o padre um “*legítimo positivista*”, ajudou a Igreja pois, apesar da perda de espaços na sociedade moderna, a Igreja ainda representava uma força ideológica de peso

²⁶² **FRAGOSO, HUGO.** A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875). In: História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. BEOZZO(Org). 2ed. São Paulo: Paulinas. pp. 200, 202. Sendo apontada dentre as causas a falta de punição dos superiores em relação aos abusos cometidos pelos seus súditos; o espírito de discórdia nas comunidades; a negligência na formação de novos religiosos e a falta de critérios na seleção dos candidatos a vida regular.

²⁶³ **Ibidem.** pp 203 e 204.

²⁶⁴ **CARNIELLI,** Op. Cit. pp. 369-370.

²⁶⁵ Livro: Portarias Circulares Pastorais Documentos do governo Eclesiástico. 1894-1918. relato do então arcepreste Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha p. 05

para os dirigentes republicanos. Havia o consenso quanto a criação do Bispado representar um indício do desenvolvimento do Estado e que o presidente poderia captar em benefício próprio.

A ordem dos Franciscanos, que também atuou no Estado, possuía o convento de São Francisco e o convento da Penha que foram requisitados por dom Nery e transferidos para a recém criada diocese.

D. Nery conseguiu da internunciatura apostólica a posse dos dois conventos²⁶⁶ e foi enfático ao afirmar, provavelmente por ter sofrido críticas, que tudo ocorreu “*sem violência alguma, e não como mentirosamente se propostou no Rio, passamos a administrar os conventos de São Francisco*”.²⁶⁷

Embora não haja nenhum registro de confronto direto, o bispo chegou a requisitar um advogado, José Monjardim, no caso de “*suscitar-se*” alguma demanda judicial sobre a entrega dos conventos, já que frei João do Amor Divino da Costa provincial dos Franciscanos também havia constituído um advogado, o dr. Ferreira Vianna,²⁶⁸ mostrando claramente que essa transferência não ocorreu de forma tranqüila,

Como não havia interesse na recuperação dessas antigas ordens, a ação para assumir seu patrimônio era sempre uma prioridade para os bispos, que deveriam se antecipar à medidas do governo laico, também interessado nesses bens.

Com a proclamação da República e o fim dos empecilhos criados pelo governo imperial, as novas congregações requisitadas pelos bispos entraram em larga escala no Brasil, contribuindo eficazmente para a “*europização*” e a “*romanização*” do clero e da Igreja no país.²⁶⁹

²⁶⁶ Maria Stella de Novaes em várias obras transcreve o documento pelo qual o bispo tomou posse dos conventos de São Francisco. Ele também foi transcrito no artigo: “Os Conventos”. O Estado do Espírito Santo. Vitória 17 de março de 1899.

²⁶⁷ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. p 35. Com o documento em mãos o bispo foi pessoalmente ao Rio de Janeiro procurar “*amigavelmente*” conseguir que Frei João do Amor Divino da Costa, lhe passasse os dois conventos e como não teve resposta positiva, de volta a Vitória no dia 14 de março de 1899, depois de informar as autoridades civis de Vitória e na presença de testemunhas, por não haver síndico na Penha, intimou para que o sacristão João Ramiro lhe entregasse as chaves. Na mesma hora o Monsenhor Jeronymo Marty, tomava posse do convento de São Francisco.

²⁶⁸ O Estado do Espírito Santo. Vitória 21 de março de 1899. José Monjardim era companheiro de redação do Jornal o Estado.

²⁶⁹ WERNET, Op. Cit. p 185 à 189.

Normalmente, a prática religiosa das ordens tradicionais era interna aos conventos, enquanto as novas congregações, como os lazaristas, jesuítas²⁷⁰, irmãs de caridade, dorotéias dentre outras tinham ações externas²⁷¹ e, por isso, foram mais aceitas pelas lideranças políticas.

À falta de padres era uma realidade no recém-criado bispado, basta lembrar que era comum o cancelamento de celebrações.²⁷² A escassez de material humano um dos principais problemas enfrentados por dom Nery foi atenuado com o apoio recebido das congregações. Com essa preocupação, o bispo convidou os sacerdotes da congregação Salesiana para ajudá-lo na nova diocese, devido a sua admiração a S. João Bosco.²⁷³ Como não foi possível, recorreu e conseguiu a vinda dos Agostinianos Recoletos, além do apoio das congregações que já estavam no Estado: os Capuchinhos, os do Verbo Divino e os Lazaristas - que ocasionalmente atravessavam o território do Estado. Também requereu e conseguiu o apoio das Irmãs de Caridade Vicentinas.

Quando a diocese foi criada, os capuchinhos italianos já trabalhavam na região desde o período imperial,²⁷⁴ tendo permanecido como auxiliares também na administração de dom Nery. Foram encarregados da paróquia de Santa Tereza, região de colonização italiana,²⁷⁵ e conseguiram do bispo um prédio na referida Vila, para que utilizassem enquanto permanecessem na paróquia.²⁷⁶

Além dos capuchinhos italianos, o bispo ainda contou com o apoio dos lazaristas franceses, filhos de São Vicente de Paulo, que foram importantes

²⁷⁰ Esses, apesar de estarem presentes no Brasil desde o período colonial, foram grandes aliados dos bispos ultramontanos.

²⁷¹ **FRAGOSO**, Hugo. Op. Cit. In: História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. BEOZZO(Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas. pp 200-201.

²⁷² Durante todo o período de 1895 é constante esse aviso.

²⁷³ **NOGUEIRA**, Ataliba. Elogio Histórico de D. João Néri. Primeiro bispo de Campinas. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir. 1945. pp 28 e 76. Segundo Nogueira no escudo de armas de dom Néri, nos três bispados, tinha a efigie de N. Sra. Auxiliadora. Confiou o Liceu de Campinas aos Salesianos. Além dos colégios de Campinas e de Vitória e o seminário episcopal de Pouso Alegre serem denominados : N.Sra. Auxiliadora, também foi elevada a orago da catedral de Vitória.

²⁷⁴ Sobre a ação dos Capuchinhos no Estado do Espírito Santo, ler: **DEMONER**, Sônia Maria. A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo no século XIX. Vitória, 1983.

²⁷⁵ Os imigrantes italianos vindos para o Espírito Santo de 1860 a 1910 eram católicos. Distribuíram-se entre as colônias do Rio Novo, colônia de Santa Leocádia, colônia de Antonio Prado (depois conhecida como Santa Tereza), diversas colônias pequenas; e também se dirigiram para as colônias alemãs de Santa Leopoldina e Santa Isabel. In: **CARNIELLI**, Op. Cit. pp 247-248.

²⁷⁶ Livro de Portarias e ordens episcopais 1897-1913. p 68. Em 1901.

colaboradores em suas visitas pastorais,²⁷⁷ em diversas missões,²⁷⁸ e em diversos trabalhos religiosos.²⁷⁹ A administração de dom Nery também contou com a congregação feminina de São Vicente de Paulo, as irmãs de caridade.

No período colonial, o país só conheceu o modelo conventual de comunidade religiosa feminina no qual as religiosas não exerciam nenhuma atividade fora do convento; exigia-se o enclausuramento e a contemplação.²⁸⁰ A imagem da irmã de caridade surge com o modelo congregacional que possuindo uma típica atuação social, rompe a clausura estrita.

Não havia ainda nenhuma ordem ou congregação feminina no Estado, quando em maio de 1900 vieram, a convite do bispo, três irmãs de caridade para atuarem no Hospital da Misericórdia.²⁸¹ Assim que assumiu o bispado, dom Nery se dispôs a auxiliar a Santa Casa em seu funcionamento, buscando recursos para o hospital, seja através de apresentações teatrais, ou buscando o auxílio do governo,²⁸² que não podendo suprir a demanda educacional e de saúde, subvencionava essas atividades como obras de caridade.²⁸³

Embora houvesse reclamações dos curadores de que a Santa casa lutava com “*extrema dificuldade para se manter*” e o Estado:

²⁷⁷ Visita Pastoral à Paróquia de N. Sra. da Victória 12/12/1897. p. 35. In: Livro de 1ª visita de Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery. Nesse documento dom Nery relata a ajuda como pregadores os sacerdotes da Congregação da Missão: o Pe. La Coste e Frechet.

²⁷⁸ Livro: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 29 e 30. Essas Santas Missões ocorreram na cátedra em dezembro de 1897 e, segundo o bispo, foi regular e o resultado consolador

²⁷⁹ Portaria de 20/12/1897. In: Livro de Portaria e Ordens Episcopais. 1897/1913. p. 09. “[...] resolvemos conceder aos ditos missionários faculdades de uso de ordens e confessar e pregador, podendo absolver a todos os reservados episcopais e papais. Outrossim concedemos faculdades de habilitar cônjuges ad petendum, impedimento oculto dispensável. Concedemos mais ao diretor da missão e seu substituto faculdade de dispensar impedimentos dispensáveis com amasiados nos casos em que podemos delegar, celebrar matrimônio de amasiados e batizar na falta do vigário respectivo, fazer as bênçãos episcopais, mesmo aquelas que exigem licença tatis quatus, em que não houver emprego de santos óleos”.

²⁸⁰ NUNES, M. José F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil. Uma abordagem histórico-social. In: Os Religiosos no Brasil. Enfoques Históricos. AZZI, BEOZZO (orgs). Cehila. São Paulo: Paulinas, 1986. p 189.

²⁸¹ *O Comércio do Espírito Santo*. 08 e 13 de maio de 1900. Eram elas as Irmãs Pirney, Maria e Vicência, acompanhadas das irmãs Mantel, superiora do Hospital da Santa Casa do Rio, e sua secretária Irmã Felicidade

²⁸² Sessão 15 ordinária de 07 de outubro de 1898. In: Pasta: 29/30.O sr Eurípedes Pedrinha submete à mesa um projeto de lei concedendo a Santa Casa de Misericórdia três loterias cujo capital não excederá a três mil contos de reis, para aumento do seu patrimônio, tendo antes pronunciado um longo discurso justificando-o.

²⁸³ Livro: EES: Índice de Leis. Lei N. 23: sobre as despesas gerais do Estado para o Exercício de 1901-Título N. 7. Subvenções e garantias: O Presidente do Estado é autorizado a despende 50: 000\$000 distribuídas do modo seguinte: subvenções à saber: 1º Santa Casa de Misericórdia, 2º para a Casa de Caridade de Cachoeiro de Itapemirim.

[...] que deveria apoiar cria inúmeras dificuldades, embaraçando a percepção de sua dotação que a nove meses não precebe pela má vontade do atual diretor do tesouro, apesar, dizem, da solicitação do atual provedor. O governo municipal não tem satisfeito os juros de suas apólices, que fazem parte de seu patrimônio, nem tão pouco o medíocre auxílio orçamentário do ano próximo passado.²⁸⁴

O jornal de oposição ao governo O Comércio do Espírito Santo publicou artigos em 1900 que reclamavam da situação da “desamparo que a [Santa Casa] jogaram os poderes públicos”, correndo o risco de fechar suas portas.²⁸⁵ A subvenção concedida por vários anos ficou ameaçada devido a crise financeira que o Estado passava no ano crítico de 1900.²⁸⁶

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Brasil, o bispo não enfrentou resistência ao convidar as irmãs de caridade, podendo contar com apoio do governador Muniz Freire.²⁸⁷ Esse apoio era compreensível já que as religiosas apresentavam uma imagem de agentes sociais, assumindo práticas caritativas.²⁸⁸

O bispo colocou sob a administração das irmãs de caridade o colégio feminino Nossa Senhora Auxiliadora no antigo convento do Carmo,²⁸⁹ que iniciou suas aulas com 09 alunas internas, 63 externas e 23 meninos;²⁹⁰ constando no

²⁸⁴ “Santa Casa”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 06 de abril de 1900.

²⁸⁵ “Santa Casa”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 08 de abril de 1900.

²⁸⁶ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 22 de outubro de 1899. Art. 1º Concede a Santa Casa de Misericórdia loterias até o capital de 20.000\$000. Mesma notícia na mesma data no jornal O Estado do Espírito Santo.

²⁸⁷ “Irmãs de Caridade”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória 23 de agosto de 1899. p 02. A notícia avisa que chegariam três irmãs de caridade contratadas pelo então provedor Muniz Freire. Esse acontecimento foi considerado um “melhoramento moral”. In: *O Estado do Espírito Santo*. Vitória 06 de julho de 1899. p 02. avisa que Muniz Freire tomou posse como provedor da Santa Casa. De acordo com Novaes, desde 1895 o provedor da Santa Casa havia pedido ao bispo de Niterói a vinda de Congregações religiosas que ajudassem na Santa Casa, mas foi somente em 1900, com a interferência de Moniz Freire, então presidente do Estado, que chegaram as primeiras religiosas. In: **NOVAES**, M. Stella de. Um Bispo Missionário. Op. Cit. p 99-100.

²⁸⁸ **NUNES**, M. José F. Rosado. Op. Cit. p 192. No Jornal *O Estado do Espírito Santo*. Vitória 08 de agosto de 1900 ao assumir como governador do Estado Muniz Freire faz um relatório do período em que foi provedor da Santa Casa.

²⁸⁹ **NOVAES**, O Carmo. Op. Cit. p 09. Que receberam em situação precária e com pouco mobiliário oferecido pelo presidente do Estado, o Dr. José Marcelino

²⁹⁰ Idem. O Carmo. Op. Cit. p 09.

seu regulamento que se houvesse três irmãs no colégio, duas pagariam a pensão inteira, enquanto a outra apenas a metade. Dentre as condições para admissão das internas era exigido, além do enxoval,²⁹¹ diversos objetos de uso pessoal. Todas as alunas estariam sujeitas a um regulamento interno estabelecido pela diretoria e as que não se sujeitassem ao mesmo seriam entregues aos responsáveis.²⁹²

A fundação de escolas foi uma tática empreendida pela Igreja para conseguir ampliar adeptos da reforma entre os membros da elite. Embora o colégio Nossa Senhora Auxiliadora atendesse algumas alunas sem recursos, tinha como objetivo primordial à “*formação cristã das futuras mães de família*”²⁹³ da elite capixaba, divulgando e consolidando a fé católica.

Vindas da Europa, essas congregações conseguiam o respaldo da elite que as viam como modernas, embora muitos não compartilhassem dos ideais católicos. No colégio, as alunas tinham contato com a “*verdadeira religião*”, já que havia sintonia entre a educação ministrada pelas irmãs e os direcionamentos tridentinos. O bispo era presença constante na escola para acompanhar o trabalho das irmãs de caridade.²⁹⁴

A congregação masculina convidada para o Espírito Santo foi a dos Agostinianos Recoletos,²⁹⁵ que devido à insuficiência de padres se ocuparam do

²⁹¹ Deveria constar: “*um vestido preto, um dito branco, dez camisas, dez calças, seis saias brancas, dez pares de meias, doze lenços, duas colchas, um cobertor, dois pares de botinas, seis lençóis, seis fronhas, seis toalhas para rosto, duas [...] para banho, uma tesourinha para unhas, um pente fino e um grosso, duas caixas de [...], uma para guardar os pentes e outra para costuras*”. “Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 02 de março de 1900. p 02.

²⁹² “Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 02 de março de 1900. p 02. Mesma notícia In: *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 13 de maio de 1900. p 04. Poderiam sair todos os domingos depois da missa das oito horas e retornarem ao colégio na segunda às oito horas. Além de serem visitadas aos domingos e dias santificados das nove as onze da manhã e de 1h às 5 da tarde. O colégio não admitia meninas com moléstias contagiosas

²⁹³ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 07.

²⁹⁴ “Colégio N.S. Auxiliadora”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 28 de Novembro de 1900. Comunicando a realização da 1ª comunhão das alunas dessa “*acreditada casa de ensino*”. Foi este ato precedido de uma preparação de três dias, sendo instruídas pelo bispo. Compareceu muitas famílias e cavalheiros de nossa sociedade. “*Oxalá*” que o “*modesto*” estabelecimento tão proficientemente administrado pelas “*beneméritas*” irmãs de caridade, continue a ter o apoio que merece para que possa estender os limites de sua benéfica influência.

²⁹⁵ Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 51. “*Primeiro: A missão dos Revdos PP. Agostinianos nesta diocese será paroquial, com os ônus e vantagens respectivas [...] Poderão descansar algum tempo aqui na residência na capital e aprender um pouco a língua, indo depois para o seu respectivo centro. Acredite-me, meu Padre, o que é bem das almas que me foram confiadas. Neste sentido*

serviço paroquial. Foram encarregados das regiões próximas ao litoral onde dominava “o indiferentismo religioso”, e a religião era “toda exterior”.²⁹⁶

Os conselhos do bispo para essa congregação, iam desde a permanência na capital para que aprendesse a língua do país, o que ele achava fundamental para sua missão evangélica, até a defesa de abertura de escolas, meio eficaz de “doutrinação” da sociedade, considerando a vinda dos agostinianos necessária para a “aurora da salvação”.²⁹⁷

Os padres Agostinianos Recoletos, a quem o bispo confiou a administração da catedral, foram seus grandes colaboradores na defesa do projeto romanizador.²⁹⁸ Sob constante orientação do bispo e vigilância de seu superior,²⁹⁹ dedicavam-se à típica ação missionária ideal: constante instrução religiosa da população que carecia de conhecimento religioso, incentivo à criação de associações religiosas como congregações Marianas e Sagrado Coração de Jesus, incentivo às festas dos padroeiros, organização do catecismo na matriz, administração de sacramentos, combate os vícios, manter a disciplina eclesiástica e restaurar igrejas.³⁰⁰

Em diversas paróquias oferecidas aos agostinianos havia colônias italianas, antes atendidas pelos escalabrinianos, que haviam atuado na diocese de 1888 a 1893³⁰¹, e que, segundo Azzi, não foram aceitos pelo bispo como colaboradores.³⁰² Preferiu a atuação dos agostinianos, aos quais foi enfático na recomendação do uso do português nas paróquias de imigrantes, pedindo que a

farei tudo para ajudá-los, uma vez que vem me ajudar: darei a camisa do meu corpo, si necessário for. Seria muito bom se em cada sede paroquial pudesse, com o tempo, abrissem uma escola. Meus diocesanos são bons; mas vivem sem pastores que os ajude”.

²⁹⁶ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 11.

²⁹⁷ O grande líder da Igreja no início da República, dom Macedo Costa, não acreditando na possibilidade de restaurar as ordens tradicionais, defendeu a necessidade de trazer da Europa, outras Congregações religiosas, masculinas e femininas, para fundar e dirigir escolas católicas.

²⁹⁸ “Tribuna Livre: Atos Religiosos na Catedral”. *O Comércio do Espírito Santo*. 02 de janeiro de 1900.

²⁹⁹ “Pe. Marianno Bernard”. *O Comércio do Espírito Santo*. 02 de julho de 1900.

³⁰⁰ CARNIELLI, Op. Cit. p.390.

³⁰¹ AZZI, Riolando. A Igreja no regime republicano. A atuação de dom João Batista Corrêa Néri. p 85.

³⁰² AZZI, Riolando. Idem. p 86.

“língua a usar-se oficialmente nos atos paroquiais, de hoje por diante seja o português. Nesse idioma se faça aula de catecismo e instrução ao povo”.³⁰³

Proibiu também qualquer catecismo que não fosse o diocesano, permitindo caso fosse necessário que o vigário fizesse uma pequena edição em italiano para o uso das famílias, sendo porém enfático na importância da língua portuguesa: *Disse para as famílias porque entendo conveniente que as crianças nascidas no Brasil, aprendam o catecismo, mesmo em português*”.³⁰⁴

Na visita as colônias alemãs de Santa Leopoldina, fez igualmente a indicação do uso do idioma português e do catecismo da Diocese.³⁰⁵ Em Santa Isabel, outra região de imigrantes, exigiu que as práticas religiosas, tanto para o povo, como para as crianças, fossem feitas no idioma português e reforçou *“Santa Isabel é freguesia do Brasil e, portanto, o português é a língua oficial”*.³⁰⁶

A supressão do ensino alemão ocorreu muito tempo depois da administração de dom João Nery, e os cultos e o catecismo em língua alemã foram proibidos apenas enquanto duraram as duas guerras mundiais.³⁰⁷ Sendo dom Nery, então, pioneiro na exigência do uso da língua portuguesa.

Os padres alemães verbitas foram encarregados do trabalho na região de imigração alemã, visto que ali a situação religiosa era precária,³⁰⁸ embora isso fosse uma contradição, já que viviam em um país de maioria católica. Essa precariedade decorria da escassez de padres, da distância de seus povoados dos centros, e sobretudo da ignorância da língua do país, tornando ao menos nos primeiros anos, a situação dos imigrantes mais precária do que a dos protestantes.

³⁰³ Visita Pastoral à Paróquia de Santa Tereza. 25/02/1898.p. 61. In: Livro de 1ª Visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

³⁰⁴Idem. p. 62. In: Livro de 1ª Visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D. João B. Corrêa Nery.

³⁰⁵ “[...] é nosso desejo que haja prática, aos domingos e dias santos, bem como doutrina cristã, em idioma português. Para a Doutrina Cristã, fica sendo obrigatório o uso do catecismo da diocese”. Visita Pastoral a Nossa Senhora da Conceição do Tirol. .p. 65.In: Livro de 1ª Visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

³⁰⁶ Visita Pastoral à paróquia de Santa Isabel.p. 71 Livro de 1ª Visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B.Corrêa Nery.

³⁰⁷ **ROCHE**, Op. Cit. p. 317.

³⁰⁸ **Ibdemp**. 309.

Os padres alemães da congregação Verbo Divino chegaram pouco antes da vinda do bispo, chamados por seus próprios conterrâneos.³⁰⁹ Quando, em 1898 o primeiro bispo de Vitória instituiu as duas paróquias de Santa Isabel e de Cachoeiro de Santa Leopoldina (estabelecendo o vigário em Tirol) foi essa congregação que ele indicou para essas regiões; instalou igualmente um missionário do Verbo Divino em Rio Novo, Castelo e Cachoeiro do Itapemirim, importante paróquia do sul do Estado, com núcleos de colonização européia.³¹⁰ Foi um padre verbita que o bispo encarregou como reitor do primeiro seminário menor da Diocese. O seminário deveria seguir as diretrizes tridentinas para formação de novos padres “tipo ideal” de acordo com o ultramontanismo.³¹¹ A falta de padres era um problema sério no recém criado bispado estando muitas regiões abandonadas pela falta de párocos.

Assim que assumiu o bispado do Espírito Santo dom Nery começou os preparativos para a abertura de um estabelecimento de ensino: o Ateneu Diocesano, seria o “*gérmen*”³¹² do futuro seminário, que segundo Maria Stella de Novaes começou a funcionar em 17 de julho de 1897 com dezenove alunos.³¹³ De acordo com a Lei nº. 126 de 28 de outubro de 1897, assinada pelo Dr. Constante Sodré, vice-presidente em exercício, o educandário recebeu o auxílio anual de oito contos, o que foi insuficiente para continuar a funcionar, mesmo porque o número de matrículas foi reduzido,³¹⁴ provocando o seu fechamento em junho de 1898, sendo os seminaristas transferidos para o Santuário da Penha.

³⁰⁹ **AZZI**, Riolando. A Igreja no Regime Republicano. p 85.

³¹⁰ **ROCHE**, Ob. Cit. p 308,309.

³¹¹ O Movimento Ultramontano é caracteristicamente tridentino, mas durante o período colonial, o regime do Padroado dificultava a sua implantação e por isso somente no século XIX é que as idéias tridentinas de reforma católica são introduzidas. O movimento reformador no Brasil teve influência direta dos padres da Missão, dando relevo excepcional aos seminários e a reforma do clero, que se tornou a preocupação dominante de S.Vicente de Paulo, fundador dos padres da Missão, Pedro Bérulle, promotor do Oratório Francês e de Jean Jacques Olier, fundador do seminário de S.Sulpício. **AZZI**, Riolando. O Movimento Brasileiro de Reforma Católica durante o Século XIX. In: Evangelização Libertadora. REB. Petrópolis: Vozes, n 34 Fasc. 135. Setembro 1974.

³¹² **NERY**, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p. 07.

³¹³ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 11 de julho. p. 2. Comunicava que além das primeiras letras ensinava-se no Ateneu as seguintes matérias: português, francês, inglês, latim, geografia, história do Brasil e universal, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, historia natural, química e física.

³¹⁴ Carta do Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha ao Exmo. Revdm. Snr Bispo Diocesano. 02 de fevereiro de 1898.

A metodologia adotada no Ateneu, também utilizada em aulas de catecismo, era baseada em prêmios distribuídos aos melhores alunos por seu comportamento e aproveitamento ³¹⁵ nas disciplinas e, principalmente na doutrina católica. Uma das inovações, que o prelado utilizará ao longo de seu episcopado, foi a organização de representações teatrais. ³¹⁶

O Ateneu funcionou por pouco tempo, tendo que ser fechado “*quer por deficiência de sacerdotes habilitados para o ensino, quer a escassez de recursos, quer finalmente a ausência total de aspirantes ao sacerdócio que pudessem auxiliar as próprias despesas*”. Dessa forma após a ordenação dos seminaristas também foi fechado o seminário da Penha “*aguardando melhores tempos*”. ³¹⁷

O subsídio do governo ao Ateneu ³¹⁸ não foi suficiente para que este se mantivesse. Convém lembrar que o próprio Muniz Freire elogiou o Ateneu Diocesano como uma obra “*patriótica*” e que o governo neste período reduziu drasticamente o número de escolas, a ponto de receber críticas de que queria reservar estudos decentes apenas a seus filhos que estudavam no estrangeiro. ³¹⁹ O Comércio afirma que Muniz Freire preparava seus filhos com estudo em Paris com o dinheiro público, enquanto fazia uma reforma que “*aniquilou*” o ensino

³¹⁵ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 16 de setembro de 1897. p. 02. comentando a realização no seminário de uma quermesse de objetos mandados vir do Rio de Janeiro por dom João Nery. Só tiveram direito aos objetos as alunas da aula de catecismo que apresentaram bom comportamento e melhor aproveitamento.

³¹⁶ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 19 de dezembro de 1897. Aviso do encerramento das aulas no Ateneu Diocesano, ficando a distribuição de prêmios marcada para os primeiros dias do início do novo ano. Também In: “Atheneu Diocesano”. *O Comércio do Espírito Santo* Vitória 28 de dezembro de 1897. Sobre as festividades de encerramento das aulas com primeira comunhão no Convento do Carmo para os alunos do externato e internato; distribuição de prêmios aos “*alunos que mais se distinguiram durante o ano*”; renovação do batismo; consagração a N. Senhora; Te Deum; representação de peças infantis: Dois Órfãos e a comédia “*meia hora de cinismo*” de França Junior; todos os dias haveria atos religiosos e profanos, além de bandas de música. Os convites “*foram limitados aos pais dos alunos, autoridades publicas e imprensa*”.

³¹⁷ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 08.

³¹⁸ “Congresso do Estado”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 19 de outubro de 1897. p 02. O sr. Marciano Izidro enviou à mesa a redação definitiva do projeto n. 6 que concede o auxilio de 8 contos de reis ao Ateneu Diocesano. A mesma informação se encontra In: Livro: EES: Índice das leis de 1897. n. 226 de 28 de outubro: concede auxilio anual de 8: 000\$000 ao Ateneu Diocesano

³¹⁹ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 31 de julho de 1897. Faz uma critica às reformas feitas por Muniz Freire que acabou com a educação, sendo que no Jornal do Espírito Santo o próprio Muniz elogia o Ateneu Diocesano como uma obra “*patriótica*” dando “*Graças ao benemérito D. João Nery, quando o redator do Estado (o próprio Muniz) reduziu a zero a educação no Estado; contudo o Espírito-Santo Divino trouxe o Bispo que burlou os planos do redator do Estado de reservar só para os seus filhos que estudavam fora o direito de ter um estudo decente!*”. JRST. .

superior do estado “*obligando*” os capixabas a recorrerem ao Ateneu Diocesano³²⁰.

Segundo o bispo, foi graças à caridade da Santa Sé, que ao passar a jurisdição dos conventos Franciscanos da penha e da Vitória, permitiu estabelecer no convento da Penha o seminário maior freqüentado por sete estudantes de teologia. Porém, devido a essas obras enfrentou muitas “*amarguras e contrariedades*”. Para ele a “*calúnia, a intriga e a mentira*” tentavam tolher seus passos, dizia que Deus ajudava os que tinham “*pureza de intenção*”, e afirmava ser esta obra era ao mesmo tempo religiosa e “*patriótica*”³²¹. Embora fosse uma das principais metas dos bispos reformadores,³²² o seminário foi fechado por falta de formadores e de recursos materiais em 1900.³²³

No curto período de funcionamento, o seminário foi responsável pela educação de alguns padres, que tornaram-se colaboradores da administração do Espírito Santo e até em outras dioceses, chegando a cargos importantes dentro da hierarquia católica.

No pouco tempo em que funcionou, o seminário ficou sob a administração de um representante do Verbo Divino. O bispo reconhecia o trabalho desenvolvido pelos religiosos dessa congregação afirmando ser a paróquia sob sua administração “*a paróquia melhor administrada da Diocese*”. D. Nery é enfático ao fazer elogios aos verbitas:

[...] foram tão grandes e tão sensíveis as consolações espirituais que experimentamos nesta visita pastoral que não podemos deixar de consignar neste provimento nosso sentimento de fervente gratidão pela benemérita e nunca assas louvada

³²⁰ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 07 de agosto de 1897. Essas críticas se direcionavam à Muniz visto ele ser o líder do partido oficial.

³²¹ NERY, J. B. C. Carta Circular comunicando ao clero e fieis o resultado de sua última excursão. Vitória Papeleria e Tipografia A. Moreira Dantas. 03 de Maio 1899.p. 09.

³²² Segundo Wernet foi para formar um clero mais ilustrado e moralizado que dom Antônio J. Melo fundou o seminário episcopal de São Paulo, que teria sido o primeiro na Província de acordo com as regras tridentinas. WERNET, Op. Cit. p. 97.

³²³ CARNIELLI, Op. Cit. p 401.

*Congregação do Verbo Divino em boa hora enviada para esta pobre Diocese.*³²⁴

Foi nessa mesma Visita que ele afirma ter ocorrido um “[...] verdadeiro ressurgimento religioso” sendo a “preferência dos sacramentos notável e edificante”.

Na paróquia de Santa Isabel, teceu consideráveis elogios aos padres. do Verbo Divino.³²⁵ Afirmou que foi em Santa Leopoldina (colônia alemã), na capela de NSra. Conceição do Tirol, que encontrou pela primeira vez uma capela dirigida conforme as regras da Igreja, sob orientação dos congregados do Verbo Divino.³²⁶

A satisfação do bispo com os padres verbitas devia-se ao rigor na aplicação das doutrinas tridentinas e conseqüentemente nas práticas moralizadoras para com a população. Entretanto, esse rigor moralista entrará em choque não só com o catolicismo popular, mas também em regiões de imigração que, pela ausência dos padres, estavam desacostumados do controle clerical.

Um desses conflitos envolveu uma moradora da freguesia de Santa Leopoldina, a alemã Maria Helmer e o padre verbita Leopoldo Pfad, então capelão do Tirol. A moradora queixou-se do padre por ter sido expulsa da igreja cheia de se “opróbrio e vergonha” e assumiu que realmente errou perante a igreja, pois havia abandonado seu marido para viver “amancebada”,³²⁷ contudo, segundo ela “Madalena, a grande pecadora que só por curiosidade, a princípio foi ouvir as práticas de Jesus Cristo regenerou-se afinal, com a audição dessas mesmas práticas [...]”.³²⁸

³²⁴ Visita Pastoral a Paróquia de Santa Isabel. p. 70. In: Livro 1ª visita pastoral D.João B. Corrêa Nery..

³²⁵ Visita Pastoral a paróquia de Santa Isabel. In: Livro de 1ª visita pastoral D.João B. Nery.

³²⁶ Visita Pastoral a capela de NS. Conceição do Tirol (colônias alemãs de Santa Leopoldina). 1º março de 1898. In: Livro Primeira Visita Pastoral D.João B. Corrêa Nery.

³²⁷ Contudo: “*entende a queixosa, Exmo. e Revmo. Senhor, que o procedimento do Revmo. Padre Leopoldo para com ela não deveria ser tido para como a mais indigna das mulheres, porque a Santa Madre Igreja é o seio onde vão buscar consolação nas aflições, os desprotegido da sorte, os desgraçados e onde vão solicitar ou implorar perdão de suas faltas os grandes pecadores e mesmo os grandes criminosos*”.

³²⁸ Carta e abaixo assinado de Maria Helmer e Nikolaus Gomerling ao Bispo do Espírito Santo. Califórnia de Santa Leopoldina 02 de junho de 1899. Apesar de se achar injustiçada Maria Helmer e Nikolaus Gomerling recorrem à própria Igreja e reconhecem a legitimidade da autoridade do Bispo em relação ao Pe. de quem esperam justiça. A mesma carta trazia um abaixo assinado com cinco assinaturas sendo legível a de José Pinto Ribeiro e Nikolaus Gomerling. Em uma portaria de 1898, desligando os [...] *Germano Vander Kocken, Germano Van-der Kochen Filho, João Linpphans, Pedro Muller, Fernando Plurtocheller, Luiz Helmer,*

O padre justificou sua atitude afirmando que a mãe da queixosa era uma mulher “lasciva”, que levava uma vida “má”, não cumprindo nenhum dever da religião. E que a queixosa:

[...] depois de ter adiantada em anos até que chegasse aos anos para poder casar-se, tinha passado uma maneira de viver que escandalizava todos os habitantes d'este distrito. Uma manceba de costumes bem dissolutos, com o procedimento mais leviano que tem estava em abominação a todos os bons.

Ele relata que Maria Helmer, após casar-se na igreja de Santa Isabel com o alemão José Helmer, seu “*legítimo marido*”, abandonou-o para se “*prostituir*” com o também casado Nicolao Gommering. Conta que Maria Helmer vivia com o Nicolao antes mesmo que a esposa deste falecesse e que ela também tentou assassinar o “legítimo marido”. Ainda mais, os padres verbitas já haviam tentado persuadi-la a voltar para o marido, como o padre Tollinger, que “*fadigou-se*” de tanto tentar tocar a “*graça*” naquelas pessoas, recebendo por isso “*injurias, ameaças e irrisão*”. Igualmente o padre Paulo Grube, coadjutor do Tirol, tentou persuadir os “*pecadores*”, mas teve como réplica da pecadora: “*Eu sou uma filha de satanás e não desejo mais, senão ficar com ele durante toda a eternidade*”. Tentou o padre Pfad desqualificar o comportamento de Nicolao que, segundo ele, sua vida era “*[...]uma série continua de maldade, mas hoje chegou ao ponto culminante*”. Isso pois ele havia se casado civilmente com Maria Helmer.

Outro “*pecado*” do Nicolao foi tentar batizar seu outro filho “*adulterino*”, mesmo sendo católico, em uma capela protestante. Além desses relatos, o padre descreve que uma mulher casada na Igreja Católica vivia com um filho de Maria Helmer de apenas dezessete anos, graças à ajuda de Nicolao. Com a tentativa do

Aloysio Tursetiner, Rodolpho Prochiner, Pedro Helmer, Jacó e João Lange, Henrique Volkers, João Germano Bellohoff, João Geraldo Bellohoff, Geraldo e Franco. Thomes, Viúva Isabel Thomes, Bernardo e João Thomes, da paróquia de Viana para a de Sta. Isabel aonde deverão desta data em diante receber os auxílios espirituais, devido ao sobrenome parece-nos que se refere a parentes dos reclamantes e deve ter sido solicitada essa transferência In: Livro de provisões N. 1- 1897/1909. p. 17. data 21 de abril de 1898.

padre em convencer a mulher casada de voltar ao seu *“legítimo”* marido, o rapaz trouxe uma navalha de barbeiro dizendo que cortaria seu pescoço. Nicolao sabendo das tentativas do padre casou-os civilmente.

Pelos motivos expostos, escreve o padre verbita, tanto os alemães quanto os brasileiros não queriam a presença de Nicolao Gomering, nem de Maria Helmer na igreja e por esse motivo a expulsou.³²⁹ Esse documento é interessante, pois percebe-se que com a separação entre a Igreja e Estado e a instituição do casamento civil, muitos casamentos feitos apenas na Igreja eram desfeitos de acordo com os interesses envolvidos. Por isso, o pedido constante para que os padres só efetivassem os casamentos na igreja, após o casamento civil. Além disso, mostra como apesar das constantes críticas, muitos fiéis se mantinham na Igreja Católica, mesmo não seguindo fielmente suas determinações.

As autoridades religiosas, contando cada vez mais com apoio de congregações européias, e devido à crítica das mesmas em relação aos costumes do povo tomaram medidas de saneamento em relação à religião popular.³³⁰ As ordens religiosas européias que foram convidadas a ajudar no serviço religioso no Brasil, geralmente não compreendem a religiosidade popular e são mais intransigentes quanto à moralidade da população.

O comportamento *“tipo ideal”* que era exigido dos padres serve igualmente de modelo aos fiéis, cobrando-se mais firmemente o cumprimento dos sacramentos. Assim, se anteriormente outros padres, apesar de constantemente tentarem converter os *“pecadores”* aceitavam-nos como fiéis, no entanto, o rigor ultramontano exigia que tanto os fiéis quanto os padres possuíssem uma *“moral”* rigorosa. A moralização encaminhada pela hierarquia não se atinha apenas à questões de ordem religiosa, visto que o rigor moralizador se infiltrava no modo de vida da sociedade.

As congregações européias foram os agentes escolhidos no enfrentamento à expansão protestante, uma vez que, com a equiparação de todas as religiões ocorrida com a implantação da República, aumenta o receio da hierarquia católica

³²⁹ Carta do Pe. Leopoldo Pfad do Curato substituto de Sta Leopoldina. 10 de setembro de 1899.

³³⁰ **BEOZZO**, (Org). A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. In: História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. BEOZZO, (ORG). 2 Ed. São Paulo: Paulinas. p 118.

com a expansão do protestantismo. No Espírito Santo a imigração foi representativa, por isso as regiões de imigração foram as preferenciais para as práticas ultramontanas.

Um levantamento do próprio bispo nos fornece uma visão geral do protestantismo no Estado, indicando que o número de protestantes estrangeiros ³³¹era de aproximadamente de 10.000 a 12.000, sendo quase todos naturalizados e assistidos por apenas cinco pastores protestantes, que aqui ficavam por cinco anos. Eram em sua maioria alemães, havendo poucos Calvinistas de origem holandesa.

O crescimento do protestantismo, após quase dez anos da proclamação da República foi reduzido, visto que no Império possuíam quatro templos principais e na República cinco, além de oito a dez oratórios. Os católicos brasileiros não freqüentavam esses lugares, pois os atos religiosos eram realizados em língua alemã, o que dificultava a expansão dos cultos protestantes, tanto que havia apenas um caso em que um fiel mudou de religião, e nenhuma apostasia de clérigo.

Também, os protestantes só possuíam escolas para seus filhos, aparentemente não dispunham de muitos recursos, tendo que lutar “*bastante*” para sua sobrevivência, não tendo, assim, meios para “*perverter*” órfãos e viúvas católicas. O número de casamentos mistos se resumia de dois a quatro casos por ano, sendo registrados no período apenas dois casos, celebrados somente no rito protestante. Mesmo assim o marido casado com protestante cumpria a obrigação católica e mandava batizar e educar os filhos na Igreja Católica.

Muitos padres consideravam os protestantes “*muito mansos [...] e não podemos queixarmos deles*” porque não faziam propaganda de sua religião.³³² O próprio bispo reconhece que os pastores não faziam propaganda nenhuma, tendo dificuldade entre seus próprios adeptos. Temiam os padres católicos alemães que

³³¹ Esse documento é uma rica fonte de pesquisa que mostra a intensidade do movimento protestante. Circular N. 3012. de José Arcebispo de Tessalônica ao Mons. J.B.Corrêa Nery, Bispo do Espírito Santo. Petrópolis, 12 de Novembro de 1900.

³³² Resposta do vigário de Sta Isabel em 25/07/1897 à circular N. 01. O padre verbista Pedro Benzeratt, que afirma que na freguesia existia 2500-3000 católicos brasileiros, 1500 católicos alemães e 2000 protestantes alemães, o que demonstra desde essa época a superioridade de estrangeiros protestantes.

combatiam o protestantismo através de aulas de catecismo, pregações nas igrejas e pelas práticas catequéticas.³³³

Segundo dom Nery a autoridade pública não era a favor nem contra o protestantismo, mas a população era geralmente contrária aos pastores europeus ou norte – americanos.³³⁴

A avaliação geral é que o protestantismo não era um perigo no Estado, já que não divulgavam sua crença, mas mesmo assim, preventivamente foi adotada a permissão do casamento misto, como medida para coibir a expansão do protestantismo, baseado na circular da Secretaria do Estado Pontifício: ad evitanda graviora, damna et mala, que “*examinadas em cada caso, as circunstâncias das pessoas e do lugar*” os vigários poderiam tolerar que o matrimônio misto se fizesse na Igreja, e se fosse preciso “*com o rito de costume exclusiva tamen semper missa et servato majori quo fieri poterit silentio et secreto*”.³³⁵

Após análise geral do protestantismo no período da administração de dom Nery, este afirmava que o protestantismo estava localizado nas duas paróquias alemãs, a de Sta. Isabel e de Sta. Leopoldina, mas que os pastores nenhuma propaganda faziam entre os espírito-santenses; nem mesmo poderiam fazer, pois encontravam obstáculo na inteligente direção que os beneméritos e virtuosos congregados do Verbo Divino imprimiam aos católicos.³³⁶

³³³ Não consegui encontrar indicações desses jornais.

³³⁴ Questionário sobre a propaganda Protestante na Diocese do Espírito Santo (Brasil). In: Circular N. 3012 do Arcebispo do Rio de Janeiro a Sua Excelência Rma. Mons. J.B.Corrêa Nery. Petrópolis 12 de novembro de 1900. A importância do documento está em ser a partir dele que foram direcionadas as formas de inibir a expansão protestante.

³³⁵ Carta de D. Nery ao Pe. Leopoldo Pfad, vigário substituto de Santa Leopoldina. 14 de outubro de 1899. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais. 1897/1913. p. 31.

³³⁶ **NERY**, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 11.

Capítulo 2.A Intervenção Ultramontana na Sociedade

2.1.Festas: Forma de controle social.

O controle das festas religiosas fazia parte do projeto ultramontano, tanto no combate às irmandades, quanto como veículo de divulgação da moral tridentina. Denúncias sobre o que ocorria nas festas religiosas eram antigas, sendo que desde meados do século XIX havia avisos para que não se consentisse licenças e nem se tolerasse a abertura de botequins para a venda de bebidas “*espirituosas*” por ocasião da festa de N. Sra. da Penha.³³⁷ Pedia-se ao chefe de polícia que empregasse “*energicamente*” todos os meios para impedir os “*abusos e escândalos*” observados nos atos da Semana Santa e denunciava-se a perturbação das cerimônias com “*assuadas e vozerias indecentes*”, o que depunha contra “*a índole e costumes de um povo civilizado e cristão*”. Providencias deveriam ser tomadas contra o “*fanatismo selvagem*” que dominava os escravos e “*algumas mulheres de cor*” que, na procissão de São Benedito, costumavam atravessar diante do andor dando saltos para a imagem no meio do maior alarido e com gritos descompassados. No recolher da procissão, elas cercavam a imagem na porta do templo e com gestos e “*cenos repulsivas*” agitavam as saias dos vestidos. Também havia reclamações quanto à rivalidade dos partidos caramuru e peroá.³³⁸

No período anterior à romanização, segundo Beozzo, a religião permeava toda a prática social, tendo todas as festas caráter religioso, não havendo distinção entre festas religiosas e profanas. Nelas, diversas práticas religiosas e

³³⁷ Correio da Vitória. Vitória 17 de abril de 1872 p 03. Sem que os encarregados dos botequins mostrassem haver pagado a taxa na recebedoria da capital.

³³⁸ Correio da Vitória. Vitória. 19 de abril de 1873. Ao inspetor da tesouraria de fazenda. Exigia-se respeito durante os atos religiosos.

culturais eram amalgamadas, ³³⁹ sendo aceitas como parte importante da religiosidade.

O primeiro bispo do Estado encontrou festas em que se valorizava a pompa barroca, com apresentação musical de orquestras, queima de fogos de artifício, leilões e barraquinhas; ³⁴⁰ juntamente com pregações voltadas para o panegírico sobre a vida e milagres dos santos. Não havia questionamentos ao comportamento moral dos fiéis, ³⁴¹ a percepção era que essas festas não exprimiam espírito religioso, sendo “*folias e distrações, como quaisquer outras!*”.³⁴² Os ultramontanos pretendiam, através do controle das festas, configurar uma nova ordem, baseada em uma “imagem ideal” da sociedade, retirando-se as características arcaicas e ultrapassadas ³⁴³ A autocompreensão da Igreja como instituição perfeita se estendia na exigência de uma sociedade ideal, configurada pela moral católica tridentina.

Eram consideradas espúrias, principalmente, as características das práticas da religiosidade indígena e africana mescladas ao catolicismo, pois mesmo com o fim da escravidão e a idealizada democracia republicana as práticas das “*mulheres de cor*” continuavam a ocorrer, depondo contra a “*índole e costumes*” do povo que se queria civilizado. Para o projeto ultramontano o objetivo era definir o contorno do que se compreendia como a “*verdadeira religião*”, separando e excluindo outras práticas. Para a elite era importante instituir práticas sociais características de povos civilizados, criando novas formas de controle e impondo sua ordem social na suposta democracia.

Para a hierarquia eclesiástica, o imperativo de se moldar as práticas religiosas ocorreu com a implantação ultramontana, passando a existir um processo de constante vigilância e controle sobre as manifestações anteriormente

³³⁹ **BEOZZO**, José Oscar (org). A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. In: História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a partir do povo. 2 ed. São Paulo: Paulinas. p 17.

³⁴⁰ **Ibidem.** p 98. Os convites para as festas publicados nos jornais mostram que elas apresentavam um amalgama entre o profano e o religioso.

³⁴¹ **Ibidem.** p 102.

³⁴² Resposta do padre Francisco Antunes de Siqueira. In: Livro de Registro Histórico da Paróquia da Diocese do Espírito Santo. 1894-1897.

³⁴³ **GAETA**, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. Revista Brasileira de História. v.17, n. 34. São Paulo: 1997. A autora é professora do departamento de História Social, Política e Econômica da Universidade Estadual Paulista. UNESP. Franca.

toleradas.³⁴⁴ Essa vigilância, em termos religiosos, tornou-se mais eficaz com a criação do bispado³⁴⁵ e a atuação de seu primeiro bispo que, para regulamentar as cerimônias religiosas, mandou publicar em jornais do Estado³⁴⁶ um edital proibindo que solenidades religiosas fossem feitas após o pôr do sol, “*sem hora marcada*”. As festas “profanas”, leilões e fogos que ocorriam no “adro” das igrejas com as portas abertas, deveriam, a partir de então, ser feitas somente após o término dos atos religiosos e com as portas fechadas. Essa foi a forma encontrada pelo bispo para coibir as festas que começavam com atos religiosos e prosseguiam em regatas, jogos e danças. Procurava-se assim, separar o “amalgama” religioso, definindo a especificidade do catolicismo.

Foi proibido o costume de esmolar e organizar festas sem licença do vigário,³⁴⁷ sendo cobrada a prestação de contas da quantia arrecadada.³⁴⁸ Em algumas regiões achou necessário ele mesmo indicar os festeiros.³⁴⁹ Com essas e outras medidas as festas ficaram sob controle clerical.³⁵⁰

As festas como todos os atos religiosos, deveriam ocorrer com a maior ordem possível, não sendo aceitas as práticas de danças e vozerias, denunciadas

³⁴⁴ **Ibdem.** “*As constituições do Arcebispado da Bahia de 1707, por exemplo, foram bastante tolerantes em relação aos aspectos picarescos e populares das manifestações religiosas, limitando-se apenas a discipliná-las, mas nunca com severidade*”.

³⁴⁵ Embora já houvesse tentativas de implantar o projeto ultramontano quando a região ainda fazia parte do bispado do Rio de Janeiro, a partir da administração do “bispo reformador” dom Pedro Maria de Lacerda que proibiu as festas de N. Sra. da Penha, fora do Santuário, alegando que assim evitava-se a dispersão de esmolas e outras contribuições dos fiéis, e quando em 1880 visitou o Convento da Penha preocupado com a administração do santuário então sob administração dos Franciscanos. **NOVAES, M. S.** O Relicário de um povo. Op. Cit. p 100.

³⁴⁶ “Avisos e Editais: Cerimônias Religiosas”. *O Comércio do Espírito Santo*. 12 de setembro de 1900. Esse edital foi registrado no Livro de Portarias e Ordens Episcopais 1897-1913. p 58 e também publicado no jornal o Estado do Espírito Santo 12 e 16 de setembro de 1900. Maria Stella de Novaes se refere ao documento no livro História do Espírito Santo. p 347.

³⁴⁷ Visita Pastoral a paróquia de S. João Batista de Cariacica. In: Livro de 1ª visita pastoral de D. João B. Corrêa Nery. p.33.

³⁴⁸ Visita Pastoral a Colônia de Todos os Santos. p 74. In: Livro de 1ª Visita Pastoral de D. João B. Corrêa Nery.

³⁴⁹ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 15 de novembro de 1897. Na festa de N. Sra. da Conceição, quando o bispo ia escolher a comissão para a festa.

³⁵⁰ Outra forma adotada pelo bispo de inibir as festas que fugiam de seu controle foi pedir que se tivesse economia na organização das festas para que o dinheiro arrecadado fosse revertido para as obras indicadas em visita pastoral. Visita Pastoral a freguesia de S. Sebastião do Alto Guandu. In: Livro de 1ª visita pastoral de D. João B. Corrêa Nery. p 132.

desde o século XIX. ³⁵¹ Deveria manter-se uma postura de “*respeito e acatamento*”, mesmo nos atos litúrgicos que ocorressem fora do interior do templo, seja nas festas ou em procissões. ³⁵² Indicou que cessasse o costume de senhoras carregarem os andores nas procissões, bem como irem atrás do palio “*promiscuamente*” com os homens. ³⁵³

Recomendava dom Nery que as festas profanas fossem separadas da parte religiosa, como ocorreu na festa do Senhor do Bomfim em 1901, quando as corridas e quermesses foram consideradas “*festa externa*” às da Igreja, marcando bem a separação entre o sagrado e o profano. ³⁵⁴ Foi enfático ao definir que a parte da festa considerada profana ocorresse em outros espaços. ³⁵⁵

O prestígio das novas associações pias era reforçado pelas festas religiosas que, sob controle clerical, passaram a ser incentivadas pelos padres. ³⁵⁶ As antigas festas tradicionais eram “*esvaziadas*” de seu conteúdo propriamente religioso. ³⁵⁷ As festas organizadas pela associação de N.Sra. Auxiliadora e do Sagrado Coração de Jesus ficaram cada vez mais destacadas, ³⁵⁸ enquanto as

³⁵¹ “*Festa de São Sebastião*”. O Estado do Espírito Santo. Vitória 21 de janeiro de 1899. Participaram aproximadamente quatro mil pessoas, terminaram debaixo da maior ordem possível.

³⁵² “*Festa de Corpus-Cristi*” O Comércio do Espírito Santo. Vitória 12 de junho de 1900. p 02. Recomendando aos fiéis todo o respeito e acatamento a tão augusto sacramento.

³⁵³ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p 15. Também o bispo dom Joaquim de Melo, adverte sobre vários “abusos” que ele constatou e que supunha não ocorrer em outras regiões: mulher carregando andor. WERNET Op. Cit. p. 143.

³⁵⁴ “Programa da Festa do Senhor do Bomfim da Cidade de Vitória”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória 13 de Janeiro de 1901. A festa foi dividida em duas, uma ocorreria no Templo e na festa externa haveria corrida, quermesses, corrida das bandeirinhas, queima de fogos, corrida de saco e quebra pole, além da troca das tradicionais “*medidas do Senhor do Bomfim da sacristia*”. A festa foi registrada In: O Comércio. 13 de janeiro de 1901. Vários políticos do Estado participaram como: Major Domingos Pinto Netto, Torquato Moreira, Major Aristides Navarro, Thiers Veloso, Capitão Arthur Cardoso, Dr. João Lordello e o capitão José Carlos Lírio.

³⁵⁵ “Festa do Bomfim”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória 04 de janeiro de 1901. A diversão ocorreria na Praça João Clímaco. Afirma AZZI que as festas populares, de caráter marcadamente social, foram substituídas por cerimônias internas e sob controle clerical. AZZI, Riolando. A Igreja no Regime Republicano. A atuação de D. João Batista Corrêa Néri, primeiro bispo do Espírito Santo. Op. Cit. p 83. Outra festa com a separação foi a “Festa de Nossa Senhora da Penha”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória 07 de Abril de 1900. O Te Deum encerraria a festa religiosa, seguindo-se iluminação do santuário, música e leilões na cidade do Espírito-Santo.

³⁵⁶ “Semana Santa”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória 06 de abril de 1900. p. 03. Na programação na quinta feira santa haveria a Comunhão Geral do fiéis e das Congregações de Maria Auxiliadora e Coração de Jesus; no sábado santo coroação de N.Senhora e pôr fim foram convidadas as Congregações SS. Sagrado Coração de Jesus e de Maria Auxiliadora.

³⁵⁷ OLIVEIRA, Op. Cit. p 287. Foi o que o bispo incentivou.

³⁵⁸ “Eco das Localidades: Santa Teresa”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória 28 de agosto de 1900. Também ocorreram em Araçatiba festejos promovidos pela “caridosa” associação de N.Sra. Auxiliadora. In:

antigas festas de Santo Antônio, apesar de continuarem a ser realizadas com animação, não ostentavam mais o mesmo entusiasmo. As “*tradicionais fogueiras*” iam se amortecendo conforme avançavam as manifestações do “*progresso*” que, segundo o redator d’O Comércio do Espírito Santo, ia abolindo esses e outros “*folguedos*”. Apesar disso, houve bailes, queima de fogos, jogos de prendas e mais distrações, continuando com uma “*animada soirè dançante até o amanhecer*”. Essa festa, fora dos padrões ultramontanos, ocorreu na ermida de uma fazenda particular, ou seja, longe do alcance dos olhos do bispo.³⁵⁹ O amortecimento das antigas festas, creditado ao progresso, foi uma luta da Igreja para a moralização dos costumes.

Para tentar assumir o controle do catolicismo popular e incorporá-lo ao modelo tridentino, dom Nery tomou posse do convento da Penha, cuja administração ficou à cargo de padres de sua confiança. Assumir os santuários significava a adoção de medidas restritivas às antigas festas religiosas populares, que passaram a ser organizadas pelo próprio bispo, como ocorreu com a devoção de N. Sra. da Penha.³⁶⁰ A legitimidade de sua atuação devia-se ao alegado apoio de seus diocesanos.³⁶¹

As capelas construídas por particulares foram grandes entraves da reforma ultramontana, pois nelas as práticas combatidas continuavam ocorrendo, e mesmo que se respeitasse a autoridade do clero, em sua ausência, voltava-se ao catolicismo popular. Era nelas que se percebia mais fortemente o vigor das festas tradicionais, com saraus até tarde da noite. O bispo procurou tomar posse destas

“Festa de N.Sra. Auxiliadora em Araçatiba”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 07 de outubro de 1900. p 03. Também In: *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 29 de julho de 1900. p 02. Celebração na igreja do Carmo a festa do Sagrado Coração de Jesus, procissão com as irmãs da devoção de Maria Auxiliadora.

³⁵⁹ “Eco das Localidades”. *O Comércio do Espírito Santo*. 21 de Julho de 1901. Sobre as festas de Santo Antonio de S. Leopoldina. A festa aconteceu na ermida na fazenda do sr. Coronel (Araújo Silva).

³⁶⁰ AZZI, R. *Convergência*, n 164, 1983. Op. Cit. p. 373. Os bispos, segundo o autor, principalmente na época republicana, começam a assumir progressivamente a direção dos santuários de devoção popular, confiando sua administração a ordens religiosas vindas da Europa.

³⁶¹ Realizou-se a festa de N.Senhora da Penha “*Grande foi o concurso e enorme o contentamento dos fiéis por saberem que a administração do Santuário está confiada ao Bispo*”. In: Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 35

capelas, através de doações ou documentos que lhe permitissem sua posse legal.³⁶²

Além dos recursos próprios da Instituição, para controle das festas, como pastorais, circulares, admoestações do púlpito e doações, o bispo recorreu à ação da polícia, convidando-a constantemente a prestar seus serviços nas festas organizadas pelas associações religiosas, afim de “*manter a ordem e o devido respeito*”.³⁶³ Os participantes passaram a lidar não só com a vigilância religiosa, mas também com a da polícia, sempre preocupada em manter a “*ordem pública*”.³⁶⁴

O contato entre autoridade policial e diocesana era constante, tanto na participação direta em diversas festas, quanto em contatos oficiais.³⁶⁵ Esmolar também passou a ser controlado pela polícia³⁶⁶ tornando o ato não autorizado pela diocese também uma infração civil.

³⁶² “[...] doados a Paróquia da Igreja de N.S. da Penha do Alegre para patrimônio de sua capela e sendo-me requeridos pelo Exmo. e Revdmo. Snr. Bispo desta Diocese, D. João Batista Corrêa Nery, que fosse cassado o título indevidamente expedido a Irmandade daquela padroeira, afim de ser expedido a paroquial Igreja de N. Senhora da Penha, e tendo em vista o título de doação que prova ser esta dona do referido terreno, mandei prontificar pelo comissariado Geral de Medições de Terras Públicas, o presente título de propriedade pela legitimação da posse [...] Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo, em 06 de outubro de 1897. O vice presidente do Estado Constante Gomes Sodré. Título de propriedade dos terrenos pertencentes a Paroquial Igreja de N.S. da Penha do Alegre[...]”. A família Monteiro fez doação da igreja de N. Sra. dos Passos que possuíam em Cachoeiro de Itapemirim. In: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p 39.

³⁶³ “Realizando-se nos dias 7 e 8 do corrente mês a festividade da Excelsa Padroeira desta capital, N.S da Vitória, a Devoção tem a honra de convidar a V.Exa. para assistir os atos que deverão ser celebrados na Catedral[...] A Devoção aproveita a ocasião de pedir a V.Exa. as necessárias ordens no sentido de ser postado em frente a Catedral, um contingente de praças do Corpo de Polícia, comandado por um oficial, afim de acompanhar a procissão e fazer manter a ordem e devido respeito[...] se digne mandar por a disposição desta Devoção, durante as noites de 7 e 8 do corrente, umas praças para fazerem a devida ronda na porta da Catedral”. Setembro de 1900. Documento Fundo Polícia. Série 2. Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de Diversas autoridades. M. 423-426. CX. 113. (m 424. 1900).

³⁶⁴ “Tendo que festejar nesta vila nos dias 15 e 16 o Divino Espírito Santo, rogo a V. Exa. mandar três praças do Corpo de Polícia deste Estado, para manterem a ordem pública por ocasião da mesma festividade nos referidos dias”. Da delegacia de Cariacica em 11 de setembro de 1900 ao Dr. Chefe de Polícia do Estado. Documento Fundo Polícia. Série 2. Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de Diversas autoridades. M. 423-426. CX. 113. (m 423. 1900).

³⁶⁵ Documento Fundo Polícia. Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de Diversas autoridades. S.02. CX. 111. M 417. APE. Nele o bispo agradece o ofício em que o dr. Estevão José de Siqueira lhe enviou comunicando ter assumido o cargo de Chefe de Polícia

³⁶⁶ Pedido de licença para um correligionário esmolar com o Divino Espírito-Santo. Pedido ao Dr. Estevão de Siqueira. 27 de Junho de 1900. Documento Fundo Polícia. Ofícios Recebidos pelo chefe de Polícia de diversas autoridades. S. 02. CX. 111. M 417. APE.

A exigência do bispo na separação dos espaços impelia as festas consideradas não religiosas, para os espaços públicos. Entretanto, questões como moralidade e ordem eram discursos comuns à Igreja e representantes do governo, que procuravam retirar as práticas consideradas atrasadas das ruas. O Código de Posturas Municipais de Vitória³⁶⁷ é um bom exemplo de como havia proximidade entre a mentalidade da elite do governo e da hierarquia católica.

As festas de S. Benedito,³⁶⁸ exemplo de festa tradicional, normalmente com batuques, danças, bebidas, levantamento e retirada do mastro, não puderam mais ocorrer sem serem alvo de ação policial, já que as posturas municipais proibiram tanto os batuques, quanto o levantamento de mastros nas ruas e praças “*embaraçando o trânsito público*”.

A queima de fogos, comum a todas as festas, foi proibida, alegando-se que poderiam prejudicar a iluminação pública. Ficou definido que para ocorrerem danças, músicas e passeios carnavalescos os diretores teriam que obter licença da polícia.³⁶⁹ Os bailes públicos mascarados só eram permitidos nos dias de carnaval, sendo proibido, sob pena de multa, no sábado de aleluia e no domingo de páscoa. Também os trajés “*ofensivos à moral e aos bons costumes*”, outra preocupação abrangida pelos códigos municipais, foram proibidos.

Embora houvesse a pretensão de parte da elite do governo em laicizar a sociedade, nesse ponto discordando do posicionamento da hierarquia eclesiástica,

³⁶⁷“Código de Posturas Municipais”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória 07 de outubro de 1900. p. 05. Sob organização de Joaquim C. de Lório. Na 4ª sessão preparatória 05 de setembro de 1898, foram eleitos para Comissão de Tratados e Convenções Joaquim Lório que seria o relator, além do monsenhor Pedrinha e Gélio Paiva. Pastas 29/30. In: Documentos Assembléia Legislativa.

³⁶⁸ **NOVAES**, Maria Stella de. *A Escravidão e a abolição no Espírito Santo*. História e Folclore. Vitória. 1963. Relata que a irmandade de São Benedito do Rosário e a de São Benedito de São Francisco, que se transformaram em partidos político-religiosos: os caramurus e os peroás, após disputa em regatas terminavam sempre em brigas, os peroás com a banda de música rosariense e os caramuru com banda de mesmo nome. A noite fazia-se a descida do mastro que no dia 31 de dezembro simbolizava a queda do partido. Nas festas do Rosário sempre havia o congo. p 98.

³⁶⁹ Segundo Gaeta, no desejo de esvaziamento popular e de ortodoxia religiosa, as hierarquias clericais procuraram os poderes públicos municipais e judiciários em busca de ratificação para a imposição desses valores culturais. “*A ancoragem policial e as Posturas Municipais, estabelecendo os seus padrões de decoro e de moralidade, configuraram-se em pilares dessa campanha de vigilância e de erradicação dos elementos populares da religiosidade, sobretudo dos homens pobres*”. **GAETA**, Op. Cit. Embora não possamos afirmar que essa regulamentação teve a interferência do bispo, pode-se afirmar a similitude entre a mentalidade moralizadora deste e dos representantes do governo.

respeitava-se o calendário litúrgico das festas religiosas, corroborando com a compreensão da necessidade da moralização e imposição da ordem social.

Em seu caderno de anotações,³⁷⁰ dom Nery registrou a “*gritante falta de médicos*” e o reduzido número de farmácias, o que explicava a ação de “*curandeiros*” e “*charlatões*”. A preocupação não era somente com a saúde da população, mas também com a prática de outros cultos, além da ação de antigos representantes do catolicismo tradicional como as benzedeadas, que passaram a ser consideradas agentes da irreligiosidade. Contra essas práticas a postura municipal da capital foi rigorosa, ao definir que ninguém poderia se intitular adivinhador ou curador, “*abusando da credulidade pública*”, sob pena de multa.

A preocupação do governo em retirar das ruas os indesejados fica evidente no impedimento de “*vagabundos*” transitarem na cidade após as 10h, além da proibição de banhos nos chafarizes, das rotulas, dos postigos e de casas cobertas de palha. Desejava o governo eliminar e sanear a cidade da população pobre indesejada.

As festas também eram momentos de reconhecimento de prestígio entre o poder temporal e o espiritual. As autoridades civis compareciam às festas religiosas, pois percebiam que poderiam captar nesses momentos apoio popular.³⁷¹ Muitos colaboravam juntamente com o bispo em sua organização.³⁷²

As práticas do catolicismo popular lentamente tornaram-se expressões de resistência, sobrevivendo onde o alcance da fiscalização clerical era precário. A pretensão de moralizar as práticas religiosas ampliava-se, visto o objetivo de construir uma sociedade “típica ideal”, guiada pelos direcionamentos tridentinos e

³⁷⁰ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. p. 100.

³⁷¹ “Interesse Local”. *O Estado do Espírito Santo*. 09 de setembro de 1900. Diz que realizou-se a festa de N.Sra. da Vitória a padroeira da capital, tendo comparecido autoridades civis e militares e grande número de fiéis. Outro convite foi para a festa de N.Sra. da Conceição. In: *O Estado do Espírito Santo*. Vitória 10 de dezembro de 1899 p 02. Foram convidados o Dr. Chefe de polícia, Dr. Muniz Freire, Cleto Nunes, comandante e oficialidades do corpo de polícia e membros do governo municipal.

³⁷² *O Estado do Espírito Santo*. Vitória. 12 de setembro de 1900. p 02. Foram eleitos para organizarem a festa de N.Sra. da Vitória, como protetores o bispo, monsenhor Casella, monsenhor Jeronymo Marty e o cônego Bermudes. Dentre os juizes tínhamos Senador Cleto Nunes, o deputado José Monjardim, Olympio Corrêa Lírio, Afonso Cláudio, Coronel Joaquim Corrêa de Lírio, Major Cândido Brizindor, dentre outros. Também In: “Semana Santa”. *O Estado do Espírito Santo*. 28 de março de 1899. A comissão encarregada de agenciar donativos para a Semana Santa: senador Cleto Nunes, José Monjardim, e Ribeiro Espíndula. Na novena do Divino Espírito Santo de: “Festa do Divino Espírito Santo”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 02 de Julho de 1900. p 03. Seria festeiro o senador Cleto Nunes Pereira.

moralidade católica. Essa moralização era compatível com a tentativa do governo em “civilizar” a sociedade sem se contrapor com o discurso oficial de liberdade democrática.

Para alcançar uma maior integração com o Estado Republicano, segundo Bencostta, a Igreja, através de princípios religiosos, procurou controlar a vida privada e pública dos fiéis, sendo essa inter-relação utilizada pelo poder civil como um instrumento de manutenção da ordem.³⁷³

A importância da “moralização” das festas estava no fato delas extrapolarem os limites fechados da igreja, precisando tornar-se veículo de divulgação da “verdadeira fé” católica para toda sociedade. Era através delas que a sociedade visualizava as práticas católicas, elevando o prestígio das novas associações e a atuação diocesana.

As festas de recepção ao bispo em suas visitas pastorais, foram importantes para que a instituição, “bastante difusa”³⁷⁴ no período republicano, fortalecesse a autoridade diocesana :

[...] Mal aproximamos da cidade e mais de um grupo de cavalheiros que tinham ido ao nosso encontro ao som do hino nacional e ao espocar de foguetes e girândolas, fomos recebidos à entrada da cidade por grande massa de povo, tendo a sua frente o Revdo. Vigário, diante da casa do Snr Manoel Vieira [...] acompanhado pelas Congregações, Irmandades, povo e duas bandas de música, sendo o palio, tanto nessa circunstância como por ocasião da entrada, levado pelo Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito Olympio Symphronio dos Santos Falcão e Exmos. Snrs. Membros do Governo Municipal - Coronel Luiz Barbosa Leão, Francisco de Azeredo Miranda, Manoel Ignácio Rodrigues de Miranda, Quintino Pereira de Aguiar e João Francisco Pinto Junior.³⁷⁵

³⁷³ BENCOSTTA, Op. Cit. pp 258-259.

³⁷⁴ BENCOSTTA. Apud Élio Cantalício Serpa. Op. Cit. p. 60.

³⁷⁵ Visita Pastoral à Freguesia de N.S.da Conceição da Serra. 05 de junho de 1900. In: Livro Tombo da Serra 1898-1940.

A recepção era o momento de reforçar a legitimidade da autoridade eclesiástica, visto que o número de católicos era superior ao de qualquer outra religião; a população se reconhecia católica, mesmo que não seguisse a ortodoxia. Durante as visitas pastorais de dom Nery ao Espírito Santo era constante a presença de autoridades civis em sua recepção “[...] *precedido do clero, autoridades civis da localidade e povo, seguimos processionalmente à matriz [...]*”.³⁷⁶ No cerimonial católico a presença de autoridades ajudava a compor um ritual que reforçava a importância do bispo com a presença de funcionários públicos e alunos.³⁷⁷

Havia a preocupação dos padres em mobilizar toda sociedade para recepcionar o bispo e de indicar que o Pálio durante as visitas pastorais fosse carregado por magistrados, autoridades ou principais pessoas do lugar, seguindo à risca a recomendação do cerimonial de visita organizado por dom Nery.³⁷⁸

O reconhecimento da autoridade do bispo não se limitava apenas à comunidade católica, mas também aos representantes do governo. Às vezes, não havia apoio tácito às suas decisões enquanto representante da Igreja, contudo, nessas manifestações, ficava explícita a força da Igreja e o respaldo das autoridades constituídas.³⁷⁹

³⁷⁶ Visita Pastoral a Paróquia de N.Sra. da Conceição de Guarapari. 24 de outubro de 1897. p.15. In: Livro de 1ª visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

³⁷⁷ Visita Pastoral à Paróquia de N. Sra da Conceição de Viana. Idem. p. 23. No final da visita à região o bispo agradece ao propároco, ao governador municipal, ao proprietário da casa onde ficou o coronel Novaes, às irmandades, aos funcionários públicos, aos respeitáveis cidadãos, às distintas famílias e finalmente aos fiéis da localidade, reafirmando o apoio e a solicitude com que foi recebido. Também na Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. p 06-07. In: Livro de 1ª visita de Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

³⁷⁸ Também havia a recomendação para que os vigários explicassem ao povo que deveriam beijar o anel do bispo e se ajoelhar para ele o abençoar. Apêndice. In: **NERY, J. B. C.** Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira Visita Diocesana. Vitória. Papelaria e tipografia A. Moreira Dantas. 1897

³⁷⁹ “*Recebidos na Fazenda Harmônia pelos distintos senhores Dr. José Coelho dos Santos, presidente do governo municipal, Dr. Francisco Luis Aygue de Meira, Juiz de Direito da Comarca, Coronel Manoel Teixeira de Oliveira, Delegado de polícia, Dr. Olegário Ribeiro da Sa., Dr. Christiano Vieira de Andrade, membros do governo municipal e mais distintos cidadãos*”. Visita a Paróquia de S.Pedro de Alcântara de Itabapoana. Na freguesia de S.José do Calçado temos a seguinte recepção: “*Recebido, ao transpor os limites da comarca pelo Dr. Juiz de Direito e crescido número de distintos cidadãos e em vários outros pontos por muitos cavalheiros, distinguindo-se, entre eles, o Sr. Presidente do Governo Municipal e Governadores, delegado de política, Comissão de representantes da lavoura e do comércio, etc, nos dirigimos até a vila, onde fomos recebido, no meio de entusiásticas saudação, e caridosamente hospedados na casa do Sr. Capm. Francisco Alves*”. Também em outras diversas localidades. Livro de 1ª visita de Pastoral de D.João B. Corrêa Nery.

A legitimidade, para Bencostta, na relação entre o bispo e os fiéis era baseada na tradição, visto ser a autoridade diocesana revestida do caráter sagrado. Essa é a justificativa alegada por dom Nery, que se diz agradecido a todos pela recepção:

*[...] não tanto a nossa humilde pessoa, quanto ao caráter sagrado de que nos achamos revestido, posto que imerecidamente e em testemunho de nossa gratidão, paternal amor e extremoso afeto, lhes concedemos nossa benção pastoral [...].*³⁸⁰

2.2. Cabula: Romanização como imposição cultural

Com a liberdade de culto e a igualdade entre as religiões proclamada pela República, os negros, em tese poderiam expor suas práticas religiosas, o que antes era proibido devido ser o catolicismo a religião oficial do Brasil. Ocorreu uma diversificação na paisagem religiosa com a permissão de cultos protestantes e espíritas, sendo, contudo, negada a mesma liberdade aos negros recém-libertos. Convém registrar que os espíritas sofreram repressão durante o estado de sitio do governo de Floriano Peixoto.

Na carta de despedida de dom Nery lê-se:

Houve alguém que disse ser grande e mais prejudicial do que pensamos a influência exercida pelos africanos sobre os brasileiros. Parece que muito se tem escrito nesse sentido. Em certa região de nossa Diocese, tivemos, em nossa última excursão, oportunidade de observar a verdade desse asserto.

³⁸⁰ Visita Pastoral a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. p. 07. Também em outras visitas como à paróquia de N.Sra. da Conceição de Viana. p.23. Visita Pastoral à paróquia de N Sra do Rosário da cidade do Espírito Santo. p 27, na capela de São João do Muqui e na Visita Pastoral a Paróquia de N.Sra. da Vitória p. 40. In: Livro de 1ª visita de Pastoral de D.João B. Corrêa Nery

*Encontramos três freguesias largamente minadas por uma seita misteriosa, que nos pareceu de origem africana.*³⁸¹

A Cabula,³⁸² no período da escravidão, serviu como forma de resistência dos escravos, sendo, por esse motivo, perseguida pelas autoridades do Império. Apesar da ação das autoridades civis e religiosas, sobreviveu e sua existência foi registrada pelo primeiro bispo. A Cabula, cerimônia bantu,³⁸³ localizava-se nas freguesias de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares (na época freguesia de Santa Cruz).³⁸⁴ Antes da libertação dos escravos³⁸⁵ era praticada de forma reservada e somente entre os “pretos”, mas, após a lei áurea sua prática generalizou-se, sendo encontrada nessas três freguesias, e possuindo mais de oito mil pessoas iniciadas.³⁸⁶ Para conseguir tais informações, o prelado reuniu-se várias vezes com brancos e negros de todas as classes sociais e estes explicaram-lhe minuciosamente as cerimônias noturnas.

Para dom Nery a “seita” se parecia com o espiritismo, pois seus adeptos acreditavam na direção imediata de um bom espírito que encarnava nos indivíduos, e também com a maçonaria, devido a obrigação de seus adeptos guardarem segredo absoluto, sob pena de morte por envenenamento. Em vez de sessão, a reunião dos cabulistas recebia o nome de mesa, havendo duas mesas

³⁸¹ NERY, J. B. C. “A Cabula”. In: Carta Pastoral de Despedida. p 71 à 76. Todas as informações sobre a cabula fazem parte dos registros do bispo, primeiro a analisá-la.

³⁸² AGUIAR, Maciel de. Os últimos Zumbis. A saga dos negros do vale do Cricaré durante a escravidão. 2 ed. Porto Seguro, 2001.p 29.

³⁸³ Segundo Hoonert dentre os elementos comuns a religiosidade bantu estava a idéias de Deus como um ser supremo, que fica todavia tão distante e escondido, que não recebe nenhum tipo de culto. Os cultos fundamentais dos bantu se dirigem aos espíritos dos parentes falecidos, a fim de apaziguá-los para que não incomodem os vivos; a espiritualidade bantu é de caráter espírita, que se revela, sobretudo no culto, pela posseção do iniciado por um herói sacral ou divindade que desta forma se encarna por algum momento; existe também o entendimento de que o universo é composto de três estruturas simultâneas. HOONAERT, Eduardo. Op. Cit. p 84.

³⁸⁴ A localização da Cabula que durante muitos anos foi uma incógnita, foi revelada com a descoberta feita por Guilherme Santos Neves, de anotações do bispo. Também há o testemunho de Arnulfo Neves que acompanhou a comitiva de dom Nery em sua visita pastoral e que relata ser em São Mateus, e principalmente Itaúnas que se encontram os sectários da cabula. Esses relatos se encontram In: NERY, J. B. C. A Cabula: Um culto afro-brasileiro. Idem. pp. 11 / 14.

³⁸⁵ O Comércio do Espírito Santo. 02 de Janeiro de 1900. Portaria comissionando o Pe. Agostinho Martell para sindicar as necessidades espirituais dos habitantes da Barra de São Mateus e Itaúnas. Acreditamos que ele é que iniciou a pesquisa sobre a prática da Cabula, meses antes da visita Pastoral do bispo à região.

³⁸⁶ NERY, J. B. C. A Cabula: Um culto afro-brasileiro. Caderno de Etnografia e Folclore. Vitória. 1963. Carta de Arnulfo Neves a Guilherme Santos Neves. p 16-17.

capitulares: a de Santa Bárbara e a de Santa Maria, subdivididas em outras. Haveria uma terceira mesa, que seria de São Cosme e S. Damião, sendo mais misteriosa e central, fazendo uma espécie de fiscalização sobre as outras, mas o bispo não conseguiu maiores informações sobre a mesma.

A partir das informações obtidas o bispo afirmava ter uma idéia perfeita dessa “perigosa associação”. E realmente sua descrição é detalhada em por menores desde os termos utilizados até os cantos entoados nas sessões.³⁸⁷ E conclui que à parte o charlatanismo³⁸⁸ e “miseráveis explorações”, o objetivo dos participantes era a aquisição de um espírito que os guiasse e protegesse em suas necessidades, e para isso se sujeitavam à “diversas abstinências e ridículas penitências”. Para ele eram eloqüentes os vestígios de:

*[...] uma religião atrasada e africana que, transportada para o Brasil, aqui se misturou com as cerimônias populares de nossa religião e outras associações e seitas existentes, resultando de tudo isso perigosa amalgama, que só serve para ofender a Deus e perverter as almas.*³⁸⁹

Sua análise sobre a Cabula era de que como todas suas “congêneres”, havia muito charlatanismo e exploração, além de misturarem suas cerimônias com o catolicismo, de acordo com o bispo para “como é sempre o plano”, atrair os incautos e inocentes.³⁹⁰ No caderno de anotações do bispo, transcrito pelo

³⁸⁷ O bispo, em sua já citada Carta Pastoral de Despedida descreveu toda a cerimônia de iniciação. O ponto central de todas as reuniões era a tomada do santé: “*Todos dobram um lenço branco em forma de fita e com ele cingem a testa, amarrando na nuca. Diminuem a luz da fogueira e queimam incenso ou resina, que perfuma o ambiente. Entoam o hino apropriado e, ao compasso das palmas, o enbnda dança, esforçando-se com grandes gestos e trejeitos, para que o espírito se apodere de todos. Quase sempre há em cada mesa mais de um enbnda, e o esforço do embanda-chefe é no sentido de dar o santé aos enbndas inferiores, para que sejam dali afastados.[...] De repente um deles, geralmente enbnda, verga o corpo, pende a cabeça e rola pelo chão, em contorsões. A fisionomia torna-se contraída, todo o corpo como que petrificado, e sons estertorados lhe escapam do peito. É o santé que dele se apoderou*”. p 75. No final da carta pastoral o bispo explica os termos camanáis: irmãos; tatá: espírito familiar; mesa:reunião; enbnda: chefe; santé: espírito principal p 76.

³⁸⁸ Fazia parte das cerimônias a parte curativa. As críticas constantes ao longo de seu bispado contra o charlatanismo e superstições se deviam a presença dessa prática ritualista e de outras que permeavam a cultura no período.

³⁸⁹ NERY, J. B. C. Cabula. In: Carta Pastoral de Despedida. p 76.

³⁹⁰ **Idem**, p 72

folclorista Guilherme Santos Neves,³⁹¹ dom Nery asseverava que no meio do culto todos se ajoelhavam, benziam-se e rezavam o Pai nosso e a Ave Maria.

Embora não possamos classificar a cabula como parte do catolicismo popular, percebe-se que a mistura de práticas ritualísticas da cabula com as do catolicismo serviu para atenuar possíveis represálias às suas práticas seculares,³⁹² mas aos poucos, tornou-se um amálgama condenado pelos ultramontanos.

Começou então o bispo uma campanha através do púlpito contra o que considerava uma “*tremenda anomalia*”. Para ele o trabalho não foi inútil, pois conseguiu que cabulistas centenários deixassem de praticar o antigo ritual.

Em Visita Pastoral a Itaúnas o bispo registrou:

[...] *ainda uma vez exortamos os fieis católicos dessa religiosa freguesia, a se afastarem da maléfica sociedade com o nome de cabula [...], por ali arruinando-se todas as almas. Quem quiser ser abençoado por Deus e não perder sua alma deixe tais práticas, volte-se de novo para J. Cristo, rompendo todo e qualquer liame que por ventura ainda o prenda a tal sociedade.*³⁹³

Alguns pesquisadores afirmam que o bispo pediu a prisão dos cabulistas.³⁹⁴ Outros dizem que tendo o bispo chegado no Estado quando o país estava alvoroçado pelo movimento de Canudos e, por isso temendo um outro movimento de fanáticos, conseguiu que o governo pusesse em prática a “*maior perseguição policial*” a Cabula, que culminou no assassinato de dois grandes líderes da cabula:

³⁹¹ NERY, J. B. C. A Cabula: Um culto afro-brasileiro. Caderno de Etnografia e Folclore. Vitória. 1963. p 11. Existem dois. Um que faz referência à cabula e o outro, ainda inédito, analisaremos em outro momento.

³⁹² Hoornaert concorda com a afirmação da “*ilusão da catequese*” de Nina Rodrigues sobre o sincretismo religioso entre catolicismo e religiões africanas, bem como a de Pierre Verger de ser esse sincretismo uma “*mascara que cria um lugar ao abrigo onde os cultos aos deuses africanos possam continuar de forma clandestina*”, e corrobora com a análise de Roger Bastide que considera as religiões africanas no Brasil como “*religiões em exílio*”. HOONAERT, Eduardo. O cristianismo moreno do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1991. p 83. O objetivo era preservar suas crenças e não para atrair os incautos como acreditava o bispo.

³⁹³ Visita Pastoral a freguesia de S. Sebastião de Itaúnas. p 173. In: Livro 1ª Visita Pastoral de D. João B. Corrêa Nery. Foi somente na visita à Itaúnas que encontramos tal recomendação, mostrando que apesar de já ter se espalhado por outras regiões, era ali o foco irradiador da “*seita*”.

³⁹⁴ AGUIAR, Maciel de. Os últimos Zumbis. A saga dos negros do vale do Cricaré durante a escravidão. 2. ed. Afirmação baseada em pesquisa oral feita a Zé da Ana. p 29. Também “*A bem da verdade, o bispo D. João Batista Corrêa Nery iniciou uma violenta repressão à Cabula, mandando prender todos os cabuleiros, quando a seita toma enormes proporções, assistando a comitiva pastoral.*” p 32.

Benedito Meia Légua e Clara Maria do Rosário.³⁹⁵ Teria o bispo convencido o governo de que a Cabula era uma atividade criminosa e portanto deveria ser coibida. Essas afirmações sobre a utilização de força policial para exterminar a cabula foram baseadas em fontes orais.³⁹⁶

Tudo indica que a Cabula teria sido uma manifestação sincrética como a umbanda e alguns ramos do candomblé. O bispo conseguiu conversar com um dos dirigentes da cabula, para o qual não havia incompatibilidade entre seu culto e o catolicismo, pois os adeptos batizavam-se, casavam-se e confessavam-se no catolicismo. D. Nery deu-lhe conselhos e entregou-lhe diversos terços para que distribuísse aos adeptos da seita, recomendando que rezassem sempre para que N. Sra. Auxiliadora os salvasse. O bispo, ao ver um padre recriminando o dirigente por seu palavreado, teria dito: *“Coitado! Que se pode esperar dum pobre preto, ignorante e supersticioso? Beija seus amuletos com a mesma unção como se beijasse a imagem de um santo”*.³⁹⁷

O objetivo moralizador do projeto de dom Nery ultrapassava o conteúdo propriamente religioso, sendo a sociedade alvo da moralização ultramontana na busca em se separar o que se considerava sagrado do que se estabelecia por profano no catolicismo popular.

Nos registros feitos pelo bispo não havia o interesse de preservar, mas sim o inverso: conhecer para melhor combater e, analisar como algo atrasado, que deveria ser extirpado da sociedade, pois representava o que de pernicioso ficou

³⁹⁵ MEDEIROS, Rogério. Cabula. Três sobreviventes, três heróis da liberdade. A força da presença espiritual africana nas terras quilombolas. Revista Século. Essa perseguição teria continuado em décadas futuras.

³⁹⁶ Procuramos nos documentos do Arquivo Público de Vitória encontrar documentação que corroborasse com essas afirmações, contudo nem em jornais, nem em documentos de Fundo Polícia do ano de 1900, encontramos tais documentos. Vários documentos da série Acioli que se referem às questões religiosas estavam interditadas durante todo período de nossa pesquisa. Seria necessária uma investigação mais apurada dos historiadores sobre esses registros, de nossa parte procuramos, dentro de nosso escasso tempo, já que não é o foco de nossa pesquisa. Há então uma contradição entre a forma relatada pelo bispo para conter a prática da cabula e as fontes orais que serviram de base para alguns pesquisadores.

³⁹⁷ NERY, J. B. C. A Cabula: Um culto afro-brasileiro. Caderno de Etnografia e Folclore. Vitória, 1963. Carta de Arnulfo Neves a Guilherme Santos Neves. p 16-17. Afirmava Guilherme Santos Neves que tinha-se conhecimento da sobrevivência do ritual religioso da cabula, nas zonas rurais do município de São Mateus e Conceição da Barra, ao norte do Estado. As cerimônias se realizariam no interior da mata, ou mais freqüentemente em área denominada Sapé do Norte. Havia um projeto de pesquisa antropológica sobre o ritual que ao que tudo indica não se concretizaram.

da cultura africana. A resposta, encontrada para a crença dos adeptos do ritual, eram a ignorância e a superstição.

A percepção era de que deveria ser “moldada” também a cultura retirando-se o que fosse atrasado e preservando-se o que tivesse de mais positivo: o catolicismo purificado dos rituais populares e dos diversos cultos animistas que persistiam no Brasil, sendo assim, a romanização também pode ser analisado como imposição cultural.

Essa imposição pode ser mensurada pelo poder simbólico que ainda representava a Igreja e, principalmente, o poder político de que ainda dispunha, através dos constantes contatos com diversas autoridades. Sua oposição pública ao culto afro-brasileiro deve ter ativado diversas formas de repressão que certamente dificultaram sua prática. A afirmação do bispo de que a seita estava “*privada*” de seus elementos mais importantes, “*que infelizmente possuía outrora*”, nos leva a questionar quem eram esses elementos e como foram suprimidos.

A preocupação do bispo com a expansão da prática da Cabula era compartilhada com a elite que, em um ambiente de suposta democracia e liberdades pretendia manter diferenças sociais bem delimitadas. A visão de superioridade racial é perceptível quando afirma que a prática era semelhante ao espiritismo e a maçonaria, só que “*reduzidos a proporções para capacidades africanas*”.

2.3. Canudos: Igreja e Estado contra movimentos populares

Os primeiros anos da República foram de instabilidade. Os diversos grupos que a princípio se aglutinaram na defesa da República, após sua proclamação dividiram-se, sobressaindo suas diferenças. Os grupos Republicanos frágeis e desorganizados tiveram que se aliar aos antigos representantes políticos do Império.

As divergências políticas e ideológicas fizeram o período imediato à proclamação, palco de diversos enfrentamentos. Esses conflitos foram minimizados, quando as forças desses grupos se direcionavam a um inimigo em comum: os monarquistas.

Esse grupo, minoritário, utilizou de todos os meios de que dispunha para combater o novo regime, e por isso foi responsabilizado, embora nem sempre isso fosse verdade, por todos os acontecimentos que abalaram a República.

Embora possuíssem uma influência bem menor do que lhes creditava os opositores, segundo Janotti, os restauradores foram fundamentais para encobrir as dissidências entre os próprios republicanos e para *“justificar a repressão que tinha como objetivo o fortalecimento do poder”*.³⁹⁸

A maioria do clero havia concordado com a separação entre Igreja e Estado, tendo dom Macedo Costa, aconselhando sobre a questão na Pastoral Coletiva de 1890, firmando um compromisso com o Estado, quando asseverou que o Estado poderia encontrar na Igreja o *“mais extremo propugnador de sua autoridade e de seus direitos nas coisas temporais”*.³⁹⁹

Entretanto, uma minoria de católicos radicais considerados importantes monarquistas,⁴⁰⁰ reagiram ao compromisso firmado pela Igreja com o novo governo.⁴⁰¹ Sendo a defesa da religião um dos argumentos mais empregados pelos monarquistas contra seus opositores.

O combate ao movimento de Canudos propiciou a aproximação entre dirigentes civis e eclesiásticos.⁴⁰² Caracterizado por Duglas Teixeira Monteiro

³⁹⁸ JANOTTI, M. L. M. Op. Cit. pp. 11, 56.

³⁹⁹ JANOTTI, M. L. M. Op. Cit. pp. 98-99. Para Azzi, quando a República iniciou todos os bispo tinham uma mentalidade conservadora e alguns eram declaradamente monarquistas, por isso D.Macedo teve que utilizar de muita habilidade política para unir o episcopado na disposição evidenciada na Pastoral Coletiva de 1890, de aceitar a nova forma de governo. AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. Op. Cit.

⁴⁰⁰ JANOTTI, Op. Cit. p 09-10. Segundo Lustosa, uma corrente dos católicos era visceralmente monarquista, possuindo nomes de projeção no cenário nacional como: Eduardo Prado, Carlos de Laet, Afonso Celso, João Mendes de Almeida e tantos outros conservadores não aceitavam o estatuto político da República, por muitas razões, entre as quais, naturalmente, se destacavam as ideológicas (liberalismo maçônico, positivismo e agnosticismo, ateísmo social). LUSTOSA, Oscar F. A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889/1989) São Paulo: Paulinas, 1991.

⁴⁰¹ JANOTTI, M. L. M. Op. Cit. p. 99.

⁴⁰² LUSTOSA, Op. Cit. p 27.

como uma crise do mandonismo tradicional e a emergência do coronelismo, bem como “*reflexo do processo de romanização da igreja*”.⁴⁰³

Sem entrar no debate sobre a natureza milenarista,⁴⁰⁴ ou como quer Teixeira Monteiro, um movimento caracterizado pelo reformismo conservador,⁴⁰⁵ o indiscutível é que ele representou um momento de coalizão entre os poderes temporal e religioso. A análise de Canudos como um movimento anti-republicano foi consistentemente defendida por Janotti que o inclui entre as manifestações monarquistas da época, embora não houvesse ligação com o movimento organizado pela elite.⁴⁰⁶

Foi o temor dos restauradores, a conjuntura de insegurança e crise econômica, juntamente com a posição oficial da hierarquia católica na defesa da conciliação que se entende a ação enérgica e brutal contra Canudos. A repercussão fez sentir-se nos jornais do Espírito Santo sendo constantes os artigos sobre a guerra ao longo do ano de 1897, todos com uma visão depreciativa do movimento.

O primeiro bispo do Espírito Santo, representante máximo da Igreja no Estado, mostrou sua adesão ao posicionamento do governo quando mandou felicitações ao presidente do Estado pelo fim da guerra de Canudos e ao organizar um Te Deum na catedral em ação de graças pela “*terminação de tão lastimosa guerra*”.⁴⁰⁷ Foram convidados todos os cidadãos “*sem distinção política*”,⁴⁰⁸ numa sinalização de abertura de dom Nery à conciliação.⁴⁰⁹ Compareceram à celebração o Tenente Constante Sodré, o vice-presidente do Estado, o Coronel Mendonça, alferes Bulamarque, o presidente do governo da cidade, deputados do

⁴⁰³ MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. Duglas Teixeira Monteiro.p 42. In: História Geral da Civilização Brasileira. Sob direção de Boris Fausto (período Republicano). 2. Sociedade e Instituições (1889/1930). Rio de Janeiro: Bertrande Brasil. Tomo III. O Brasil Republicano. 2. volume.

⁴⁰⁴ MOURA, Sérgio Lobo de. Op. Cit. p 324. ou carismática . 325.

⁴⁰⁵ MONTEIRO, Duglas, Op. Cit. De acordo com análise de Maria Isaura Pereira de Queiroz. p 68.

⁴⁰⁶ JANOTTI, M.L.M. Op. Cit. p. 157.

⁴⁰⁷ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 09 de outubro. De Piúma onde se encontrava o bispo telegrafou ao monsenhor Pedrinha, pedindo que organizasse a celebração.

⁴⁰⁸ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 10 de outubro de 1897. Na mesma data monsenhor Pedrinha fez um convite ao Congresso do Estado para participar da celebração.

⁴⁰⁹ LOBO, Sérgio Lobo de Moura; ALMEIDA, José M. G. A Igreja na 1ª República. In: História Geral da Civilização Brasileira. Sob direção de Boris Fausto (período Republicano). 2. Sociedade e Instituições (1889/1930). Bertrande Brasil. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º volume. RJ. pp. 326, 328

Congresso Estadual e enorme concorrência de cidadãos, representantes das diversas classes sociais.⁴¹⁰

Por atitudes de apoio ao governo, o bispo evidenciou o quão importante era a aliança entre os poderes civil e eclesiástico, em questões de ordem, podendo ser considerado parte da corrente dos republicanos moderados, pois adotou a postura de Leão XIII de que a *“Igreja não tem preferência nem se inclina por nenhuma forma de governo”*.⁴¹¹

Ofício do Monsenhor Pedrinha convidando o Congresso para assistir o Te Deum em ação de graças pela vitória das armas em Canudos, ao mesmo tempo pode ser analisado como forma de manifestar apoio ao grupo estadual da situação aliado aos prudentistas: O Partido Republicano Construtor.

2.4 Índios: Idéia de Civilização

Em documento sobre a Memória sobre a fundação de Reritiba (Escrita Segundo a Tradição), transcrito por dom Nery em sua Carta Pastoral de despedida do Espírito Santo lê-se:

*E o personagem chegava só e inerme e pondo de parte o livro que trazia lendo, levantou a Imagem do Crucificado, falou aos indígenas em seu idioma e anunciou-lhes a paz. E o executor lá estava como uma esttua: **Sumé** desamarrou o prisioneiro, tirou o **ivarapema** (Clava com que matavam os prisioneiros) da mão inerte do executor, e a este foi restituído o movimento. Os bugres, por causa de um tal prodígio, levão a Sumé suas **huís**, (flechas) que ele despedaçou uma a uma. Quem era, porém, Sumé? Era provincial dos Jesuítas; era aquele que, dedicando-se bem moço ao serviço de Deus, deixara no torrão natal seus pais, parentes e*

⁴¹⁰ O Comércio do Espírito Santo 12 de outubro de 1897.

⁴¹¹ LUSTOSA, Op. Cit. p 25.

*amigos para vir propagar, no Novo Mundo, a Religião do Crucificado e chamar para seu seio esses milhares de selvagens que habitavam as Américas; era, em fim, o venerando por muitos títulos José de Anchieta, Padre da Companhia de Jesus.*⁴¹²

Na Memória sobre a fundação de Reritiba⁴¹³ sobressai a figura apaziguadora e conciliadora de Anchieta, que consegue o respeito dos indígenas ao falar-lhes em sua própria língua. Ao publicar essa memória, dom Nery deu relevo à importância de Anchieta na catequese indígena. Estabeleceu, também, as datas importantes para a história do catolicismo no Estado que deveriam ser comemoradas, como a data do falecimento de Anchieta,⁴¹⁴ momento adequado para valorizar não somente aquele que ficou conhecido como o “*apostolo do Brasil*”, mas a atuação de toda Companhia de Jesus. Ele representava um dos bons exemplos que o passado possuía e fazia falta ao “mundo moderno”.

Vlademiro da Silveira assina artigo no Comércio do Espírito Santo no qual considera que o mérito de Anchieta foi a “*catequese das tribos bárbaras*”, que ele obrigou à “*mansidão evangélica*” semeando-lhes no coração “*amor ao trabalho*”, através de sua “*convincente*” palavra. Reconhecia-se sua ação civilizadora sobre os índios “bárbaros” e sua atuação na valorização do trabalho, necessidade premente naquele período. Anchieta seria então o “*Grande Apostolo da Civilização brasileira*”, sendo “*o astro que projetou sobre o seu solo para espancar-lhes as trevas semeando-lhe a Civilização*”.⁴¹⁵ Era entendimento comum, entre os

⁴¹² NERY, J. B. C. In: Carta Pastoral de Despedida. p. 85 à 88. Extraído do Livro Tombo de Itapemirim.

⁴¹³ Posteriormente denominada de Anchieta.

⁴¹⁴ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 08 de junho 1897. Partiram para Anchieta o bispo, monsenhor Pedrinha e outros sacerdotes que iriam celebrar o tricentenário do passamento do Apostolo brasileiro José de Anchieta. Na cerimônia a instituição Jesuítica seria representada por dois padres jesuítas. Também In: O Comércio do Espírito Santo. Vitória 30 de maio de 1897. Informando que o bispo pretendia viajar para Benevente para celebrar a missa das exéquias do 2º centenário da morte de padre Anchieta e que esperava a chegada de vários frades que viram para a cerimônia.

⁴¹⁵ SILVEIRA, Vlademiro da. “Padre José de Anchieta”. *O comércio do Espírito Santo*. Vitória, 09 de junho de 1900. Vitória 09 de junho de 1900.

intelectuais da Igreja, que havia sido Anchieta a iniciar o processo de civilização do Estado.⁴¹⁶

Além da ação catequética e civilizadora, realçou-se n'Ó Comércio do Espírito Santo o apoio de Anchieta na defesa da nova terra contra os invasores, não se atendo apenas a “*doces e suaves palavras*”, sendo nos momentos necessários, um homem “*de ação*” e de “*atos de civismo e relativo valor do guerreiro consumado*”, como quando Mem de Sá teve de lutar contra os invasores.⁴¹⁷

No texto “A Companhia de Jesus no Espírito Santo”⁴¹⁸ o bispo faz uma descrição histórica dos Jesuítas no Estado, valorizando o “*grande espírito de obediência*” dos Jesuítas:

Bem se deixa ver quanta pureza de alma é necessária, e quanta confiança em si e em Deus, a um homem que há de administrar Sacramentos a outros, e não tem quem lh'os administre a ele; e quanto zelo seja necessário para que tendo por ofício levantar os outros, não tenha, se cair, quem o levante: ou é que sua consciência lhe dá confiança de não cair; ou que com risco de seu remédio (caso que caia) quer acudir aos outros caídos [...]

Os padres jesuítas foram considerados exemplos de sacerdotes ideais, a serem imitados por aqueles que escolheram o sacerdócio. Reconheceu-se o zelo dos jesuítas pelo progresso espiritual do povo e o grande interesse e solicitude pela sorte futura dos “*míseros aborígenes*”.⁴¹⁹

⁴¹⁶ **MARIA**, Op. Cit. p 53. Júlio Maria argumentava através de dados históricos que a formação da nacionalidade do brasileiro foi moldada a partir da ação iniciada pelos Jesuítas e que não se completou devido a expulsão dos mesmos, antes que tivessem completado sua obra.

⁴¹⁷ **PEREIRA**, Amâncio. “Folhetim: Homens e Cousas”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 09 de junho de 1900. Justificava essa homenagem à convicção de que “*falar-se dos homens, de suas virtudes, de seus feitos é um dever de patriotismo, como o é que seja uma relíquia preciosa e ocupe um lugar elevado no coração do Brasil inteiro e nome do santo varão padre Anchieta!*”.

⁴¹⁸ A Companhia de Jesus. Anexo à sua Carta Pastoral de Despedida. pp. 77 à 83, foi publicada posteriormente na RIHGES. n. 13 a 16.

⁴¹⁹ **NERY**, J. B. C. A Companhia de Jesus. RIHGES pp. 27-28. Ele se referia a ação do Padre Braz Lourenço, como representante dos jesuítas no Estado.

Enfatizou dom Nery a importância dos Jesuítas na defesa do Estado durante a tentativa da invasão francesa: *‘Em 1561, o capitão-mor Belchior de Azevedo, com índios e escravos, tendo à frente o Padre Braz Lourenço, que empunhava o estandarte de S. Thiago e animava os habitantes da Vitória fez fugir os franceses’*, e o apoio do padre Braz a Vasco Fernandes Coutinho Filho, de quem foi *“um auxiliar poderoso e dedicado”*.⁴²⁰ E novamente reforçou a importância da ação defensiva dos padres da Companhia na expulsão dos holandeses.⁴²¹ Teriam sido então, grandes aliados do governo na proteção do Estado. A ação caritativa dos jesuítas nas grandes epidemias igualmente não foi esquecida,⁴²² evidenciando a importância desses padres para a organização inicial da província, seja na defesa da terra, na ação civilizadora dos índios ou com ações caritativas.

A prosperidade do território do Estado, em desenvolvimento devido à ação dos padres da Companhia, teria sido *“embaraçada”* por muitos anos devido a expulsão dos mesmos. A história, afirma dom Nery, se fosse imparcial, deveria referir-se honrosamente a esses *“apóstolos da civilização e do bem”*. Esse texto era uma homenagem aos primeiros evangelizadores da docese, mas também tinha o objetivo de contestar sua expulsão da Colônia: *“uma contradição histórica a tantas calúnias levantadas contra esses venerandos sacerdotes [...]”*. O texto sobre a Companhia de Jesus foi extraído da então inédita obra do padre Pires Martins, escrita no Livro do Tombo de Itapemirim. Embora não tenha escrito todo texto, ao resgatar e lembrar esses fatos históricos, dom Nery assumiu seu significado e ressaltou aspectos importantes da história da Igreja Católica, e como ele mesmo afirmou: *“não quisemos privar a história religiosa desse Estado do seguinte documento”*.⁴²³

⁴²⁰ NERY, J. B. C. A Companhia de Jesus no Espírito Santo. p 29. RHIGES.

⁴²¹ Em 1625 os Padres da Companhia animaram os habitantes da Vitória na expulsão dos holandeses. p. 31.

⁴²² *Idem.* p. 30. RHIGES. O padre Diogo e o Padre Gonçalves metidos entre aquela pobre gente de dia e de noite, eram os médicos, os párocos e até os coveiros. Também na p. 31 ele descreve a ação dos jesuítas em outra epidemia.

⁴²³ *Idem.* p. 32. RHIGES.

Ao afirmar ter sido o Espírito Santo “*um teatro magnífico à ação civilizadora e cristã dos Levitas do Senhor*”,⁴²⁴ o bispo tentava valorizar a presença do catolicismo não só para a história do país, mas para a história regional. A Igreja assumiu a missão de civilizar a nação, incentivando as missões entre os índios, pois “*só com a religião podem propagar-se a civilização*”.⁴²⁵ Aderindo a esse discurso, dom Nery visitou os índios e registrou seus hábitos e principalmente sua língua.⁴²⁶ Com as informações colhidas, pôde fazer aos “*pobres aborígenes*” diversas perguntas,⁴²⁷ que o ajudaram a fazer o seu registro.

Na avaliação do bispo, o botocudo era considerado como “*uma criança*”, deixando-se dominar pelos sentimentos, sendo incapaz de compreender uma idéia abstrata, estando inaptos, ao menos no começo da catequese, para compreender as coisas religiosas. Sua análise de tais índios é que estes eram em tudo atrasados e pobres.⁴²⁸

Havendo recurso, segundo o prelado visitador, não seria difícil o estabelecimento de um serviço regular de catequese, e os aborígenes não só aceitariam, mas ficariam contentes com esse “*melhoramento*”. Entretanto, orienta o bispo, a catequese deveria estar voltada para os filhos dos índios, as crianças, já que os adultos não poderiam mais “*amoldar-se a vida civilizada*”. Para ele, tanto a cultura intelectual, quanto a capacidade moral dos botocudos eram nulas.

Embora exista um espaço temporal entre os Jesuítas e a administração de dom Nery, permaneceu a visão da Igreja da falta de cultura dos índios e a necessidade de civilizá-los. Os índios eram considerados atrasados e como “*crianças*” que deveriam ser orientados, sendo que os métodos a serem utilizados seriam semelhantes aos dos antigos apóstolos: prioridade para as crianças mais adaptáveis à civilização. Para tanto, seria necessário o conhecimento da língua

⁴²⁴ NERY, J. B. C. Carta Pastoral Saudando aos seus Diocesanos no dia de sua sagração. Roma: Poliglota. 1896.

⁴²⁵ OLIVEIRA, Op. Cit. 281. Afirmação de dom Macedo Costa.

⁴²⁶ NERY, J. B. C. “Os Botocudos”. In: Carta de Despedida pp. 60-69. O bispo ficou apenas dois dias: 06 e 07 de julho de 1900. A tribo era a Nak-Nhampman ou Chop-Chop.

⁴²⁷ *Idem*. In: Carta de Despedida. p 65. Como se o queriam bem, se queriam beber água ardente, se queriam batizar-se ou se já eram batizados, seus nomes, se eram casados, se queriam acompanhá-lo, se queriam se casar; em contrapartida disse aos mesmos que queria o bem dos índios, para que eles juntassem suas mãos e para que se ajoelhassem.

⁴²⁸ *Idem*. In: Carta de Despedida. p 66.

dos “*selvagens*”, e assim o fez dom Nery, registrando a língua dos nativos, como havia feito Anchieta.

D. Nery reconhecia a “*maléfica*” aproximação dos civilizados, que com raras exceções só queriam explorar os pobres índios “*viciá-los por completo e em todos os sentidos*”, devendo, por isso ser construída no interior a casa de residência do missionário que ali fosse para catequese, como forma de proteger os nativos da influência dos oportunistas. Para ele os índios eram “*verdadeiras crianças*” e como tais deveriam ser tratados.⁴²⁹ A percepção dos índios como crianças, tirava-lhes a autonomia, devendo ser os mesmos protegidos.⁴³⁰ O Estado apoiou a proposta de levar missionários para civilizar os índios, visto que os mesmos ainda atrapalhavam os projetos de ocupação.⁴³¹

Os textos de dom Nery sobre a história do Brasil priorizaram a importância da Igreja e da religião católica.⁴³² Desde a sua carta pastoral de despedida, onde reuniu e transcreveu detalhes importantes da história da Igreja no Estado,⁴³³ resgatou a história da Companhia de Jesus, a memória sobre a fundação de Reritiba, o relato sobre os índios e a pesquisa feita sobre a Cabula;⁴³⁴ e mesmo outros escritos como sobre o centenário de descobrimento, se inserem num projeto de realçar aspectos positivos do catolicismo para a história do Brasil. Através dos textos, pretendia dom Nery responder aos críticos da Igreja, defendendo e divulgando o catolicismo, além de indicar sua importância, aos poderes constituídos, na defesa e civilização do país.

D. Nery que se considerava um historiador queria, como recomendara Júlio Maria, reescrever parte da história do Brasil, a partir da ótica católica, valorizando

⁴²⁹ NERY, J. B. C. “Os Botocudos”. In: Carta de Despedida. pp. 67/ 68. Essas observações do bispo deveriam servir para a futura organização do serviço de catequese entre os índios. que só não havia sido organizado devido a péssima condição financeira da diocese. p 69.

⁴³⁰ Com isso não queremos inferir que os propósitos do bispo não eram baseados em sua fé, mas que por acreditar que essa seria a melhor decisão, sua postura acabou por prejudicar aqueles a quem supostamente queria proteger.

⁴³¹ Ataque de bugres em São Mateus. Telegramas recebidos: Fundo Polícia. Série 02. Caixa 438. Livro 674. 1900. Nos jornais do período também há relatos de ataques de índios.

⁴³² MARIA, Júlia. Op. Cit. p 17. Júlio Maria lamentava não existir então um historiador brasileiro e católico que se preocupasse com a história da Igreja.

⁴³³ Utilizando como fonte documentos e questionários feitos aos padres.

⁴³⁴ Nessa pesquisa ele deixa claro que a prática não correspondia ao catolicismo, condenando-a por ser “atrasada”.

o catolicismo e seus representantes. Nessa perspectiva que devem ser compreendidos seus textos.

2.5 Trabalhadores: Questão de caridade

A caridade, dizia Júlio Maria⁴³⁵ fez parte das ações da Igreja desde o período colonial e, para rebater aqueles que tentavam substituir a ação caritativa da religião pela filantropia, reafirmava ser aquela o símbolo da “*virtude divina*”, mostrando-se, portanto, superior a esta.

Para ele o erro de Adam Smith no seu livro *Indagações sobre as riquezas das nações* foi considerar o cristianismo uma religião incompatível com o bem estar, a riqueza e a prosperidade das nações. Afirmava o lugar privilegiado da doutrina católica para a solução dos problemas do bem estar “*nas quais as teorias simplesmente humana, civil e políticas da filantropia é incomparavelmente excedida pela doutrina da caridade na Igreja católica*”. Demonstrava que Jesus Cristo se preocupava com a sorte material do povo, havendo assim, a necessidade de não se considerar a religião um negócio *exclusivamente* da alma.

Esse erro, segundo ele, produziu dois grandes males: provocou em muitos fiéis uma indiferença completa pelas questões práticas da vida e no mundo, fez surgir críticas ao “*falso espiritualismo*” que a própria Igreja condenava, porque sua doutrina “*não autoriza absolutamente nenhuma piedade ou devoção que não seja discreta e sabiamente dirigida pela razão*”. Convidava todos os católicos a uma religião ativa e prática, “*que todos rezem, mas trabalhem também nas grandes questões da época*”.⁴³⁶

⁴³⁵ **MARIA**, Júlio. A Igreja e a República. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Biblioteca do pensamento político Republicano. Vol. 9. Câmara dos Deputados. Ed. Universidade de Brasília. Brasília. 1981 p. 55. Ainda no período colonial, foram fundadas as primeiras instituições pias e de beneficência da Igreja. Ele faz um relato histórico das ações caritativas da Igreja.

⁴³⁶ **MARIA**, Júlio. “Que as questões do homem físico e os problemas filantrópicos do bem estar tem largo lugar na doutrina católica”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 04 de setembro de 1897. O redator relatou a palestra de Júlio Maria.

Dom Nery, em sua saudação aos capixabas, dizia ter a pretensão de amparar os pobres, os ignorantes, os desprezados do mundo, os enfermos e pecadores, os quais receberiam o seu mais desvelado empenho. ⁴³⁷ Procuraria agir sempre de acordo com a mais perfeita caridade, pois “*b amor não pode só consistir em palavras [...] A prova do amor é a exibição das obras*”. ⁴³⁸

O Redentorista Júlio Maria foi considerado um dos primeiros a adotar o direcionamento oficial de Leão XIII sobre a atuação dos católicos na sociedade.

A publicação da Rerum Novarum de Leão XIII em 1891 representou a posição oficial da Igreja sobre a questão social, pretendendo uniformizar suas ações sobre essa questão, reafirmando a condenação ao liberalismo e ao socialismo, ⁴³⁹ servindo de fio condutor para a questão operária.

No Estado, antes da fundação do bispado, havia uma “certa” resistência à atuação caritativa da Igreja em assuntos de responsabilidade do governo, caso verificado na epidemia de varíola, ocorrida em 1895, quando a cidade se transformou em “*um triste hospital*”. Nessa ocasião, o governo quis vetar a visita do arcepreste aos hospitais, alegando a separação entre Estado e Igreja. ⁴⁴⁰

O processo de aproximação entre os poderes fortaleceu-se com a criação da diocese, não tendo o bispo que enfrentar esse tipo de questionamento, contando até mesmo com o aval das autoridades para suas atividades caritativas. O governo não rejeitaria essas ações, visto não ter condições de atender às demandas sociais como educação e saúde, precisando da colaboração dos religiosos principalmente nas constantes epidemias, como a ocorrida em Vila Velha em 1899. ⁴⁴¹

⁴³⁷ NERY, J. B. C. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração. Roma. Tip. Poliglota, 1986. p. 05.

⁴³⁸ *Ibidem.* pp. 7-8.

⁴³⁹ MARCHI, Op. Cit. p.77.

⁴⁴⁰ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. p. 05. Relato do Arcipreste Pedrinha. Tendo sido retirada a ordem, devido sua desobediência.

⁴⁴¹ “*Já a tempo devia e queria escrever relatando o progresso da epidemia em Vila Velha, mas o tempo muito escasso, e mais ainda o medo de exportar alguma infecção me deteve até hoje que graças a Deus e, pela intercessão de N.S. da Penha tudo está acabado. Fazem hoje exatamente vinte dois dias que deu-se o último caso e [...] que fechou-se o lazareto. [...] No tempo da minha estada em V.Velha todas as tardes houve reza do terço, e no dia 19 o Exmo. Monsr Casella veio cantar um Te Deum e no dia 20 celebrou uma Missa de Ação de graça, depois retirei-me no Carmo com licença do Revmo. P. Reitor, em primeiro lugar como em quarentena em segundo para arranjar com o Dr. Manoel Silvino Monjardim, chefe da higiene, algumas*

Embora houvesse um discurso da elite em defesa da filantropia em contraposição à caridade, na Igreja predominou a ação caritativa. A Igreja, não abriu mão de sua posição de agente principal da ação caritativa, rebatendo os discursos que propunham justiça social.

D.Nery, desde sua experiência como pároco em Campinas, dedicou-se intensamente à atuação caritativa: nas epidemias de febre amarela, nos cuidados com os órfãos e na organização de um instituto profissional: O Liceu de Artes e Ofícios, destinado à educação de jovens operários confiado à Congregação Salesiana.⁴⁴²

Elevado à bispo, pretendia fundar um externato diocesano, além de organizar conferências de São Vicente para socorrer os pobres “*envergonhados e enxugar-lhes as lágrimas*”.⁴⁴³ Também almejava organizar um asilo de caridade,⁴⁴⁴ e um instituto profissional,⁴⁴⁵ contando com a colaboração da sociedade católica, uma instituição “*humanitária e patriótica*”, fundada especialmente com esse objetivo.⁴⁴⁶

O bispo reconhecia a necessidade da ação da Igreja nas questões que afligiam a sociedade, posicionando-se sobre vários assuntos como educação, segurança pública, saúde, política.⁴⁴⁷

contas de empregados do Lazareto, e compras feitas por conta do Governo, e retirar-me-ei na Penha espero depois de amanhã, ou o dia seguinte [...]” Carta o Pe. Egidio ao Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano. 24 de julho de 1899.

⁴⁴² OTÁVIO, Op. Cit. p. 414.

⁴⁴³ NERY, J. B. C. Carta Pastoral de Despedida. p.10. Mas que devido à situação financeira não conseguiu implementar.

⁴⁴⁴ “Sociedade Católica”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 21/04/1897. p 02. Foi organizada uma sociedade católica, no Espírito Santo, para arrecadar recursos para o bispado, além de contribuir em obras pias e de caridade. Seus participantes deveriam ser os interlocutores da Igreja perante os poderes públicos para que pudesse ser organizado o seminário “*onde a mocidade deve receber o pão espiritual*”. A Sociedade Católica seguiria o plano que consistia em cada associado pagar três mil reis de mensalidade durante três anos; promover os meios para conseguir auxílios do governo do Estado em favor do seminário; as quantias arrecadadas seriam recolhidas no banco só podendo ser retiradas em face a requisição do bispo; o principal objetivo seria a fundação de um asilo de caridade onde os órfãos encontrariam conforto da pobreza; e assim que atingissem 400 seria constituída com estatutos e eleição da diretoria

⁴⁴⁵ O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 25 de julho de 1897. A sociedade Católica tinha o objetivo de conseguir recursos para a manutenção do Ateneu e a criação de um instituto profissional.

⁴⁴⁶ “Sociedade Católica”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 25 de julho. 1897.

⁴⁴⁷ Como visto ao longo dessa pesquisa.

Uma dessas preocupações era a questão da mão-de-obra para o café e a adoção do sistema de parceria no Estado, que ele considerava danoso para a produção:

[...] o fazendeiro dá casa, terreno para o colono plantar e criar a vontade, com faculdade de ir a vila próxima vender os seus produtos no dia que quiser e ainda metade do café que colher. Deve trabalhar como quiser e quando quiser. O fazendeiro não tem o direito de fazer-lhe a menor observação com tanto que no fim do ano receba a metade da produção do café. ⁴⁴⁸

Percebe-se pelo relato um tom de crítica a esse tipo de trabalho adotado como solução para a falta de braços; para ele, a solução seria o aumento do número de trabalhadores, tornando-os mais baratos e menos exigentes, o que facilitaria o desenvolvimento da lavoura.

O discurso de dom Nery se assemelhava ao de Muniz Freire: *“A lavoura está perdendo parte das suas safras por falta de trabalhadores, e é coagida a dar aos que encontra a meação das suas colheitas, coisa que não se observa em nenhum dos outros estados produtores do café”*. ⁴⁴⁹

A percepção de que deveria haver o barateamento da mão de obra não era então uma análise apenas do bispo, mas compartilhada com boa parte da elite republicana. Esse entendimento justificava os projetos de imigração visando a solução deste problema.

A idéia sobre a necessidade do barateamento da mão-de-obra não foi a única a aproximar positivistas e hierarquia. Assim como com os positivistas, a aproximação entre Estado e Igreja, foi facilitada pela convergência de discursos que privilegiava a passividade e a incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho. ⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. Nas zonas cafeeiras do Estado, como Vale de Sta. Joana, St a. Maria, Castelo, Rio Doce, Alto Benevente, Alto Guarapary, Alto Piúma, Rio Novo.

⁴⁴⁹ SALETTO, Nara. Transição para o Trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo. Op. Cit. p. 130. Relatório de Muniz Freire.

⁴⁵⁰ REIS, Fábio José Garcia dos. Os Redentoristas, o Cônego Antônio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista-1888-1917. FFLCH-USP, 1993.

O projeto positivista apresentado por Teixeira Mendes ao governo provisório, em 1889, visava à melhoria das condições do operário e defendia a educação para o trabalho. Preconizava o respeito ao operário como cidadão. Desde que cumprisse seu dever moral de contribuir para o progresso da pátria; teria direito a um salário justo, além de assegurados seus direitos por uma legislação trabalhista.⁴⁵¹

Como Teixeira Mendes, o modelo de operário defendido pela hierarquia católica, baseado na imagem de São José, era o trabalhador responsável, que cumprisse seus deveres e aceitasse sua condição social, colaborando para o progresso do país. Com esse discurso, os romanizadores indicavam ser a religião forte elo de unidade social, e um instrumento valioso contra os conflitos sociais.⁴⁵²

O Comércio do Espírito Santo veiculava um discurso de harmonia entre patrões e trabalhadores. Afirmava que o trabalhador: *“com maior acatamento, cumpre os deveres impostos a todos no interesse geral, e abraçam com respeito, o que deve ter em vista todo bom cidadão, as leis emanadas dos poderes competentes”*.⁴⁵³

Em série de artigos da autoria de Cândido Miranda, advogado que se dizia representante dos trabalhadores, intitulada “As Classes operárias” pode se perceber o pensamento preponderante entre os letrados.

O bispo foi elogiado por sua atuação em Campinas com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios, e esperava-se que fosse inaugurado no Estado um estabelecimento de ensino para meninas, que recebesse meninas órfãs e filhas de operários.⁴⁵⁴

Vários artigos de Miranda conclamavam a colaboração de todos para que se realizasse a paz social:

⁴⁵¹ REIS, Op. Cit. p. 76.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 76.

⁴⁵³ “Palestrando”. *O comércio do Espírito Santo*. 09 de janeiro de 1897. Afirmava-se que já havia existido no Estado um partido e um jornal que divulgasse suas idéias. Em Itapemirim os operários conseguiram indicar nas eleições municipais cinco de seus representantes e esperavam que o exemplo dessa união fosse seguido na capital.

⁴⁵⁴ MIRANDA, C “Tribuna Livre: As classes operárias”. *O Comércio do Espírito Santo*. 09 de novembro de 1897. p. 02. Ele fala em nome da classe operária. O advogado C. Miranda saúda a chegada do bispo e os militares recém chegados de Canudos restituindo a paz e o respeito às instituições perturbada e desrespeitada por aqueles “ferozes inimigo”.

*Diante deste princípio, é mais que louvável, mais que justa, a atitude das classes obreiras, decretando leis entre si, em harmonia com os patrões, de modo que, o pagamento esteja em relação à importância e do peso do serviço prestado, tendo, se em consideração as circunstâncias atuais, diminuindo ou aumentando proporcionalmente, conforme as contribuições lançadas.*⁴⁵⁵

Defendia a união “das classes artísticas”, que assegurariam “em nome da lei o respeito às autoridades constituídas, e proclamam a ordem e o progresso” requerendo apenas garantias que a mesma lei assegurava-lhe contra o “monopólio e a avareza”.⁴⁵⁶ Questionava as casas comerciais que davam preferência a estrangeiros e não contratavam nacionais como funcionários.⁴⁵⁷

Surpreendentemente, os artigos justificavam o direito do trabalhador como uma obrigação religiosa dos patrões, pois “[...] Quem dá aos pobres, é a mim que dá-e quem na terra dá um, de mim receberá cem”. O trabalho não seria apenas uma obrigação da compreensão do ente racional, pois além de ser um dever social havia sido instituído por lei divina. Dessa forma a preponderância da vontade dos ambiciosos, opondo-se ao pagamento relativo do trabalho, seria uma conspiração contra uma lei suprema: “A história, este farol da vida da humanidade, este seguimento de séculos sobre séculos, ainda refere que os mercadores e avarentos foram expulsos do templo”. Para C. Miranda a culpa das “colisões”, de “algumas folgas”, da “paralisação do trabalho”, prejudiciais aos proprietários,

⁴⁵⁵ MIRANDA, C. “As Classes Operárias III”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 15 de outubro de 1897. p.02.

⁴⁵⁶ MIRANDA, C. “As classes operárias”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 17 de outubro de 1897. “[...] Entretanto, é de notar a desconsideração dos companheiros da redação do Estado-que sem dúvida envergonharam-se de dizer em uma insignificante notícia, que as classes artísticas estão unidas, que asseguram em nome da lei o respeito às autoridades constituídas, e proclamam a ordem e o progresso, e requerem para si as garantias que a mesma lei assegura-lhes contra o monopólio e a avareza”.

⁴⁵⁷ MIRANDA, C. “Tribuna Livre: As classes operárias”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 22 de outubro de 1897. p. 02. Faz uma crítica a um estabelecimento que não aceitava nacionais como funcionários: “[...] o operário tem obrigações sociais a cumprir, portanto seu salário, deve ser pago de acordo com as oscilações do comércio e das contribuições lançadas”. Ele pede constantemente nos artigos mais trabalho, o que contradiz o discurso favorável à imigração.

empreiteiras e construtores, era culpa dos aventos, *pois* o operário só poderia buscar dinheiro do seu trabalho e para tanto era necessário construir obras.⁴⁵⁸

Defendia o advogado que o fim dos conflitos sociais traria benefícios para toda a sociedade. Com o tempo os trabalhadores seriam mais poderosos e, quando conhecessem seu poder, a paixão substituiria a razão, acarretando desordens, anarquia e ruína comum. E que, até aquela data a força militar havia sido suficiente para restabelecer a ordem quando necessário, isso não ocorreria para sempre, sendo insuficiente para deter um movimento que fosse nacional. Indica como solução para evitar o confronto a destruição do antagonismo entre capital e trabalho, entre operários e patrões: “*Associando o capital e o trabalho, os patrões e os operários, criando um interesse –comum- justo e suficiente*”. Acreditava que as associações particulares separadas de patrões e empregados só aumentava as rivalidades, defendendo que fossem organizadas sociedades operárias “*em bem do interesse comum*”.⁴⁵⁹

Apesar do discurso de denúncia da situação do trabalhador, Cândido Miranda não pode ser considerado um socialista, aproxima-se sim da visão social da Igreja.

A análise da Igreja da questão operária como essencialmente uma questão de caridade, de concessão de benefícios por parte dos patrões, da defesa da união entre as classes sociais, evitando-se os conflitos e desordens foi adotada por diversos intelectuais, muitos servindo com interlocutores da Igreja.⁴⁶⁰

Embora dom Nery pretendesse colocar em prática as conferências vicentinas e várias ações caritativas, estas foram dificultadas pela crise econômica do bispado. Porém, além da conjuntura de crise, a ausência de um discurso contundente em relação à causa operária, pode ser explicada pelas condições econômicas do Estado. Se em São Paulo e Rio de Janeiro já vinha se organizando associações de trabalhadores e o discurso anarquista e socialista

⁴⁵⁸ MIRANDA, C. “As classes operárias VI”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 24 de outubro de 1897.

⁴⁵⁹ MIRANDA, C. “Tribuna Livre: As classes operárias XII”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 21 de novembro de 1897. (advogado).

⁴⁶⁰ Apesar da participação do advogado C. Miranda em festas e do elogio ao bispo, contudo, como não encontramos documentos entre os dois não podemos afirmar que este advogado foi diretamente influenciado pelo bispo.

estavam sendo divulgados, no Espírito Santo não havia uma industrialização que produzisse concentração de operários em grande escala que alarmasse a sociedade com um discurso socialista.

As condições econômicas do Estado, no período, explicam, então, a ausência do discurso para o “povo” como dom Nery definia os trabalhadores, visto que não houve uma transferência do excedente da cafeicultura para a indústria no Estado. A tentativa de criar institutos profissionais foi frustrada pela crise econômica.⁴⁶¹

Provocaram “*dolorosa impressão*” ao arcebispo contemporâneo da época da teologia da libertação dom João M. Albuquerque⁴⁶² os relatos de dom Nery sobre o estado caótico da lavoura e, principalmente, as soluções por ele apresentadas: “*aumento do número de braços na lavoura e o barateamento do empregado, com empregados menos exigentes*”. Em Campinas acreditava-se que dom Nery teria sido um defensor da classe operária e junto com Júlio Maria divulgador dos princípios da Rerum Novarum. Dom João M. Albuquerque tentou justificar dom Nery ao dizer que no Espírito Santo ele ainda era moço e inexperiente, apesar de perceber a situação de crise no campo, defende a ordem das coisas.

A decepção do Arcebispo dom João Batista da Mota e Albuquerque⁴⁶³ em suas pesquisas sobre dom Nery são compreensíveis, visto que sua gestão correspondeu ao período de 1958 a 1984, quando a autocompreensão da Igreja Católica era ditada pela Teologia da Libertação e sua “*opção preferencial pelo pobre*”.

Apesar da decepção demonstrada pelo arcebispo, não percebemos uma contradição com as futuras posturas adotadas pelo bispo em relação ao trabalhador, pois, tanto em Pouso Alegre, quanto em Campinas sua atuação frente à chamada “questão social” sempre se pautou pela visão caritativa.

⁴⁶¹ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde. Vitória: PMV. , 1996. p. 21. Segundo o autora única experiência de relevo, nesse sentido, aconteceu no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), e que outra tentativa ocorreu na administração Jones dos Santos Neves (1951-1954), quando o governo adotou algumas medidas para incentivar a indústria, obtendo, no entanto, pouco resultado.

⁴⁶² ALBUQUERQUE, D. João da Mota. Sem Título. Documento manuscrito. Arcebispo do Espírito Santo.

⁴⁶³ GURGEL, Antônio de Pádua (org.). Dom João Batista da Mota e Albuquerque. Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo. HIGES, Vitória. 2005.

Em Pouso Alegre, para onde foi transferido mediante o Breve de 18 de maio de 1901,⁴⁶⁴ dom Nery organizou: o Externato do Calvário, fundado pelas irmãs de N.Sra. do Calvário que chegaram na região em 1906; o Colégio dos Corações de Jesus e de Maria, sob os cuidados das irmãs da Congregação da Providência; o Externato da Providência, administrado pelas irmãs da Providência; o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, também sob cuidados das irmãs da Providência; o Colégio de São Domingos dirigido pelos religiosos Dominicanos; o Hospital São Vicente de Paula, dirigido pelas religiosas francesas da Congregação das irmãs de NSra. do Calvário; a Santa Casa de Misericórdia de Passos,⁴⁶⁵ além da colônia Francisco Salles, escola destinada a fornecer o ensino primário e de agricultura prática para meninos pobres.⁴⁶⁶

Além das diversas obras de caridade, teve atuação marcante nas áreas de saúde e educação, com a organização da colônia agrícola Francisco Salles, que pretendia fornecer uma educação para o trabalho.

Após sete anos na diocese de Pouso Alegre, foi transferido para sua terra natal, onde teve a sua mais longa administração. Recém empossado, dom Nery promoveu o Primeiro Congresso Diocesano de Campinas, realizado em abril de 1911. Teve dois grandes objetivos: promover a Ação Social da Igreja e incentivar a formação de Associações Católicas.⁴⁶⁷

Temendo a expansão das idéias socialistas, dom Nery, incentivava os padres a se aproximarem do povo, indicando medidas paliativas para resolver os problemas da sociedade, como obras pias de socorro aos operários, a instalação de fazendas para desempregados e órfãos, além da construção de um dispensário para os pobres.⁴⁶⁸

Ao analisar Primeiro Congresso Diocesano de Campinas, Marchi afirma que este tinha uma visão mais assistencialista, pregando a filantropia dos ricos para com os pobres. O discurso era de que “*as classes inferiores*” precisavam de

⁴⁶⁴ OTÁVIO, Op. Cit. p. 320. A diocese de Pouso Alegre, no sul de Minas, foi desmembrada da de Mariana e São Paulo, pelo decreto consistorial Régio latissime patens, do Papa Leão XIII, no dia 04 de agosto de 1900

⁴⁶⁵ BENCOSTTA, pp. 40-41. Também In: OTAVIO, pp. 323- 325.

⁴⁶⁶ BENCOSTTA, Op. Cit. p. 39.

⁴⁶⁷ RIGOLO, Op. Cit. p. 48.

⁴⁶⁸ *Ibidem*. p. 53.

misericórdia, assumindo como missão da Igreja, assistir às crianças, aos velhos e desamparados. O trabalho seria a solução para o combate ao ócio e a vagabundagem, que eram os grandes culpados dos problemas da sociedade.⁴⁶⁹

A idéia seria organizar associações de obras de socorro pelo trabalho, onde o assistido aprenderia uma profissão e posteriormente seria encaminhado a um trabalho.⁴⁷⁰

Em sua gestão em Campinas dom Nery organizou o Centro Operário São José, uma associação com o objetivo de unir os operários católicos, para melhorar a sua situação social, moral e pecuniária; restabelecer a paz no mundo do trabalho, e harmonizar a relação entre operários e patrões, baseados nos princípios cristãos.⁴⁷¹ Experiência que resultou na recusa de seus componentes de participarem nas greves de 1917, obedecendo a seus estatutos.⁴⁷² Esse centro de Campinas era uma experiência que a hierarquia católica implantava em diversos bispados do Brasil.

Dom Nery se posicionou contrário a ação policial durante as greves de operários de 1917, defendendo, para que se evitasse futuros confrontos, a atuação de centros ou tribunais católicos. Creditando a transformação da realidade do trabalhador exclusivamente à conscientização do empregador.

Nas palavras de dom Nery:

*[...] o operário brasileiro goza de grande liberdade de desafogo, trata os patrões com certa intimidade respeitosa, senta-se com eles a mesa do café, conversa, sugere, até discute, ao passo que no estrangeiro, o operário é quase figura de submissão e ao passar pelos patrões, ao receber ordens, tem sempre os olhos baixos.*⁴⁷³

⁴⁶⁹ **MARCHI**, Op. Cit. p. 206.

⁴⁷⁰ **Ibidem**. p.210. A questão social no Brasil ainda não existiria, visto que no o que existiam eram inválidos e as greves pontuais, em algumas capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, seria obra de agitadores profissionais e anarquistas vindos da Europa. Mas os que quisessem trabalhar conseguiam emprego e vantagens. Apesar disso alguns trabalhadores mereciam apoio e caridade.

⁴⁷¹ **BENCOSTTA**, Op. Cit. p. 214.

⁴⁷² **Ibidem** p. 210.

⁴⁷³ **BENCOSTTA**, Op. Cit. pp. 209 - 210.

Assim ele diferenciava a situação do trabalhador brasileiro em relação à situação do trabalhador europeu.

A postura, assumida por dom Nery, em suas administrações foi declaradamente assistencialista e caritativa, contrário à greve e enfrentamentos, sendo um discurso contra os movimentos anarquistas e socialistas. Dessa forma, desde sua atuação como pároco seu objetivo era criar meios de “educar para o trabalho” para que os jovens tivessem uma profissão e assumissem seu lugar no mercado de trabalho. Não se analisava a situação do trabalhador enquanto injustiça social e reivindicação dos seus direitos.

Os Congressos nacionais e regionais tiveram como resultado mais expressivo a Pastoral Coletiva de 1910, que passou a funcionar como Constituição Eclesiástica e guia pastoral para toda a Igreja Católica do Brasil.⁴⁷⁴ Nela havia um título especialmente sobre a relação patrões e operários, sendo o trabalho um dos valores éticos divulgados; além da justiça com o trabalhador e o respeito às condições dos contratos.⁴⁷⁵

O trabalho era tido como remédio contra o ócio e a imoralidade, sendo garantia dos bons costumes. O valor ético do trabalho é fundamental para a nova realidade econômica.⁴⁷⁶

As propostas para a questão operária não eram uniformes, nem as propostas de solução, sobressaindo em algumas orientações o caráter assistencialista-caritativo, e em outras um caráter social.⁴⁷⁷ Nesse quadro dom Nery assumiu um discurso assistencialista em relação ao trabalhador, não colocado em prática no Estado, mas de forma eficaz em suas sucessivas administrações.

A solução proposta sempre foi o diálogo intermediado pela Igreja. Entretanto, apesar de se opor ao liberalismo, essa não chegava à oposição ao capitalismo, antes o contrário acabou por fortalecer a ideologia do trabalho, tão cara ao mundo burguês.

⁴⁷⁴ **MARCHI**, Op. Cit. p. 170. Tendo recebido sua redação final em 1915

⁴⁷⁵ **Ibidem**. pp. 172-173

⁴⁷⁶ **Ibidem**. p. 173.

⁴⁷⁷ **MARCHI**, Op. Cit. p. 211.

A educação para o trabalho foi a forma encontrada por dom Nery para a moralização dos trabalhadores, e por isso, dentro de suas possibilidades procurou em suas dioceses fundar um estabelecimento de ensino profissionalizante, que inserisse o jovem no mundo do trabalho.

A parceria entre Igreja e Estado vai se fortalecendo aos poucos mesmo que não oficialmente e no Estado Novo o espaço político da Igreja já havia sido recuperado.

O encaminhamento dado pela Igreja à questão social selou sua aliança com a elite liberal ao justificar o Estado excludente.⁴⁷⁸ A estratégia da Igreja foi a criação da Ação Católica que direcionou o catolicismo social a partir da década de 20, através de associações assistencialistas e de mútuo socorro.⁴⁷⁹

Entende-se, assim, a decepção do Arcebispo dom João da Motta e Albuquerque, que na década de 70 do século XX compreendia a questão social como questão de justiça e apoiava as organizações reivindicatórias dos trabalhadores; segundo suas próprias palavras foi longo o trajeto de Leão XIII a João XXIII.

⁴⁷⁸ **Ibidem** p. 253.

⁴⁷⁹ **Ibidem**.p. 271

CAPÍTULO 3 Aproximação Ultramontana com o Estado

3.1 Política e Economia no Espírito Santo.

No Espírito Santo, os republicanos não estavam organizados em partidos políticos quando ocorreu a proclamação da República, tendo os diversos grupos de se compor com os políticos dos extintos partidos do império: o liberal e o conservador.

A instabilidade política do início da República findou-se com a eleição de Muniz Freire para governador, favorecido pela renúncia de Deodoro da Fonseca. Desse período até 1908 o Partido Construtor⁴⁸⁰ governou o Estado, sob a liderança de Muniz Freire. ⁴⁸¹ Do mesmo grupo político, Cleto Nunes Pereira foi eleito Governador municipal de Vitória, tomando posse em 19 de dezembro de 1892. ⁴⁸²

A oposição ao governo Muniz Freire ficou a cargo do partido União Republicana, ⁴⁸³ em que figuravam republicanos famosos como Antônio Aguirre e Bernardo Horta. ⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ Fazia parte, inicialmente do diretório do Partido Construtor: Muniz Freire, Henrique Coutinho, Domingos Vicente, Joaquim Pinheiro, Constante Sodré, e juntamente com diversos filiados como Ataíde Jr., Sólon Ribeiro, Capitão Salles, Antônio de Campos Sobrinho, Gil Goulart, Torquato Moreira, Horácio Costa. Esse partido na campanha constituinte foi defensor do Estado Laico com o casamento civil separado do religioso e a igualdade entre todas as religiões. SALETTO, Nara. Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República. p. 06.

⁴⁸¹ SALETTO, Nara. O início da República no Espírito Santo; a reorganização política e institucionalização do novo regime (1889-1896). Op. Cit.

⁴⁸² NOVAES, M. Stella. História do Espírito Santo. p. 330.

⁴⁸³ Estiveram à frente desse partido o chefe do antigo Partido liberal, o Barão de Monjardim; o líder do partido conservador Aristides Freire; o liberal Joaquim Lírio, e Horta Araújo. Esse grupo era acusado de ter tendências monarquistas. As “tinturas republicanas” dessa associação foram dadas pelos líderes de Cachoeiro Antônio Aguirre e Bernardo Horta. O Partido da União tentou no período da elaboração da Constituição conseguir a adesão dos Católicos, apelando para seus sentimentos, dizendo-se contra as mudanças laicizantes do partido construtor: “*O Partido Construtor quer acabar com nossa religião! Quem for católico, apostólico romano negue o voto ao Partido Construtor*”. SALETTO, Nara. Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República. pp. 05-06.

A economia do Espírito Santo, desde o período imperial direcionava-se para a produção do café. A produção na região sul baseava-se na grande propriedade, com a utilização da mão-de-obra escrava. Após a abolição da escravatura adotou-se o sistema de meeiros e paulatinamente a divisão das grandes propriedades. A comercialização nesta região, inicialmente, era feita por intermediários, mas logo a seguir passou a ser realizada diretamente por exportadores, através de empresas sediadas no Rio de Janeiro.

Em contraste com a região sul, na região central a produção era baseada na pequena propriedade privada. Nessa região, o comércio era feito internamente por pequenos comerciantes; enquanto as exportações estavam sob o controle de importadores e exportadores, geralmente estrangeiros.⁴⁸⁵

A capital Vitória era uma cidade isolada, visto não ter ligações de transporte terrestre com as regiões produtoras do norte e do sul do Estado. Tanto a produção da região sul, que a partir de Cachoeiro do Itapemirim era transportada pela estrada de ferro Leopoldina, quanto a produção da região norte eram escoados diretamente para o Rio de Janeiro. O desenvolvimento da Capital dependia unicamente de sua própria e reduzida produção, possuindo, por isso, características urbanas modestas.⁴⁸⁶

Vitória, que no Império tinha forte característica burocrática, passou por um processo de transformação pós-República, ganhando relevância a atividade comercial, em decorrência da expansão cafeeira.⁴⁸⁷ Ampliou-se à construção de casas comerciais e armazéns, foram feitas melhorias na área do porto, além de outras mudanças que realçaram a capital mais pelo tamanho da cidade do que propriamente pelo porte dos investimentos que se faziam.⁴⁸⁸ Contudo, o

⁴⁸⁴ Em 1894 a União se dividiu, sendo formada uma corrente sob liderança do Barão de Monjardim: o partido Autonomista. A União permaneceu sob a direção de Aristides Freire, com o seu jornal O Comércio do Espírito Santo, e de Bernardo Horta. Também o partido Construtor teve dissidências, perdendo republicanos radicais como Horácio Costa, Novais Mello (deputados federais), Antero de Almeida e Vlademiro da Silveira (deputados Estaduais). SALETTO, Nara. Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República. p. 07.

⁴⁸⁵ GUALBERTO, João. A Invenção do Coronel. SPDC/UFES, Vitória: 1995. pp. 120-121

⁴⁸⁶ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde: Vitória no princípio da República. pp. 122-123.

⁴⁸⁷ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde. Op. Cit. p. 130.

⁴⁸⁸ *Ibidem* Op. Cit. p.135.

desenvolvimento da produção cafeeira também significou a sobreposição de Vitória, até então principal cidade do Estado, por Cachoeiro do Itapemirim.⁴⁸⁹

Essas condições econômicas explicam a pouca concentração urbana de Vitória, que possuía somente 10% dos habitantes do Estado, enquanto os 90% restantes estavam, na sua imensa maioria, na zona rural, pois a imigração utilizada como recurso para povoar o Estado, se direcionava para o interior.⁴⁹⁰ Os primeiros governos republicanos do Espírito Santo tentaram, com projetos particulares, modificar à situação da capital que, “modernizada”, serviria de modelo de progresso a ser implantado em todo Estado.

As propostas projetadas pela primeira administração de José Melo Carvalho Muniz Freire, representam os projetos modernizadores tentados pelo Partido Construtor ao longo do período em que esteve no poder: 1882 até 1908. Esse período foi marcado por grandes expectativas de crescimento, favorecidas pela alta dos preços do café e pelo regime republicano, que possibilitou ao Estado reter o imposto de exportação e a posse das terras devolutas, além da permissão de conceber empréstimos externos e eleger seu governante, o que tornava, aparentemente, viável seu programa de governo.⁴⁹¹ Essas novas características possibilitaram o Estado executar uma política própria.⁴⁹²

Almejava o governador que o Estado deixasse de ser um “fardo da nação”, como dantes no Império. Esse objetivo era viável, visto que, o orçamento do Estado, devido a valorização do café, era cinco vezes maior do que quando ainda era uma província.⁴⁹³

⁴⁸⁹ **Ibidem.** .Op. Cit.. 124.

⁴⁹⁰ **Ibidem.** Op. Cit. p. 136.

⁴⁹¹ **SALETTTO**, Nara. O início da República no Espírito Santo; a reorganização política e institucionalização do novo regime (1889-1896). Op. Cit. As propostas de governo defendiam a transformação de Vitória em um centro comercial e financeiro importante, privilegiando a produção cafeeira. O programa incluía obras públicas de urbanização de Vitória, além da defesa da imigração europeia e uma política de lei de terras.

⁴⁹² **SALETTTO**, Nara. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo. (1888/1930). Edufes: Vitória, 1996. p.89.

⁴⁹³ **DERENZI**, Luiz Serafim. Biografia de uma ilha. 2. ed. Vitória: PMV, 1995. p. 145. Refere-se o autor às boas expectativas do primeiro governo de Muniz e descreve o fracasso do plano de urbanização idealizado. pp. 145-146. Também In: **CAMPOS JUNIOR**, O Novo Arrabalde. Op. Cit. p. 143. O Governo Muniz Freire iniciou um período de certa estabilidade política, no seio da classe que exercia o poder, após a Proclamação da República. No seu primeiro mandato foi favorecido pela situação econômica favorável por que passava o Espírito Santo. O orçamento público foi cinco vezes maior que o da antiga província.

O primeiro boom cafeeiro, por volta de 1893, correspondeu ao Período da primeira administração de Muniz (1892/96) ⁴⁹⁴ e, embora Vitória continuasse tendo uma urbanização modesta, tinham-se expectativas de desenvolvimento, já que o governador prometia intervir decisivamente para mudar aquela fisionomia registrada em 1892:

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado material e pela situação de sua empresa. ⁴⁹⁵

Ao priorizar a construção de uma ferrovia ligando Vitória a Cachoeiro do Itapemirim, Muniz Freire pretendia concentrar a comercialização da produção cafeeira na Capital, tornando Vitória um grande centro comercial, não apenas do Estado mas, se possível, de importantes regiões produtoras mineiras. ⁴⁹⁶ Para tanto, o projeto elaborado previa a criação do bairro: Novo Arrabalde. ⁴⁹⁷

Para adequar Vitória às grandes expectativas desse projeto, não bastaria fazer melhorias e dotá-la de infra-estrutura básica. Era imperativo que houvesse grandes áreas na cidade em condições adequadas de salubridade, visto que as que existiam necessitavam de aterros e anexações de áreas do mar. ⁴⁹⁸

A solução encontrada pelo governo foi o projeto de um bairro, Novo Arrabalde, elaborado por uma comissão presidida pelo sanitarista Saturnino de Brito que pretendia anexar uma área cinco a seis vezes maior do que área que compreendia até então a Capital. O objetivo de transformar a Capital em um

⁴⁹⁴ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira O Novo Arrabalde. Op. Cit p. 140.

⁴⁹⁵ *Ibidem.* p. 137.

⁴⁹⁶ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira O Novo Arrabalde. Op. Cit. p. 149.

⁴⁹⁷ *Ibidem.* p. 138.

⁴⁹⁸ *Ibidem.* p. 153.

grande centro comercial, baseava-se no desenvolvimento dos grandes centros mundiais:

O argumento mais imediato em favor da necessidade dos grandes centros é fornecido pela lição de todos os tempos e de todos os povos. Não há país no mundo de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas mais levada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas.⁴⁹⁹

Muniz, como outros primeiros governantes republicanos, almejava mudar a imagem da cidade e torná-la moderna, rompendo com o seu passado colonial.⁵⁰⁰ O crescimento desejado tencionava uma separação social do espaço, ainda inexistente na Vitória do fim do século XIX, morando próximos, ricos e pobres. A primeira tentativa saliente nesse sentido foi o contrato firmado entre o Estado e a Cia Torrens, que ficou responsável pela organização do serviço de água e esgoto e pelo aterro do Campinho, baixada localizado na parte sul da ilha de Vitória, para ampliar a área de crescimento da cidade.⁵⁰¹

A aspiração de Muniz pela modernidade, segundo Campos Júnior, se limitava à renovação do espaço urbano, ou seja, à parte mais visível, porém “*menos comprometedor dos compromissos tradicionais da hierarquia*”. A modernização atenderia a novos interesses, sem, contudo, romper com antigos aliados ligados à terra.⁵⁰²

⁴⁹⁹ **Ibidem**, pp. 148-149.

⁵⁰⁰ **CAMPOS JÚNIOR**, Carlos Teixeira. O Estudo da Construção como uma contribuição à História da Cidade. [http: /sitemason.vanderbilt.edu/files/jBjW9i/Campos%20Jnior%20Carlos%20](http://sitemason.vanderbilt.edu/files/jBjW9i/Campos%20Jnior%20Carlos%20) p. 01. em 31/08/2007 as 15:50

⁵⁰¹ **CAMPOS JÚNIOR**, Carlos Teixeira. O Estudo da Construção como uma contribuição à História da Cidade. Op. Cit. p. 04. Isso, pois segundo o autor os predicados da produção social do espaço não eram ainda diferenciadores relevantes da qualidade dos espaços.

⁵⁰² **Ibidem** p. 06

O desenvolvimento desses processos atendia aos compromissos firmados com os novos interesses do comércio, e adotava uma postura que poderíamos identificar como “modernização conservadora”. Embora priorizasse a Capital, eixo político do Estado, pretendia ser esse o direcionamento do progresso a ser desenvolvido, posteriormente, em todo Estado. Essa modernização não poderia abalar as bases econômico-sociais enraizadas na sociedade.

Entretanto, essas pretensões econômicas e políticas, encaminhadas pelo Partido Construtor, foram inibidas pela crise do café, que se iniciou em 1896 e estendeu-se por mais de dez anos. Com a política dos Governadores, o Estado definitivamente ficou sob tutela dos grandes centros: São Paulo e Minas Gerais.
503

O fracasso do projeto de modernização, idealizado por Muniz Freire,⁵⁰⁴ correspondeu a todo o período em que esteve à frente do governo o Partido Construtor. A crise econômica debandou todas as expectativas de transformar a Capital em uma cidade moderna. Foram infrutíferas as permanentes tentativas de modernização dos sucessores de Muniz, devido a falta de recursos decorrente da crise da produção cafeeira. Essa situação sofreu mudanças apenas na administração de Jerônimo Monteiro.

Findo seu primeiro mandato, Muniz Freire, conseguiu eleger seu sucessor Graciano Neves,⁵⁰⁵ que, enfrentando dificuldades econômicas, foi forçado a tomar medidas restritivas, cancelando todas as obras planejadas pela administração anterior, exceto a construção do sistema ferroviário, que vinha sendo patrocinado por empréstimos externos. Essa situação provocou críticas dentro do próprio partido, enfraquecendo-o politicamente, motivando sua renúncia em 16 de setembro de 1897.⁵⁰⁶ Como não havia passado dois anos do mandato do

⁵⁰³ SALETTO, Nara. O Início da república no Espírito Santo. Op. Cit.

⁵⁰⁴ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. O Estudo da Construção como uma contribuição à História da Cidade. Op. Cit. p. 05.

⁵⁰⁵ APE. Fundo Governadoria. Série correspondências. Data 1900/1903/ Ofícios recebidos pelo presidente do Estado do ES. 1900. Código G. Relatório sobre o governo de Muniz Freire tendo o dr. Graciano dos Santos Neves, eleito para presidir o Estado durante o quadriênio, que hoje se termina, renunciando o cargo [...] em setembro de 1897 [...] nova eleição em 30 de novembro do mesmo ano.

⁵⁰⁶ CAMPOS JUNIOR, C. T. O Novo Arrabalde. Op. Cit. p. 144. Para Maria Stella de Novaes Graciano Neves demitiu-se para “não criar embaraços” ao Partido Construtor que era chefiado pelo seu amigo Muniz Freire que se encontrava em comissão do Estado na Europa. O então governador Graciano Neves havia

governador, prazo mínimo exigido pela constituição do Estado, realizou-se nova eleição a 30 de novembro do mesmo ano, sendo eleito José Marcelino Pessoa de Vasconcelos que tomou posse do governo em janeiro de 1898, cumprindo os dois anos restantes do mandato.⁵⁰⁷

O novo governador eleito, procurando continuar a construção da estrada sul do Espírito Santo, tomou empréstimo do Banco da República no valor de 1.500:000\$000, autorizado pelo Congresso Estadual em 1899. Como garantia da operação, o Estado apresentou as agências fiscais de Mimoso, Santo Eduardo e Itapemirim. Em contrapartida, suspendeu as escolas primárias das povoações e suprimiu uma companhia do corpo de polícia; além de suspender o trabalho de duas empreitadas e reduzir o que estava sendo feito nas estradas.⁵⁰⁸

Os acontecimentos políticos do país repercutiram no Estado, fortalecendo rivalidades, visto o apoio de importantes aliados no nível nacional. Nas eleições para o Congresso Nacional, a principal força política era Francisco Glicério, líder da maioria do Partido Republicano Federal. Esse partido, fundado em 1893 por sua iniciativa junto a outros aliados, foi a primeira tentativa de criar um partido de âmbito nacional na República.⁵⁰⁹

Em 1896 o Presidente Prudente de Moraes enfrentou forte oposição de florianistas e jacobinos, além de romper no ano seguinte com Glicério. Com a licença do presidente, devido ao seu estado de saúde, assume seu vice Manoel Vitorino, que apóia a ala florianista, da qual fazia parte Glicério.

Após as dissidências, no Partido Construtor decorrentes da eleição presidencial de 1896,⁵¹⁰ novamente ocorreram divergências na eleição para o senado, pois o partido não seguiu as indicações de Muniz Freire, que se

deixado no governo o vice-presidente Constante Gomes Sodré ao viajar para o Rio de Janeiro, tendo renunciado ao voltar ao Estado. In: **NOVAES**, M. S. História do Espírito Santo. Op. Cit. p. 341.

⁵⁰⁷ **NOVAES**, M. S. História do Espírito Santo. pp. 341/342.

⁵⁰⁸ **Ibidem**. Op. Cit. p. 342.

⁵⁰⁹ Essa tentativa foi frustrada, pois de maneira geral os partidos estaduais se filiaram ao PRF, mantiveram suas denominações, suas direções e afirmaram sua autonomia. **SALETTTO**, Nara. Partidos Políticos. p. 08.

⁵¹⁰ Quando em 1896 ocorreu a eleição para escolher o sucessor de Muniz, este indicou a candidatura de Graciano Neves, discordando dessa indicação, o senador Domingos Vicente lançou-se candidato, com apoio da União, levando consigo alguns políticos. **SALETTTO**, Nara. Partidos Políticos. pp. 07-08.

encontrava na França. ⁵¹¹ Nesse momento, Luís Siqueira e Torquato Moreira fundaram uma seção regional do partido Republicano Federal, contando com apoio da ala florianista. A União foi dissolvida e o jornal O Comércio do Espírito Santo passou a apoiar Partido Republicano Federal. ⁵¹² Os partidos estaduais ficaram assim definidos: Republicano com a ala florianista e o Construtor com a ala prudentista. O jogo de forças políticas nacionais interferia diretamente na preponderância dos grupos regionais.

Quando Prudente reassumiu a presidência, os florianistas perderam força, principalmente após a derrota de Glicério para a presidência da Câmara. O atentado sofrido pelo presidente, que resultou na morte de seu ministro da guerra, reforçou seu apoio popular e justificou a perseguição à oposição jacobina. O inquérito sobre o atentado envolveu Glicério, Manoel Vitorino e muitos outros. No Espírito, Santo Torquato Moreira perdeu força e prestígio político. ⁵¹³

O Partido Republicano do Estado, enfraquecido, sobreviveu até 99, quando vários de seus membros se uniram ao partido da situação na defesa da candidatura de Muniz Freire para governador nas eleições de 1900. Os opositores reuniram-se na Concentração Republicana. Jerônimo Monteiro desligou-se do Partido Construtor em 1898 e no ano seguinte junto com Ramiro de Barros (chefe político de Afonso Cláudio) fundou o Partido da Lavoura que, com apoio do Partido da Concentração lançou Ramiro de Barros como governador. ⁵¹⁴

Vitorioso, Muniz Freire inicia em 1900 o seu segundo mandato, marcado por profunda crise econômica. ⁵¹⁵ Na mesma data, tomou posse no cargo de

⁵¹¹ **NOVAES**, Maria Stella. História do Espírito Santo. Op. Cit. p. 348. Muniz Freire viajou para França e regressou no dia 07 de abril de 1899. Estava numa comissão representando o Estado.

⁵¹² **SALETTTO**, Partidos Políticos. Op. Cit. O jornal O Comércio faz duras críticas à Cleto Nunes e a Henrique Coutinho, membros os PRC acusando-os de traírem Muniz p.09.

⁵¹³ O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 04 de dezembro de 1897. p 02 Rapidamente foi organizada pelo padre Bermudes, capelão do exército e o tenente da Armada nacional Manoel T. Machado Dutra, uma missa em homenagem ao ex-ministro da guerra, se posicionando sobre o atentado e se afirmando aliado ao governo de Prudentista.

⁵¹⁴ **SALETTTO**, Nara. Partidos Políticos. Simpósio ANPUH. 2005. p. 10.

⁵¹⁵ Mensagem apresentado ao congresso legislativo na abertura da terceira sessão da 3ª legislatura pelo presidente de Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire. (353.98152. E 77m/1900. APE). Nessa mensagem de 13 de setembro de 1900. Papelaria e Tipografia A. Moreira Dantas. Moniz Freire descreve seu desânimo com a situação de crise vivida pelo Estado, devido à seca que provocou o desfalque considerável nas safras dos anos de 1898 e 1899 e maior na de 1899 e 1900. Relata a grande dívida flutuante do governo e que por esse motivo fechou quase todas as escolas de povoações e suspendeu outros “sem prejuízo do

presidente municipal o Cel. Joaquim Corrêa Lírio.⁵¹⁶ Diferentemente do período de sua primeira administração, Muniz Freire foi compelido a pedir moratória aos credores estrangeiros.⁵¹⁷ Mesmo após esse quadriênio de “*amargura política e financeira*”,⁵¹⁸ o Partido Construtor permaneceu no poder, com a eleição do Coronel Henrique Coutinho, para o quadriênio 1904-1908. Já empossado, rompeu com a corrente munista.⁵¹⁹

Segundo Saletto, assim como outros partidos políticos das primeiras décadas da República, o Partido Construtor, mostra um distanciamento progressivo em relação aos princípios republicanos e liberais defendidos na propaganda republicana. O partido, que inicialmente permite a participação da oposição e se preocupa, ao menos no discurso, em combater as fraudes, aos poucos passa a utilizar como recurso, para manutenção do poder, práticas condenadas. Dessa forma, a defendida autonomia, advinda com a República, acabou por representar apenas uma licença para que as oligarquias estaduais “*exercessem sem freios a dominação sobre a população*”.⁵²⁰

A elevação do Estado a Bispado ocorreu no período em que as previsões em relação ao Espírito Santo ainda eram favoráveis. Estando em uma região privilegiada, próximo dos grandes centros, parecia que, através do café, deixaria de ser uma unidade “menor” dentro do cenário nacional. Essas expectativas foram malogradas pela seca e crise cafeeira vivenciada por todo país, sendo alarmante para o Espírito Santo, já que as “*grandes expectativas*” representaram grandes projetos e grandes gastos para o governo.⁵²¹

A crise econômica afetou diretamente o bispado de dom Nery, que observou a dificuldade “*dessas épocas de horríveis provações*” em que se

ensino”, deu um corte profundo na força pública, reduzindo-a ao estritamente indispensável para a manutenção da ordem, também reduziu e fez reduzir o pessoal do tesouro, da recebedoria e de outras estações fiscais. Defende a descentralização e a imigração.

⁵¹⁶ NOVAES, Maria Stella. História do Espírito Santo. p. 351.

⁵¹⁷ CAMPOS JUNIOR, C. T. O Novo Arrabalde. Op. Cit. 144.

⁵¹⁸ DERENZI, Luiz Serafim. Op. Cit. p. 147.

⁵¹⁹ CAMPOS JUNIOR, C. T. O Novo Arrabalde. p. 144.

⁵²⁰ SALETTO, Nara. Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República. Op. Cit. p. 12.

⁵²¹ Segundo Saletto, para fazer face às despesas do seu programa arrojado, o governo adquiriu vultoso empréstimo externo. SALETTO, Nara. Transição para o Trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo. Op. Cit. p. 99.

encontrava o Estado,⁵²² obrigando-o a “esmolar” na Capital Federal e no Estado de São Paulo, onde conseguiu apoio e diversas “consolações”. Afirmava que os resultados poderiam ter sido melhores, mas não naquele período, quando todos os Estados da República lutavam com uma “*crise medonha*”.⁵²³ Apesar dos inúmeros esforços para aumentar os recursos do bispado, os projetos do bispo foram tolhidos, não por falta de apoio dos representantes do poder, mas pela conjuntura de crise vivenciada pelo Estado.

3.2. Discurso Nacionalista

O célebre republicano Pe. Júlio Maria em discurso afirmou: O célebre

*[...] Dando, como dou, na História do Brasil, o primeiro lugar ao catolicismo; afirmando, como afirmo, que o catolicismo formou a nossa nacionalidade; pretendendo, como pretendo, que um ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política; entendendo, como entendo, que num país que surgiu, cresceu e se desenvolveu à sombra da Cruz, uma democracia antireligiosa não pode deixar de ser uma democracia artificial; enfim, julgando, como julgo, que não se pode escrever a História do Brasil sem dar a supremacia ao fato religioso, eu não nego por isso a importância de seus fatos políticos, militares, jurídicos, científicos, industriais. Estabeleço, apenas, uma hierarquia entre os fatos.*⁵²⁴

⁵²² NERY, J. B. C. Carta Circular comunicando ao clero e fiéis o resultado de sua última excursão. Vitória Papelaria e Tipografia A. Moreira Dantas. 1899.p 05.

⁵²³ **Idem** .p. 06.

⁵²⁴ **MARIA**, Júlio. A Igreja e a República. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Biblioteca do pensamento político Republicano. Vol. 9. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. p. 12.

Concordando com o padre Júlio Maria, ao longo do seu bispado no Espírito Santo, dom Nery criou bases sólidas de compromissos com seus representantes políticos, sendo elas construídas em todos os níveis, inclusive a partir da associação entre as comemorações religiosas e as datas nacionais.

O bispo, desde sua posse, procurou valorizar as datas importantes para o Estado. Chegou a Vitória no dia 18 de maio de 1897, mas assumiu a direção da diocese apenas no dia 23, data da festa máxima do Estado,⁵²⁵ por ser o dia do desembarque do primeiro donatário: Vasco Fernandes Coutinho.⁵²⁶ Continuou a comemoração no dia 24, data consagrada a N.Sra. Auxiliadora.

A valorização dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino nacional pode ser constatada pelo seu uso em diversas datas comemorativas religiosas, como no quarto aniversário de sagração episcopal de dom Nery, quando ficou hasteado no palácio episcopal o “*pavilhão da república*”⁵²⁷ e em diferentes cidades quando das Visitas Pastorais.⁵²⁸

A construção de símbolos nacionais, para assegurar a base simbólica da República,⁵²⁹ criada pelos novos representantes da nação, foi secundada pela Santa Sé como parte de sua política de conciliação com o novo governo. Assim, se entende a Benção Apostólica concedida pelo representante do Papa no Brasil no dia 07 em homenagem a independência do país. Também foi determinado que nesse dia os sinos da catedral, igrejas e paróquias do bispado repicassem para anunciar a grande graça recebida do Papa Leão XIII.⁵³⁰

⁵²⁵ NOVAES, Maria Stella de. O Relicário de um povo: O Santuário de Nossa Senhora da Penha. 2.ed. Vitória, 1958. p. 105. Também In: O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 04/05/1897. Afirmando que o bispo chegaria dia 18 de maio e tomaria posse do bispado dia 23 à tarde, sendo no dia 24 a festa de Maria Auxiliadora.

⁵²⁶ Quando bispo de Campinas, sacralizava festas profanas, como a comemoração da festa à Santa Cruz, juntamente com o juramento à bandeira nacional pelos militares. BENCOSTTA, Op. Cit. p 250. Festas cívicas foram celebradas, segundo Bencostta, com o mesmo ânimo de datas religiosas. p 254.

⁵²⁷ “D.João Nery”. *O Comércio do Espírito Santo*. 20 de agosto de 1900.

⁵²⁸ “Cariacica: Visita Pastoral”. *O Comércio do Espírito Santo*. 10 de dezembro de 1897. “[...] Ficou hospedado na casa do Tenente Francisco Antônio Cravo. A entrada da casa foi coberto de flores que meninas jogavam e tocando a banda local o Hino Nacional [...]”.

⁵²⁹ CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

⁵³⁰ Edital comunicando a bênção apostólica. 27/08/1898. In: Livro Portaria e Ordens Episcopais 1897/1913. p.27. Junto foi concedida pela primeira vez ao povo brasileiro uma indulgência plenária

O bispo, seguindo a linha mestra de Leão XIII sobre a conciliação entre os poderes, organizou na catedral um Te Deum em ação de graças pelo aniversário da independência do Brasil convidando várias autoridades.⁵³¹ Posteriormente, em sua administração em Campinas continuou a incentivar a comemoração dessa data.⁵³²

Nossa Senhora da Vitória, padroeira da capital do Estado era festejada no dia 08 de setembro, entretanto, para valorizar o dia 07 de setembro, o bispo iniciou as comemorações nesse dia, tornando ao mesmo tempo sacra a festa da independência e histórica a data religiosa.

A associação entre o sete e o oito de setembro foi corroborada por discursos de leigos que afirmavam ser a festa *“a um tempo religiosa e patriótica”*⁵³³ e ter sido *“Feliz esta sagração do 7 de setembro de 1822”*, pois a data representava o início da vida social brasileira. Igualmente lembravam a importância do 8 de setembro de 1551, data que justificou chamar-se a capital do Estado de Vitória e ter sido tomada como protetora N.Sra. da Vitória: *“Santa que se venera com pompa e esplendor”*.⁵³⁴

A festividade que valorizava uma data civil contou com a participação das autoridades⁵³⁵ convidadas pelos funcionários da devoção.⁵³⁶ No dia sete de

⁵³¹ Ofícios recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. Código P. Cx. 108. Série 02. M 407. 1899. 05 de Setembro de 1899. Convite feito ao chefe de polícia Sergio [...] Barros Loreto

⁵³² **BENCOSTTA**. Op. Cit. p. 242. O bispo inaugurou em 1916 a tradição de desfile militares de colegiais, com o *“grande desfile de 7 de setembro”* e obteve com os soldados Salesianos a formação da chamada brigada branca, composta por colegiais de SP, Campinas e Niterói. Foi ele um dos primeiros membros do episcopado a defender uma maior aproximação com a República, ao incentivar o serviço militar em documentos diocesano dirigidos ao seu clero e a todos os fiéis católicos de sua diocese.

⁵³³ O Comércio do Espírito Santo. Vitória 22 de agosto de 1897. Festa de N.S.da Vitória nos dias 07 e 08 de setembro. p. 02

⁵³⁴ **PEREIRA**, Amâncio. “Folhetim: Homens e Cousas”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 09 de setembro de 1900.

⁵³⁵ “Congresso Legislativo”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 08 de setembro de 1899. Foram escolhidos para a comissão responsável por representar a Assembléia na festa: José Monjardim, Simão Machado e Joaquim Lírio. In: Estado do Espírito Santo. Vitória, 10 de setembro de 1899. p 02. Há o registro de que nas festividades de N.Sra. da Vitória, a procissão realizada foi acompanhada por diversas irmandades, uma comissão do congresso, pelo governo municipal, comandante, e oficiais do corpo de polícia, e diversas autoridades. Na porta da catedral tocou a banda de música do corpo de política. Essas notícias são confirmadas pelos documentos do arquivo da Assembléia Legislativa. 4ª sessão preparatória de 07 de setembro de 1899. Ofício do secretário da devoção de N.Sra. da Vitória convidando a Assembléia para a festividade. A comissão escolhida foi: José Monjardim, Simões Martins e Joaquim Lírio. Na 6ª sessão preparatória 09 de setembro de 1899. O sr. José Monjardim dizendo que a comissão encarregada de representar o congresso na Festividade de N.Sra. Vitória cumpriu o seu dever. In: Atas de reuniões

setembro, permaneceram fechadas e embandeiradas as repartições públicas e os consulados,⁵³⁷ enquanto no dia da festividade da padroeira, não houve expediente municipal, o que mostra a adesão do governo ao calendário litúrgico católico.⁵³⁸

O prelado era considerado pela sociedade espírito-santense, devido sua atitude, como um *“brasileiro distinto que ama a sua pátria e que sabe que na instrução esta a sua felicidade”*,⁵³⁹ mostrando-se preocupado com questões importantes para o Estado.⁵⁴⁰

Dentre as datas nacionais⁵⁴¹ comemoradas na primeira República esteve o 4º centenário do Descobrimento do Brasil, de 1900.⁵⁴² O grande orador sacro, o padre redentorista Júlio Maria, participou dessas comemorações, tendo escrito uma obra de cunho histórico denominado “memórias”, em que defendia a

legislativas de 1899. Pasta 29/30. Assembléia Legislativa. Na 4ª sessão preparatória de 05 de setembro de 1898. Foi lido o ofício de convite da devoção de N.Sra. da Vitória dirigido ao Congresso, convidando-o a assistir a festividade da Padroeira e acompanhar a procissão que deverá sair da mesma catedral, no dia 8 às 4 horas da tarde. In: Pasta 29/30. Assembléia Legislativa.

⁵³⁶ O Estado do Espírito Santo. Vitória, 12 de setembro de 1899. Não é desnecessário lembrar que dentre os juizes tínhamos Muniz Freire e o capitão José Carlos de Lório. No ano de 1900 dentre os juizes tínhamos o senador Clero Nunes, o deputado José Monjardim, Olympio Corrêa Lório, Afonso Cláudio, Coronel Joaquim Corrêa de Lório, Major Candido Brizindor, dentre outros. In: O Estado do Espírito Santo. Vitória, 12 de setembro de 1900. p 02. Já citado na parte do controle das festas.

⁵³⁷ “Interesse Local. Sete de Setembro”. *O Estado do Espírito Santo*. 08 de setembro de 1899. Solenizado a data com um Te Deum na catedral, compareceu o secretário geral representando o presidente de Estado, deputados, corpo consular, autoridades civis e militares, altos funcionários e representantes de todas as classes. Durante o dia estiveram fechados e embandeiradas as repartições públicas e consulados.

⁵³⁸ O Estado do Espírito Santo. 08 de setembro de 1899:

⁵³⁹ “As festas do S.Sacramento”. *O Comércio do Espírito Santo*. 18 de junho de 1897. p. 02.

⁵⁴⁰ Também havia o objetivo de se afirmar brasileiro e preocupado com as questões do Estado, para combater o que ele considerava “bairrismo” de alguns espírito-santenses. Isso, pois, em algumas recepções foi recebido com grande indiferentismo: “*O povo, presa de sintomática apatia, nem dera pela presença do seu bispo! E d. João magoava-se com esse indiferentismo, atribuindo o a exagerado bairrismo. Mas eu julgo que o saudoso bispo, apesar de experimentado psicólogo, enganava-se nesse ponto, a nosso respeito*”. In: NEVES, Arnulfo. Visita Pastoral ao norte do Espírito Santo, em 1899. Vida Capichaba. Vitória 03 de setembro de 1929. n. 195. Ano VII. 15ª parte (conclusão).

⁵⁴¹ “13 de maio”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 09 de maio de 1899. Uma sociedade comemorativa de datas nacionais, composta por várias autoridades eclesiásticas a nível nacional, organizou os festejos da data da abolição da escravidão no Brasil: Alvarenga Fonseca: 1º secretário, Monsenhor Alberto Gonçalves senador pelo estado do Paraná oficiaria uma missa em homenagem aos que morreram no cativeiro; Monsenhor Luís Raimundo da Silva Brito, também organizaria um Te Deum; Monsenhor Amorim governador do arcebispado do Rio de Janeiro também celebraria uma missa; Monsenhor Breves dirá uma missa em homenagem a Eusébio de Queiroz; outros representantes do clero fluminense organizaram missas em homenagens a personalidades importantes do processo abolicionista.

⁵⁴² Essa comemoração ocorreu em todo Brasil. O Estado do Espírito Santo. Vitória, 27 de abril de 1900. p 02. Comenta sobre essa comemoração em Belém. E no O Estado do Espírito Santo. Vitória, 25 de abril de 1900. Diz ter sido o Instituto Histórico da Bahia que nomeou a comissão para organizar o programa do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, com missas e Te Deus.

importância da religião para a formação do Brasil.⁵⁴³ Para o padre redentorista a primeira missa teria sido o “*ato inicial de nossa nacionalidade*”⁵⁴⁴ e a unidade política não sairia senão da unidade religiosa. O símbolo da civilização moderna era a Cruz de Cristo:

*Foi à sombra da cruz que se formaram os nossos costumes, se promulgou o nosso direito, se legislaram os nossos códigos, se formou a nossa nacionalidade... Debalde, porque o povo o repele; e o juízo imparcial da História lavra-lhe a sentença, dizendo: no Brasil os usos, os costumes, as tradições, o sentimento nacional, as famílias, os lares, os templos, as próprias pedras, em cujo cimo se elevam os cruzeiros, tudo diz, tudo exclama, tudo brada: o Brasil pertence a Jesus Cristo.*⁵⁴⁵

Os “*alicerces nacionais*”, segundo Júlio Maria foram firmados pelos discípulos de Cristo, que :

[...] abençoaram e santificaram as terras descobertas, catequizaram os selvagens, fundaram as cidades, formaram as populações, iniciaram os costumes cristãos, e, do Norte ao Sul, em todos os pontos da região brasileira levantaram triunfantes a cruz civilizadora.

E a “*gestação nacional*” seria resultado dos ideais e sentimentos cristãos divulgados pelos religiosos.⁵⁴⁶

A tentativa conhecida de relacionar a religião católica com a formação do Brasil foi avigorada pela Igreja nos primórdios da República, tendo como principal representante desse discurso o Padre Júlio Maria que asseverava: “[...] o início e o

⁵⁴³ **MARIA**, Júlio. Op. Cit. O livro foi escrito em 1900 para ser incluído como o Capítulo II do livro do Centenário, a pedido da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil e teve por título Memória sobre a Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil. Infelizmente não conseguimos indicação sobre o livro do Centenário.

⁵⁴⁴ **Ibidem.** p. 22.

⁵⁴⁵ **Ibidem.** p. 29. O padre protesta contra a substituição da religião pelo positivismo

⁵⁴⁶ **Ibidem.** p. 65.

desenvolvimento de nossa nacionalidade, a formação da pátria, as lutas coloniais, a educação do povo, os usos e costumes - tudo isso está identificado com as crenças religiosas de nossos antepassados".⁵⁴⁷ O próprio Episcopado, como argumento para pressionar a câmara a elaborar uma constituição que não prejudicasse os interesses dos católicos, utilizou o argumento do catolicismo como formador da nação brasileira.⁵⁴⁸

Júlio Maria, através de seus escritos, tentava referendar o discurso da religião católica como base do nacionalismo e fonte de unidade, e que ir contra a religião da maioria da população seria uma afronta à própria nação. O catolicismo teria inserido o Brasil na modernidade e colaborado no processo de civilização da sociedade, sendo a "*cruz civilizadora*" símbolo da presença do catolicismo na formação do país, representando "*a civilização moderna*".

A publicação do jornal *A Poliantéia*, organizada pelo professor Amâncio Pereira em associação com Moreira Dantas, publicado no dia 03 de maio de 1900 no Espírito Santo, comemorou o 4º Centenário do Descobrimento,⁵⁴⁹ estampando em sua primeira capa a cruz vermelha e na segunda e terceira as armas portuguesas e brasileiras.⁵⁵⁰ O destaque da cruz sobrepondo as demais armas, simbolizava, acreditamos, a preponderância católica na formação do Brasil. O catolicismo foi apresentado como balsamo para a fé que arrefecia, e lenitivo para a esperança que definhava, tendo a primeira missa, derramado em todos os corações, a fé, a esperança e a coragem necessárias a novas conquistas.⁵⁵¹ A pátria e a cruz foram justificadas como duas idéias que se consorciavam e abraçavam. A cruz teria sido o marco de posse plantado por Cabral, ela que havia dado o primeiro nome a Pátria e teria sido em seu nome que vários gentios foram conquistados para a civilização, sendo a única força que os sustentaria em "*tantas*

⁵⁴⁷ **MARIA**, Júlio. *A Igreja e a República*. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Biblioteca do pensamento político Republicano. Vol. 9. Câmara dos Deputados. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. p. 12.

⁵⁴⁸ **RIGOLO**, Pedro. p. 34. E em vista do projeto inicial a Igreja conseguiu resultados apreciáveis.

⁵⁴⁹ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 28 de março de 1900. Seria válida uma pesquisa mais detalhada sobre as obras desse professor.

⁵⁵⁰ *Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 19 de maio de 1900.

⁵⁵¹ A F. "Centenário". *Jornal A Poliantéia*.

calamidades".⁵⁵² O autor do artigo associa pátria e religião, ambas simbolizadas pela cruz, reforçando a impossibilidade de apagar da história a religião católica e defendendo sua importância no passado e no futuro da civilização do país.

A festa nacional considerada mais gloriosa pelo seminarista Sebastião Sampaio, foi a data do descobrimento do Brasil e asseverava que seria uma omissão aos sagrados deveres da justiça se esquecesse do vulto que "*plantou pela vez primeira em minha Terra tão querida, o Estandarte Majestoso e sublime da Cruz _ emblema de Caridade e do Amor! Salve, pois a Brasileira Pátria! Salve a memória imperecível de Cabral!*"⁵⁵³.

Os artigos relacionavam o descobrimento do país, a data da Ressurreição de Cristo, o domingo de páscoa e o símbolo da religião católica: a Cruz.⁵⁵⁴ Assinalavam ser o dia do descobrimento "*sublime*", pois lembrava a Ressurreição "*gloriosa do grande mestre da verdade*". Descreviam a primeira missa quando se abençoou "*montes e vales, rios e campinas*", e onde foi fincada a cruz "*símbolo da Redenção*" naquela que se chamaria terra de Vera Cruz. Afirmavam que os índios ficaram admirados e que apreciaram aquela cena "*imponente*", sendo a cruz o emblema da "*religião do amor, da caridade, da paz, da concórdia e da fraternidade*", fincada no solo como "*um atestado sublimíssimo do catolicismo*" e também "*prova inconcussa da civilização européia*". Assim, a pátria descoberta já havia sido "*bafejada pelo sopro suavíssimo da civilização*", tendo crescido impulsionada pelo progresso.

Havia nos artigos, além de uma visível associação entre o catolicismo, simbolizado pela cruz, e a descoberta do país, a afirmação da religião como indício da civilização européia responsável pelo progresso do país.

O único artigo divergente foi o de Cândido Brizindor, que não relacionava o fato histórico ao catolicismo, além de questionar a razão da "*sapiência clerical nos*

⁵⁵² Pe. M. "O Brasil e a cruz". *Jornal A Poliantéia*. Vitória, 03 de maio de 1900. Não conseguimos identificar se o autor era o padre Monteiro, Jerônimo Marty ou Joaquim Mamede, três grandes seguidores das diretrizes do bispo.

⁵⁵³ SAMPAIO, Sebastião. "A Memória de Cabral". *Jornal A Poliantéia*. Era seminarista.

⁵⁵⁴ RUFINO, Francisco. "A Frota de Cabral". *A Poliantéia*. Vitória, 03 de maio de 1900.

obrigar a festejar a 3 de maio” o 22 de abril de 1500.⁵⁵⁵ Discordava Brizindor da tentativa do bispo em relacionar uma data nacional com a data religiosa de 03 de maio, consagrada pelos católicos à comemoração da Santa Cruz.

Entretanto, os demais participantes que escreveram em homenagem ao 4º centenário do Descobrimento do Brasil, comemoram-no no dia 03 de maio e afirmavam a importância do catolicismo no descobrimento do Brasil, Amâncio Pereira conclamava:

Cumpramos esse dever cívico, ungido do mais acrisolado patriotismo, e na mais doce harmonia de vozes que sabem render culto de admiração, elevemos o Glória a que tem ele direito incontestável nessa santa apoteose celebrada pela comunhão dos brasileiros, em homenagem a tão festivo quão auspicioso 3 de maio, que sintetiza a data do feliz encontro das Terras de Santa Cruz. Seja todo esse devotamento de patriotismo com que procuramos celebrar essa data inolvidável nos fastos nacionais a Hóstia imaculada do civismo, com que o Presente, no meio dos brados frementes do entusiasmo, glorifica o nome daquele marinheiro audaz [..].⁵⁵⁶

Enquanto a elite republicana procurou criar símbolos nacionais para forjar sentimentos de pertencimento, a Igreja buscou relacionar sua importância como alicerce da sociedade brasileira entrecruzando as datas cívicas com as datas religiosas, mostrando-se um aliado necessário.

D.Nery, em artigo sobre o 4º centenário, afirmava ser sempre nobre, edificante e patriótica a comemoração das datas nacionais, todas essas festas tinham “*nota simpática, majestosa e bela*” e teria seguido um impulso natural do coração, unindo sua voz humilde àqueles que brilhantemente comemoravam aquela data. Relatava que quatrocentos anos antes um outro bispo disse palavras que acenderam os ânimos para a expedição que determinou o descobrimento da

⁵⁵⁵ BRIZINDOR, Cândido. *Jornal A Poliantéia*. O bispo teve dentre seus colaboradores diversos maçons, entretanto Brizindor foi um dos que em alguns momentos divergirá das posturas do bispo.

⁵⁵⁶ PEREIRA, Amâncio. “O 4º Centenário”. *Jornal A Poliantéia*. Vitória, 03 de maio de 1900.

pátria, e que naquele momento ele, outro bispo, “*sem ter o valor de D.Ortiz*”, aplaudia com o mesmo entusiasmo a idéia patriótica que assistiu a organização da Poliantéia comemorativa, “*heste coro seletto e harmônico, brade com todas as forças de uma alma brasileira! Salve o Brasil!*”.⁵⁵⁷ Afirmando-se um brasileiro, defendendo a comemoração das datas nacionais, dom Nery assumiu um discurso patriótico comum à elite republicana.

Além do jornal A Poliantéia, ocorreu em 1900 uma missa campal em comemoração ao 4º centenário, participando da organização representantes das famílias Monjardim e Netto.⁵⁵⁸ A organização dos festejos demonstra como diversos representantes políticos estiveram em contato para a organização das festas sacras “*promovidas e levadas a efeito com o concurso do bispo*”.⁵⁵⁹

A comemoração do 4º centenário ocorreu no dia 03 de maio, constando no programa⁵⁶⁰ o repicar dos sinos das igrejas, salva de bateria de 21 tiros em frente à catedral e três bandas de música que percorreram a cidade.⁵⁶¹ Houve missa celebrada pelo próprio bispo e à noite solene Te Deum com um discurso alusivo. Esperava-se o comparecimento de todas as autoridades⁵⁶² estaduais e federais,

⁵⁵⁷ NERY, Mons. “Salve o Brasil”. Homenagem ao 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. Jornal A Poliantéia. Vitória, 03 de Maio de 1900. Infelizmente não conseguimos outros discursos de dom Nery sobre o patriotismo, não obstante tenhamos indicações destes. Embora afirme ter assistido a organização da Poliantéia, acreditamos que ele foi um dos seus idealizadores, visto já ter experiência desde o seminário quando escrevia artigos patrióticos.

⁵⁵⁸ O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 25 de abril de 1900. Convite das exmas. Sras. D. Adélia Monjardim e Josepha Netto para missa campal na praça Paula Castro e o Te Deum as sete horas da noite na catedral em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. Elas bem como outras representantes da elite feminina capixaba foram fiéis colaboradoras do bispo.

⁵⁵⁹ “4º Centenário”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 03 de maio de 1900. diz que além das festas Sacras, outras manifestações tiveram lugar em homenagem a esta data “*o Brasil parece na marcha da história à vanguarda da civilização*”. A missa campal não ocorreu devido o tempo ruim.

⁵⁶⁰ “4º Centenário”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 02 de maio de 1900. Programa para os festejos do 4º centenário do Descobrimento do Brasil que ocorreria dia 03 de maio. Descreve a programação.

⁵⁶¹ “Mês de Maria”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 02 de maio de 1900. Avisando que a solenidade seria no dia seguinte na missa das oito horas e à noite apenas o Te Deum. Na mesma data da comemoração do Quarto Centenário.

⁵⁶² Convite para a missa campal celebrada no dia 03 de maio, às 10h da manhã na Praça Paulo Castros e ao Te Deum às 7h na mesma noite na catedral em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. Carta ao chefe de Polícia Dr. Uriel Gomes de Sá. In: Fundo Polícia. Caixa 111. Série 2. M 419. Ofícios Recebidos pelos chefes de Política de diversas autoridades. 1900. APE (Arquivo Público Estadual).

corporações, irmandades, escolas públicas, as quais os organizadores enviaram convite.⁵⁶³

O discurso patriótico foi assumido por amplos setores da Igreja, sendo dom Nery, um pioneiro em colocá-lo em prática. Júlio Maria foi um grande divulgador da defesa da religião como base para formação do “povo” brasileiro e dom Nery, através de seu episcopado, procurou colocar em prática essa associação.

Discursos nacionalistas estiveram presentes em diversas etapas da História do Brasil, todos possuindo um projeto do que seria o núcleo do nacional. A Igreja também assume esse pensamento, definindo-se nesse período como cerne da nacionalidade brasileira, mas futuramente adotando posturas de um nacionalismo militarista⁵⁶⁴.

O período republicano, segundo Wernet, representou o auge da romanização da Igreja, já que, cortados os laços que a submetiam ao Estado, pôde colocar em prática todo seu projeto, no qual não havia oposição entre os poderes. Outro fator que colaborou para o acerto dessa convivência foi a aparente modernidade preconizada pelo ultramontanismo.⁵⁶⁵

As práticas e rituais da Europa, que segundo Marchi foram importantes para “domesticar” o catolicismo popular,⁵⁶⁶ igualmente serviam para dar-lhe uma roupagem moderna e civilizadora. Não havia contradição entre romanização como “europeização” e a defesa de dom Nery da religião como cerne da formação do Brasil. O nacionalismo propagado era o mesmo defendido pelas elites que, na defesa do progresso e na visão de atraso histórico do Brasil, procuravam imitar os países mais “avançados”. Todavia, para que essa visão de progresso não

⁵⁶³ “4º Centenário”. *Comércio do Espírito Santo*. 03 de maio de 1900. O coro da missa pontifical em homenagem ao 4º centenário ficou a cargo das cantoras do Apostolado Sagrado Coração de Jesus e o Te Deum da Associação de N.Sra. Auxiliadora.

⁵⁶⁴ Concordo com Nogueira sobre ser dom Nery precursor, em seu episcopado em Campinas, da estima das instituições militares pelo povo. **NOGUEIRA**, Op. Cit. p. 49. Porém, o próprio, Nogueira se corrige ao afirmar que diria melhor ao invés de apoio as instituições militares, “certas atitudes patrióticas” por ocasião da Primeira Guerra Mundial. p. 51. Parece-nos que o autor não deveria ter retificado sua afirmação, visto que, o nacionalismo defendido pelo bispo em Campinas ganhou características militaristas, tendo o mesmo incentivado as instituições militares e justificado o uso da força no período de guerra. Quanto à tese de Bencostta apoiada em uma ampla pesquisa em fontes primárias, apenas daríamos mais ênfase no caráter militarista do nacionalismo de dom Nery em Campinas.

⁵⁶⁵ **WERNET**, Augustin. O auge da romanização: o Concílio Plenário Latino-Americano. In: Anais da X Reunião da SBPH, 1991. n. 6, p.51.

⁵⁶⁶ **MARCHI**, Op. Cit. p. 24

diminuísse a importância do catolicismo no país, a Igreja afirmou-se cerne da nacionalidade brasileira.

O fortalecimento e centralização da Igreja como instituição sólida e autônoma no país ocorreu em paralelo com o processo de organização do Estado brasileiro. A similitude de idéias, entre o bispo e as autoridades republicanas, é percebida em sua prática e textos, havendo em comum a defesa da ordem, das hierarquias pré-estabelecidas e o autoritarismo, mascarados em um discurso de unidade que servia para sobrepor às diferenças sociais e econômicas: o patriotismo.

Sobre o bispado de dom Nery em Campinas, Bencostta consistentemente evidenciou sua tendência nacionalista. Para esse historiador, apesar das esferas definidas de poder, seus interesses intercruzavam-se conforme as conveniências do Estado e da Igreja, como na questão do patriotismo. Em Campinas, o bispo ajudou no enaltecimento dos símbolos do Estado, promovendo demonstrações cívicas e incentivando a instrução militar nos colégios católicos, através da Liga de Defesa Nacional.⁵⁶⁷

Para Bencostta, a defesa da religião católica como “*espinha dorsal da nacionalidade brasileira*”,⁵⁶⁸ foi uma “*manobra*” da igreja para reconquistar “*espaços perdidos*” na República. Esse discurso, acreditamos, foi desenvolvido ao longo da República por diversas autoridades eclesiásticas como Júlio Maria e dom Nery desde sua primeira administração.

O nacionalismo de dom Nery em Campinas se direcionava na promoção da organização militar, frente à situação da primeira Guerra Mundial.⁵⁶⁹ No Espírito Santo era apenas uma forma de cristalizar na sociedade a noção de que havia uma ligação indelével entre Brasil e Catolicismo. No período entre guerras esse nacionalismo ganhou relevo e criou consenso na sociedade brasileira sobre o uso

⁵⁶⁷ **BENCOSTTA**, pp. 237- 238. A Liga de Defesa Nacional tinha como objetivo incentivar a instrução militar nos colégios católicos.

⁵⁶⁸ **Idem**, Op. Cit. p 259.

⁵⁶⁹ **NOGUEIRA**, Op. Cit. p 51.

da força; anteriormente a elite já procurava criar um sentimento nacional para combater movimentos de oposição interna.⁵⁷⁰

O ambiente cultural do século XX estava impregnado de discursos nacionalistas, e o que foi apropriado e influenciado pela Igreja foi a incompatibilidade do nacionalismo com a crença em outras religiões, visto ser a Igreja Católica uma das fundadoras do país. Esse discurso foi um elo de aproximação entre Igreja e Estado, bem como uma forte argumentação no combate a outras religiões e a ideologias que tentavam laicizar e diminuir o poder da Igreja em plano secular.

A atitude patriótica - que permeou todo o episcopado de dom Nery nas três freguesias por ele administradas - lhe rendeu a fama de *‘patriota irredutível, coração de soldado e como um ardoroso e iluminado patriota’*.⁵⁷¹ *“Era um brasileiro e republicano convicto, patriota e intransigente nos seus ideais políticos”*.⁵⁷² João Azevedo chegou a afirmar que nos cinco anos de sua vida se pôs à frente de uma *“campanha cívica e patriótica de tal magnitude e intensidade, que aos próprios governos estadual e federal emocionou”*.⁵⁷³

O nacionalismo de dom Nery defendia uma modernização do país tendo como modelo as nações europeias, mas preservando a essência: o catolicismo. Essa defesa acabava por servir de respaldo para ações do governo,⁵⁷⁴ cujo projeto autoritário de construção do estado republicano excluía os despossuídos que viviam sob a ordem tradicional.⁵⁷⁵

⁵⁷⁰ **BHABHA**, Homi O Local da Cultura. Tradução: Myriam, Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG., 1998. coexistem discursos de oposição no dito uno discurso nacional. Dessa forma para mais do que uma alteridade em relação á outras nações, na própria nação coexistem nas.

⁵⁷¹ **OTÁVIO**, Benedito. Saudosa homenagem. Op. Cit. João Lúcio. p 134.

⁵⁷² **Ibdem**. p. 153.

⁵⁷³ **Ibdem**. p. 179/183. João Azevedo. *“Ora no alistamento militar, ora na cultura dos campos, ora na conduta que todos deviam manter em face da guerra, ora nas medidas de economia, ora nas preces publicas e particulares pela terminação do conflito; já nas dissidências políticas; já no flagelo da gripe; hoje, na moralização do ensino e dos costumes, amanhã e sempre na campanha vibrante e valorosa pela defesa da família, da sociedade, da pátria, desta pátria que ele tanto estremeceu”*.

⁵⁷⁴ **HARDMAN**, F. Para o autor o discurso oficial do modernismo esconde a extrema violência e exclusão do Estado Republicano ao definir a identidade nacional, marginalizando diversos grupos da cidadania.

⁵⁷⁵ **HARDMAN**, Francisco Foot. *Antigos Modernistas*. In: Tempo e História. Secretaria municipal de Cultura. Cia das Letras. 2ª reimpressão.

Civilizar e modernizar, mas sem grandes abalos estruturais, continuou sendo proposta comum entre a elite, sendo necessário, contudo, um discurso que suplantasse divergências e mascarasse os atos de violência e repressão.

O argumento do catolicismo, como fundamento do nacionalismo brasileiro, não deve ser analisado como oposição ao projeto romanizador e sim como um discurso inserido na visão diplomática de Leão XIII de apagar confrontos com as elites no poder; processo de harmonização ou conciliação dos poderes. Da mesma forma que as elites do governo não viam contradição entre o nacionalismo e a defesa da imigração, dom Nery assumiu um discurso nacionalista em que raiz do nacional seria sua “*veia*” européia, retirando o que traria de prejuízo ao País,⁵⁷⁶ semelhantemente à idéia de Alceu Amoroso Lima, que defendia a “*boa importação*”.⁵⁷⁷

Essa interpretação norteia a atividade do bispo nas regiões de imigração. D.Nery, juntamente com dom Duarte Leopoldo e Silva,⁵⁷⁸ foi um grande defensor da língua nacional nessas regiões. Com uma atitude similar a de dom Nery,⁵⁷⁹ dom Duarte defendia a conveniência e necessidade do estudo da língua portuguesa pelos imigrantes. Segundo esse bispo, sendo o Brasil de tradição católica, o clero deveria esforçar-se por integrar o imigrante, o mais rapidamente possível, na língua e cultura do povo brasileiro. Esse discurso era comum aos governos do período, que adotavam um tom patriótico na defesa da construção da nação brasileira. Para o ideal republicano, a imposição à população de uma língua

⁵⁷⁶ Para Babha: mais do que procurar as essências do povo deve-se procurar os esquecimentos necessários para a formação dessa nação, pois a idéia de coesão e coletividade do discurso nacional que procura a essência do povo, mascara “os esquecimentos necessários” para a conformação dessa identidade. **BABHA**, Op. Cit.

⁵⁷⁷ **GUIMARÃES**, Helio Seixas. Os Leitores de Machado de Assis, o romance Machadiano e o público de literatura no século XIX. Edusp. SP. Mas a boa importação seria uma cultura que privilegiasse a disciplina e o rigor formal, por isso a defesa do classicismo. Também: **HARDMAN**, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: Tempo e História. Cia das Letras. 2. reimpressão. Para Hardman certas utopias literárias de “futurismo tecnológico e urbano” acabam por se conciliar com um nacionalismo conservador, haja vista, a defesa feita por essas utopias da importância além da educação, da tecnologia e da ciência; o papel “*regenerador*” que teriam o Estado e a educação. O discurso de amplos setores da Igreja vão se dirigir para esse nacionalismo conservador como Alceu Amoroso Lima.

⁵⁷⁸ D. Duarte Leopoldo e Silva foi o segundo bispo de Curitiba sagrado em 1904 e tomou posse em outubro do mesmo ano. Seu episcopado durou apenas 30 meses, quando foi chamado para tomar posse da Diocese de São Paulo em 14 de abril de 1905.

⁵⁷⁹ Já relatamos em capítulo anterior e demonstramos como essa foi uma tática de combate aos cultos protestantes que eram professados na língua materna dos imigrantes, agora abordaremos como essa mesma medida, facilitou uma aproximação com as elites no poder.

nacional era questão de vital importância, na medida em que isto conduziria a um “*sistema comum de categorias de percepção e uma visão unitária do mundo social*”.⁵⁸⁰

Além dessa autocompreensão nacionalista, havia a que defendia a preservação da cultura do imigrante, discurso assumido por dom João Becker, bispo Santa Catarina.⁵⁸¹ Segundo Zuliam, dom Duarte era um dos bispos favoráveis à nacionalização do catolicismo dos imigrantes, devido ao medo da perda da identidade cultural do catolicismo brasileiro.⁵⁸² Essa afirmação não corresponde a administração de dom Nery no Espírito Santo, embora tanto ele quanto dom Duarte incentivassem o uso do português em regiões de imigração.

Defendendo o nacionalismo brasileiro, recomendando a língua nacional nas regiões de imigrantes, esforçando-se por impedir a volta dos padres escalabrinianos proveniente da Itália para as regiões de imigração,⁵⁸³ dom Nery, segundo Azzi, tornou possível o diálogo entre Igreja e Estado.⁵⁸⁴

Sendo Riolando Azzi, um dos maiores especialistas em história da Igreja Católica, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre sua argumentação à respeito do bispado de dom Nery no ES.

Concordamos com Azzi sobre a visão romanizante em termos religiosos da administração de dom Nery e igualmente com a argumentação de que nesse período ele já possuía uma ótica nacionalista, contudo, discordamos da análise de que o bispo temia que a vinda de religiosos europeus “*contribuísse para uma*

⁵⁸⁰ ZULIAM. Op. Cit. Entendemos que adaptar a cultura do Brasil, não significava para dom Nery que ela não devesse ser “saneada”.

⁵⁸¹ D. João Becker, primeiro bispo de Santa Catarina (1908) e posteriormente o arcebispo de Porto Alegre (1912): vindo da Alemanha ainda criança, mostrou-se grande defensor das expressões culturais típicas do catolicismo de imigração. Entendia que era necessário preservar a fé daqueles que imigravam, dentro da sua própria cultura de origem, sendo que a integração à nova realidade deveria ser efetuada a longo prazo. ZULIAM, Op. Cit.

⁵⁸² ZULIAM, Rosângela Wosiack. A Victorious Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana PINGO, V3n 2. Vol. 3- no 2. Inverno de 1998.

⁵⁸³ AZZI, Riolando. A Igreja no regime republicano. A atuação de D. João Batista Néri, primeiro bispo do Espírito Santo “*Foi essa a razão Principal creio eu, de não ter ele aceito a volta dos escalabrinianos à diocese, já que fazia parte de sua missão de assistência aos imigrantes a preservação dos valores da italianidade*”. p.88.

⁵⁸⁴ *Ibidem* p. 88-89. Essa afirmação se deve, pois, segundo Azzi, o bispo em Campinas tornou-se elemento importante da hierarquia eclesiástica no esforço de reafirmar um diálogo efetivo entre fé e pátria, entre religião e brasilidade. Nacionalismo, segundo o autor, em sua vertente mais conversadora, de origem positivista, onde a ordem social se colocava como base para o progresso da nação.

europização significativa do país".⁵⁸⁵ Muitos dos padres que o bispo tinha como aliados eram estrangeiros⁵⁸⁶ e se a intenção era evitar uma europeização significativa, qual o motivo que o levou a convidar outros missionários estrangeiros? A falta de recursos humanos no país tornava o convite a congregações estrangeiras uma necessidade, mas não pode deixar de ser vista também como opção. Ao trazer congregações européias, conseguiu preencher requisitos da elite, pois sendo estrangeiras, eram consideradas "modernas", explicando a adesão das elites aos colégios católicos.

O bispo, em trecho de seu caderno de notas, afirmava haver em algumas regiões "*excessos de patriotismo*".⁵⁸⁷ A preocupação se devia, acreditamos, aos constantes atritos entre nacionais e estrangeiros, o que para dom Nery acabava provocando dificuldades na integração da população.

Em certas regiões de imigração, a preponderância do imigrante era tamanha que os próprios nacionais adotavam a língua do estrangeiro, o que poderia ser um facilitador da divulgação dos cultos protestantes.⁵⁸⁸ Não obstante, o bispo não demonstrava oposição à imigração no relato sobre a falta de braços para o trabalho agrícola, após a libertação dos escravos:

Recomeçou a sua vida com a vinda dos primeiros colonos estrangeiros. Bem depressa, porém, a imigração foi suspensa e os poucos colonos são proprietários das melhores terras [...] ou

⁵⁸⁵ **Ibidem.** p 88. Ele volta a afirmar que uma das novidades desses primórdios do regime republicano seria a sensibilidade de alguns bispos com relação ao sentimento patriótico, fazendo com que esses bispos procurassem "moderar a excessiva europeização do catolicismo brasileiro" resultado da própria romanização. pp. 91 -92.

⁵⁸⁶ Os dois padres indicados como governadores em sua ausência eram estrangeiros, mas sua atuação foi valorizada, como já citamos em outro capítulo, por eles terem adotado o Brasil para a realização de seus trabalhos.

⁵⁸⁷ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. p.96. O bispo descreve que a Vila de Santa Teresa estava "*estacionada*" por vários motivos, sendo um deles a falta de união entre os nacionais e italianos que ali residiam que fazia com que o progresso local fosse enfraquecido. "*O elemento italiano domina pelo número o elemento nacional por isso mesmo não pode preponderar; daí rixas contínuas, crimes, excessos de patriotismo, etc. tudo concorrendo para a pouca união dos habitantes*".

⁵⁸⁸ NEVES, Arnulfo. Op. Cit. "*Aquele meio alienígena me desgostava. Os próprios nacionais, que lá viviam, tinham adaptado os costumes do povo imigrante. Sentia-me isolado entre aquela gente, que falava tudo quanto era dialeto itálico*". Testemunho de Arnulfo Neves. 3ª Parte.

*trabalham com os raros fazendeiros que se animaram a fazer frente a crise como meeiros[...].*⁵⁸⁹

Ao contrário, o bispo interpreta a imigração favoravelmente, já que ela teria sido a responsável pelo recomeço da vida agrícola na região.

Não concordamos com Azzi no que se refere à aproximação entre a doutrina positivista e o nacionalismo gerando uma visão negativa da imigração estrangeira. O próprio Muniz Freire, um dos maiores representantes do positivismo no Estado e chefe do partido da situação, defendeu propostas de imigração estrangeira, pouco recorrendo à migração interna.⁵⁹⁰ Alguns representantes positivistas continuaram sempre defendendo a imigração, mas controlada, não somente para servir de mão-de-obra, mas como uma forma de civilizar o país.

A defesa do nacionalismo feita por dom Nery não significou a adoção de medidas para nacionalizar o catolicismo, mas sim reforçar no Brasil sua veia mais civilizadora: o Catolicismo. Os imigrantes deveriam adaptar-se à nova terra, pois isso significaria misturar-se aos brasileiros e civilizá-los. Somente deveria ser controlada a imigração para que junto dela não viessem doutrinas ou teorias que se opusessem a supremacia católica no país.

3.3. Discurso do Progresso

Em carta pastoral de homenagem ao Cristo Redentor escreve o primeiro bispo do Espírito Santo:

Nada mais contraditório que o homem, pela riqueza e pobreza. Si, pela eletricidade, comunicando seu pensamento de um a outro

⁵⁸⁹ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. p 99/100.

⁵⁹⁰ “Ao Sr. Dr. Muniz Freire”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 16/01/1897. Nesse artigo Antero de Almeida crítica a idéia de Muniz sobre a criação de uma delegacia na Europa que ficaria responsável pela vinda de imigrantes. O autor diz ser essa medida dispendiosa e com resultados insuficientes, já que os operários vindos da Europa para o serviço da estrada de ferro, “ordinariamente” retiravam-se do serviço. Defende Antero de Almeida que a solução para a falta de braços estaria “dentro do próprio país”.

*extremo da terra, produz milagres na sociedade moderna; si, com um pouco de âmbar, ele remonta à teoria do raio, de cuja cólera zomba, dominando-o e escravizando-o; si, com um pouco de vapor comprimido, ele consegue vencer as distâncias e atravessar de sul a norte e de leste a oeste os mais acidentados continentes; si, com auxilio da própria luz transformada em pintor exato, ele obtém até a imagem de corpos encerrados em outros corpos, é, todavia, certo que fora de Jesus Cristo, o espírito do homem está em oposição necessária com os seus sentidos, a atividade da inteligência diminui a força da vontade, o interesse e o dever são irreconciliavelmente divididos, as paixões conspiram contra a virtude e, quando, suspendendo os vôos de sua belíssima inteligência, o homem reflete sobre suas fragilidades, vê-se obrigado a confessar a necessidade de um medicamento pronto à sua mórbida natureza.*⁵⁹¹

Nesse texto, dom Nery, demonstrava conhecimento das conquistas das ciências, mostrando-se um homem culto, refutando dessa forma o discurso do catolicismo como empecilho ao progresso.

Um dos grandes males daquela época, segundo o prelado, era o desaparecimento dos “*grandes ideais e modelos perfeitos de virtudes*”. A geração moderna teria banido os homens formados segundo o espírito cristão, estando, a humanidade raquítica, pois “*desprovida dos princípios másculos do cristianismo*”. Seria então momento de ansiedade e incertezas, com o prenúncio do século XX, mas sendo Jesus o “*sol*” e a luz da verdade que faria a renovação cristã do século XX.

O prelado não negava a ciência e a racionalidade humana, apenas refutava que o conhecimento negasse Jesus Cristo e afirmava que fora dele, a natureza humana não poderia achar a “*harmoniosa unidade*” que deveria ao mesmo tempo fazer sua perfeição e felicidade. Em seu lugar, haveria divisão, luta, fraqueza,

⁵⁹¹ NERY, J. B. C. Carta Pastoral sobre a Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu Venerando Vigário. Ano 1900. XIX centenário da Encarnação e Nascimento do Senhor. Rio de Janeiro: Tip. da Revista Católica. 1898. p. 07.

inquietação e desespero.⁵⁹² Os santos seriam “*homens acabados*”, sendo Jesus Cristo o “*medicamento admirável de nossa natureza*”. Eles teriam se tornado dóceis instrumentos da razão, exemplo de virtude e sendo seu maior interesse a luta pelo dever; a inteligência teria descansado na “*eterna verdade*”.

O bispo defendia não haver contradição entre inteligência e religião, ao contrário “*Em ele, em fim, o amor ardente da verdade torna a inteligência tão ousada e tão constante quanto humilde e dócil em aceitá-la, quando de si mesmo ela se entrega pelo canal da fé*”.⁵⁹³ Dessa forma, a secularização da sociedade era percebida por dom Nery como prejudicial à própria humanidade, visto que a religião seria o alimento para melhorar o homem, tendo a “*revolução*” se alastrado, falseando a noção cristã.

O Progresso seria “*a grande lei da vida*” e o próprio Cristo traria a “*abundância do progresso*”. O século estaria se esforçando para separar a fé em Cristo do progresso, sendo isso um “*desvario*”.⁵⁹⁴

Existiriam diversos deuses “*do prazer, do ouro, deuses da indústria, deuses do orgulho, deuses da ciência*”, mas o autor afirmava ser Jesus o verdadeiro Deus do progresso. Assim, a fé estaria abalada não por “*pretensas objeções científicas*”, mas devido ao desânimo dos caracteres fracos.⁵⁹⁵

Nesse documento, dom Nery esclarecia sua interpretação sobre a modernidade e o progresso, que ocorreriam exatamente em consonância com os desígnios divinos, e somente se completariam com o reconhecimento da religião. As objeções feitas ao catolicismo em nome da ciência ou da modernidade eram rejeitadas, sendo necessário o real conhecimento dessa ciência e homens “fortes” que assumissem a defesa do catolicismo.

Ao dialogar com os intelectuais, demonstrando conhecimento e conciliando progresso e modernidade com o catolicismo, o bispo foi considerado como um “*Homem da ciência*”, pois colocava-se no “*nível da sociedade moderna*”.⁵⁹⁶

⁵⁹² **Idem** pp. 06- 07.

⁵⁹³ **Idem** pp.8-9.

⁵⁹⁴ **Idem**. pp.09- 10.

⁵⁹⁵ **Idem**. p. 11/12.

⁵⁹⁶ **OTÁVIO**, Op. Cit. “Bispo de Campinas”. Pp. 777-78.

Em O Estado do Espírito Santo artigo de 12 de março de 1899, o articulista definia a imagem que a população tinha do bispo: “*não é prisioneiro de vãos preconceitos, mas é um espírito adiantado, educado nos progressos da ciência, um orador simpático, ardente e artístico, impondo-se à simpatia logo que assoma à tribuna sagrada*”. Diziam que o bispo, seja nos debates religiosos ou científicos argumentava com lógica sobre as questões sociais, agradando extraordinariamente devido aos seus conhecimentos.⁵⁹⁷ Essa imagem foi construída pelo interesse e conhecimento demonstrado pelo bispo sobre questões fundamentais para a época: da agricultura e educação, ao saneamento e justiça.

Supondo não haver contradição entre fé e progresso, dom Nery, em seus escritos,⁵⁹⁸ deixou transparecer quais seriam os caminhos para o progresso,⁵⁹⁹ que teria como carro chefe o catolicismo. Na produção agrícola, percebeu em sua visita pastoral a prioridade da produção do café na maioria das regiões e reparou as técnicas utilizadas. Defendeu a pequena propriedade e assinalou o pouco desenvolvimento de algumas regiões devido a grande concentração de terras.⁶⁰⁰ Explicava a formação dos grandes latifúndios a partir da história da região:

Há uma espécie de monopólio de terras; pois no começo da povoação desta região, os primeiros posseiros adquiriram extensões enormes, vertentes inteiras de rios e ribeirões e não consentiram que ninguém se estabelecesse nessas terras. Apesar

⁵⁹⁷ “Dom João Nery”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 12 de março de 1899.

⁵⁹⁸ Dentre eles o seu caderno manuscrito documento interessante, já que sendo particular, não havia os cuidados exigidos por uma documentação para divulgação. O caderno traz indicações sobre a administração, tais como as regras para casamento, cânticos sagrados compostos pelo finado bispo dom Antônio Joaquim de Mello, esquemas de relatórios de visita pastoral, o horário dos atos religiosos e as exigências para as paróquias; além de cópias de visitas pastorais feitas por dom Joaquim e dom Lino Deodato, reforçando a influência do estudo no Seminário de São Paulo. O bispo também fez anotações ligeiras sobre a fundação das regiões visitadas; descreveu suas características naturais e econômicas, o número de escolas, farmácias e médicos. Na parte final o faz um levantamento de tudo quanto viu e presenciou em suas andanças e avalia as soluções possíveis para os problemas encontrados.

⁵⁹⁹ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. p. 97. Inicia afirmando que o Espírito Santo deveria ocupar um lugar importante entre os outros Estados da Federação, devido a sua posição topográfica e fertilidade do solo; mas permanece estacionário; pois faltava-lhe os mais “*rudimentares elementos de vida*”. Embora esses relatos sejam de cunho particular, acreditamos que, muitas propostas defendidas eram de conhecimento público.

⁶⁰⁰ **Idem** p 61. Na visita a Mimoso, então comarca de Itabapoana, ponto terminal da estrada de ferro da Compa. Campos e Carangola, após relatar o histórico da região o Bispo diz que a localidade não estava desenvolvendo como o esperado, a explicação encontrada foi que os terrenos na época ainda pertenciam a propriedade particular. Registra nessa localidade a “boa” máquina de beneficiar café tocada por turbinas.

*disso a povoação tem crescido e é grande o mesmo número de situacionistas.*⁶⁰¹

Em sua passagem por São José do Calçado ficou evidente a defesa da pequena propriedade para o desenvolvimento do Estado:

*É esta comarca em que melhor se pode avaliar a grande vantagem das pequenas lavouras, pois sendo ela aqui bem acentuada, achando-se quase toda a comarca devida em situações a riqueza e a prosperidade aparecem mais que nas comarcas de grandes fazendeiros.*⁶⁰²

Criticava a monocultura, defendendo a produção voltada para a policultura,⁶⁰³ creditando a boa situação de algumas regiões, em pleno período de crise com a baixa do café, à diversificada produção existente, ao ponto de algumas fazendas parecerem ilhas isoladas dos problemas enfrentados por outros produtores.⁶⁰⁴

Tinha, também, uma preocupação singular com a educação, registrando a quantidade de escolas em todas as localidades visitadas.⁶⁰⁵ D. Nery considerava que a situação da questão educacional era grave,⁶⁰⁶ sendo a falta de escolas gritante: *“Atravessam-se regiões imensas, cheias de crianças que crescem sem ter os menores rudimentos de civilização, entretanto, devemos confessar, todos nos falavam de escolas, todos desejavam a fundação delas”*. Relatava que a dificuldade ia muito além da falta de escolas, pois, mesmo nas existentes havia a questão da incapacidade do mestre. A solução indicada seria a formação sumária dos professores públicos, sendo esta formação melhor que a situação encontrada, já que *“entre o professor suficientemente preparado para ensinar bem a ler, escrever e fazer as quatro operações e diversos parlapatões que fingindo muita*

⁶⁰¹ **Idem.** Na Vertente do Rio José Pedro. 87

⁶⁰² **Idem.** p. 67.

⁶⁰³ **Idem.** p. Fazenda do Ita p. 84. Considerada uma região atrasada, pois seu dono cultivava quase que exclusivamente cereais. Já na Vertente do rio José Pedro, relata ser na época uma das mais *“futurosas do Estado”*, com montanhas cobertas de espessas matas, terras de primeira qualidade para a policultura; e ótimas para o plantio de café. p. 86.

⁶⁰⁴ **Idem.** p. 69. Fazenda Castelo. Havendo a produção do café, a produção de cana-de-açúcar, além da criação de gado. Dizia ser essa fazenda importante propriedade do cap. Américo José Machado.

⁶⁰⁵ **Idem.** p. 63.

⁶⁰⁶ **Idem.** p. 97. Vila de Santa Tereza. Havia duas escolas: uma do sexo masculino e outra do sexo feminino

ciência nem isso sabiam ensinar”. Concluía o bispo que os primeiros deveriam ser preferidos; ou seja, melhor um que não sabia do que aquele que adotava idéias científicas, mas que não as conhecia direito. Para finalizar advertia sobre a necessidade de ser dada atenção especial à moralidade desses mestres.⁶⁰⁷ Assegurava o prelado que o interior ainda era muito atrasado e os costumes primitivos, questionando o benefício de mandar um professor que zombasse dos costumes do povo e que tivesse vida irregular.

A educação moralizadora era considerada como fator imprescindível para a civilização e o real caminho do progresso. Essa deveria ser baseada em fundamentos científicos conciliados com os valores cristãos e, para tanto, exigia-se um professor moralmente preparado. O argumento do bispo sugere que os conhecimentos científicos, que poderiam ser apenas “cientificismo”, não bastavam para formar um bom mestre, necessitando primordialmente ter contato com a religião moralizadora, para ensinar a verdadeira ciência que não se contrapunha à religião.

Críticas constantes da Igreja quanto à implantação do ensino laico foram adotadas pelo bispo que, não concordando com a rejeição da educação religiosa, adotou a prática de fundar colégios católicos, onde valorizava-se o estudo da religião, minimizando os prejuízos religiosos e políticos dessa medida do governo republicano.⁶⁰⁸

Outro grande problema apontado foi à falta de recursos de saúde no interior, com a rara presença de médicos e farmácias. Devido essa insuficiência, o povo, segundo dom Nery, contava apenas com curandeiros e charlatões que: *“abrigados à sombra da célebre liberdade profissional, se tornaram senhores das terras, declarando guerra surda aos profissionais que aparecem*”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ **Idem.** pp. 102-103.

⁶⁰⁸ Ofícios recebidos pelos presidentes do Estado do ES. Data 1897/99. Fundo Governadoria. Série correspondência. 1899. Código G. Local 124pg. Correspondência recebidas de diversas autoridades: Relatório instrução: Exmo. Sr. Dr. José Marcelino Pessoa & Vasconcelos ao sr. presidente do Estado. Sobre as mudanças na educação que *“pode ter sido incompleta aos olhos das carolas ou como o deseja o beateiro, porque falta-lhe o catecismo, sem reparar que a constituição federal, o prescreveu e instituiu o ensin o leigo”*. p. 38. APE.

⁶⁰⁹ **NERY**, J. B. C. Caderno Manuscrito. p. 100.

A apreensão em relação à saúde pública era típica de uma época de grandes epidemias, sendo discurso comum no período a necessidade de saneamento. Por isso, eram constantes os registros feitos pelo bispo visitador, sobre a qualidade da água e do clima.

Para tornar uma região mais salubre, recomendava as drenagens ou aterros de terrenos alagadiços, responsabilizados pelas “*freqüentes*” epidemias de febre remitentes biliosas.⁶¹⁰ Em algumas regiões a água era considerada ótima e o clima fresco e sadio,⁶¹¹ enquanto em outras a água era “*sofrível*”,⁶¹² sendo a palidez da população indicativa da doença de opilação.(amarelão).⁶¹³ Vários são os registros das condições de insalubridade da água, do clima e do solo.⁶¹⁴

Dentre as recomendações que deixava após sua visita pastoral, uma das mais recorrentes era sobre a higiene e o asseio nas igrejas,⁶¹⁵ reforçando a importância da higiene. Outro cuidado exigido era o de separar⁶¹⁶ a água limpa da utilizada nos batismos. O bispo visitador adverte sobre o cuidado que deveria se ter com a água, devendo ela ser substituída ao menos de oito em oito dias, para que se conservasse sempre limpa e em condições de decência.⁶¹⁷

⁶¹⁰ **Idem.** Na Vila da Ponte de Itabapoana, Comarca de Itabapoana. p. 62/64. Antes da drenagem dos terrenos alagadiços, pela Câmara, eram freqüentes as epidemias de febre remitentes biliosas. Para o bispo o desenvolvimento do lugar tinha sido beneficiado pela facilidade de comunicação com Campos e o Rio de Janeiro. Nessa região também existiam escolas.

⁶¹¹ **Idem.** São Pedro de Alcântara de Itabapoana. p. 64. Também diz existir no lugar crescido número de fazendas magnificamente montadas e produtivas e registra a existência de duas escolas, sendo uma para o sexo masculino e outra para o feminino.

⁶¹² **Idem.** São Pedro do Rio Pardo. p. 81. Arraial de Boa Família de Santa Joana. Outra região em estado “estacionário”. p. 94.

⁶¹³ **Idem.** Arraial de Santa Joana da Figueira. p. 92. O Bispo prevê um “grande futuro” para a região que possuía terras muito férteis.

⁶¹⁴ **Idem.** p. 59. “*é baixo, arenoso, mas salubre*”. No Distrito de São Gabriel do Muqui, então câmara do Cachoeiro.

⁶¹⁵ “*Recomendamos o mais asseio possível na igreja e as reformas a que acima nos referimos [...]*”. Visita Pastoral a Paróquia de N.Sra. d’Assunção de Anchieta. p. 12. A mesma recomendação encontramos na Visita à Guarapari quando diz “*tenha o Revdo vigário mto cuidado com o asseio da Igreja e trate-se de manter o maior respeito possível, em todos os atos religiosos*”. Visita Pastoral a Paróquia de N.Sra. da Conceição de Guarapari. 24 de outubro de 1897. p.17. In: Livro de 1ª visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

⁶¹⁶ “*Comprada a pia de mármore, faça-se nela uma divisão, de modo que a água usada seja removida, em seguida ao ato, para fora do depósito comum*”. Visita a N.S. da Conceição do Tirol. p. 65. Faz igual recomendação em diversas paróquias visitadas. In: Livro de 1ª visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

⁶¹⁷ Visita Pastoral à Paróquia de N.Sra. da Vitória. p. 39. In: Livro de 1ª visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo D.João B. Corrêa Nery.

Não eram exageros do bispo essas precauções,⁶¹⁸ visto que no Estado, a própria capital não possuía condições mínimas de higiene, sendo assolada constantemente por epidemias, reflexo dos problemas sanitários.⁶¹⁹

O prelado fez um relato minucioso dos aspectos geográficos e ambientais, descrevendo o tipo de vegetação e solo, demonstrando conhecimento ao nomear plantas e animais.⁶²⁰ Enumerando os recursos naturais de cada região, sua localização,⁶²¹ além da paisagem.⁶²² Em seus escritos mostrou-se revoltado com o “*vandálico costume*” de lançarem fogo anualmente nas matas do sul do Estado, e com tal excesso que “[...] *chega a embaçar a luz do sol*”, para ele tais matas poderiam servir de reserva permanente de madeira de qualidade.⁶²³

Tanto o vandalismo, quanto a violência foram registrados pelo bispo, que observou ser comum no interior o aparecimento de aventureiros e de “*assassinos*” de outros estados que vinham se refugiar ou procurar ganhar dinheiro fácil no Estado, sendo, portanto, necessários mais postos policiais.

Segundo dom Nery, as fisionomias desses aventureiros chamavam a atenção, sendo eles “[...] *verdadeiras criações híbridas, abortadas das últimas*

⁶¹⁸ “Os Micróbios de água benta das Igrejas”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 10 de Maio de 1900. Comenta que o jornal de Medicina London Lancet menciona casos na Holanda em que haviam sido transmitidas diversas doenças contagiosas através da água benta e feitos testes descobriram que realmente tinha fundamento a prevenção.

⁶¹⁹ JUNIOR, Carlos Teixeira Campos. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, 1996. 250p. p. 160. O problema sanitário encontrado na Capital por Muniz Freire em sua primeira administração, se refletia nas constantes epidemias de que era alvo a cidade. Essa situação serviu de argumento para a pretensão dos munistas de sanear a Capital e criar um novo bairro com todas as condições de salubridade, evidentemente, com o interesse primeiro voltado para a construção de um grande centro comercial em Vitória. Daí o surgimento do Novo Arrabalde. Como esses projetos não foram concluídos, entende-se que essa realidade permaneceu em todo o período em que o Partido Construtor esteve à frente do governo.

⁶²⁰ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. São Pedro de Alcântara de Itabapoana, sede da Comarca. p. 64. Descreve a história do lugar e os que foram importantes para o “progresso” da região. Sobre a produção diz que as terras eram boas para a plantação do café, cana, mandioca e de cereais. Descreve que as montanhas eram cobertas de matas e a flora riquíssima, e numa demonstração de conhecimento cita vários tipos de árvores como roxinha, braúna, ipê; dentre outros.

⁶²¹ *Idem*. p. 57. Em Cachoeiro de Itapemirim, relata o terreno ‘humoso’ e “com fundo calcário”. Repara nos recursos naturais da região: a mata virgem que dominava toda a região. Diz que a região era uma das mais importantes municípios do Estado pela sua população, pela ‘uberdade’ do seu solo e seu comércio; e grande o cultivo de café. Comenta sobre sua localização e a importância do rio Itapemirim que era navegável o ano todo.

⁶²² *Idem*. Em outros momentos, como em São João do Muqui, Câmara do Cachoeiro, relata o rápido desenvolvimento, devido a construção da estação para a estrada de ferro de Carangola, trajeto para Cachoeiro. Diz que as terras são boas para a produção de cereais. Se preocupar em descrever a paisagem, a flora, e a qualidade das madeiras. Diz que na região viviam importantes fazendeiros que cultivam café e milho e que na região possui uma escola mista. Caderno Manuscrito. p 60.

⁶²³ *Idem*. p. 86.

camadas sociais. Onde se acham, costumam martirizar os ouvidos com palavreados, algazarras, cantigas obscenas, etc.” Outras vezes, continua o bispo, eram indivíduos bem vestidos, com aparência de homens sérios, mas que buscavam no jogo e na embriaguez o meio fácil de ganhar dinheiro.⁶²⁴ A solução apontada pelo bispo seria a criação de postos policiais nos limites do Estado, entretanto, os soldados escolhidos deveriam ter qualidades morais para manter a ordem, afinal “ninguém pode dar o que não tem”.⁶²⁵

O jogo, a bebida, juntamente com o vício da vadiagem, eram avaliados pela sociedade como os grandes males sociais, às vezes associando-os à camada social de origem do indivíduo.

Assegurava dom Nery que havia lugares onde sempre ocorriam desordens, devido ausência de policiamento, sendo seus bons e pacatos moradores forçados a defenderem-se, ficando assim com reputação de desordeiros. O Espírito Santo, segundo o Bispo, estando entre três ricos Estados, era um local de refúgio para maus elementos desses lugares. Poria fim a essa situação o policiamento regular e disciplinado, além da combinação policial entre os Estados para evitar o problema da violência.⁶²⁶

Em diversos locais registra a reclamação dos moradores sobre a falta de policiamento e justiça, tornando-se por isso lugares procurados por “aventureiros” e “desordeiros” de outras regiões, sendo repelidos pelos próprios moradores.⁶²⁷

Os registros de dom Nery mostram como ele estava inteiramente ciente da situação econômica e social de sua diocese. Como em muitas de suas defesas posteriores, o bispo relacionava a crise econômica e social com uma crise moral, que ocorria devido à “ausência de religião”. Creditava ao Estado uma posição

⁶²⁴ Tudo indica que o bispo compartilhava com outros intelectuais da época das características imorais serem associadas à pobreza e a raça. **Idem.** p. 101.

⁶²⁵ **Idem.** 102.

⁶²⁶ Interessante como essa indicação está sendo colocada em prática atualmente. **Idem.** p.102.

⁶²⁷ **Idem.** pp. 93/ 94. Guandu de Baixo, Arraial de Boa Família de Santa Joana, Arraial de Santa Joana da Figueira. Segundo Serafim Derenzi, bandos de desocupados e marginais excursionavam pelos municípios longínquos, levando intranquilidade notadamente em Muniz Freire, Rio Pardo, Afonso Cláudio e Boa Família. Neste último a própria polícia se tornou responsável pelo cangaço. Celebrizando-se ali o tenente Evaristo. **DERENZI,** Serafim, Op. Cit. p. 156.

futura de destaque nacional, sendo, contudo, necessário que se priorizasse a moralização: dos policiais aos professores, não esquecendo das autoridades civis.

A influência da formação no *Culto à Ciência* é perceptível no cuidado em registrar a qualidade da água, do solo, a salubridade da temperatura, o desenvolvimento do comércio, o tipo de produção praticado e até o tipo de árvores existentes nas matas. Mostrou-se um historiador minucioso ao relatar a história das regiões em que esteve, com um cuidado especial em registrar as fontes utilizadas. Juntamente com a defesa do progresso do Estado e seus possíveis direcionamentos, afirmava ser necessário a moralização dos costumes.

A concepção de ciência e progresso de dom Nery, se encaixava nas propostas de Leão XIII de se retirar os benefícios possíveis das mudanças modernas e adequar a ciência aos ensinamentos da Igreja, em consonância com o projeto de romanização. A utilização da imprensa como um instrumento de conversão e de conquista de espaços na sociedade era uma das propostas que diferenciavam Leão XIII do seu antecessor.

O Primeiro Congresso Católico brasileiro, que se reuniu na capital do Estado da Bahia em junho de 1900, já havia aconselhado aos católicos a fundação de um jornal para propagar e defender a “*verdade*” e combater o “*erro*”, fazendo frente a muitos jornais considerados “*ímpios*” que sistematicamente combatiam a Religião. Deveria ser um jornalismo moderno, a altura de outros bons jornais, e não se limitar a assuntos religiosos, mas também interessar a vida individual e social do povo. A Igreja defendia um projeto de modernidade na qual a religião seria o eixo central, por isso, o jornal católico deveria ter formas “*completamente modernas*”, adaptadas as necessidades dos “*tempos novos*” e tratar de diversos assuntos: agricultura, indústria, comércio, política, ciência, literatura, história, informações telegráficas, além de um noticiário variado; ou seja, ser atraente e capaz de substituir a imprensa diária.⁶²⁸

⁶²⁸ Círculo Católico ao Revmo. Sr. Bispo do Espírito Santo. Rio de Janeiro. Não possui data, mas como diz que já haviam decorrido quatro anos após o Primeiro Congresso Católico Brasileiro e ainda a proposta do jornal não havia sido colocada em prática, podemos inferir que é de 1904. O Círculo católico ainda afirma ser “*deplorável*” a inação católica e incalculáveis os males que a propaganda dos ímpios produz ia nas famílias, amortecendo a fé e “*inoculando o vírus do ceticismo e do erro*”.

O bispo saúda seus diocesanos afirmando que empregaria toda sua atividade no púlpito, nas aulas de catecismo, na administração dos sacramentos, na fundação de associações católicas e na difusão das boas leituras.⁶²⁹

Dentre os recursos utilizados em benefício da religião estava a imprensa, mas a Igreja defendia que teria que se “conhecer a fundo a parte sã para que a parte perniciosa” não invadisse o mundo. Não deveria, a mesma, ser descartada totalmente, era “*mister aproveitar a parte santa desse terrível inimigo*”, que seria “*anjo e demônio ao mesmo tempo*”. Precisaria ser combatida a “*imprensa que se vende, que corrompe*”, essa deveria ceder lugar à imprensa séria, que não editasse romances perniciosos, não desonrasse a virtude, não corrompesse; e que encaminhasse para o conhecimento real das letras, ciências e artes.⁶³⁰

Era dom Nery um homem culto e afinado com as grandes questões de sua época, porém não podemos inferir que fosse um liberal: a defesa da unidade, dos grandes timoneiros, enfim todo seu argumento se encaminhava para a defesa das hierarquias e da ordem constituída. Seu discurso era, como afirmou Azzi, análogo ao dos demais bispos nesse período, trazendo uma marca nitidamente antiliberal.⁶³¹

Ser ele antiliberal, não o faz desprestigiar a intervenção de natureza política, social ou científica como propõe Azzi.⁶³² É certo a crítica do bispo ao mundo moderno, mas especificamente à secularização e não à modernização em si, conseguindo conciliar ciência e progresso com os projetos da Santa Sé.

Poderíamos dizer, de acordo com Alceste Pinheiro de Almeida, que a Romanização também representava um “complexo” projeto de modernização, pois pretendia europeizar sem se deixar desnacionalizar.⁶³³ E corroborar a análise de Oliveira de que a oposição da hierarquia eclesiástica ao “mundo moderno” não era

⁶²⁹ NERY, J. B. C. Carta Pastoral Saudando aos seus Diocesanos no dia de sua sagração. Roma: Poliglota, 1896. p. 12. Contudo não há indicações que o bispo tenha fundado um jornal da diocese.

⁶³⁰ “Folhetim: O Demônio”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 29 de Agosto de 1897. Fala sobre falsas doutrinas e sobre a ordem da sociedade. Z (não conseguimos identificar o autor).

⁶³¹ AZZI, Riolando. A Igreja no Regime Republicano. Op. Cit. p. 89.

⁶³² *Ibidem*. A Igreja no Regime Republicano. p.89.

⁶³³ ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. O Cardeal Arcoverde e a Reorganização Eclesiástica. Tese Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

incompatibilidade ou rejeição, e sim atitude de alerta contra tudo que ameaçasse a fé católica.⁶³⁴

3.4 Compromisso com a República.

Uma das principais características da Igreja pós República foi a organização de novos Bispados. Essa ampliação exemplifica como a Igreja utilizou à seu favor a liberdade conseguida com o fim do Padroado, quando prevalecia o poder do Imperador sob as diretrizes da Santa Sé. A partir deste momento, a instituição sediada no Brasil passou a receber orientações diretamente de Roma, sem interferência do poder temporal.

O fortalecimento da Instituição não representou um distanciamento em relação aos representantes políticos, mas apenas definiu as esferas de atuação, não impedindo que atuassem conjuntamente em diversos momentos da República Velha.

Os compromissos com a elite republicana, no Espírito Santo, foram selados desde a tentativa de criação do bispado, quando João Pires do Amorim, vigário geral da Diocese do Rio de Janeiro, visitou Vitória e conseguiu o apoio do presidente do Estado, o positivista Muniz Freire, para requerer o Convento do Carmo para residência do novo bispo.⁶³⁵

Com o apoio de deputados, pessoas importantes e do presidente do Estado, o padre Pedrinha conseguiu que o Convento do Carmo fosse restituído à Igreja para servir de residência para o bispo. Entretanto, não pôde receber de pronto o Convento, pois o comandante da guarnição recusou-se a se retirar, tendo que contar, novamente, com o apoio do governo para desocupá-lo dos cavalos e

⁶³⁴ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Op. Cit. p 321.

⁶³⁵ ELTOM, Elmo. *Velhos Templos de Vitória e outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura de Vitória, 1987. Maria Stella de Novaes descreve o documento em que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores restitui o convento do Carmo para ser instalada a residência do bispo. NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. p. 344. O mesmo documento se encontra In: Livro Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. pp. 07/08. E também In: NERY, J.B.C. Carta Mandamento ao seu Clero Estabelecendo na Diocese a Obra permanente da Caixa Diocesana. Vitória. A. Moreira Dantas, 1897.p. 05.

soldados que ali pernoitavam.⁶³⁶ Para recuperar a parte da terra ao lado do Convento, que havia sido comprada pelo governo federal, igualmente recorreu ao ministério, propondo doação ou compra desse terreno. Para essa nova empreitada patrimonial pediu a intercessão do Monsenhor Guidi e Monsenhor Amorim, e foi ao Rio para pessoalmente conversar com o Ministro, que disse não ser de sua alçada tal decisão, restando ao Arcipreste recorrer ao Senador Domingos Vicente. Nesse ponto vemos, como a hierarquia da Igreja, ao tentar resolver pendências legais e patrimoniais, não interrompeu seus contatos com os políticos e embora tenha suas reivindicações negadas por algumas instâncias, acabava conseguindo seu intento, sempre recorrendo à classe dominante.⁶³⁷

Responsável pela organização do bispado, o arcipreste Pedrinha enfrentou diversas dificuldades para conseguir os recursos necessários para sua instalação. Um deles foi a oposição de Muniz Freire “*que fazia gosto de ser positivista*”, ao seu pedido de recursos para reformar a matriz.⁶³⁸ Também enfrentou oposição, chegando a temer que houvesse “*uma revolução*”, quando vendeu para o Estado a igreja de N. Sra. da Conceição da Prainha.⁶³⁹

Pedia o arcipreste donativos para o patrimônio do bispado às “*principais*” pessoas e nomeava comissões para angariar recursos, mostrando uma carta de apresentação do presidente do Estado.⁶⁴⁰ Ao preparar a recepção do bispo, através dos jornais,⁶⁴¹ convidou o clero, o governo e todas as repartições estaduais e federais. Convidou pessoalmente o governador que, apesar de negar o pedido de mais uma guarda de honra, alegando a separação entre Igreja e Estado, aceitou o convite.⁶⁴²

⁶³⁶ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894/1918. pp. 7-8.

⁶³⁷ Idem. p.11.

⁶³⁸ Idem. p. 06. Mas padre conseguiu obter maioria de 2/3 e conseguir o dinheiro requerido.

⁶³⁹ Idem. pp. 07-08. Anotação feitas pelo Arcipreste Pedrinha que resolveu vender a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, pois o presidente do Estado resolveu construir um teatro de madeira ao lado dela, apesar de seus pedidos. Então conseguiu autorização do bispo de Niterói e do encarregado dos negócios da Santa Sé para negociar com o governo para desapropriá-la em favor do Bispado. Segundo ele, após obter a autorização com grande dificuldade, propôs ao governo do Estado a desapropriação e após negociações conseguiu cinquenta contos em apólices.

⁶⁴⁰ Idem. p 10/11. 16/05/1896.

⁶⁴¹ O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 09/05/1897.

⁶⁴² Era governador Graciano Neves.

Para o padre Guizan, a vinda do bispo havia criado “divergência de opiniões”,⁶⁴³ pois, poucos homens de critério reconheceram a honra da distinção oferecida pela Santa Sé.⁶⁴⁴ Aconselhava as autoridades que se despissem dos preconceitos positivistas e parassem com os escrúpulos e receios de ofender os preceitos constitucionais, pois a sociedade não iria perguntar se estes haviam sido seguidos:

[...] ela é católica e Cortez, quererá saber de vos si alargaste o coração para receber o bispo cavalheirosa e pomposamente, e se vos deixastes amesquinhar pela indiferença, deixando entrar o príncipe da Igreja Católica, sem o deferimento e as honras que os cristãos da pátria brasileira são tributados.

Deveriam os representantes políticos, receber o bispo como fizeram os governos de outros Estados, que auxiliaram seu primeiro bispo, por fim, afirmava que honrar ao bispo se reverteria em benefício aos mesmos e ao Estado.⁶⁴⁵ Seria dever de todos os católicos recepcionar o bispo, devendo partir o exemplo dos altos poderes.

*Não se venha discutir com a separação da igreja do Estado determinado no pacto fundamental, porque isto seria tolerável, si o nosso governo e seus [...] respeitassem a constituição tantas vezes atropelada. Faça o presidente do Estado um sacrifício de suas crenças positivistas, e demonstre perante todos que sabe respeitar a religião da maioria do povo.*⁶⁴⁶

⁶⁴³ “O Advento do Bispo”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 02/04/1897. O padre era espírito-santense.

⁶⁴⁴ A Santa Sé teria preterido outros Estados superiores em território, população e recursos financeiros, e se o Estado não soubesse corresponder a generosa preferência do pontífice, segundo o padre, abateria sobre este justas “*exprobrações*” de filhos magoados e indignados. Afirma que o Santo Padre, o internúncio, os bispos do Brasil, os povos de todos os Estados da república, observavam atentos o modo pelo qual o bispo seria recebido, estando o Estado em uma situação melindrosa, já que estava comprometida a dignidade e a honra do mesmo, pois estava em jogo a diplomacia das autoridades estaduais e municipais.

⁶⁴⁵ “O Advento do Bispo”. *O Comércio do Espírito Santo*. 02/04/1897. Os povos do Amazonas, da Paraíba do Norte e do Paraná. E incentiva a câmara municipal de Vitória a imitar a de Uberaba que promoveu “*esplendorosa recepção*” ao seu bispo

⁶⁴⁶ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória 07/05/1897. p 02.

A linguagem utilizada pelo padre Guizan era agressiva, na defesa de que a criação do bispado traria benefícios “*morais e materiais*”⁶⁴⁷ ao Estado, despertando-o do sono podre da acanhada política imperialista.⁶⁴⁸ Os artigos do padre Guizan poderiam indicar que houve receio das autoridades em receber o bispo, entretanto, várias confirmaram, antecipadamente, a presença na recepção,⁶⁴⁹ tendo sido o mesmo saudado na capital federal por Domingos Vicente, Gil Goulart, Siqueira Lima, Campos Sobrinho, Bernardo Horta e Torquato Moreira.⁶⁵⁰

Ao chegar ao Estado, o bispo foi recepcionado pelo Monsenhor Casella, padres e pessoas gradas da sociedade.⁶⁵¹ A recepção foi “*esplendida*”, com a participação em massa da população e discurso do padre Antunes Siqueira. O bispo foi cumprimentado pessoalmente pelo presidente do Estado, ainda no navio, e de acordo com o Arcipreste “[...] *não faltaram músicas, orquestra, discursos, flores, girandelas de foguetes e um povo infinito, tudo concorreu para o brilhantismo da festa*”. Estiveram presentes no banquete de recepção vários

⁶⁴⁷ Padre Guizan. “Um Apelo”. *O comércio do Espírito Santo*. Vitória, 14/04/1897. Refere-se à criação do bispado como um progresso.

⁶⁴⁸ Padre Guizan. “Como eu achei a Vitória”. *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 27/03/1897. “*A cidade da Vitória, passaram por cima dela muitos quartéis de séculos, e todos deixaram-na dormir o sono podre, a que estava condenada pela acanhada política imperialista[...] Acorda-la do letargo de séculos e despertá-la do nojento torpor, não podia ser obra de um lustro: injetar-lhe seiva nova, agitar o sangue, avivar os sentidos, dar-lhe consciência de sua vitalidade, ensinar-lhe a ambição e fazê-la industriosa, estimular a iniciativa privada, introduzir o bom gosto, aliar o progresso ao patriotismo- isto é operação de muitas dezenas de anos. Houve força de fascinação capaz de fazer esperar uma transformação radical da Vitória no curto lapso de oito anos, mas o espírito despreocupado e calmo saberia dar desconto as informações. O logro atribua-se a excessiva credulidade.* Uma crítica do padre às grandiosas expectativas de desenvolvimento do Estado, que foram desfeitas no final da primeira administração de Muniz Freire.

⁶⁴⁹ Carta do Governo Municipal da Vila do Riacho ao Exmo. D. João Nery, Bispo Diocesano em 25 de maio de 1897. “*O Governo Municipal d’esta vila foi unânime em aceitar a proposta dos cidadãos Sepulcho Franco, de se inserir no ato o dever de cumprimentar a V. Exa. Rema pela sua feliz chegada a esse Estado ontem todos desejavam a vinda de seu primeiro Bispo, ao mesmo tempo que apresentam a V.Exa. Rema. os míseros votos de admiração e estima. Este governo Delegou poderes ao Dr. Olímpio Lírios representa-lo no ato da recepção e posse de V. Exa. Rema [...]*”. Também In: *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 18 de maio de 1897 O governo municipal da cidade da Serra, em sessão de 10 do corrente, nomeou uma comissão dos srs. Barão de Monjardim, Tenente Francisco da Rocha Tagarro e Antônio da Silva Borges para representá-la nas festas de recepção do bispo. E também In *O Comércio* 09/05/1897. Ficou definido que o governo municipal nomearia uma comissão para cumprimentar o bispo em nome do município e de ornamentar o jardim municipal. O dr. Chefe de polícia ofereceu a banda de música do corpo de polícia e o inspetor da instrução pública convidou o professorado e alunos para comparecerem a estas festas; enquanto o comércio ficou responsável pela sustentação do bispo e sua comitiva por dez dias.

⁶⁵⁰ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 18/05/1897.

⁶⁵¹ *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 24 de março de 1900

representantes dos órgãos do governo, dentre eles o governador e o presidente da Corte de Justiça, ocorrendo na ocasião diversos brindes.⁶⁵²

A linguagem áspera, utilizada tanto pelo padre Guizan quanto pelo padre Pedrinha, nas críticas aos positivistas, não foi adotada por dom Nery, que evitou um discurso aberto de oposição às elites republicanas. Essa postura facilitou contatos, e se reverteu em benefícios para sua administração.

Dessa forma, quando Monsenhor Casella, então encarregado da administração do bispado, solicitou, através de petição, auxílio para o patrimônio da Diocese que, segundo o mesmo, lutava com dificuldades para sua manutenção,⁶⁵³ pôde contar com aliados. Estes argumentaram ser o patrimônio da mitra não apenas para a manutenção do bispo, mas também para obras pias, pois, embora o bispado não mantivesse casas de caridade, a manutenção do culto religioso, seria bom e benéfico para as famílias, além de ser útil a todos que residiam no solo espírito-santense. Outros apoiavam a isenção,⁶⁵⁴ justificando a difícil situação do bispado.⁶⁵⁵

Para resolver questões patrimoniais, o bispo contou com o apoio decisivo de líderes republicanos, como na posse do Convento da Penha,⁶⁵⁶ e na conquista de várias isenções. Alegava-se, que as leis do antigo Império que isentavam de impostos, os prédios de corporações religiosas, não contrariavam as leis republicanas e que, por isso, deveriam ser seguidas. Citavam o exemplo da América do Norte, onde havia a separação entre Igreja e Estado e “*verdadeira liberdade de culto*”, sendo que a constituição tinha disposição idêntica ao Brasil

⁶⁵² Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894/1918. p. 12. Esse documento foi transcrito por Maria Stella de Novais, sem referências, no seu livro História do Espírito Santo. p. 346.

⁶⁵³ Documento: Atas de reuniões legislativas de 1898. Pasta 29/30. Atas de 1899. Reunião em 23 de setembro de 1899.

⁶⁵⁴ O sr. Governador Wenceslau Prado

⁶⁵⁵ “Governo Municipal”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 22 de setembro de 1900. Na votação que se seguiu apenas Domingos Netto e Dalmácio Coutinho foram contra, mas foi aprovado.

⁶⁵⁶ Carta do Pe. Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha ao Exmo. Revmo. Snr. Bispo do Espírito Santo. Rio 05/05/98. O internúncio condicionou a entrega do Convento da Penha ao Bispado se este conseguisse auxílio do governo para manter sua posse, caso houvesse protesto do frade Como foi uma condição, o governo deve ter oferecido apoio, já que o convento foi entregue ao bispado.

em matéria religiosa, sendo inconstitucional impor tributos sobre igrejas e propriedade eclesiásticas.⁶⁵⁷

O grande receio da Igreja no país, após a Proclamação da República, foi que o direcionamento adotado pelos líderes políticos na constituição do Estado Laico, se encaminhasse para uma separação dos poderes baseado no exemplo francês. Isso, pois apesar da independência dos poderes não ser uma mudança nova, já que existiam experiências em diversos países, contudo, faria enorme diferença o modelo que se implantaria: o francês ou norte-americano, visto que, enquanto esse adotou um sistema mais “harmônico” com a Igreja; aquele assumiu uma postura de franca oposição e subordinação desta. Felizmente para a Instituição, no caso brasileiro, o Estado seguiu os parâmetros norte-americanos, favorecendo-a com diversos benefícios.

Entre os benefícios, conseguidos por dom Nery, estavam diversos tipos de aporte financeiro, como a isenção do imposto predial do palácio episcopal, conseguido com o apoio de vários políticos.⁶⁵⁸ A diocese conseguiu isenção do pagamento de impostos de transmissão de propriedade, por espaço de cinco anos.⁶⁵⁹

Uma forma de driblar os opositores da Igreja, que discordavam da concessão de subvenções ou isenções ao bispado, foi reafirmar sua vocação caritativa e humanitária, o bispo conseguiu bons resultados com esse argumento.⁶⁶⁰ O auxílio conseguido pelo Arcipreste Pedrinha para o Ateneu Diocesano,

⁶⁵⁷ O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 16 de dezembro de 1897. “*Julgamos bem inútil o projeto apresentado pelo sr. dr. Argeu Monjardim ao governo municipal, isentando de impostos os prédios pertencentes a irmandade S.Sacramento, pois só havia a necessidade de continuar respeitando a lei antiga*”.

⁶⁵⁸ “Governo Municipal”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 27 de setembro de 1900. Decreto n. 71, de 22 de setembro de 1900. Artigo único: Fica isento do imposto predial o Palácio Episcopal do bispado do Estado. Também in: *O Comércio do Espírito Santo*. Vitória, 25 de setembro de 1900. Com a 4ª e última sessão ordinária teve fim os trabalhos do Conselho Municipal da Capital. A sessão foi presidida pelo sr. Tenente-coronel Joaquim Lúrio, compareceram os governadores Wenceslau Prado, Henrique Coronel, Victor d’Oliveira, Domingos Netto e Ribeiro Moço. Foi apresentada a redação definitiva do projeto n. 3 que se referia a isenção de impostos o Palácio Episcopal desta cidade.

⁶⁵⁹ Livro: EES:Índice das leis de 1897. Assembléia Legislativa. N. 342 de 16 de Novembro de 1898: Isenta do pagamento de imposto de transmissão de propriedade por espaço de cinco anos aos bens que forem adquiridos para patrimônio do bispado do Espírito Santo e outras religiões. Embora fosse uma lei em decorrência da organização do patrimônio do bispado, para não ofender a legislação e outras religiões ampliava-se a isenção a outras denominações religiosas.

⁶⁶⁰ Lei N. 27: Estabelece o processo de arrecadação dos diversos impostos estaduais. Seção III: Das Isenções: Art. 56: das isenções de impostos da transmissão inter-vivos: 6º atos de transmissão de propriedades para

apesar de ser este posteriormente fechado, evidencia o quanto interessava ao governo a ação da Igreja.⁶⁶¹

Através de obras de cunho social, como o apoio à Santa Casa, além da fundação de escolas e a ajuda em épocas de epidemia, dom Nery conseguiu vários benefícios.⁶⁶² Se havia oposição à influência católica, o bispo também contou com aliados valiosos.⁶⁶³ Com isso, percebe-se que permanecia forte o sentimento católico entre a própria elite, embora, não possamos descartar que, também houvesse a constatação das vantagens em apoiar uma instituição que assumia demandas da população negligenciadas pelo Estado. Dentre seus constantes aliados estavam os deputados Monteiro da Gama, Augusto de Carvalho, Vlademiro da Silveira, Joaquim Lírio.⁶⁶⁴

Entretanto, tudo não era apenas harmonia, houve ocasiões de atrito como a que ocorreu em Cachoeiro de Santa Leopoldina, quando a prefeitura quis cobrar dos padres o imposto de profissão.⁶⁶⁵ Rapidamente dom Nery fez contato com o

sociedades pias; Art. 57: São isentos de impostos de transmissão causa mortis: 1º Os legados feitos a estabelecimentos pios; 4º Os legados pios feitos à pobreza sem individuação dos legatários. In: Livro: EES: índice de leis. Assembléia Legislativa.

⁶⁶¹ A lei na íntegra: “*Parte oficial-Presidência do Estado-Administração do Exm. Snr. Dr. Constante Gomes Sodré, primeiro vice-presidente do Estado-Lei N. 126 concede o auxílio anual de 8: 000\$000 ao Ateneu Diocesano. O vice-presidente do Estado [...] Art 2º Fica a Diretoria do mesmo Ateneu obrigado a dar instrução até seis meninos pobres [...], sendo quatro internos e dois externos, como preferência órfãos[...] em 28 de outubro de 1897*”. In: Livro Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894/1918. p. 27. O senhor Pedrinha ao ser eleito deputado, se tornou uma voz ativa no Congresso na defesa da Igreja, sendo um elo importante desta com o poder temporal. Maria Stella de Novaes relata que foi com seu apoio que dom Fernando, sucessor de dom Nery, conseguiu novas subvenções para o Colégio N.Sra. Auxiliadora. **NOVAES**, Maria Stella. História do Espírito Santo. p. 358.

⁶⁶² A Tribuna de 21/12/1951. Apesar da afirmação de Maria Stella de Novaes de que nem D.Nery, nem seu sucessor terem recebido auxílio do governo.

⁶⁶³ Sessão de 08 de outubro de 1897. In: Livro: EES: índice de leis. Assembléia Legislativa. Na sessão de 08 de outubro na consideração sobre auxílio ao Ateneu, projeto No. 06 o Sr. Silvino de Faria justifica seu voto contrário ao projeto, enquanto o sr. Augusto de Carvalho como seu representante defende-o

⁶⁶⁴ 13ª sessão ordinária de 16 de outubro de 1897. Atas de reuniões legislativas. (pasta 29/30). Posta em votação a emenda apresentada pelo Sr. Marciano Izidro (trimensalmente) é aprovado, tendo antes o Sr. Vlademiro da Silveira se manifestado contra e requerido verificação da votação sobre a mesma que deu 11 votos a favor e 03 contra. Era constante a aparição desses políticos em festas, comemorações, etc. Foi Monteiro da Gama que defendeu o projeto n. 06, sobre ajuda ao Ateneu. Encerrada sua discussão o mesmo deputado requer votação nominal e sendo aprovado o seu pedido dá o seguinte resultado: respondeu sim os Srs: Augusto de Carvalho, Simão Machado, Antonio Borges, Bernardino de Oliveira, Vlademiro da Silveira, Joaquim Lírio, Virgílio Silva, Barbosa Leão, Joaquim Bermude, Marciano Izidro e Monteiro da Gama. E não: Silvino de Faria, Deocleciano de Oliveira e José Marcelino.

⁶⁶⁵ Sessão de 15 de setembro de 1898. Pasta 29/30. Assembléia Legislativa. O bispo faz uma reclamação devido à cobrança de imposto de profissão cobrado do padre Dollinger pelo governo municipal de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Congresso do Estado para resolver a situação. ⁶⁶⁶ A cobrança desses impostos, invariavelmente, excluía sociedades de socorro-mútuo ou estabelecimentos com fins humanitários. ⁶⁶⁷ A Igreja, ao ser considerada órgão com fins humanitários, conseguiu diversas isenções que, no montante, não foram insignificantes, principalmente se levarmos em conta a crise econômica que o Estado atravessava.

Encontros oficiais formalizavam os contatos entre os poderes temporal e religioso, nos quais o bispo, embora não comparecesse pessoalmente, indicava quem o representasse. A presença do Monsenhor Casella, então 1º governador do Bispado, acompanhado dos padres Soriano e Blanco, tanto na Convocação Ordinária do Congresso, em que compareceu o Presidente do Estado, quanto na comitiva que o acompanhou até o palácio do Governo, ⁶⁶⁸ foi um desses momentos.

Embora os benefícios materiais fosse um dos fatores da aproximação com a elite política, havia igualmente, uma similaridade de posicionamento em relação à sociedade, que os textos de dom Nery deixam transparecer.

Desde o início, em sua saudação aos novos diocesanos, o bispo pedia aos fiéis que orassem por todas as autoridades religiosas e civis. ⁶⁶⁹ E continuou recomendando, em sua Pastoral de Despedida, que fossem abençoadas todas as autoridades eclesásticas e civis para de comum acordo, poderem proporcionar dias venturosos e felizes para o povo. Contudo, pedia a Deus que livrasse o

⁶⁶⁶ Documentos Avulsos/ Correspondências da Câmara Eclesiástica: Carta do bispo do E.S. reclamando sobre impostos cobrados aos sacerdotes em diversos municípios do Estado. Residência Episcopal de Vitória, 25/05/1898. Segundo o bispo os emolumentos recebidos pelos sacerdotes não poderiam ser considerados pagamento de serviços, pois eram esmolas, sendo, portanto ilegal a sua cobrança. Junto Carta do Palácio do Governo respondendo à reclamação feita pelo bispo, sobre cobrança de impostos aos sacerdotes. Vitória, 06/05/1898. Aconselhando que o bispo entre em contato com a autoridade municipal para resolver a questão. Documento do Governo Municipal da Cidade do Porto do Cachoeiro do Estado do ES. Cobrança do imposto pela profissão de padre ao Pe. Tolinger, relativo ao ano de 1898. Cidade do Porto do Cachoeiro, 05/03/1898. E Carta da Secretaria do Congresso Legislativo do Estado do ES. respondendo ao ofício do bispo sobre cobrança de impostos sobre a profissão de padre. Vitória, 29/09/1898. Não conseguimos encontrar documentos expliquem como terminou essa questão.

⁶⁶⁷ O Estado do Espírito Santo. Vitória, 25 de fevereiro de 1899. Rendas do município de Nova Almeida. Embora se refira ao município de Nova Almeida acreditamos que será a postura adotada por diversas municipalidades.

⁶⁶⁸ “Interesse Local”. *O Estado do Espírito Santo*. Vitória, 14 de setembro de 1900. p 02. No dia anterior ocorreu a instalação solene da 3ª convocação ordinária da 3ª Legislatura do Congresso do Estado

⁶⁶⁹ NERY, J. B. C. Carta Pastoral Saudando aos seus Diocesanos no dia de sua sação. Roma: Poliglota, 1896. p13.

Estado das divisões, das facções, dos partidos e o tornasse digno das suas antigas e gloriosas tradições.⁶⁷⁰ Na compreensão do bispo, o governo ideal seria aquele em que o poder civil e o religioso estivessem unidos, mas não sobrepostos, como no Império.

Felicitou José Marcelino quando este assumiu o governo,⁶⁷¹ e ao se despedir do Estado, agradeceu às autoridades:

*Inclito e respeitável magistrado, que pela segunda vez achais à frente desse futuroso Estado, na vossa pessoa apresento minhas despedidas e agradecimentos, a vós e a todos os vossos antecessores; autoridades civis, judiciárias, policiais e municipais da capital e do Estado, recebi na singeleza destas ex... soes o penhor de nossa consideração e agradecimento por que fizestes, quer em nosso benefício, quer em benefício da diocese.*⁶⁷²

Segundo palavras de dom Nery, “A Igreja é uma escola de obediência. Soldado do exército de Jesus Cristo é ao capitão que compete a palavra de ordem, e a nós cumpre somente executá-la.”⁶⁷³ Ao defender os “acordos” entre os poderes e utilidade da Igreja para a ordem e a obediência aos poderes constituídos, o bispo assumiu um discurso legitimador da nova forma de governo.⁶⁷⁴ Também apontava o erro que cometiam aqueles que associavam Catolicismo à monarquia, asseverando que o Catolicismo havia sido mais resistente que a Monarquia, que havia tolhido a Igreja de sua liberdade.

Para dom Nery, a sociedade moderna caminha “desnorteadada e sem leme” sem os preceitos cristãos. Diferentemente dos que relacionavam o catolicismo com a monarquia, argumentava que não seria “esta ou aquela forma política” ou “facção social” que a salvaria, da noite “escura” e o “mar tempestuoso” em que ela

⁶⁷⁰ NERY, J. B. C. Carta de Despedida. p 13.

⁶⁷¹ APE: Ofícios recebidos. Fundo Governadoria. Série correspondências. Ofícios recebidos Código G. 96 pg. 1898. p. 81.

⁶⁷² NERY, J. B. C. Carta de Despedida. p 12.

⁶⁷³ AZZI, Rioldo. A Igreja no Regime Republicano. p. 90. Também In: Livro Tombo n. 1. p 51.

⁶⁷⁴ Livro Tombo n. 1. p. 52.

se encontrava.⁶⁷⁵ O catolicismo não estava ligado a nenhum sistema político e, portanto, poderia e deveria se acomodar ao novo governo, mesmo porque somente Deus era fonte de toda ordem e prosperidade.⁶⁷⁶

Aos que tentavam descartar a religião da sociedade, o bispo reafirmava o poder que ela tinha de estabelecer a ordem necessária à prosperidade, estando acima das divisões políticas.

Os líderes eram mais importante que a forma de governo, pois a salvação estaria em homens que fossem “*timoneiros valentes e adestrados*”, não formados por “*esse molde tacanho e ridículo da pretendida ciência moderna*”, mas homens educados na escola de Jesus Cristo.⁶⁷⁷ Exigia, dessa forma, homens que comprometidos com a religião, seguissem seus direcionamentos, e não aqueles que, ao almejamem a “ciência moderna”, defendessem um mundo laicizado, como ocorria em diversos países.

Vários problemas assinalados em sua visita pastoral eram decorrentes da ação isolada dos poderes, pois, independência não deveria significar oposição, carecendo agirem em comum acordo o poder eclesiástico e o civil, para evitar diversos males.⁶⁷⁸ Enquanto parte da hierarquia permanecia encastelada na defesa da monarquia, assumindo discursos saudosistas, dom Nery perfilhava-se à nova forma de governo, reafirmando a vocação da Igreja como mantenedora da ordem. Por suas posições firmes contou com valiosos interlocutores que o possibilitaram implantar diversas obras ao longo de seus bispados.

A liberdade adquirida com a República possibilitou a “romanização progressiva”, visto ter facilitado a interferência da Sé na Igreja brasileira, viabilizando a centralização administrativa e a supervisão mais constante.⁶⁷⁹ Essa

⁶⁷⁵ NERY, J. B. C. Carta Pastoral sobre a Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu Venerando Vigário. p. 09.

⁶⁷⁶ NERY, J. B. C. Carta Circular comunicando ao clero e fiéis o resultado de sua última excursão. Vitória : A. Moreira Dantas. 1899.p 04.

⁶⁷⁷ NERY, J. B. C. Carta Pastoral sobre a Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu Venerando Vigário. p 10.

⁶⁷⁸ NERY, J. B. C. Caderno Manuscrito. p. 100/101. Impressionou o bispo o grande número de cemitérios particulares que existiam, devido a dificuldade de transporte, mas questiona a quantos abusos isso prestaria? Os proprietários de tais cemitérios faziam enterramentos sem exame de cadáveres, sendo muitos cemitérios afastados da casa e os portões sem chave, facilitando que cúmplices de um crime enterrassem ali suas vítimas.

⁶⁷⁹ LUSTOSA. O. F. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890) Uma passagem para a libertação. REB. Petrópolis: Vozes, n.35. Fasc. 139. Setembro 1975.p. 645. Exemplo dessa centralização foi o Concílio

afirmação supõe uma maior centralização das decisões dentro da hierarquia católica, mesmo em um ambiente politicamente estadualizado.⁶⁸⁰

O Estado “neuro”, da república brasileira, facilitou a presença da Igreja, visto o interesse dos políticos na força do eleitorado católico, além do liberalismo prático, que não tinha uma consciência anticristã, podendo o Catolicismo crescer e recuperar os privilégios perdidos.⁶⁸¹ A oposição, levada a efeito por parcela da elite política, teve em contraponto, a ação de políticos que se definiam católicos, e também daqueles que perceberam o quanto era importante a ação moralizadora da Igreja.

A decisão adotada pelo episcopado brasileiro, de entabular relações “amistosas” com o presidente e os governadores dos Estados, foi um direcionamento da Santa Sé⁶⁸² e, não uma opção independente.

A política de harmonização dos poderes de Leão XIII, iniciou-se com o reconhecimento do regime republicano em 1890, prosseguindo com a criação da nunciatura em 1901, e teve seu auge com a criação do primeiro cardinalato da América Latina, em 1905, quando foi nomeado como primeiro Cardeal latino americano D.Joaquim Arcoverde. Percebe-se uma aproximação “cautelosa”, nos dizeres de Marchi, entre o clero e os homens públicos.⁶⁸³

Apesar da permanente condenação a doutrina liberal, feita tanto no Syllabus errorum, quanto na Encíclica Quanta Cura,⁶⁸⁴ o episcopado defendeu na Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890, a independência das instituições, condenando, contudo, a separação. Propugnou pela harmonia entre os poderes, alegando que o conflito entre eles acarretaria distúrbios e desordens, enquanto a união significaria apoio ao Estado por parte da igreja.⁶⁸⁵ A defesa da ordem e do

Plenário Latino-americano, ocorrido em 28 de maio de 1899, no Colégio Pio Latino-americano, organizado por Leão XIII, pois através desses concílios o Vaticano fortalecia seu poder junto a hierarquias da América Latina, enfraquecendo o poder das igrejas nacionais. **MARCHI**, Op. Cit. p. 123.

⁶⁸⁰ **MICELI**, Op. Cit. O autor trabalha com o conceito de “Estadualização” que corresponderia a organização da hierarquia em consonância com o período da política dos governadores.

⁶⁸¹ **LUSTOSA**. pp. 645/647. À exceção, segundo o autor, à tolerância ao catolicismo vinha do maçonismo militante.

⁶⁸² **MARCHI**, OP. Cit. p.124.

⁶⁸³ **Ibidem** p. 120.

⁶⁸⁴ **Ibidem** p. 108. Na Carta Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890

⁶⁸⁵ **Ibidem** p. 109.

poder constituído foram recomendações do episcopado, numa aproximação com o Estado, em um período em que este, necessitava de estabilidade para sua consolidação.⁶⁸⁶

Não obstante a Constituição Republicana de 1891 conter artigos condenados pela igreja, esta conseguiu vitórias importantes, não ocorrendo o que mais temia: uma separação radical entre a Igreja e o Estado, como ocorrido na França.⁶⁸⁷

A política “pacífica” de Leão XIII redundou a ele na simpatia dos chefes de Estado e para a Igreja em reconhecimento de influência que parecia ter sido perdido com a decadência de seu poder temporal.⁶⁸⁸

A reorganização romanizadora favoreceu uma “melhor adequação” da Igreja à sociedade moderna, arrefecendo o clima de desconfiança desta em relação ao Estado leigo, com seus componentes ideológicos positivistas e liberais.⁶⁸⁹

Inicialmente a desconfiança em relação à elite republicana, fez a hierarquia assumir um discurso de defesa da Igreja, criticando, principalmente o positivismo. Esta postura foi adotada pelo padre Guizan e o arcebispo Pedrinha, que identificou um grupo não “*muito pequenino*” e que fazia “*timbre em passar por indiferente, espírito forte, positivista*”, como um dos erros de sua paróquia.⁶⁹⁰

O padre Júlio Maria, outro que assumiu um discurso de oposição ao positivismo, rebateu, através de seus textos, os ataques destes à religião, afirmando a necessidade do catolicismo para a sobrevivência dos governos, como fonte da ordem social.⁶⁹¹ O catolicismo, para o redentorista, era uma “*Religião Nacional*”, enquanto o positivismo era uma “*mercadoria importada*”. Dizia ter encontrado obstáculos, para suas conferências, não de autoridades e homens

⁶⁸⁶ Nos dizeres de Marchi, na pastoral coletiva de 19 de março de 1890: “*Em nenhum momento, respeitadas as balizas, observa-se qualquer oposição à forma de governo, ao contrário, dispõe-se a colaborar dentro do espaço que lhe é próprio, recomendando, explicitamente, submissão ao poder constituído*”. p. 117.

⁶⁸⁷ MARCHI, Op. Cit. p. 117.

⁶⁸⁸ “O Imperador da Alemanha e o Papa”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 20 de julho de 1900. p 02.

⁶⁸⁹ REIS, José Garcia dos. Op. Cit. p. 72.

⁶⁹⁰ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894-1918. *Resposta de Vigário Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha*. Vigário das Paróquias de N.S. da Vitória e de S. João de Carapina. 06 de Julho de 1897. pp .20-21.

⁶⁹¹ REIS, José Garcia. Op. Cit. p. 74

políticos da República, mas *“justamente de eclesiásticos e políticos aferrados ao antigo regime. Quaisquer que sejam, repito os erros da República, em matéria de religião, é certa que ela deu à Igreja a liberdade”*.⁶⁹²

Júlio Maria fez uma ampla campanha de defesa do Catolicismo e de combate ao pensamento positivista. Para ele, a ordem necessária aos governos não viria, se não, da religião, rebatendo argumentos em que se creditava à ordem e ao progresso o fim da religião.

Não há registro, nos textos de dom Nery, de críticas contumazes aos positivistas, embora concorde com Júlio Maria da religião ser a única que poderia ser a mantenedora da ordem. De acordo com Reis, embora tivessem projetos diferentes para a sociedade, havia uma “coalização”⁶⁹³ entre os discursos católicos e positivistas, visto que ambos apresentavam um modelo de sociedade marcada pelo autoritarismo.⁶⁹⁴

A resposta de dom Nery, às vezes velada, aos que faziam oposição declarada ao catolicismo, foi descaracterizar o catolicismo desses traços supersticiosos e de definir sua racionalidade. Tendo estudado em colégio positivista, pôde rebater os argumentos mais radicais contra a religião.⁶⁹⁵

Entretanto, nem todos positivistas adotaram uma postura de claro combate ao catolicismo, acreditando que, sendo uma religião atrasada, chegaria ao fim com a evolução natural da sociedade. Estes abriam espaço para um “mínimo” de convivência, quando não de atuações em comum, estando estes mais interessados na manutenção da ordem social, condição *si ne qua non* para o progresso.

Concordamos com a análise de Reis de que as divergências entre o poder religioso e o poder temporal foram efêmeras. Isso, pois, apesar de críticas, nem

⁶⁹² **MARIA**, Op. Cit. 106. Para o padre o positivismo era o elemento “deletério” e “subversivo” da República, pois banii a religião do ensino e da educação.

⁶⁹³ **REIS**, apud Roberto Romano. p. 74.

⁶⁹⁴ **Ibidem** p. 74. Reis analisa os boletins de São José divulgados pelos Redentoristas, afirmando que possuíam um discurso que defendia a passividade do homem, havendo em comum com os positivistas a defesa da pátria e da família. São José era o modelo de virtude e de trabalho.

⁶⁹⁵ **Ibidem**. Op. Cit. p. 73. Positivistas como Benjamin Constant, defendiam o fim das crenças e contos “supersticiosos” que refletiriam a ignorância e homem.

sempre disfarçadas, rapidamente a elite percebeu que a religião realmente seria uma forma eficaz de manutenção da ordem, exemplo verificado no caso Canudos.

Dessa forma, mesmo que, como afirma Reis, não fizesse parte do projeto de romanização da Igreja assegurar ao Estado a dominação, e sim se afirmar como “mantenedora” da ordem,⁶⁹⁶ sua ação serviu de anteparo para as medidas do Estado.

Nesse período, a tradição católica foi um instrumento oportuno, sendo eficiente colaborador na estabilidade do regime e no progresso da sociedade, não havendo discrepâncias radicais entre a doutrina positivista e o catolicismo.⁶⁹⁷ Isso se verifica nos primórdios da República no bispado de dom Nery no Espírito Santo.

Percebemos, através do projeto de progresso e modernização do partido Construtor, elos com os direcionamentos do bispo: a defesa da educação, da imigração e da ordem foram pontos que desfizeram ou amenizaram confrontos.⁶⁹⁸

Os atritos com os positivistas, existentes no período de criação do bispado, que parecia uma aproximação cautelosa, com os padres atacando-os através dos jornais, se dissiparam ao longo do bispado de dom Nery. Não encontramos nenhum registro de repreensão direta em relação ao positivismo, ao contrário os laços e momentos de contato se estreitaram. Procuraram-se elos que unissem ou ao menos minimizassem os confrontos.

Dentre a elite republicana, era igualmente forte a presença de maçons, outros ferrenhos “inimigos” dos romanizadores. O relacionamento com essa associação foi conturbado no período de dom Lacerda⁶⁹⁹ e na República, ela continua a ser combatida, pois, segundo o arcepreste Pedrinha:

Raríssimas as pessoas que não pertencem a essa sociedade secreta. O Arcipreste achou prudente não atacar diretamente a seita: nem do púlpito, nem na imprensa tratou desse assunto,

⁶⁹⁶ REIS, Op. Cit. p. 80.

⁶⁹⁷ REIS, apud Lustosa. p. 74.

⁶⁹⁸ Nas disputas eleitorais desse ano, são veiculadas no jornal O Estado do Espírito Santo diversos artigos condenando padres de interferirem nas eleições.

⁶⁹⁹ Já descrito no capítulo anterior.

*apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião, declarou a doutrina da igreja e mostrando seu desgosto por esse fanatismo pela maçonaria. Não pode ter escrúpulo por esse procedimento porque teve a aprovação do Exm. Bispo de Niterói.*⁷⁰⁰

Foi, entretanto, considerada inofensiva, mas podendo futuramente vir a incomodar.. Sugeriu o padre Pedrinha que a Igreja aplicasse “*golpes caridosos e certos na maçonaria que vai invadindo tudo. Em breve esta capital tornar-se-ia internamente católica, ou, ao menos o joio estaria separado do trigo*”.⁷⁰¹

Em Campinas, ocorreram vários ajustes sociais, que proporcionaram a convivência harmônica entre a Igreja e a Maçonaria, a ponto do colégio maçônico, freqüentado pelo bispo, “Culto à Ciência” haver introduzido, desde 1886, o ensino religioso, apesar das insistentes condenações da Santa Sé à Maçonaria.⁷⁰²

D. Nery proibiu a participação nas irmandades de quaisquer seguidores de “sociedades secretas”, o que significava uma crítica velada aos maçons, contudo acreditamos que, também no Espírito Santo, certos “ajustes” foram feitos para acomodar e evitar conflitos.

Diversas personalidades públicas do Estado faziam parte da maçonaria,⁷⁰³ personalidades influentes como Cleto Nunes,⁷⁰⁴ José Carlos Lírio, Silvino de Faria, Alexandre Muniz Freire, Antônio Aguirre, Moreira Dantas e, dois foram governadores: Muniz Freire e Graciano do Santos Neves.⁷⁰⁵

⁷⁰⁰ Livro Portaria Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico 1894-1918. Escrito pelo então Arcipreste Pe. Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha. pp. 10/11.

⁷⁰¹ Idem. p.21. Segundo Pedrinha a maçonaria trabalhava para aumentar o número de seguidores e estava conseguindo, podendo futuramente incomodar a Igreja.

⁷⁰² **RIGOLO**, Op. Cit. p. 57.

⁷⁰³ “Monte Líbano”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 06 de Novembro de 1900. Regularização da Loja Maçônica Monte Líbano em que é venerável o Major Aristides Navarro. A comissão regularizadora foi composta pelo coronel João Antunes Barbosa Brandão (como presidente); em outros cargos José Lírio; Ildebrando Resemini; G. Barroso; José F. dos Santos e Elpidio Boa Morte. Oraram Candido Brizindor, Valentim Debiase, Lydio Mululo e Aristides Navarro.

⁷⁰⁴ “Loja União e Progresso”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 27/04/1897. Temos o nome de alguns representantes da maçonaria como Saldanha Marinha, Dr. Azambuja, prof. Santos Pinto, Visconde do Rio Branco, Cleto Nunes, dr. Estevão de Siqueira, Barbosa Brandão, dr. Tito Machado, além do sr. Elpidio Boamorte, Eliseu Cezar, e os sr. tenente coronel Brandão

⁷⁰⁵ **FRAGA**, Op. Cit. pp. 275 à 289. Registra os membros de diversas lojas maçônicas: Antônio Moreira Dantas, Aristides Cyrillo da Rocha, José Carlos de Lírio, José de Mello Carvalho Muniz Freire, Alexandre

Aproveitando-se da adquirida liberdade poderiam os romanizadores tentar, de fato, expulsar os elementos maçônicos.⁷⁰⁶ Entretanto, no Espírito Santo, esse processo foi habilmente conduzido pelo bispo de forma a evitar possíveis confrontos, contando com o apoio direto de maçons consagrados como Dr. Aguirre e Cleto Nunes, na manutenção do bispado.⁷⁰⁷

Os Secretários das lojas maçônicas, durante o bispado de dom Nery, passaram a colocar pseudônimos em seus anúncios de reuniões como se verifica no anúncio feito nessa data pela Loja Maçônica “Silêncio e Virtude”, o secretário Aymoré; no anúncio da União e Progresso o secretário assina como Humayta; e no da Loja Monte Líbano o secretário assina como Methodio.⁷⁰⁸ Essa tática se tornou comum entre as lojas maçônicas ficando menos visível a atividade de católicos em lojas maçônicas.

Também em Campinas, não houve nos discursos de dom Nery, críticas à maçonaria, comuns em eclesiásticos romanizadores. Num momento de necessidade de construir alianças, o bispo refutou atitudes intolerantes e intransigentes. Com esse argumento Rigolo, afirma a existência de uma relativa abertura e tolerância ao diferente na administração do bispo.⁷⁰⁹ Nosso entendimento, é que essa tolerância se devia à tentativa do bispo de promover maior aproximação com as elites republicanas, procurando então, minimizar os confrontos.

Essa tática favoreceu a aproximação com as elites políticas, exemplo disso, foi que mesmo depois de longo tempo afastado do Estado, o bispo foi convidado a

Muniz Freire, Aristides Morais Navarro, Candido Bresindor, Concinio Escobar Araújo, Antero Pinto de Almeida, Antonio de Araújo Aguirre, Antonio Gomes Aguirre, Antonio Joaquim de Novais, Aristides Costa, Graciano dos Santos Neves (1901), Silvino de Faria (1900). Também fazia parte Alpheo Monjardim, Eugenio Pinto Netto, Deocleciano de Oliveira, Anâncio Pinto Pereira. p.154.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Religião e Dominação de classes. p 60. (Documento de D.Macedo Costa de 1890).

⁷⁰⁷ NERY, J. B. C. Carta de Mandamento Estabelecendo na Diocese a Obra permanente da Caixa Diocesana. Vitória: A. Moreira Dantas, 1897. p. 05. Muito concorreu para evitar maior desastre o generoso e valioso apoio da sociedade católica, instituição dos beneméritos cidadãos Dr. Aguirre e Cleto Nunes.

⁷⁰⁸ “Avisos e Editais”. O Comércio do Espírito Santo. Vitória, 27 de abril de 1901. p 02.

⁷⁰⁹ RIGOLO, Op. Cit. p. 58.

aceitar o cargo de senador pelo Espírito Santo,⁷¹⁰ mesmo tendo recusado o convite demonstra a estreita ligação entre dom Nery e os políticos do Estado.

Ao longo de seus bispados teve contato, com republicanos de peso como Francisco Glycerio,⁷¹¹ Campos Salles e⁷¹² Francisco Salles⁷¹³ à ponto de alguns considerarem-no “*amigo pessoal*”⁷¹⁴. Outros o admiravam pelo:

*[...]zelo com que ele recomendava aos fieis respeito e acatamento às autoridades legitimamente constituídas. Certo do principio de que todo poder vem de Deus, mas é exercido pelos homens, de modo admirável D. Nery os rodeava do maior prestígio, quando eles exerciam funções publicas, e lhes prestava o auxilio de sua inteligência esclarecida e o apoio de sua influencia incontestável. Foi assim que tive a honra de contar a meu lado, quando investido das atribuições de chefe do Executivo de nossa terra, a esse digno conterrâneo e patriota exemplar. Respeito as autoridades constituídas, tal era o lema de D. João Nery em sua existência, e não foi dos menores de seus serviços a vulgarização d’essa doutrina.*⁷¹⁵

A postura adotada em relação aos homens públicos foi bem aceita pela hierarquia católica, tornando-o referência no conjunto do episcopado,⁷¹⁶ e alçando-o a bispo de Campinas.

⁷¹⁰ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino. Op. Cit. D.Nery recebeu o convite dos políticos situacionistas capixabas em 1917, para assumir a candidatura da cadeira ao senado representando aquele estado. p. 256. Também In: NOGUEIRA, Ataliba, Op. Cit. : “*tendo sido lembrado como único nome capaz de recolher a unanimidade dos sufrágios dos grupos em luta*”.pp.52-23.

⁷¹¹ **OTAVIO**, Benedito. Op. Cit. Senador federal conheceu seu avô, o pai e a infância de dom Nery. 1905. p 34.

⁷¹² **OTAVIO**, Benedito. Op. Cit. Campos Salles.

⁷¹³ **Ibdem**. Francisco Salles (presidente do Estado de Minas). p 34.

⁷¹⁴ **Ibdem** Washington Luis. p 79. Também Jerônimo Monteiro deixou uma homenagem ao bispo que considerava como “*grande e inesquecível amigo*”. p 123-124.

⁷¹⁵ **Ibdem**. Heitor Penteado. S. Paulo. p. 82.

⁷¹⁶ Transferência de dom Joaquim Arcoverde para a igreja metropolitana do Rio de Janeiro: “*Em conformidade das instruções recebidas da S. Sé Apostólica peço a V.E.Revma o especial obséquio de me indicar confidencialmente os prelados ou sacerdotes que em consciência e cascam Domino julgar idôneos para serem transferidos ou respectivamente promovidas à sede episcopal de S.Paulo vaga pela elevação do Exmo. D.Joaquim Arcoverde à Igreja Metropolitana do Rio Janeiro [...] Devotissimo servo Mgo Do João Baptista Guido Encarregado de Negócios da S. Sé*”. Carta de Encarregado dos Negócios da S.Sé Mgo. João Baptista Guido ao Revmo. Senhor Bispo do Espírito Santo. (reservada). Petrópolis 21 de Dezembro de 1897.

Esses contatos entre poder civil e religioso permanecem na administração de dom Fernando de Souza Monteiro, incentivados pelo Arcebispo do Rio de Janeiro: *“Fico pedindo a Deus que continue a assistir a V.Exa. com suas graças e luzes. Conserve sempre as boas relações com o governador e mais pessoas do governo. Joaquim, Arcebispo do Rio de Janeiro”*.⁷¹⁷

⁷¹⁷ Carta de D.Joaquim, Arcebispo do Rio de Janeiro ao Bispo D.Fernando Rio de Janeiro, 12 de junho de 1902.

Considerações Finais

Iniciamos a dissertação sobre os primeiros contatos da Província com o projeto romanizador, destacando suas limitações nesse período, principalmente a vastidão das dioceses que impedia que os bispos ultramontanos pudessem implantá-lo de forma eficiente. Mesmo assim, o Estado do Espírito Santo já havia entrado em contato com o ultramontanismo e, no início da República, dom Nery pode contar com alguns padres educados em seminários reformados, que foram fiéis seguidores de suas orientações. Com o fim do padroado as ações do bispo se tornaram independentes do poder temporal assumindo de fato a autoridade religiosa, sem prestar, como dantes, obediência ao Estado.

Dom Nery pôs em prática pontos importantes do projeto reformador como as visitas pastorais, a valorização dos sacramentos, o incentivo às novas devoções, o reforço da autoridade hierarquizada, o apoio das novas congregações européias, além do controle das irmandades e a oposição ao protestantismo. Seguiu fielmente as orientações da Santa Sé na defesa da hierarquização e no combate ao catolicismo tradicional, reforçando o discurso autoritário.

A separação entre os poderes ocorreu de forma a conciliar os interesses recíprocos, e dom Nery procurou demonstrar a importância da religião para a estabilidade do novo governo. Dessa forma, dentre às possibilidades advindas com o fim do Império, preferiu o bispo se perfilar ao Estado e evidenciar sua disposição nesse sentido ao longo de seu bispado.

Durante todo período da gestão do bispo Nery o partido Construtor, formado por renomados positivistas, monopolizou o cenário político do Estado. Entretanto, não se opuseram declaradamente à Igreja, embora houvesse divergências ideológicas. Facilitou essa atitude de convivência a similaridade entre a proposta moralizadora do bispo e a das elites, que propunham a definição de padrões de respeitabilidade para toda sociedade. A postura do bispo de imprimir à política social da diocese um caráter caritativo, voltado para o atendimento à pobreza e aos trabalhadores respondia aos anseios das camadas privilegiadas da

sociedade. Na defesa da ordem, dom Nery não hesitou em apoiar as expedições militares, como no extermínio de Canudos. Igualmente, a questão patriótica apontava para a necessidade de civilizar o país.

Ao implantar o projeto romanizador, com seu viés europeizante,⁷¹⁸ dom Nery aproximou-se do projeto modernizador republicano, combatendo os costumes locais e a necessidade de “moldar” a cultura erradicando seus aspectos considerados “atrasados”.

Conseguiu dom Nery aliados fundamentais para a afirmação da importância da Igreja na sociedade ao conciliar ciência e progresso com a religião, tendo sido indicado como bispo exatamente por estar mais afinado com a política de Leão XIII, dando continuidade ao processo romanizador e adotando nova postura em relação à modernidade. Por isso, esforçou-se para criar uma imagem de homem culto e progressista, conhecedor dos problemas de sua diocese.

Embora de forma fragmentária, assumiu o encargo de reescrever a história do Brasil sob a ótica do catolicismo, demonstrando o quanto foi fundamental para o país a ação civilizadora da Igreja, que moldou o caráter do povo brasileiro. Não há dúvida que foi um ideólogo do Catolicismo no Brasil.

Conquanto tenham existido momentos de tensão em que afloraram divergências entre o poder temporal e religioso, essas foram posteriormente dirimidas pela convergência na defesa da ordem, no respeito às hierarquias, na modernização, no progresso, no autoritarismo e, por fim, no cultivo do sentimento patriótico.

A administração de dom Nery no Espírito Santo superou as expectativas de seus superiores, pois fez em poucos anos muito mais do se esperava dele, após três anos e meio pediu transferência devido ao seu estado de saúde.⁷¹⁹

⁷¹⁸ NERY, J. B. C. Carta Pastoral sobre a Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu Venerando Vigário. Ano 1900, XIX centenário da Encarnação e Nascimento do Senhor. Rio de Janeiro. Tip. da Revista Católica. 1898. p. 22. Roma “*centro natural de convergência. Roma será o modelo e o espelho de todo o mundo*”.

⁷¹⁹ Carta do Pe. Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha ao Exmo. Revmo. Snr. Bispo do Espírito Santo. Rio 05/05/98. Embora a região do sul de Minas fosse também mais promissora do que o Estado do Espírito Santo. Tendo surpreendido com sua ação pastoral o próprio Arcebispo, que dizia bastar a pregação continua para “*em pouco inutilizar o homem mais vigoroso*”.

Dom Nery sugeriu ao Internúncio para substituí-lo “*com proveito para a Diocese, só o padre Fernando Monteiro, quer pelo valor pessoal e apoio da Congregação das Missões, quer, ainda, pelo prestígio de sua família*”.⁷²⁰

Apesar do tempo do bispado de dom Nery ter sido pequeno, ele preparou todas as condições para que a gestão de seu sucessor fosse “mais duradoura e frutuosa”. Deixou alicerces para o segundo bispo, podendo dom Fernando contar como aliados padres “reformados”, muitos tendo recebido as ordens sacras das mãos do próprio dom Nery. Também pode contar com a organização do patrimônio, a fundação da escola do Carmo, o incipiente controle das irmandades e festas, além de importantes contatos com políticos do Estado. Todas essas mudanças foram heranças preciosas para seu sucessor.

Essa aproximação entre os poderes permaneceu na administração de dom Fernando que manteve boas relações com o governador Henrique Coutinho⁷²¹ e ampliaram-se quando seu irmão, Jerônimo Monteiro, assumiu o governo do Estado.

Tendo assumido a diocese de Pouso Alegre, dom Nery continuou a combater: a “*ignorância religiosa*” os “*pregoeiros da heresia e da impiedade*”; além de novamente consagrar a maior parte de suas atividades aos trabalhos da visita pastoral,⁷²² e na organização de retiros espirituais para o clero.

Sua interpretação sobre como deveria ser o relacionamento com o Estado permaneceu:

Ora a justiça, manda que se dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus [...] traçando assim os deveres dos bispos para com as autoridades civis. Por isso no meio de

⁷²⁰ NOVAES, Maria Stella de. Um bispo Missionário. p. 106.

⁷²¹ Diversas cartas, algumas em estado deplorável, algumas ilegíveis, endereçadas ao bispo são esses indícios: Como a que o Henrique Coutinho agradece ao Bispo o auxílio para “harmonizar” a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. In: Carta de Henrique Coutinho ao Bispo Diocesano. Vitória 15 de julho de 1905. E de outros políticos como carta de: Carta de Emiliano José dos Anjos ao bispo d. Fernando. Campos 26 de janeiro de 1916. Nela ele diz que “Em março estarei ahi para dar o meu humilde voto ao punjante partido a que tenho a honra de pertencer [...] Salve! Dr. Jerônimo Monteiro. Salve! Bernardino Monteiro. Salve! Coronel Marcondes. Salve! Valoroso Partido. Salve! V. Exa. E exma. Família. A Vossa Santa Benção!”. Entre diversas outras que comprovam a influencia e a interferência política do sucessor de dom Nery.

⁷²² NERY, J. B. C. Carta Pastoral despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha. Tipografia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1908. p.09. Tendo visitado, à exceção de poucas paróquias, quase toda Diocese.

todas as agitações políticas e sob todos os governos que se sucedem, diante dos representantes do poder, quaisquer que eles sejam, favoráveis, indiferentes ou inimigos, o bispo deve manter-se correto e respeitoso, firme e digno, sem favonear jamais o espírito de revolta.

Concluía que o vigário de Cristo usaria do poder legislativo porque o Espírito Santo estabeleceu os bispos para governarem a Igreja de Deus; mas não poderia ir de encontro às leis gerais, devendo limitar-se a aplicá-las por decretos particulares às necessidades dos tempos, lugares e povos.⁷²³ E em sua despedida de Pouso Alegre agradece os auxílios prestados pelo então presidente do Estado João Pinheiro da Silva.⁷²⁴

Sua transferência para Campinas, pelo Breve de 03 de agosto de 1908, ocorreu devido a criação da diocese dessa cidade, desmembrada de São Paulo pelo decreto consistorial do Papa Pio X.⁷²⁵ Em Campinas, onde terminou seus dias, pode colocar em prática amplamente o seu projeto de conciliação com o governo.

A Consolidação do Estado ocorreu com o apoio de uma instituição hierarquizada, que se autocompreendia defensora da ordem e da moralização da sociedade. Da mesma forma que o catolicismo tradicional foi a argamassa que moldou o que seria o povo brasileiro, o catolicismo romanizado ofereceu à elite o seu potencial unificador, que acabou por apoiar as “exclusões” exercidas pelo Estado.

D.Nery representava uma instituição que, embora voltada para questões espirituais, não deixou de influenciar, como até hoje influencia, profundamente

⁷²³ NERY, J. B. C. Carta Pastoral despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha. pp. 12-13. Finaliza agradecendo aos “*três distintos filhos de minas*” que haviam sido presidentes do Estado, quer pelas relações oficiais, quer particulares, só tendo motivos de reconhecimento e gratidão, pela confiança, finezas e atenções que recebeu. E afirmava ter sido igualmente amistosas as relações com as demais autoridades civis, municipais e estaduais.

⁷²⁴ NERY, J. B. C. Carta Pastoral despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha. Tipografia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1908. p.18. Agradece à diversas outras autoridades como Francisco Salles, ex-presidente e senador Federal; à Wenceslau Brás, Adalberto Ferraz, Delfim Moreira e outros políticos do Estado de Minas.

⁷²⁵ BENCOSTTA, Op. Cit. p. 42.

toda sociedade. Embora a Igreja Católica, como as demais Igrejas cristãs, busque justificar sua ação na origem do cristianismo, é constituída de valores contemporâneos, mesmo que os re-elabore para conciliar com seus valores.

Sendo a romanização um processo que se insere na corrida imperialista, desdobramento da segunda revolução industrial, se compatibiliza com a modernização, com o progresso, e com o capitalismo. Ao modificar sua forma de organização a Igreja se adequou às mudanças da modernidade, mas escolheu as diretrizes que melhor se ajustavam à sua teologia.

A Igreja Católica apresentou um projeto educacional atrativo para a mentalidade modernizadora da elite que pretendia seguir o exemplo das “grandes nações” e apagar os aspectos considerados “atrasados” da sociedade. O projeto modernizador não significava propostas que modificassem a estrutura da sociedade, mas que conservasse as hierarquias e a concentração de poder por uma minoria. Essa mentalidade não se contrapunha à defesa do nacionalismo, pois este não significava a preservação da cultura brasileira como um todo, mas apenas dos aspectos adquiridos com a civilização européia, em consonância com o progresso que se pretendia.

O êxito parcial do apostolado de dom Nery no Espírito Santo justifica-se, dentre outros motivos, pela crise econômica vivenciado pelo Estado. E ele próprio percebeu que:

*Houve talvez excessos; uma ou outra vez a humanidade sempre frágil terá ofuscado as iluminações da fé e enfraquecido os ardores da resolução tomada... sempre, porém, tivemos particular cuidado em que a justiça fosse compensada, não duvidando para isso em penitenciar-nos das faltas cometidas.*⁷²⁶

⁷²⁶ NERY, J. B. C. Carta Pastoral despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha. Tipografia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1908. p. 08. Descreve toda a sua atuação, a história da região, além dos aspectos geográficos.

Bibliografia

Livros e artigos

AGUIAR, Maciel de. *Os últimos Zumbis. A saga dos negros do vale do Cricaré durante a escravidão*. 2ed. Porto Seguro: Porto Seguro, 2001.

ALBERIGO, Giuseppe. Novas fronteiras da História da Igreja. In *Concilium* (revista internacional de teologia) Petrópolis: Vozes. n 57,1970/7.

ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. *O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica (1897-1921)*. Tese de Doutorado. São Paulo, São Paulo: FFLCH/ USP, 2003.

AMORIM, JP. Bispado do Espírito Santo. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n 34, 1983.

ARON, Raymond. *Etapas do Pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: ROGIER, L. J. e KNOWLES, M.D.J., orgs. *Nova História da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1975.V.v.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo: Ática, 1978.

AZZI, Riolando. A Igreja no Regime Republicano: a atuação de D.João Batista Corrêa Néri, Primeiro Bispo do Espírito Santo. In *Religião e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1986.

____Dom Antônio Macedo Costa e a Reforma da Igreja no Brasil. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 35,1975..fasc.135.

____D. Pedro Maria de Lacerda e a vinda dos Salesianos para o Brasil. In *Convergência*, Petrópolis: Vozes v. 16, n 8, 1983.

____Elementos Para a história do catolicismo Popular. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 36,1976. fasc.141.

____Evangelização e Presença junto ao Povo. Aspectos da História do Brasil. In *Revista Convergência*. Petrópolis: Vozes, n 164. julho/agosto. 1983.

_____. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. *Síntese*, (10) 61-89, 1977.

_____. O movimento de reforma católica do século XIX. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 34, fasc. 135, 1974.

_____. Os Capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica o século XIX. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 35, fasc.135, 1975.

_____. Religiosidade popular. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 38,1978.

BARBOSA, Francisco de Assis. (org). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: 1989.

BARROS, Roque Spencer. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, org. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, t.II, v.4, 1971.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1999.

BEOZZO, José Oscar (org). A Igreja no Brasil no século XIX. Segunda época. In: *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a Partir do Povo*. 2ed. São Paulo: Paulinas.

_____. A Igreja no Brasil no século XIX. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, T.II, v.4, 1980.

BEOZZO, José Oscar; AZZI, Riolando (org). *Os religiosos no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1986.

BONFIM, Celso Elpídio Rosa. *A Religião na História do Espírito Santo*. Vitória: PMV,1943.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução: Miriam. Belo Horizonte: UFMG. 1998

CAMPOS JUNIOR, Carlos *O Novo Arrabalde: Vitória no princípio da República*. Vitória: PMV, 1996.

_____. *O Estudo da Construção como uma contribuição à História da Cidade*. .http P: //sitemason.vanderbilt.edu/files/jBjW9i/CamPos%20Jnior%20Carlos%. em 31/08/2007 as 15:50

CARNIELLI, pe. Adwalter Antônio. *História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo (1535-2000)*. 2. ed. Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura Espírito-santense*. Porto: Comércio do Porto, 1912.

COMBLIN, José. Para uma tipologia do catolicismo brasileiro. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 28,1968.

_____. Situação histórica do catolicismo no Brasil. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 26,1966.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em Princípios do Século XIX*. Introdução de Luiz Guilherme Santo Neves. Espírito Santo: Estação Capixaba Cultural, 2002.

DEMONER, Sônia Maria. *A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo no século XIX*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. 2. ed. Vitória: PMV (Secretária Municipal de Cultura e Turismo), 1995.

ELTON, Elmo. *Velhos Templos de Vitória & outros temas Capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FAUSTINO, Evandro. *O Renitente Catolicismo Popular*. Dissertação de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

FRAGA, Christiano Woelffel. *A Maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: s.n., 1995.

FRAGOSO, Hugo. *A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875)*. In: BEOZZO (Org). *História da Igreja no Brasil. Ensaio de Interpretação a Partir do Povo*. 2 ed. São Paulo: Paulinas.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.17, n. 34, 1997.

_____. *Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D.Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. São Paulo: FFLCH. mimeo, 1991.

GUALBERTO, João. *A Invenção do Coronel*. Vitória: UFES/SPDC. 1995.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os Leitores de Machado de Assis*. São Paulo: EDUSP.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In *Tempo e História*. 2.ed. São Paulo: Cia da Letras.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo Brasileiro: 1500-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. (Org). História da Igreja no Brasil: Primeira Época. In *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.t.2.

_____. Para uma História da Igreja no Brasil. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. n 34, fasc. 133,1974.

_____. Para uma História da Igreja no Brasil. In *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis: Vozes, n 33, fasc.129, 1973.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma Política de Compromissos*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

_____. O Coronelismo e o Coronelismo de cada um. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: editora Vol. 23, n 1: 1980.

LIDWIN, José Pe. A Igreja no Espírito Santo. In *Revista Vida Capixaba* 30/01/1925 ano III n.38,15/03/1925 ano III n 41.

_____. História da Religião no Espírito Santo. In *Revista Vida Capixaba*. Dezembro de 1925.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de Compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

- _____. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Giro, 1977.
- _____. Pio IX e o catolicismo no Brasil. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n 40, fasc.158, 1980.
- _____. *Reformistas na Igreja do Brasil Império*. São Paulo: Boletim n 17 (nova série), 1977.
- MANOEL, Ivan. A. *A Igreja e a educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry (1859/1919)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.
- MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão social. O discurso e a Práxis do catolicismo no Brasil (1850-1916)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989.
- MEDEIROS, Rogério. *Cabula. Três sobreviventes, três heróis da liberdade. A força da Presença Espiritual africana nas terras quilombolas*. In <http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/reportagens/rogerio/61.asp>
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. São Paulo. Bertrand do Brasil, 1988.
- MONNICH, C.W. A História da Igreja no conjunto das ciências do homem. In *Concilium (Revista internacional de teologia)*. Petrópolis: Vozes n 57, 1970.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: Fausto, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v 2, t III, 3ed., 1985.
- MORAIS, Eduardo de. A Questão da Brasilidade. In *A brasilidade modernista; sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
- MOURA, Sérgio Lobo de. & Gouvêa, Jose Maria. A Igreja na Primeira República. In Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, v 2, t III, 3. ed., 1985.
- NEVES, Arnulfo. Visita Pastoral de D.João Nery ao norte do Espírito Santo, em 1899. *Revista Vida Capixaba*. n 172, 25/04/1929; n 176 de 23/05/1929; n 177 de 30/05/1929; n 178 de 06/16/1929; n 179 de 13/06/1929; n 180 de 20/06/1929; n 184 de 18/06/1929; n 185 de 25/06/1929; n 186 de 01/08/1929; n 188 de

15/08/1929; n 189 de 22/08/1929; no 190 de 29/08/1929; n 191 de 05/09/1929; n 193 de 19/09/1929; no 194 de 26/09/1929; n 195 de 03/10/1929.

NOGUEIRA, Ataliba. *Elogio Histórico de D. João Néri. Primeiro Bispo de Campinas*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1945.

NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: [s.n.], 1963.

_____*A Tribuna*. 21/12/1951.

_____*Historia do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d.]

_____*O Carmo, ou, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora: 1650-1900-1950*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1949.

_____*Relicário de um Povo: O Santuário de Nossa Senhora da Penha*. 2. ed. Espírito Santo: [s.n.] 1958.

_____*Um Bispo Missionário: D. Fernando de Souza Monteiro*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Sano, 1951.

NUNES, M. José F. Rosado. *Prática Político-religiosa das congregações femininas no Brasil. Uma abordagem histórico-social*. In *Os Religiosos no Brasil. Enfoques Históricos*. AZZI, BEOZZO (orgs). São Paulo: Cehila. Paulinas, 1986.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2.ed.Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974-75.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e Dominação de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1985.

OTÁVIO, Benedito (org). *Saudosa homenagem a D. João Nery, 1º Bispo de Campinas*. São Paulo: Oficinas Gráficas Cardoso Filho & Cia, 1920.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1974.

PEREIRA, Heráclito Amâncio Pinto. Antunes Siqueira. *Comércio do Espírito Santo*. Vitória: 02 de dezembro de 1897.

_____*Homens e Cousas Espírito-santenses*. Vitória: Arts.

_____*Imprensa no Espírito Santo*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia Coelho. ano v.1926

- PINHÃO, Tavares. *Vultos eminentes do clero brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1943.
- POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e Compreensão eclesiástica da História. In *Concilium*. Petrópolis: Vozes n.57, 1971/7.
- REIS, Fábio José Garcia dos. *Os Redentoristas, o Cônego Antonio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista-1888-1917*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993.
- RIGOLO FILHO, Pedro. *A Romanização como cultura religiosa: As Práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920*. (dissertação de mestrado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2006.
- RIZZINI, Irene O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU. Universitária: AMAIS, 1997,
- ROCHE, Jean. *A Colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo*. Mimeo. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.
- SALETTI, Nara. *O início da República no Espírito Santo; a reorganização Política e institucionalização do novo regime (1889-1896)*. Inédito.(em fase de elaboração).
- _____. Partidos Políticos e Eleição no Espírito Santo da Primeira República. In *Simpósio ANPUH*, 2005.
- _____. *Transição Para o trabalho livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo. (1888/1930)*. Vitória: Edufes: 1996.
- SANTANNA, Leonor de Araújo. *Poder Político e Religioso na Vitória Imperial: A atuação dos Párcos na Assembléia Legislativa Provincial. 1835 a 1864*. Mimeo.Vitória: UFES, 2005.
- SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio: Leuzinger. 1914.

- SAUCEROTTE, A. As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista. In *Concilium*. Petrópolis: Vozes, n.7, 1971.
- SCHIAVO, José. História Eclesiástica do Espírito Santo. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 34, 1983.
- SCHUBERT, Guilherme. *A Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.
- SEQUEIRA, Pe. Francisco Antunes de. *Esboço histórico dos costumes do Povo Espírito Santense*. 2. ed. Vitória: Imprensa oficial, 1944.
- _____. *Memórias do Passado: A Vitória através de meio século*. Introdução de Fernando Achiamé. Vitória: Florecultura, 1999.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espiritosantenses*. 3. ed. Vitória: O Santuário da Penha de Vitória, 1971.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- WEBER, Marx. Os três tipos puros de dominação legítima. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. Campinas: Unicamp, 1992.
- WEILER, Anton. História eclesiástica e autocompreensão da Igreja. In *Concilium*. Petrópolis: Vozes, n.7, 1971.
- WERNET, Augustin. A Igreja e a República: Separação entre a Igreja e o Estado. In *Anais da XI Reunião da SBPH*. n 6, São Paulo: 1991.
- _____. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
- ZULIAM, Rosângela Wosiack. A Victorious Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura Republicana. *PINGO*, V3n 2. Vol. 3- n 2, 1998.

Fontes Primárias

I. ARQUIVO DA MITRA DO ESPÍRITO SANTO

Fontes Impressas

NERY, J.B.C. Carta Circular comunicando ao clero e fiéis o resultado de sua última excursão. Vitória: Papelaria e Tip A. Moreira Dantas. 1899.

_____ Carta Mandamento estabelecendo na Diocese a Obra Permanente da Caixa Diocesana. Vitória: Papelaria e Tip A. Moreira Dantas. 1897.

Fontes Manuscritas

Documentos Avulsos de D. João da Mota e Albuquerque.

Livro da Irmandade Nossa Senhora da Penha-ES. 1907.

Livro de atas da Capela: 1896-1906 Irmandade Nossa Senhora dos Remédios. 7 documentos.

Livro de Portarias e ordens Episcopais 1897-1913. 42 documentos.

Livro de Provisões n 1- 1897-1909. 90 documentos.

Livro de registro de Paróquias Respectivos Párocos: 1897-1919.

Livro Documentos da Santa Sé: 1897-1913. 04 documentos.

Livro Termo de Juramento. 1897. 02 documentos.

Livro Tombo da Serra. 1898- 1940. 09 documentos.

Livro Tombo n 1. 08 documentos.

Livro: 1ª Visita Pastoral na Diocese do Espírito Santo. 40 documentos.

Livro: Histórico da Paróquia da Diocese do ES: 1894-1897.

Livro: Portarias Circulares Pastorais Documentos do Governo Eclesiástico. 1894/1918. 46 documentos.

Livros de termos de juramento: 1897-1927.07 documentos.

NERY, J.B. C. Caderno Manuscrito. Lembranças: Visitas Pastorais.

Poliantéia Seminário. Álbum comemorativo do 1º Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo. de 1856 a 1906.

Documentos Avulsos: Correspondências da Câmara Eclesiástica

Abaixo assinado da povoação de Figueira e Santa Joana de Boa Família protestando contra acusações feitas ao pe. Villa. Figueira de S. Joana, 05 de agosto de 1897.

Carta comunicando a indicação de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti para o Arcebispado do Rio de Janeiro Palácio da Conceição, 25/10/1897.

Carta da Corte de Justiça do Estado do ES. Comunicando a eleição de Getúlio A. de Carvalho Serrano para o cargo de Presidente do tribunal. Vitória, 07/01/1901.

Carta da Irmandade do S.S. Sacramento da Cidade da Vitória, sobre a opção da transferência da matriz. Vitória, 09/01/1898.

Carta da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bom Jardim apresentando a cópia da Tônica da Criação da Irmandade do Senhor Bom Jesus. 10 de maio de 1901.

Carta da Residência Episcopal de Vitória 29 de outubro de 1900. Reforçando o pedido para que o pároco de S. Mateus aceite o pro pároco.

Carta da secretaria do Congresso Legislativo do Estado do ES. respondendo ao ofício do bispo sobre cobrança de impostos sobre a profissão de padre. Vitória, 29/09/1898.

Carta de D. Silvério Gomes Pimenta, Bispo de Mariana, proibindo sob pena de suspensão o pe. Sócrates Collaro do exercício de qualquer ato paroquial no território do ES. 07/12/1901.

Carta de dom Joaquim, Arcebispo do Rio de Janeiro aconselhando ao Bispo dom Fernando prudência e boas relações com o governo estadual. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1902.

Carta de dom Nery bispo de Pouso Alegre, anunciando a criação da nova diocese de Campanha desmembrada da Diocese de Pouso Alegre e assumindo ao mutum sanctae sedis a sua administração apostólica. Pouso Alegre, 03 de junho de 1908.

Carta de Estevão Jose Siqueira, comunicando que assumiu o cargo de chefe de polícia do Estado. Secretária de Polícia do Estado do ES. 25/05/1900.

Carta de Joaquim Mamede, comunicando que assumiu o Bispado de Campinas como Vigário Capitular devido ao falecimento de D. João B.C. Nery. Campinas, 02/02/1920.

Carta do Pe. José (...) Duarte Carneiro. São Mateus 09 de Novembro de 1900.

Carta do Bispado do Espírito Santo Vitória 25 de Setembro de 1900 Sobre nomeação de um propároco para a freguesia de S. Mateus.

Carta do Bispo D. Nery 12 Novembro de 1900.

Carta do Bispo do E.S. reclamando sobre impostos cobrados aos sacerdotes em diversos municípios do Estado. Residência Episcopal de Vitória, 25/05/1898.

Carta do Círculo Católico sobre decisão do Primeiro Congresso Católico Brasileiro de fundar um jornal católico. Rio de Janeiro, 1904.

Carta do Encarregado de negócios da Santa Sé. d. João B. Guido. Petrópolis, 28/03/1897.

Carta do governo Municipal da Vila do Riacho. Vila do Riacho, 25/05/1897.

Carta do Mgo. D. João Batista Guido, encarregado de Negócios da S. Sé, sobre indicação para a sede Episcopal de S.Paulo. Petrópolis 21/12/1897.

Carta do Monsenhor Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha. 02 de fevereiro de 1898.

Carta do padre Sr. Joaquim do Amor Divino da Costa ao bispo dom Nery. 21/12/1897.

Carta do Palácio do Governo respondendo à reclamação feita pelo bispo, sobre cobrança de impostos aos sacerdotes. Vitória, 06/05/1898.

Carta do Palácio Episcopal de Mariana proibindo sob pena de suspensão ao Pe. Sócrates Collaro, do exercício de qualquer ato de jurisdição Paroquial nos territórios do Bispado do ES e sobre a questão de limites entre Mariana e o Bispado do Espírito Santo, 26/03/1900.

Carta do Pe. Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha. Rio 05/05/98.

Carta do Pe. Duarte Carneiro. São Mateus 14 de outubro de 1900.

Carta do Pe. Egydio sobre a epidemia em Vila Velha. Vitória, 24/07/1899.

Carta do Pe. Joaquim Martins Teixeira., 09/08/1897.

Carta do pe. José Marcellino do Valle. Vila de Afonso Cláudio, 10/12/1899.

Carta do Pe. Leopoldo Pfad S.V.D. Curato substituto de ST. Leopoldina. 10 de setembro de 1899.

Carta do Povo de Nova Montova se Comprometendo a atender às reparações indicadas pelo Bispo em Visita Pastoral. Nova Montova 13/04/1898.

Carta do Vgo. S. B. Guido, encarregado de negócios da Santa Sé. Petrópolis 19/01/1897.

Carta do Vice-Consulado de Portugal na cidade de Vitória, comunicando que Antônio Pinto de Araújo assumiu interinamente o cargo de vice-cônsul de Portugal. 27 março de 1901.

Carta e abaixo assinado de Maria Helmer e Nikolao Gomering ao Bispo do Espírito Santo. Califórnia de Santa Leopoldina 02 de junho de 1899.

Circular N 3012. Questionário sobre a extensão e intensidade da propaganda protestante José Arcebispo de Tessalônica, Petrópolis, 12/11/1900. E Questionário sobre a propaganda protestante na Diocese de Espírito Santo (Brasil).

Circular N. 375, com questionário sobre a situação atual da religião no Estado. Internunciatura apostólica. D.José, Arcebispo de Tessalônica. Petrópolis, 28/06/1898.

Circular: extinguindo as freguesias de eclesiásticas de São João de Carapina e S.José do Queimado

Documento do Governo Municipal da Cidade do Porto do Cachoeiro do Estado do ES. Cobrança do imposto pela profissão de padre ao pe. Dolinger, relativo ao ano de 1898. Cidade do Porto do Cachoeiro, 05/03/1898.

Questionário: referente à circular de 27/5

II.ARQUIVO PÚBLICO DO ES (APE)

Jornais microfilmados:

O Comércio do Espírito Santo: 1897; 1899,1900.

O Estado do Espírito Santo: 1899-1900.

Documentos Manuscritos

NERY, J.B.C. *Apontamentos para a História Religiosa do ES: A 643-ES (S.1: SN):* d.Nery. Manuscrito.

Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapary: 1894. n 282.81522. Manuscrito.

Documentos Impressos

NERY, D.João Batista Corrêa. *A Cabula; um culto afro-brasileiro.* Vitória, 1963. 133.47/N.456C.

____A Companhia de Jesus no Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do ES*, Vitória, n 13, p 26-40. Setembro de 1940.

Mensagens

Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, lida na instalação do Congresso Legislativo. 13 de setembro de 1900. Vitória: Papelaria e Tipografia A. Moreira Dantas.

Mensagem do Presidente de Estado Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire. 28 de setembro de 1901.

Documentos Série Aciolly-395.

Ofício de 05 de maio de 1897 convidando para receber o primeiro bispo.

Ofício de D. Nery sobre várias municipalidades se apossarem de cemitérios paroquiais. 02 de janeiro de 1898.

Documentos Fundo Governadoria/série Correspondências.

Ofícios recebidos pelos Presidentes de Estado 1897-99. Código G. Local 124 PG. (APE). (1899).

Ofício do Bispado do Espírito Santo felicitando o Presidente José Marcellino por ter assumido o governo do Estado. p 81

Relatório de instrução do Exmo. Snr. Dr. José Marcellino Pessoa de Vanconcellos. p 31 a 38.

Relatório do governo. 1900.

Documentos Fundo Polícia.

Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. S. 02. Caixa. 111. M 417.

Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. S. 02. M 423-426. CX. 113 (M. 423/1900).

Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. S. 02. M 423-426. CX. 113 (M 424/1900).

Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. Código P. CX. 108. Série 02. M. 407. 1899

Ofícios Recebidos pelo chefe de polícia de diversas autoridades. S. 02. Caixa. 111. M 419. 1900.

Telegramas recebidos. Série 02. Caixa 438. Livro 674. 1900.

Telegramas recebidos. Série ofícios expedidos pelos chefes de policia. Caixa 438 (telegramas). Maço 647 APE.

Mensagens.

Mensagem do Presidente do Estado Dr. José Mello Carvalho Muniz Freire na abertura da terceira sessão da terceira legislatura do congresso legislativo. 353.98152. E 77m/1900.

III. Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória (IFTAV):

Cartas Pastorais referentes ao período na Diocese do Espírito Santo.

_____Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração.
Roma: Tip. Poliglota, 1896.

_____Carta Pastoral sobre a Solene homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu venerando vigário. RJ: Tip da Revista Católica, 1898.

_____ Carta Pastoral, anunciando ao clero e fiéis sua primeira visita Diocesana.
Vitória: Tip. A. Moreira Dantas, 1897.

Cartas Pastoral referente ao período na Diocese de Pouso Alegre:

_____ Carta Pastoral despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha.
Tipografia Leuzinger, Rio de Janeiro

IV. Assembléia Legislativa. EES.

Pasta 29/30.

Livro Índice de Leis.

V. Biblioteca da UFES:

NERY, J. B. C. *Carta Pastoral Despedida da Diocese do Espírito Santo.*
Campinas: Tip A vapor do Livro Azul-Castro.1901.